Câmara Municipal de MARCO DE CANAVESES

Volume I Fundamentos e Orientações Gerais





DIRECTOR MUNICIPAL

REVISÃO DO PLANO









FEVEREIRO 2009

Grupo de Estudos Territoriais Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Câmara Municipal de Marco de Canaveses

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

Volume 1 - Fundamentos e Orientações Gerais

Grupo de Estudos Territoriais
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

I.	O PL	ANO DIRECTOR MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES	.11
1	APRE	ESENTAÇÃO	13
	1.1	Conteúdo Documental do PDM	15
	1.2	Documentos Complementares	16
	1.3	Sistema de Informação Geográfica	.17
2	INT	RODUÇÃO	19
3	FICH	HA DE IDENTIDADE	20
	3.1	Elaboração e aprovação	20
	3.1.1	Equipa Técnica	20
	3.1.2	? Comissão de Acompanhamento	20
	3.1.3	Aprovação e ratificação	21
	3.2	Conteúdos documentais	21
	3.2.1	Elementos Anexos	21
	3.2.2	2 Elementos Complementares	22
	3.2.3	3 Elementos Fundamentais	.22
	3.2.4	4 Informação de Base	.22
4	EST	UDOS DE FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA	23
	4.1	Estudos de Complementares de Caracterização	23
	4.1.1	Caracterização Física	24
	4.1.2	? Estudos Demográficos	25
	4.1.3	B Estudo Socio-Económicos	27
	4.1.4	Análise e hierarquia dos aglomerados	29
5	RELA	ATÓRIO E PLANO DE ORDENAMENTO	.37
	5.1	Relatório	.37
	5.1.1	Grandes opções do Plano	37
	5.1.2	? Objectivos sectoriais	.38
	5.2	Plano de Ordenamento	40
	5.2.1	l Disposições legais e regulamentares para a Gestão	46
	5.2	2.1.1 Edificabilidade	46
		2.1.2 Condições para o licenciamento de indústrias e armazéns paços Urbanos e Urbanizáveis	
	5.2	2.1.3 Regime de cedências	51
	- •	2.1.4 Infra-estruturas e estacionamento (condicionamen ^a banísticos)	

		5.2.1.5	Áreas de servidão administrativa	51
		5.2.1.6	Novas áreas de expansão	51
!	5.3	Os el	ementos fundamentais e o modelo de ordenamento	52
!	5.4	Medic	das, Acções e Projectos	53
ΙI		AVALIA	ÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO	60
1	Ι	NTRODU	ÇÃO	61
2	C	RDENAM	MENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO	62
	2.1	Quali	ficação e ocupação do solo	62
	2	.1.1 Zono	as delimitadas na Planta de Ordenamento	62
		2.1.1.1	Espaços Urbanos e Urbanizáveis	64
		2.1.1.2	Espaços Industriais	71
		2.1.1.3	Espaços Agrícolas	72
		2.1.1.4	Espaços Florestais	72
		2.1.1.5	Espaços Culturais	72
	2.2	Polític	ca de Solos	73
	2.3	Habit	ação	73
	2.4	Execu	ução programada de intervenções urbanas - UOPG	74
3	Ι	NFRA-ES	STRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO	76
	3.1	Infra	-estruturas Básicas	76
	3	.1.1 Resí	duos Sólidos Urbanos	76
	3	.1.2 Aba	stecimento domiciliar de água	76
	3	.1.3 Trat	tamento e Drenagem de Águas Residuais	76
	3	.1.4 Red	e de Transportes Públicos	77
	3.2	Equip	amentos e serviços	77
	3	.2.1 Equi	pamento e rede escolar	77
	3	.2.2 Saúc	de e assistência	77
	3	.2.3 Equi	pamentos desportivos	77
	3	.2.4 Equi	pamentos culturais	78
	3	.2.5 Outi	ros equipamentos	78
	3	.2.6 Serv	viços	78
	3.3	Rede	Viária e transportes	78
	3.4	Activ	idades económicas	79
	3	.4.1 Sec	tor Agro-Florestal	79

		3.4.2	Turismo	79
	3.!	5	Património arquitectónico e arqueológico	80
	3.6	6	Património natural e paisagístico	80
4		Balar	nço e Gestão do Plano	95
	4.:	1	Ordenamento e condicionantes	95
		4.1.1	Considerações gerais	95
		4.1.2	Incongruências e conflitos no uso do solo	96
		4.1.3	Normas e Regulamento	97
	4.7	2	Avaliação do PDM do Marco de Canaveses	97
5		sÍN	TESE CONCLUSIVA	101
I.	II.	CA	RACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DA EVOLUÇÃO DO CONCELHO	104
1		INT	RODUÇÃO	105
2		DEM	OGRAFIA E POVOAMENTO	106
	2.:	1	O potencial demográfico: impulsionamento e redistribuição terr	itorial 106
	2.7	2	Estrutura do Povoamento: dispersão, concentração	110
	2.: mi		Movimentos da População: saldos naturais e abrandamento o	
		2.3.1	Saldos Naturais	113
		2.3.2	Saldos Migratórios	114
	2.4	4	Lento envelhecimento demográfico: renovação das gerações em	risco 115
3		CARA	ACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E FUNCIONAL	117
	3.:	1	Habitação	117
		3.1.1	Dinâmica do parque habitacional	117
		3.1.2	Estrutura de ocupação dos alojamentos	121
		3.1.3	Tipo de ocupação dos alojamentos familiares	123
		3.1.4	Instalações dos alojamentos familiares	125
	3.2	2	Construção e edificação	128
		3.2.1	Construção	128
		3.2.2	Construção fora dos perímetros	131
		3.2.3	Construções de Génese Ilegal	133
	3.3	3	Infra estruturação Territorial	133
			Rede de abastecimento domiciliar de água: bons níveis de de abastecimento de água	-

3.3.2 Tratamento e drenagem de águas residuais: insuficiente número de redes em funcionamento137
3.3.3 Resíduos Sólidos: uma cobertura aceitável e um serviço de qualidade mas incompleto ao nível da recolha selectiva139
3.3.4 Outras infra-estruturas
3.3.4.1 Rede Eléctrica: bons níveis de cobertura e de serviço142
3.3.4.2 Rede de Telecomunicações144
3.3.5 Acessibilidades e Transportes: mobilidade interna e externa144
3.3.5.1 Rede Viária Municipal: uma melhoria significativa das vias existentes
3.3.5.2 Rede de Transportes Públicos: um serviço mínimo149
3.4 Equipamentos Colectivos: melhoria generalizada das dotações149
3.4.1 Educação: rede de equipamentos149
3.4.1.1 Ensino Pré-Escolar: um melhor serviço149
3.4.1.2 1° Ciclo: muitas escolas para poucos alunos
3.4.1.3 Concentração do 2° e 3° ciclos154
3.4.1.4 Ensino Secundário: Desinteresse generalizado a partir do 3º CEB 156
3.4.1.5 Ensino profissional: Alternativas presentes no concelho156
3.4.1.6 Educação de adultos / Ensino Recorrente / Educação extra- escolar 157
3.4.1.7 Aumento da escolarização superior157
3.4.2 Saúde: níveis de cobertura e de atendimento
3.5 A Estrutura Produtiva de Base Territorial162
3.5.1 Indicadores de desenvolvimento económico concelhio: uma evolução regressiva, acentuando o seu atraso relativo162
3.5.2 O Tecido Empresarial: unidades produtivas de base tradicional e direccionadas ao mercado regional163
3.5.3 Emprego e mão-de-obra: crescimento e terciarização da população activa 164
3.5.3.1 Taxas de actividade: ligeiro aumento, com aumento do desemprego
164
164 3.5.3.2 A Estrutura: menos agricultores e indústria - crescente terciarização165
3.5.3.2 A Estrutura: menos agricultores e indústria - crescente

	3.	5.4.1	Sector Agrícola	169
	3.	5.4.2	Sector Florestal	172
	3.	5.4.3	Indústria, Comércio e Serviços	175
	3.	5.4.4	Turismo	176
4	ΑQ	UALIC	DADE AMBIENTAL DO CONCELHO	180
	4.1	A util	ização de Indicadores Ambientais	180
	4.2	Avalia	ıção da Qualidade Ambiental	187
	4.2.1	1 Sane	eamento Básico	187
	4.2.2	2 Flore	esta	188
	4.2.3	3 Ener	gia	188
	4.2.4	4 Uso	do Solo	189
I۱	/. J\	JSTIF	ICAÇÃO E ORIENTAÇÕES GERAIS	191
1	JUS	TICA	ÇÃO DA REVISÃO	193
	1.1	A des	adequação parcial do actual modelo	195
	1.2	A evo	lução do concelho	196
	1.3	As qu	estões surgidas durante a gestão do PDM	197
	1.4	Os no	vos instrumentos de planeamento territorial	198
	1.5	As alt	erações legislativas e estratégicas	198
2	ORI	ENTA	ÇÕES GERAIS	200
	2.1	Apert	eiçoamento do actual modelo de ordenamento	200
	2.2	As no	vas realidades do sistema socio-económico	201
	2.3	A est	abilização dos planos	201
	2.4	As qu	estões de natureza instrumental e estruturante	202
	2.5	Artic	ulação das estratégias	203
	2.6	As qu	estões do desenvolvimento sustentável	203
	2.6.1	1 Crite	érios de Sustentabilidade	204
	2.0	6.1.1	Água	204
	2.0	6.1.2	Resíduos	205
	2.0	6.1.3	Floresta	205
	2.0	6.1.4	Energia	206
	2.0	6.1.5	Uso do Solo	206
	2.7		nalização dos investimentos públicos e equidade no ace	
	serviço	os		206

	2.8	Infor	mação, participação e cidadania	207
3	ОВ	JECTIV	OS E APOSTAS ESTRATÉGICAS	209
	3.1	Objec	tivos gerais	209
	3.1	.1 Obje	ectivo 1 - Qualidade global do instrumento	209
	3.1	.2 Obje	ectivo 2 - Um instrumento estruturante	210
	3.1	.3 Obje	ectivo 3 - A componente ambiental	210
	3.1	4 Obje	ectivo 4 - Desenvolvimento do modelo territorial	210
	3.2	Objec	ctivos estruturantes e instrumentais	211
	3.2	.1 Grup	oo 1 - Objectivos Estruturantes	212
		3.2.1.1 dequand	Objectivo 1.1 - Redefinição do regime de uso do s do-o a novas realidades do sistema socioeconómico	
		3.2.1.2 nfra-est	Objectivo 1.2 - Completar e articular as redes de e truturas e transportes públicos	• •
		.2.1.3 mbiento	Objectivo 1.3 - Definir mecanismos de equilíbrio e al 212	salvaguarda
			Objectivo 1.4 - Estruturar áreas desarticuladas /	
	3.2	.2 Grup	o 2 - Objectivos de índole instrumental	213
	3	.2.2.1	Objectivo 2.1 - Definir critérios de gestão fundiária	213
	3	.2.2.2	Objectivo 2.2 - Actualizar e corrigir normativas do Pla	ano214
	3	.2.2.3	Objectivo 2.3 - Integrar em Sistema de Informação U	Jrbana214
	3.3	Facto	res de mudança e apostas estratégicas	215
4	HI	PÓTESE	S DE MODELO TERRITORIAL	218
	4.1	Apost	as estratégicas	218
	4.2	Quali	dade do modelo territorial proposto	220
	4.2	.1 Mod	elo territorial e estratégias do plano	220
	4.2	.2 Comp	ponente ambiental da organização do sistema urbano	221
	sup	ramunic	uturação e coordenação territorial: relações entre cipal/sectorial, protagonismo do desenvolvimento dos se uturas programadas	erviços e das
	4.2	.4 <i>Os</i> n	úcleos urbanos num meio rural	222
	4.3	O mod	delo e o PDM	223

I.O PLANO DIRECTO	OR MUNICIPAL CANAVESES	DE MARCO DE

I - O Plano Director Municipal de Marco de Canaveses

1 APRESENTAÇÃO

Este documento constitui a síntese dos fundamentos e das orientações gerais para a revisão do Plano Director Municipal em vigor desde 1994, incluindo uma apresentação breve do conteúdo material e documental deste plano, a avaliação do seu grau de execução, a caracterização sumária da evolução do concelho ao longo da última década e a justificação, à luz das alterações entretanto verificadas, e o conjunto de pressupostos e princípios a ter em conta no seu processo de revisão.

Esta revisão inscreve-se no entendimento do planeamento como processo contínuo de avaliação e adaptação dos instrumentos de planeamento territorial à realidade do município, a qual se encontra em permanente transformação. Este entendimento, aliado à experiência conferida pela aplicação do Plano Director Municipal durante os últimos anos, concorre para a oportunidade de equacionar a sua revisão.

Acresce ainda que do novo enquadramento jurídico dos instrumentos de gestão territorial, nos quais se inclui o PDM, decorre a necessidade de uma abordagem em moldes diversos e, nalguns aspectos, por vezes mais exigentes dos até agora prosseguidos em planos anteriores. Do mesmo modo, importa ter em conta neste processo as alterações provocadas por um conjunto de instrumentos de natureza sectorial (acessibilidades - PRN 2000; saneamento básico - Águas do Marco, ordenamento florestal - PROF Tâmega, etc.).

Não sendo objectivo desta revisão questionar o modelo de ordenamento que informa o PDM, nem os seus objectivos fundamentais, pretende-se conferir a este instrumento maior operacionalidade, capaz de enquadrar as dinâmicas dos agentes em presença e de assegurar os grandes equilíbrios territoriais do concelho. Neste quadro, as bases programáticas da revisão radicam nas seguintes linhas de força:

- identificação e definição dos elementos estruturantes do território;
- reforço das medidas tendentes ao equilíbrio social e ambiental, numa perspectiva sustentável;
- actualização do conteúdo do Plano e correcção de deficiências e omissões detectadas.
- agilização dos mecanismos de operacionalização do Plano, adequando-os melhor a uma gestão urbana que se pretende de resposta rápida e eficaz às solicitações colocadas a cada momento;
- Integração do conteúdo do Plano num Sistema de Informação Geográfica, permitindo a introdução de mecanismos de monitorização do PDM.

Para a revisão do Plano Director Municipal, o Grupo de Estudos Territoriais do Departamento de Engenharias da UTAD, a quem foi confiado o desenvolvimento dos respectivos trabalhos técnicos, constituiu uma equipa base, pluri-disciplinar e com experiência demonstrada na área do planeamento territorial, objecto imediato

do Plano Director, beneficiando a mesma dos contributos oriundos dos diversos Departamentos da Universidade para a abordagem das guestões complementares.

Nome	Especialidade	Responsabilidade
Luís Ramos	Engenharia Civil Sociologia	Coordenação Geral
José Carlos Fernandes	Engenharia Civil Urbanismo	Coordenação Geral
Ricardo Bento	Engenharia Civil	Equipamentos Colectivos
Carlos Saraiva	Engenharia Civil	Urbanismo
Joaquim Magalhães	Engenharia Civil	Infra-estruturas
Nuno Azevedo	Geografia	Povoamento e rede urbana
Júlia Quintas	Geografia	Urbanismo
Mário Alves	Geografia	Urbanismo
Paulo Gonçalves	Engenharia do Ambiente	Estudos Biofísicos; Recursos Naturais/REN/RAN
Patrícia Soares	Ecologia Aplicada	Estudos Biofísicos; Recursos Naturais/REN/RAN
Rosa Rocha	Engenharia Florestal	Estudos Biofísicos
Carolina Dominguez	Economia	Estudos Económicos

Quadro. 1.

Equipa Técnica Base

Porque se torna necessário traduzir espacialmente, em sede de ordenamento do território, as políticas sectoriais prosseguidas pela Câmara Municipal, pretende-se estabelecer mecanismos de forte articulação entre a equipa base do Plano, e os diversos serviços autárquicos, responsáveis pelo planeamento e gestão sectorial.

Por outro lado, a revisão do PDM vai ainda exigir articulação com entidades externas, responsáveis pela condução das políticas territoriais ou sectoriais a nível regional ou nacional, que necessariamente terão de se repercutir no Plano.

Deste modo, a metodologia proposta, privilegia os seguintes aspectos:

- Articulação da equipa de revisão do PDM com os diferentes serviços municipais, tanto na fase de recolha de informação e actualização de estudos analíticos, como durante a fase de elaboração da proposta. Em tempo oportuno, será elaborada a listagem de documentos a produzir por cada um dos serviços municipais envolvidos no processo de revisão do PDM;
- Envolvimento, desde o início dos trabalhos, das entidades com responsabilidade no processo de elaboração da proposta e sua aprovação, através de reuniões periódicas - Câmara Municipal de Marco de Canaveses e Comissão de Acompanhamento;
- Desenvolvimento dum processo de concertação eficaz, que garanta soluções com os vários agentes externos envolvidos, através de reuniões de trabalho no âmbito das respectivas instâncias representativas.

Porque se trata duma revisão do Plano e não a formalização de novo Plano, a par do elevado grau de acções comprometidas para o Concelho, entende-se possível a adopção de processos de trabalho que conduzam a uma rápida concretização duma Proposta. Assim, mais do que levar a cabo profundos levantamentos de informação e elaborar complexas análises e diagnósticos, pretende-se optar por um processo de junção e análise da informação disponível, de interpretação e articulação das acções em curso no Concelho e de integração das acções de índole regional.

Por outro lado, considera-se que o planeamento deve constituir um processo aberto e participado, sendo certo que a revisão do Plano Director pode constituir uma oportunidade para se discutir o Concelho e se obter uma visão integrada, participada e concertada, das diversas posições dos agentes que nele intervêm.

Considera-se particularmente eficaz, em termos de qualidade e celeridade de resultados, que esta revisão seja acompanhada por 3 processos complementares:

- Informação processo bidireccional, de transmissão de conhecimento sobre o território que passa, em sede de revisão de plano, pela recolha e sistematização da informação disponível, nomeadamente a resultante de estudos realizados para o Concelho, e a difusão, junto dos agentes, da informação entretanto produzida;
- Concertação processo de diálogo com os agentes, institucionais ou particulares, de forma a se obter convergência de interesses e soluções;
- Participação processo de envolvimento de todos os interessados na evolução da revisão do Plano, nomeadamente através da realização de procedimentos de auscultação e de discussão pública sobre os vários temas que se vão colocar durante os trabalhos.

No âmbito da metodologia adoptada para a prossecução dos objectivos da revisão, passamos a explicitar os conteúdos material e documental da revisão do PDM, nos termos dos artigos 85° e 86° do Decreto-Lei 380/99, e tendo presente as actualizações enunciadas no Decreto-Lei 316/2007, identificando os grandes grupos de acções propostas, ou vertentes de trabalho.

Esclarece-se, todavia, que os diplomas regulamentares que o referido Decreto-Lei 380/99 prevê e cuja publicação se aguarda para breve, poderão obrigar à posterior adequação ou aprofundamento dos conteúdos agora enunciados.

1.1 Conteúdo Documental do PDM

Regulamento

Define as regras aplicáveis ao uso e transformação do solo, bem como os critérios quanto aos instrumentos a desenvolver subsequentemente.

A revisão deverá prever a redefinição da estrutura e do conteúdo do actualmente em vigor, em conformidade com a legislação aplicável.

Planta de Ordenamento

Representa o modelo de estrutura espacial do território municipal, bem como a delimitação das unidades operativas de planeamento e gestão definidas (cf. alínea b) do n.º 1 do art. 86.º, do Decreto-Lei 316/2007). Define espacialmente a classificação e a qualificação do solo. Tendo em conta o objectivo de definição do modelo e da estrutura territorial do concelho, a Planta de Ordenamento deverá ser desdobrada num conjunto de peças desenhadas, a escalas adequadas aos elementos a representar, que traduzam graficamente o conteúdo do Regulamento e que reflictam:

- A qualificação e classificação do território e princípios estruturantes, fortemente associados às normativas do Plano e em que a sede do Concelho terá um tratamento a escala distinta (Carta de Classificação da Cidade de Marco de Canaveses).
- Os elementos de qualificação ambiental entendidos como referências de interpretação do Concelho e valores a proteger (Carta de Recursos e Valores Ambientais);
- Os suportes operativos, de carácter eminentemente programático (Carta de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão);
- Identificação dos valores patrimoniais a preservar (Carta do Património Urbanístico, Arquitectónico e Arqueológico).

Em relação à actual estrutura do PDM, admite-se ainda a introdução duma Carta adicional, referente à distribuição dos equipamentos de base, estruturantes do sistema urbano do Concelho (Carta de Equipamentos Urbanos de Base).

Planta de Condicionantes

Identifica as servidões administrativas e restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de ocupação (cf. alínea c) do n.º 1 do art. 86.º, Decreto-Lei 380/99). Será constituída por uma planta principal e duas plantas anexas, com referência em anexo dos documentos legais respectivos, nomeadamente a Planta de Zonamento Acústico e a Planta de Áreas Florestais Percorridas por Incêndios.

1.2 Documentos Complementares

Estudos de caracterização do território municipal

Constituem documentos adicionais, que aprofundam aspectos relativos à caracterização económica, social e biofísica do território no momento da revisão, sendo constituídos por peças escritas e desenhadas.

Relatório

Fundamenta as soluções adoptadas na proposta, consubstanciadas no Regulamento e Planta de Ordenamento, cf. alínea b) n.º 2, do art. 86, do Decreto-Lei 316/2007.

Identifica os objectivos prosseguidos, os meios disponíveis e as opções de base territorial adoptadas para o modelo de organização espacial. Inclui ainda a respectiva fundamentação técnica, suportada na avaliação das condições económicas, sociais, culturais e ambientais para a execução.

O Relatório pode integrar Plantas complementares do PDM, detalhando as soluções adoptadas e contribuindo para uma melhor interpretação e aplicabilidade do plano.

Programa de Execução

Contem as disposições indicativas sobre as estratégias, medidas e meios a afectar para a execução das acções com expressão ao nível do Plano Director. Inclui a listagem das intervenções municipais previstas, bem como sobre os meios de financiamento das mesmas, cf. alínea c), n.º2, art. 86°, Decreto-Lei 316/2007. Em síntese, e nos termos do mesmo diploma legal (art.ºs 85° e 86°) integra:

- Definição de objectivos;
- Acções propostas para as diversas áreas sectoriais infra-estruturas, equipamentos, habitação, espaços verdes, etc.;
- Definição de unidades operativas, seus objectivos e termos de referência;
- Avaliação de investimentos a realizar;
- Inventariação de meios a afectar;
- Programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas.

1.3 Sistema de Informação Geográfica

Como suporte adicional, decorrente dos objectivos específicos traçados para esta revisão do PDM, pretende-se assegurar a sua integração num Sistema de Informação Geográfica, que permita um melhor acesso e aplicação dos instrumentos do Plano, a posterior monitorização da execução e a sua articulação com o planeamento de nível inferior e com a gestão urbana.

A metodologia adoptada conduziu à sua organização em três etapas fundamentais. Na primeira, que corresponde ao documento que agora se apresenta, estabelecemos os fundamentos e a justificação da revisão do Plano Director Municipal de Marco de Canaveses e ainda as orientações gerais a ter em conta neste processo de revisão. Na segunda, desenvolveremos os Estudos de Caracterização do Território Municipal, tendo estes por objectivo a actualização e a revisão da análise e do diagnóstico anterior e a redefinição dos grandes objectivos e apostas estratégicas do Plano. Finalmente, na terceira etapa, apresentaremos uma proposta de revisão dos principais documentos constitutivos do PDM (regulamento e plantas de ordenamento de condicionantes), um novo Programa de Execução e um conjunto de elementos de natureza diversa e cuja obrigatoriedade foi fixada pelas alterações legislativas entretanto verificadas.

Como nota final, importa referir que o presente documento tem ainda algumas lacunas que, embora não comprometam os seus objectivos fundamentais e as exigências formais, serão preenchidas nas fases posteriores.

2 INTRODUÇÃO

O Plano Director Municipal de Marco de Canaveses foi elaborado no início dos anos noventa, tendo sido aprovado pela respectiva Assembleia Municipal em Dezembro de 1993, ratificado pelo Conselho de Ministros a 14 de Abril de 1994 e os seus elementos essenciais (Regulamento e Planta de Ordenamento) publicados no Diário da República, a 19 de Maio de 1994.

A sua elaboração esteve a cargo de um gabinete de planeamento nos serviços internos da Câmara Municipal, coordenados pelos técnicos que tinham até então a seu cargo a gestão do território. Este gabinete foi consequentemente apoiada por uma equipa externa de consultores, com formação específica na área do planeamento. A aposta nos recursos humanos internos da Câmara, com um conhecimento profundo do território, resultou num rigoroso, sistemático e aprofundado trabalho de inventariação, análise e diagnóstico do concelho, materializado no conjunto de propostas ao nível do ordenamento físico do território municipal.

Elaborado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, com as actualizações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 211/92, de 8 de Outubro, este Plano cumpre as disposições jurídicas e regulamentares impostas por estes diplomas.

Como todos os PDM elaborados neste período, também este se debate com uma série de problemas e lacunas, quase todos alheios à vontade da equipa responsável pela sua elaboração. Por um lado, a urgência com que foram elaborados para cumprir um despacho governamental que excluía do acesso aos fundos comunitários os municípios que não tivessem os seu PDM aprovado. As limitações de tempo são sobretudo visíveis no aprofundamento e na coerência de algumas das propostas consagradas. Por outro lado, na qualidade e actualização da informação cartográfica e estatística disponível. A inexistência de uma cartografia actualizada e apropriada condicionou fortemente a qualidade e o rigor das propostas, sobretudo ao nível das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes e comprometeu o exercício posterior de gestão do Plano. Do mesmo modo, a ausência de informação detalhada e actualizada sobre um conjunto muito grande de temas (cadastro, edifícios, movimentos pendulares, etc.), não permitiu levar tão longe quanto seria de desejar as respectivas análises e diagnósticos.

Nas páginas seguintes fazemos uma apresentação sumária do actual Plano Director Municipal de Marco de Canaveses. No primeiro ponto, referimos os elementos base relativamente à sua elaboração e aprovação, bem como ao respectivo conteúdo documental. No segundo ponto, descrevemos os Estudos Sectoriais de Base, procurando enumerar para cada tema considerado o inventário, a análise e o diagnóstico realizado. Finalmente, no terceiro ponto, apresentamos as propostas normativas e programáticas formuladas no âmbito do PDM.

3 FICHA DE IDENTIDADE

3.1 Elaboração e aprovação

3.1.1 Equipa Técnica

O Plano Director Municipal de Marco de Canaveses em vigor foi elaborado por uma equipa interna, constituída por técnicos superiores da Câmara Municipal e que integravam o Gabinete de Estudos e Planeamento. Esta equipa era, por fim, apoiada por três técnicos com formação específica na área do planeamento e que prestaram a consultoria para a elaboração do PDM de Marco de Canaveses. Na equipa integravam os seguintes elementos:

GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO		
Emília Maria Barbosa de Carvalho	Arquitecta	
Isabel Maria Lopes Moreira de Freitas	Licenciada em Planeamento Regional e Urbano	
António Alberto Gonçalves de Freitas	Licenciado em Planeamento Regional e Urbano	
José Pinheiro	Desenhador	
Eduardo Abrantes Pinto da Silva	Desenhador	
Justino Campos	Desenhador	
José Torcato	Desenhador	
Piedade Ferreira	Dactilógrafa	
Teresa Moura	Dactilógrafa	
CONSULTORIA TÉCNICA		
Maria Emília Dia Silva	Geógrafa	
António Rocha	Geólogo	
Elizabeth Matos	Licenciada em Planeamento Regional e Urbano	

Fonte: PDM de Marco de Canaveses

Quadro. 2. Equipa Técnica responsável pela elaboração do PDM

3.1.2 Comissão de Acompanhamento

A nomeação da Comissão Técnica foi publicada no Diário da República, n.º 264 da II série de 15 de Novembro de 1990, integrando, nas variadas reuniões da Comissão Técnica, representantes das seguintes entidades públicas:

• Comissão de Coordenação da Região Norte;

- Direcção Geral do Ordenamento do Território;
- Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho;
- Junta Autónoma de Estradas;
- Direcção Geral das Florestas.

A Comissão Técnica, após ter considerado que o PDM de Marco de Canaveses, reunia as condições técnicas e legais para o efeito, no cumprimento do n.º 2 do art. 13º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, conjugado com o Decreto-Lei n.º 281/93 de 17 de Agosto e, ao abrigo do ofício-circular n.º 186, de 26 de Março de 1993, solicitou o parecer às seguintes entidades não representadas na Comissão Técnica:

- Instituto Geológico e Mineiro;
- Delegação Regional de Indústria e Energia;
- Direcção Geral dos Transportes Terrestres/Delegação do Norte;
- Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico;
- Direcção dos Serviços dos Equipamentos Educativos do Norte;
- Direcção Geral das Instalações e Equipamentos de Saúde/Norte;
- · Hidráulica do Douro;
- Delegação Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais do Norte;
- Direcção Geral do Turismo/Delegação do Norte;
- Electricidade de Portugal, E.P. Centro de Distribuição de Penafiel;
- Gabinete do Nó Ferroviário do Porto.

3.1.3 Aprovação e ratificação

O Plano Director Municipal de Marco de Canaveses foi aprovado a 30 de Dezembro de 1993, pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, e ratificado através da Resolução de Conselho de Ministros 34/94, tendo o seu Regulamento e a respectiva Planta de Ordenamento sido publicados no Diário República nº116 de 19 de Maio de 1994.

3.2 Conteúdos documentais

3.2.1 Elementos Anexos

- Estudos de Caracterização
- Planta da Situação Existente
- Planta e Extracto do Regulamento de Plano de Ordem Superior PROZED

3.2.2 Elementos Complementares

Peças escritas:

Princípios Gerais e Objectivos da Câmara Municipal

Peças desenhadas:

Planta de Enquadramento

3.2.3 Elementos Fundamentais

Peças escritas:

Regulamento

Peças desenhadas:

- Planta de Ordenamento (Esc: 1/10 000)
- Planta Actualizada de Condicionantes (Esc: 1/10 000)

3.2.4 Informação de Base

Para a elaboração das peças desenhadas, foram utilizadas as cartas militares do município à escala 1:25 000 dos Serviços Cartográficos do Exército, Esboço da Carta Geral de Ordenamento Agrário (Esc: 1/25 000), Carta Geológica de Portugal (Esc: 1/50 000) e as fotografias aéreas dos trabalhos preparatórios para a realização de ortofoto mapas.

Nos Estudos Sectoriais de Base foram utilizadas as informações disponíveis pelo INE (Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, Recenseamentos Agrícolas, etc.), bem como por um conjunto de entidades públicas e associativas sectoriais. A equipa recolheu ainda, junto da Câmara Municipal, das entidades locais e da população, um conjunto muito diversificado de informações de que se dá conta, de modo mais ou menos exaustivo, no capítulo seguinte.

4 ESTUDOS DE FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA

A elaboração do Plano Director Municipal de Marco de Canaveses foi suportada por um conjunto de estudos de caracterização, desenvolvidos por uma equipa técnica pluridisciplinar e de acordo não só com as disposições previstas no quadro legislativo e regulamentar em vigor mas também com os princípios teóricos e metodológicos intrínsecos ao exercício do planeamento territorial.

Os estudos sectoriais realizados contemplaram os seguintes âmbitos - Volume I que enquadra a Carta de situação existente; Volume II, Carta Actualizada de Condicionantes e Servidões de Utilidade Pública; Volume III, Carta da RAN, Volume IV, Carta da REN, Volume V, Carta de Zonas Críticas de Risco de Incêndios Florestais; Volume IV, Carta de Cadastro das Áreas Percorridas por Incêndios Florestais; Volume VII, que enquadra a Caracterização Física, Estudos Demográficos, Estudos Sócio-Económicos e Análise e Hierarquia dos Aglomerados; Volume VIII, Carta de Equipamentos; Volume IX, Carta de Infra-estruturas; Volume X, Carta de Património Cultural, Natural, Arquitectónico e Arqueológico; Volume XI, Carta Geológica; Volume XII, Carta de Espaços Florestais; Volume XIII, Carta de Ordenamento e Finalmente o Regulamento, no Volume XIV.

No relatório foi ainda efectuado o enquadramento regional, abordando as condicionantes de ordem superior e as restrições delas decorrentes e um estudo sobre as questões relativas à área urbana de Marco de Canaveses.

A elaboração dos diversos documentos produzidos durante a fase de caracterização e diagnóstico, contou com a participação activa da população e dos seus representantes (Juntas de Freguesia, Câmara Municipal e outras associações), com o objectivo de construir um consenso, o mais alargado possível, em torno das orientações e das propostas preconizadas, procurando deste modo ajustar as soluções às necessidades e aspirações locais da colectividade.

A metodologia adoptada na realização destes estudos contemplou um conjunto de etapas subsequenciais, que contaram com a intervenção e/ou influencia dos diversos agentes e representantes de instituições com responsabilidades no concelho, culminado com a apresentação da proposta de ordenamento e planeamento municipal.

4.1 Estudos de Complementares de Caracterização

Os documentos designados por Estudos Complementares - Volume VII do Plano Director Municipal, organizaram-se com base em quatro relatórios sectoriais divididos de acordo com as temáticas de estudo atrás referidas.

As informações estatísticas mobilizadas foram extraídas dos Recenseamentos Gerais da População e da Habitação de 1960, 1970, 1981 e 1991, bem como de outras publicações do INE, de outros serviços da administração pública central desconcentrada (Comissão de Coordenação da Região Norte, etc.), da própria Câmara Municipal ou ainda de inquéritos funcionais realizados pela equipa que elaborou o plano.

Nas páginas seguintes faz-se uma apresentação sumária e esquemática de cada um dos estudos de caracterização dos temas considerados e da respectiva abrangência, dos indicadores utilizados na inventariação e caracterização e ainda da análise e do diagnóstico realizado.

4.1.1 Caracterização Física

A caracterização física, encontra-se desagregada em três pontos: sendo o primeiro um ponto introdutório e o segundo a caracterização biofísica propriamente dita, que se desagrega em Espaço Físico e Localização, Geomorfologia e Relevo, Geologia, Rede Hidrográfica e Recursos Hídricos, capacidade de Uso do Solo, Espaço Florestal, Clima, finalmente apresenta-se a conclusão.

Inicialmente, é feito um enquadramento legal do documento alertando para a necessidade de determinar as potencialidades, limitações e condicionalismos físicos existentes.

Nesta sequência é apresentada a localização do concelho situando-o no Nordeste de Portugal, numa área periférica da Serra do Marão, encaixando-se em cunha entre o Rio Douro e o Tâmega.

Morfologicamente o concelho apresenta vales encaixados principalmente no que corresponde às áreas circundantes do Tâmega e do Douro, predominando no concelho formações com cotas a rondar os 400m, de formas arredondadas e declives suaves, sendo que as maiores altitudes se apresentam no limite com o Concelho de Amarante e Baião. Do ponta de vista geológico, o documento do PDM em vigor faz referência a formações Paleozóicas e ante-paleozóicas, instruídas por maciços graníticos hercínicos pertencentes à extensa faixa granítica do Minho e Beiras, existindo falhas e fracturas onde se encaixam filões de quartzo, aplitos e pegmatitos. Contudo importa destacar a predominância de diferentes tipos de granito na região.

O sistema hidrológico do concelho é dominado pela presença do Rio Douro, ao qual aflui o Rio Tâmega, a SW, na freguesia de Torrão, desenvolvendo-se aqui o principal colector de drenagem do concelho. A um nível inferior, destacam-se ainda os afluentes do Tâmega, a saber, o Rio Odres e Ovelha. Beneficiando deste seu ambiente geográfico e natural, o Concelho ganha relevância na produção de energia, utilizando a força hidráulica da água, através de dois importantes empreendimentos hidroeléctricos na região: a Barragem do Carrapatelo, no Rio Douro, e a Barragem do Torrão, no Rio Tâmega.

Relativamente ao usos do solo é fundamental referir que da totalidade de solo disponível no concelho apenas 865 ha têm capacidade de uso agrícola e elevada produtividade. O facto de se tratar de um concelho predominantemente montanhoso e com declives importantes condiciona em grande parte do território (27,7%) a capacidade agrícola do solo.

No que concerne ao espaço florestal, refira-se que as áreas de floresta compõem grande parte da área envolvente do Douro, mantendo-se ainda sinais da floresta primitiva da confluência atlântica, mais a ocidente, para onde se estende o domínio do carvalho - roble e outro tipo Mediterrânico acompanhando o rio a montante. No concelho, a área

florestal representa cerca de 32% do total da área do concelho e é dominada essencialmente pelos povoamentos de pinheiro bravo, logo seguida pelo Eucalipto, com franca expansão no território nas últimas décadas.

Ao nível climatológico, evidencia-se a dificuldade de classificar o clima do concelho, uma vez que não existe qualquer estação meteorológica na área em estudo. Acresce ainda a posição intermédia do concelho entre a fachada atlântica e as terras altas de Trás-os-Montes, o que lhe retira homogeneidade em termos de condições climáticas. Assim o clima da região foi definido da seguinte forma, nas zonas de vales as temperaturas são moderadas no Inverno e bastante elevadas no Verão, nas regiões de altitude mais elevada os Invernos são frios e os Verões mais frescos.

Finalmente apresenta-se a conclusão expondo resumidamente os pontos supracitados.

4.1.2 Estudos Demográficos

Os estudos demográficos do concelho foram feitos com base numa conjunto de indicadores, por forma a identificar as principais características e tendências de evolução da população de Marco de Canaveses. Em termos metodológicos, começou por fazer-se uma introdução, seguida da evolução da distribuição da população residente, apresenta-se o movimento e a estrutura da população residente, são feitas as projecções da população e finalmente apresentam-se as principais conclusões referentes às temáticas em análise.

Inicialmente, a introdução, dá-nos conta do enquadramento legal do relatório e faz uma breve exposição da metodologia adoptada, apontando três vectores de análise.

Apesar do PDM ser de 1994, os dados utilizados são geralmente os do Recenseamento Geral da População relativos a 1960, 1970 e 1981, regendo-se também por dados provisórios de 1991. No que respeita à evolução da população residente, destaca-se o facto da população do concelho ter vindo a aumentar cumulativamente, contrariamente à tendência verificada para a área do Plano Regional da Zona Envolvente do Douro (PROZED). No período de 1960 - 1981, a população do concelho aumentou 17,5%, percentagem superior à variação na área do PROZED (8,6%), na região Norte (12,2%) e no continente (12,6%). De acordo com os RGP de 1981 o volume de população residente ultrapassa os 40 mil, repartida pelas 31 freguesias, com uma densidade média de 228,3hab/Km². A sede de concelho que se distribui pelas freguesias de Fornos, Rio das Galinhas, S. Nicolau e Tuías detinha, em 1881, 12,4 % da população. É precisamente a área urbana da sede do concelho e também as freguesias marginais do Douro e do Tâmega que apresentam as maiores densidades populacionais. Na década de setenta a variação da população traduziu-se num acentuado crescimento demográfico nas freguesias de Ariz, Banho e Carvalhosa, Freixo e Penha Longa. No entanto, entre 1981 e 1991, muitas destas freguesias evidenciaram perdas populacionais destacando-se, Penha Longa, Ariz, Freixo e Banho e Carvalhosa.

O quadro das dinâmicas populacionais no concelho, avaliado pelas variáveis do crescimento natural, revela ainda fortes contrastes entre a parte Este e a parte Oeste, dependendo da tipologia da freguesia: Freguesias predominantemente rurais (Folhada,

Freixo, Manhuncelos, Paços de Gaiolo, Paredes de Viadores, Rosém, Soalhães, Tabuado, Várzea de Ovelha e Aliviada, na parte Este e ainda Maureles e Vila Boa de Quires, na parte Oeste) apresentaram todas elas crescimento e densidades inferiores à média concelhia; Por oposição a estas, são referidas as freguesias que registaram simultaneamente um crescimento demográfico e uma densidade claramente superior aos valores médios do concelho (Fornos, Tuías, Rio de Galinhas, S. Nicolau, e Sobretâmega, na zona Norte, Alpendorada e Matos, Ariz, Favões, S. Lourenço do Douro e Várzea do Douro, na parte Sul do concelho).

No que concerne aos movimentos e estrutura da população residente, destaca-se o facto de os números de nascimentos serem sempre superior ao número de óbitos. Com efeito, os saldos fisiológicos nos períodos de 1960/1970, 1970/1981 e 1981/1989 corresponde a 9615, 6940 e 4577 respectivamente , daí que a taxa de crescimento natural tenha decaído, de 2,1% para 1,1% neste período. Relativamente ao fenómeno migratório conclui-se que é na década de setenta que se atingem os valores mais elevados na taxa de emigração. A partir de 1974 o ritmo de emigração diminui. De acordo com os dados do PROZED e durante o período de 1956-1980, verifica-se que o concelho de Marco de Canaveses apresenta uma frequência emigratória superior à média (2,9%), ligeiramente superior à observada no PROZED (2.8%), mas inferior à registada na Região Norte (5,1%) e para o continente (4,8%). Relativamente ao Saldo migratório de acordo com o RGP de 1981 verifica-se que o números de imigrantes é sempre superior ao número de emigrantes.

Relativamente à estrutura etária foram analisados os valores correspondentes aos recenseamento de 1960, 1970 e 1981, os quais foram apresentados em comparação com o continente, onde sobressai o envelhecimento da população no concelho, embora em ritmo inferior ao verificado no continente. Foi ainda analisado o índice de vitalidade, verificando-se que existe um aumento desde a década de 60 até 1981, revelando a equipa que esta tendência deverá manter-se no futuro próximo. Relativamente ao rácio de dependência, registou-se um decréscimo na década de 70, embora a população de Marco de Canaveses esteja a envelhecer a um ritmo considerável em relação ao grupo dos activos. No que concerne à Relação de Substituição de Gerações, o concelho de Marco de Canaveses apresenta em 1981 um valor de 1,74 superior ao continente (1,25) e ao Distrito do Porto (1,51), apesar de ter vindo a diminuir nas últimas décadas.

Finalmente, a análise da projecção da população foi efectuada tendo em consideração a evolução censitária desde 1911 até 1991, tendo sido apresentados três cenários distintos, o primeiro cenário tendo em consideração a evolução natural, sem qualquer fenómeno migratório, o segundo cenário, mantendo a tendência detectada na década de 80, com aprofundamento das assimetrias entre litoral/interior e finalmente o último cenário que visa o equilíbrio regional, admitindo uma evolução no sentido da atenuação dos fluxos migratórios internos e mesmo nos movimentos com o estrangeiro. Assim, segundo o primeiro cenário a população do Marco de Canaveses, em 2000, a população corresponderia a cerca de 54800 habitantes. Atendendo ao segundo e terceiro cenário, a população seria 58500 e 56100 pessoas, respectivamente.

Finalmente, a equipa conclui sobre as principais dinâmicas populacionais verificadas no concelho.

4.1.3 Estudo Socio-Económicos

No relatório sobre os estudos socio-económicos, a equipa técnica procedeu à caracterização e análise dos diferentes sectores, numa perspectiva quantitativa e qualitativa. Os dados utilizados foram recolhidos, na generalidade, do Instituto Nacional de Estatística, correspondendo aos recenseamentos gerais da população e aos recenseamentos agrícolas. O tratamento e a análise destes dados conduziram à identificação dos estrangulamentos e potencialidades de cada um desses sectores, permitindo a identificação de propostas para o desenvolvimento do sector.

Em termos metodológicos, procedeu-se, em primeiro lugar a uma introdução onde se evidencia o enquadramento legal do relatório e se apresenta de uma forma geral a estrutura activa do país.

Relativamente à população activa, exposta em analogia com a área do PROZED, Região Norte e continente, o relatório começa por apresentar a sua evolução recente, que permite constatar que existe um aumento crescente da população a exercer uma profissão no concelho, sendo que a taxa de crescimento da população activa (21,6%) é superior à taxa de crescimento demográfico (17,5%). No que respeita à distribuição da população activa por sector de actividade, verifica-se que a partir de 1970 se tem verificado um aumento da taxa de actividade no concelho. De seguida, procedeu-se à caracterização de cada um dos sectores de actividade, com um tratamento específico ao sector agrícola, dado o seu peso na economia do concelho. Em termos evolutivos, a análise da estrutura sectorial de emprego permite constatar um acentuado declínio do peso do sector primário que regista, 60,2%, 37% e 33,9% respectivamente em 1960, 1970, 1981, por sua vez verifica-se um aumento da importância dos sector secundário e terciário.

De acordo com os dados do RGP de 1981, predomina o sector secundário (42,5%) e o sector primário (33,9%) da população residente activa a exercer profissão, finalmente o sector terciário emprega 23,5% da população. Neste ponto foi também estabelecida a relação de masculinidade da população activa verificando-se uma supremacia dos homens em relação às mulheres. O estudo apresenta ainda a distribuição da população activa por freguesias, onde se destacam as freguesias da sede de concelho como aquelas onde o peso do sector terciário é maior. O fenómeno social do desemprego atingia, em 1981, muitas famílias do concelho, onde 8,7% da população activa se encontrava no desemprego, taxa esta superior à do PROZED (7,4%) e à da Região Norte (6,9%). Do total da população desemprego, 77,5% pertencia à população à procura do primeiro emprego e 22,5% à população à procura de novo emprego.

Em relação ao nível de instrução da população activa, podemos concluir que no concelho a qualificação dos activos era muito baixa, pois 52,2% dos activos detinha apenas o primário como grau de ensino completo, valor que se situa na média dos registados na área do PROZED e na Região Norte, com 53,2% e 51,9%, respectivamente. Aponta-se ainda neste documento o facto de 41,4% da população activa ser jovem (entre 15 e 24 anos de idade) o que denota um precoce abandono escolar.

Na caracterização geral do sector primário e dos diferentes sub-sectores que o constituem, a equipa apresenta alguns dados gerais sobre a utilização do solo

(correspondente, na maioria dos casos, aos dados do Recenseamento Agrícola de 1979), salientado o grande peso no concelho da agricultura e silvicultura, na ocupação dos activos; a dimensão e fragmentação das explorações agrícolas salientando a reduzida dimensão das explorações e a sua dispersão; as formas de exploração da terra, salientando que os agricultores do concelho não encaram a actividade agrícola como uma actividade profissional, visto que o tempo de actividade gasto na exploração pelo produtor individual é muitas vezes parcial, em complementaridade com outras actividades, enquadrado numa estratégia de pluri-actividade e pluri-rendimento. Por fim, a equipa conclui que são reduzidas as hipóteses de actividades alternativas à agricultura que permitam canalizar para outras actividades a mão-de-obra sub-aproveitada, salientado a existência de subemprego no concelho;

Relativamente à população agrícola, em termos de idade, sexo e rendimento, onde se destaca o reduzido número de pessoas nos níveis etários mais produtivos, o elevado número de pessoas sem actividade, a elevada percentagem de população em idade escolar que trabalha na exploração agrícola, salientando o nível baixo nível de formação da população, importa ainda referir que cerca de 50% da mão de obra familiar na agricultura é feminina.

O concelho apresenta uma Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de 5428 ha , que se caracteriza por um sistema de policultura, baseada essencialmente na cultura da vinha, centeio, batata, milho/feijão, culturas forrageiras, normalmente associadas à exploração pecuária e culturas hortícolas. Em relação à utilização florestal, destaca-se a elevada percentagem de solo ocupado por florestas (6080 ha).

Em termos de síntese do sector agrícola, a equipa realça: a pequena dimensão da propriedade, a dispersão das explorações, a existência de uma agricultura de subsistência e pouco desenvolvida, a actividade agrícola ser complementar a outras actividades, a dependência de recursos externos, a existência de sub-emprego e desemprego oculto, a exploração da terra por conta própria e com mão-de-obra familiar, a baixa formação da população agrícola, o baixo grau de mecanização, a área florestal como uma das principais riquezas, e a produção destinada essencialmente ao auto consumo. Ainda no sector primário foi feita uma breve abordagem no que concerne à indústria extractiva, sendo a população activa a exercer profissão nesta área igual a 6,1% do total de empregados. A maior parte da população activa está ligada à exploração de materiais não metálicas, essencialmente granito, existindo de acordo com o PROZED 49 pedreiras licenciadas.

Seguidamente, foi feita uma breve caracterização e análise do sector secundário, onde se destacam particularmente, por ordem decrescente, os sub-sectores da Construção e Obras Públicas, da Indústria Transformadora e da Electricidade, Gás e Água. Relativamente à Indústria Transformadora sendo uma das actividades que maior importância assume no concelho, absorve em 1981, cerca de 13,9% da população activa. Os acréscimos de população activa neste sector devem-se essencialmente à indústria têxtil, do vestuário e do calçado, da indústria da alimentação, bebidas e tabaco e da fabricação de produtos metálicos. O ramo de actividade de Construção e Obras Públicas, dada a elevada mão-de-obra que emprega, ou seja 27,2% da população empregada, em

1981, assume grande relevância ao nível do emprego no concelho. Verifica-se que em 1990 se encontravam recenseadas 410 unidades ligadas à construção e obra públicas.

Relativamente ao sector terciário, evidencia-se o facto de ter vindo a ganhar importância nas últimas décadas, ocupando em 1981, 23,5% dos activos, dos quais 60,9% exerce actividades relacionadas com o comércio e 39,1% exerce funções de natureza social. Relativamente à actividade comercial sendo um elemento de ligação entre vários sectores de actividade é também um factor polarizador, tendo o seu peso vindo a aumentar, muito por força da proliferação e modernização do comércio a retalho. Destacam-se ainda os transportes, armazenagem, comunicações, bancos e outras instituições financeiras, seguros, operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas, serviços prestados à colectividade, serviços sociais e serviços pessoais. Por fim, surge o turismo, apontando o IP4 (actual A4), a variante à EN211 e a navegabilidade do Rio Douro como importantes elementos para a resolução dos problemas turísticos.

Finalmente, a equipa apresenta as conclusões gerais do relatório onde evidenciam a potencialidades do concelho e as fragilidades económicas do mesmo.

4.1.4 Análise e hierarquia dos aglomerados

O último relatório que compunha o Volume VII, Estudos Complementares, aborda a rede urbana e a hierarquia dos aglomerados, tendo por objectivo a identificação, análise e hierarquização da rede de aglomerados do concelho de Marco de Canaveses.

A metodologia adoptada baseou-se na análise rígida dos aglomerados por fotointerpretação da cartografia a 1/10 000 e imagens aéreas disponíveis do concelho. O trabalho partiu ainda da proposta de estrutura urbana, promovida pela Câmara Municipal, na década de 80, tendo merecido uma validação no terreno e actualização dos seus elementos.

Para a hierarquização dos aglomerados teve-se em consideração um conjunto de variáveis estudadas como a dimensão, densidade de ocupação, grau de infraestruturação, equipamentos e serviços existentes. Foi então possível estabelecer uma hierarquização dos aglomerados em quatro níveis:

- H1 Núcleo Urbano da Cidade do Marco;
- H2 Vila de Alpendorada, aglomerado de Lamoso e Livração;
- H3 Aglomerado de Soalhães, Vila Boa de Quires e Tabuado;
- H4 Restantes aglomerados

Como conclusões, a equipa destaca as características marcadamente rurais do concelho de Marco de Canaveses e a estrutura de povoamento disperso, o que obriga a uma análise atenta para uma correcta diferenciação da importância dos aglomerados. A rede de aglomerados foi hierarquizada de acordo com os critérios referidos e em quatro níveis de importância.

Tema e Objecto	Inventário e Caracterização	Análise, Diagnóstico e Cenários
Caracterização Física	Quadro com a capacidade de uso do solo	O município localiza-se no Nordeste de Portugal,
Espaço físico localização	Quadro com a utilização do solo	numa área periférica da Serra do Marão, encaixando- se em cunha entre o Rio Douro e o Tâmega.
Apresentação do concelho	Quadro com alguns indicadores Meteorológicos	Vales encaixados nas áreas circundantes do Tâmega e
<u>Geomorfologia e relevo</u>	Localização do concelho	do Douro, predominam formações com cotas a rondar os 400m, as maiores altitudes apresentam-se no
Exposição morfológica e altimétrica do município		limite com o Concelho de Amarante e Baião.
Municipio	em Portugal	Formações Paleozóicas e Ante-paleozóicas instruídas
Geologia Descrição e enquadramento geológico do	Agronomia Lusitana	por maciços graníticos hercínicos pertencentes à extensa faixa granítica do Minho e Beiras, falhas e
concelho de Marco de Canaveses	A utilização do Solo Esboço Hipsométrico	fracturas onde se encaixam filões de quartzo, aplitos
Dada Hidaa aasti aa a Daawaa a Kidai aa	Altimetria	e pegmatitos.
Rede Hidrográfica e Recursos Hídricos Exibição das principais bacias de drenagem	Esboço Geológico	Sistema hidrológico dominado pela presença do Rio Douro, ao qual aflui o Rio Tâmega, principal colector
e funcionamento da rede, aproveitamento hidroeléctrico.	Rede Hidrográfica	de drenagem do concelho. Importância de
nidroelectrico.	Festos e Talvegues	aproveitamentos hidroeléctricos (Barragem do Carrapatelo e Barragem do Torrão).
Capacidade de Uso do Solo Apontamento sobre os principais usos do	Carta Geral de Ordenamento Agrário	Relativamente aos usos do solo é fundamental referir
solo e suas potencialidade	Carta de Inventário Florestal	que da totalidade de solo disponível no concelho apenas 865 ha têm capacidade de usos agrícola com
<u>Espaço Florestal</u> Definição de três funções principais da		elevada produtividade.
floresta e sua contextualização		O Espaço florestal compõe grande parte da área envolvente do Douro, representando as suas florestas
<u>Clima</u>		cerca de 32% do total da área do concelho, dominadas essencialmente pelo pinheiro bravo e
Enquadramento climático do município e		eucalipto.
condições climáticas		Nas zonas de vales, as temperaturas são moderadas no Inverno e bastante elevadas no Verão, mas regiões

Tema e Objecto	Inventário e Caracterização	Análise, Diagnóstico e Cenários
		de altitude mais elevada os Invernos são frios e os Verões mais frescos.
Estudos Demográficos Evolução da distribuição da população	Evolução da população residente concelhia, PROZED, Região Norte e Continente (1950- 1985)	A população do concelho tem vindo a aumentar contrariamente à tendência verificada para a área do PROZED.
residente Análise da evolução da população residente por concelho, freguesia, PROZED, Região	Evolução da população residente em Marco de Canaveses (1900-1981)	De acordo com os RGP de 1981 o volume de população residente ultrapassa os 40 mil, repartida pelas 31 freguesias, com uma densidade de 228,3hab/Km².
Norte e Continente Desenvolvimento das taxas de natalidade e Mortalidade	Evolução da Taxa de Natalidade e de Mortalidade para o concelho (1960, 1970, 1981)	O número de nascimentos é sempre superior ao número de óbitos com efeito os saldos fisiológicos são positivos entre 1960 e 1989 embora tenha
Movimento e estrutura da população residente	Densidade populacional concelhia e por freguesia (1981)	decrescido. Na década de setenta atingem-se os valores mais
Explicação do crescimento demográfico com base no movimento natural e		elevados na taxa de emigração. A partir de 1974 o ritmo de emigração diminui. O saldo migratório de acordo com o RGP de 1981 verifica-se que o números
emigração oficial Análise da estrutura etária do concelho em	Variação da População Residente por freguesia (1960/1970) (1970/1981)	de imigrantes é superior ao número de emigrantes.
comparação com o distrito do Porto e continente	Intensidade e dinâmica demográfica do concelho (1960/1981)	Envelhecimento da população no concelho em ritmo inferior ao verificado no continente.
Projecções da população residente Previsão da evolução demográfica segundo	Distribuição da população residente por lugares-freguesias	No que concerne à Relação de Substituição de Gerações, o concelho de Marco de Canaveses apresenta em 1981 o um valor de 1,74 superior ao
três cenários, Evolução Natural, Manutenção da Tendência e Equilíbrio Regional	População residente em 1981, por dimensão dos lugares em Marco de Canaveses, PROZED,	continente (1,25) e ao Distrito do Porto (1,51).
	Região Norte e Continente Evolução da população residente por dimensão de lugares (1960 e 1981)	Projecção da população tendo em consideração a evolução censitária desde 1911 até 1991, apresentação de três cenários distintos:
		O primeiro cenário tendo em consideração a evolução

Tema e Objecto	Inventário e Caracterização	Análise, Diagnóstico e Cenários
	População residente por freguesias (1981/1991)	Segundo cenário, mantendo a tendência detectada na década de 80, com aprofundamento das assimetrias Litoral/interior, Terceiro cenário que visa o equilíbrio regional, conseguido admitindo uma evolução no sentido da atenuação dos fluxos migratórios internos e mesmo nos movimentos com o estrangeiro. Assim segundo cenário, mantendo a tendência detectada na década de 80, com aprofundamento das assimetrias Litoral/interior, Terceiro cenário que visa o equilíbrio regional, conseguido admitindo uma evolução no sentido da atenuação dos fluxos migratórios internos e mesmo nos movimentos com o estrangeiro. Assim segundo o primeiro cenário a população do Marco de Canaveses em 2000 seria correspondente a 54800, atendendo ao segundo e terceiro cenário a
	,	
	Fenómeno emigratório do concelho de Marco de Canaveses (1960/1988)	
	Emigração e frequência emigratória (1956/1980)	
	As migrações no concelho de Marco de Canaveses, PROZED e Continente (1973-1981) (1979-1981)	
	Evolução da população por grupos etários (1960, 1970, 1981)	
	Repartição da população por grandes grupos etários (1960, 1970, 1981)	
	Pirâmides etárias (1960, 1970, 1981)	
	Grupos funcionais e índices das estruturas de idades da população de Marco de Canaveses, distrito do Porto e Continente (1960, 1970, 1981)	
	Perspectivas demográficas para o ano de 2000 (marco de Canaveses e PROZED)	
	Projecção da População (1990-2010)	
Estudos Socio-Económicos	Evolução da população activa a exercer	Aumento crescente da população a exercer uma profissão no concelho, sendo que a taxa de

Tema e Objecto	Inventário e Caracterização	Análise, Diagnóstico e Cenários
	profissão (1960, 1970, 1981) Evolução da taxa de actividade da população	crescimento da população activa (21,6%) é superior à taxa de crescimento demográfico (17,5%).
População activa Apresentação da evolução da população activa, bem como da sua distribuição por sectores de actividade, reflectindo a	activa a exercer profissão(1960, 1970, 1981) Evolução da população activa do concelho por sectores de actividade (1960, 1970, 1981) Evolução da população activa a exercer	A partir de 1970 verificou-se um aumento da taxa de actividade no concelho. Acentuado declínio do peso do sector primário que regista, 60,2%, 37% e 33,9% respectivamente em 1960, 1970, 1981. Por sua vez, verifica-se um aumento
estrutura profissional e organizacional do concelho	profissão por sectores de actividade (1960, 1970, 1981)	da importância dos sector secundário e terciário.
Actividade Económicas Sector primário, a agricultura dado o seu	Evolução da população activa a exercer profissão por sectores de actividade e sexo (1960, 1970, 1981)	Predomina o sector secundário (42,5%) e o sector primário (33,9%) da população residente activa a exercer profissão, finalmente o sector terciário emprega 23,5% da população.
peso na economia do concelho é alvo de uma abordagem mais específica, embora	Distribuição da população activa por sectores de actividade em 1981	A qualificação dos activos é muito baixa, pois 52,2% dos activos possui apenas o ensino primário completo.
muitos dados utilizados revertam a 1979, neste ponto reflecte-se ainda à cerca da silvicultura e da industria extractiva	segundo o ramo de actividade (1970, 1981)	Aponta-se ainda neste documento o facto de 41,4% da população activa ser jovem o que denota um precoce abandono escolar.
Silvicultura e da maasir la extractiva	Emprego no concelho por sectores de actividade, 1981	Análise das características do sector primário e dos
Sector secundário, breve análise das principais actividades do sector secundário	, ,	diferentes sub-sectores que o constituem: grande peso da agricultura e silvicultura; a dimensão e fragmentação das explorações agrícolas salientando a
existentes no concelho, com dados relativos a 1981, tendo em consideração a industria transformadora e a construção e obras pública em particular	População residente activa segundo a situação na profissão, por profissão em 1981	reduzida dimensão das explorações e a sua dispersão; as formas de exploração da terra,
	População activa por níveis de instrução, 1981 População activa segundo a situação na	Cerca de 50% da mão de obra familiar na agricultura é feminina.
Sector terciário, breve análise das principais actividades do sector terciário	profissão por grupos etários	O concelho apresenta uma Superfície Agrícola Utilizada (SAU) de 5428 ha , que se caracteriza por

Tema e Objecto	Inventário e Caracterização	Análise, Diagnóstico e Cenários
existentes no concelho, com dados relativos a 1981, destacando-se o comércio, transportes, armazenagem e comunicações, bancos e outras instituições financeiras e serviços prestados à colectividade	Ramos de actividade do Sector I, 1981 Superfície de solos segundo a sua aptidão agrícola, 1979 Explorações agrícolas no concelho, PROZED, Região Norte e Continente, 1979 Área média das explorações.	um sistema de policultura, baseada essencialmente na cultura da vinha, centeio, batata, milho/feijão, culturas forrageiras, normalmente associadas à exploração pecuária e culturas hortícolas. Utilização florestal, onde se destaca a elevada percentagem de solo ocupado por florestas (6080 ha).
Turismo Aludindo para elementos importantes para a resolução dos problemas turísticos.	Superfície Agrícola Utilizada no Concelho em 1989 Estrutura empresarial do concelho (1979, 1982) População agrícola familiar do concelho, segundo idade, sexo e actividade na exploração, 1979 População agrícola familiar a trabalhar na exploração, 1979 População agrícola a trabalhar na exploração em relação à população agrícola total, 1979 Tempo de actividade na exploração do produtor individual, 1979 Tempo de actividade na exploração das pessoas do agregado doméstico, incluindo o produtor individual, 1979 Mão-de-obra não familiar permanente, 1979 Mão-de-obra não familiar, permanente e eventual, 1979	A população activa a exercer profissão na Indústria Extractiva equivale a 6,1% do total de empregados. A maior parte da população activa encontra-se ligada à exploração de materiais não metálicas existindo de acordo com o PROZED 49 pedreiras licenciadas. No sector secundário, destacam particularmente os sub-sectores da construção e obras públicas, da indústria transformadora e da electricidade, gás e água. A indústria transformadora absorve em 1981 cerca de 13,9% da população activa. Os acréscimos de população activa neste sector devem-se essencialmente à industria têxtil. Importância do ramo de actividade de Construção e obras públicas dada a elevada mão de obra que emprega, ou seja 27,2% da população activa com profissão em 1981. O sector terciário, tem vindo a ganhar importância nas últimas décadas, ocupando em 1981, 23,5% dos activos, dos quais 60,9% exerce actividades relacionada com o comércio e 39,1% exerce funções

Tema e Objecto	Inventário e Caracterização	Análise, Diagnóstico e Cenários
	Rendimento da exploração, 1979	de natureza social.
	Culturas temporárias e permanentes, 1989	A actividade comercial tem o vindo a aumentar,
	Explorações e superfícies permanentes e	distinguindo-se o comércio a retalho. Destacam-se ainda os transportes, armazenagem, comunicações, bancos e outras instituições
	temporárias, 1979	
	Produção pecuária do concelho, 1979, 1989	financeiras, seguros, operações sobre imóveis e
	Inventário florestal, por principais espécies, serviços prestados às empresas, serviços	serviços prestados às empresas, serviços prestados à colectividade, serviços sociais e serviços pessoais.
	Produto Agrícola Bruto, 1979, 1980, 1981	Finalmente surge o turismo, apontando o IP4, a
	Emprego na industria extractiva, 1981	variante à EN211 e a navegabilidade do Rio Douro
	Pedreiras licenciadas pela Direcção Geral de Geologia e Minas (D.G.G.M), 1990	problemus ruristicos.
	Pedreiras e telheiros, 1991	
	Distribuição das unidades funcionais, por freguesia	
	Unidades funcionais por ramos de actividade, freguesia, 1990	,
	População activa por ramos de actividade Sector II, 1981	
	População activa na industria transformadora, 1981	
	Emprego e produtividade na industria transformadora, 1986	
	Repartição do emprego na indústria transformadora por escalões de pessoal, 1984	

Tema e Objecto	Inventário e Caracterização	Análise, Diagnóstico e Cenários
	Candidaturas ao SIRB - Setembro de 86 a Março de 90.	
	Emprego por sectores e ramos de actividade, 1981	
	Emprego no ramo do comércio, 1981	
	Sistema de incentivos financeiros ao investimento no turismo (SIFIT) - Ponto da situação até à 3ª fase de 1988	
	Resumo das intenções de investimento no turismo na área do PROZED	
Análise e Hierarquia dos Aglomerados Hierarquização dos aglomerados em função	Fotointerpretação da cartografia disponível a 1/10 000 e das fotografias aéreas recentes.	Proposta de hierarquização dos aglomerados em quatro níveis:
da dimensão, densidade de ocupação, nível	·	H1 - Núcleo urbano da Cidade do Marco
de infra-estruturação, equipamentos e serviços existentes.	dos aglomerados, ao nível da dimensão, densidade de ocupação, infra-estruturas, equipamentos e serviços existentes.	H2 - Vila de Alpendorada, aglomerado de Lamoso e Livração;
		H3 - Aglomerados do Soalhães, Vila Boa de Quires e Tabuado;
		H4 - Restantes aglomerados.

5 RELATÓRIO E PLANO DE ORDENAMENTO

5.1 Relatório

Antecedendo a publicação dos estudos de caracterização sectorial do concelho, a equipa elaborou um primeiro relatório sobre a situação existente (reforçado, entretanto, nos volumes que se seguiram), onde manifestou as suas inquietudes e anseios em relação ao estado actual do território e traçou os objectivos do PDM para o horizonte temporal de 2000-2001, com vista a resolver grande parte dos problemas que afectam a gestão do território e a qualidade do urbanismo do concelho.

Neste documento é efectuada a apresentação do Plano, onde se destaca a sua organização documental e metodologias adoptadas por parte da equipa responsável pela elaboração do PDM, definidas as grandes opções que o plano consagra e por último os objectivos sectoriais das acções a implementar por este instrumento.

A equipa responsável pela sua elaboração considerou que este documento deveria reflectir a realidade concelhia, identificar as suas características fundamentais, as suas permanências, estrangulamentos e potencialidades para o futuro, apontando os sectores onde seria importante actuar a curto e médio prazo.

A metodologia de elaboração deste documento passou pela auscultação dos diversos agentes e representantes de instituições com responsabilidades no território concelhio, beneficiando de um contacto aproximado entre autarcas e gabinete permanente de planeamento e pela consideração dos estudos e propostas contemplados nos documentos produzidos durante a fase de caracterização sectorial.

Por último, são efectuadas algumas reflexões sobre a importância deste instrumento de ordenamento e gestão do território municipal, o compromisso que é assumido pela Administração Municipal perante os munícipes e as medidas pedagógicas que deveriam ser implementadas no sentido de esclarecer a população sobre a sua importância.

Nos pontos seguintes apresentam-se os conteúdos relativos às grandes opções do plano e aos objectivos sectoriais.

5.1.1 Grandes opções do Plano

Entende-se por Grandes opções do Plano, os objectivos gerais e prioritários que definem as principais linhas de orientação do PDM de Marco de Canaveses, em consonância com os princípios contidos no Regime Jurídico para a elaboração dos instrumentos de gestão do território de então, o Decreto-Lei n.º 69/90.

O Regulamento do PDM apresenta, no Artigo 3°, publicado no Diário da República, n.º 116/1994, os objectivos do Plano de Marco de Canaveses:

1) Definir e estabelecer os princípios e regras para a ocupação, uso e transformação do solo;

- 2) Apoiar uma política de desenvolvimento económico e social compatibilizado com a preservação do ambiente e dos recursos naturais;
- 3) Determinar as carências habitacionais, enquadrando as orientações e soluções adequadas no âmbito da política de habitação;
 - 4) Compatibilizar as diversas intervenções sectoriais;
- 5) Desenvolver e pormenorizar regras e directivas estabelecidas em planos de nível superior;
- 6) Fornecer indicadores para o planeamento, designadamente para a elaboração de outros planos municipais de nível inferior;
 - 7) Servir de enquadramento à elaboração de planos de actividades do município;
- 8) Estabelecer no regime de cedências regras e princípios com vista à prossecução do princípio da igualdade.

5.1.2 Objectivos sectoriais

Sectorialmente, foram definidos objectivos e linhas de actuação, numa fase que antecedeu o início dos trabalhos de elaboração e regulamentação do PDM em vigor, sendo portanto tidas como recomendações prévias à intervenção em cada um dos sectores. Estes objectivos apresentavam para cada um dos sectores do território, orientações claras e ideias-chave, com vista a evitar os erros do passado. Apresentamse, de seguida e forma resumida, os objectivos contidos em cada um dos relatórios sectoriais que compõem o PDM e que reforçam as ideias defendidas no primeiro relatório:

Ambiente

- Instituir um conjunto de direitos, fundados na qualidade do meio ambiente, como o direito ao espaço, à luz, à livre circulação, ao silêncio e o direito à paisagem;
- Procurar a imagem de nível europeu para a cidade do Marco de Canaveses;
- Assegurar a participação de cidadãos e indústrias na resolução dos problemas locais.

Indústria

- Conciliar indústria com qualidade de vida;
- Promover a melhoria de imagem das instalações industriais;
- Prever que pequenas indústrias locais possam existir na área urbana;
- Compatibilizar indústria com zonas industriais;
- Programar e regulamentar devidamente a instalação da indústria, no concelho, favorecendo a conjugação das referidas premissas.

Equipamento

- Programar os equipamentos, em função da mobilidade dos seus utentes e da capacidade de transportes existentes ou a criar;
- Dar o primado à concentração dos grandes equipamentos e ao aumento da sua área de influência, em zonas a sujeitar a plano de pormenor;
- Melhor a qualidade do serviço prestado pelos equipamentos públicos, que deverá constituir o fim último e a razão de ser da sua programação.

Agricultura/Floresta

- Adequar as políticas sectoriais aos objectivos definidos pela PAC;
- Assegurar o correcto atendimento das regras e princípios definidos para os solos de RAN e REN, bem como para a gestão das florestas de protecção;
- Atendendo às limitações políticas e financeiras do município, as regras estipuladas para os solos agrícolas e florestais deverão sempre, sem pôr em causa o interesse comum, privilegiar o princípio da igualdade e os direitos dos proprietários.

Turismo

- Favorecer a implantação de unidades turísticas;
- Promover o desenvolvimento de actividades turísticas, em sintonia com a gestão ambiental, definindo para tal as regras de responsabilização e de penalização dos que incorrem na prática do crime de poluição;
- Apetrechar os serviços e a dimensão dos equipamentos colectivos públicos e incentivar os investimentos privados, numa óptica de desenvolvimento do turismo;
- Impulsionar o turismo rural, motivado por razões sociais (permitir a todos a fruição do turismo, mesmo àqueles com poucos recursos financeiros), económicas (retenção de capitais, provenientes do exterior) e idealistas (com benefícios para a saúde humana).

Ordenamento físico/áreas edificáveis

- Hierarquizar os aglomerados;
- Proceder a planos de pormenor, das áreas mais sensíveis ou de interesse público;
- Favorecer planos de iniciativa conjunta entre município e proprietários, nomeadamente com o estabelecimento de regime obrigatório de cedências;
- Clarificar os processos e valores, respeitantes às taxas de urbanização.

5.2 Plano de Ordenamento

O actual PDM foi elaborado e aprovado estando em vigor o Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, com as actualizações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 211/92, de 8 de Outubro, diploma que regulamentava a respectiva elaboração, aprovação e ratificação.

Como objectivo gerais, estes planos tinham de definir e estabelecer os princípios e as regras para a ocupação, uso e transformação do solo, tendo especificamente os PDM, nos termos do artigo 9.°, n.° 2, de estabelecer " (...) uma estrutura espacial para o território do município, a classificação dos solos, os perímetros urbanos e os indicadores urbanísticos (...) ".

O regime destes planos consta do respectivo regulamento e tem tradução gráfica na planta de ordenamento e na planta de condicionantes, servindo a primeira para delimitar as classes de espaços, em função do uso dominante, e estabelecer UOPG, enquanto na segunda se assinalam as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública.

O próprio diploma identificava um conjunto de classes de espaços a considerar na elaboração dos planos, classes essas consideradas em função do uso dominante e que por sua vez podiam abranger diversas categorias.

No regulamento do actual PDM foi efectuado uma delimitação do concelho em oito tipos de espaços aos quais estão associados os vários usos permitidos, e que tomaram as seguintes designações: espaços urbanos e urbanizáveis, espaços industriais, espaços para indústrias extractivas, espaços agrícolas, espaços florestais, espaços culturais, espaços naturais e espaços-canais (ver quadro 3).

Relembre-se aqui, porque é importante entender os conceitos utilizados, à luz da regulamentação então em vigor, que o conjunto do espaço urbano, do espaço urbanizável e dos espaços industriais que se fossem contíguos, determinava o perímetro urbano, nos termos do n.º 2 do art.º 28.º do já referido diploma e que nestes regulamentos correspondiam às zonas urbanas.

Diploma que definia também os conceitos para cada classe de espaços, considerando como Espaços Urbanos as áreas caracterizadas pelo elevado nível de infra-estruturação e concentração de edificações, onde o solo se destinava predominantemente à construção, enquanto os Espaços Urbanizáveis eram as que poderiam vir a adquirir as características dos anteriores, sendo geralmente designados também como áreas de expansão urbana.

Classe	Categoria	Subcategoria	ID Regulamento	Usos Dominantes	Usos Compatíveis
		Núcleo urbano da cidade - H1	Capítulo II	Residencial	Comércio, serviços, industriais e de armazenagem
		Vila de Alpendorada, aglomerado de Lamoso e Livração - H2	Capítulo II	Residencial	Comércio, serviços, industriais e de armazenagem
Espaços Urbanos		Aglomerados de Soalhães, Vila Boa de Quires e Tabuado - H3	Capítulo II	Residencial	Comércio, serviços, industriais e de armazenagem
		Restantes aglomerados - H4	Capítulo II	Residencial	Comércio, serviços, industriais e de armazenagem
Espaços	Áreas de Expansão		Capítulo III, Secção I	Residencial	Comércio, serviços, industriais e de armazenagem
Urbanizáveis	Zonas de Reserva		Capítulo III, Secção II	Equipamentos	Sujeitas a Plano de Pormenor
Espaços Industriais			Capítulo IV	Industrial	Sujeitas a Plano de Pormenor ou loteamento Espaços verdes
Espaços de indústrias extractivas			Capítulo V	Industria Extractiva	
Espaços agrícolas	Reserva Agrícola Nacional (RAN)		Capítulo VI, Secção I	Agrícola, sujeito ao regime legal da RAN	Habitacionais e não habitacionais

Classe	Categoria	Subcategoria	ID Regulamento	Usos Dominantes	Usos Compatíveis
	Áreas de uso complementar agrícola		Capítulo VI, Secção II		Edificabilidade Agrícola
	Florestas de protecção		Capítulo VII, art.37°	(declives superiores a 30% e cabeceiras de	Edificabilidade para fins habitacionais, indústria e armazenagem, nos espaços não coincidentes com áreas da REN
Espaços florestais	Floresta condicionada		Capítulo VII, art.38°	'	Edificabilidade para fins habitacionais, indústria e armazenagem, nas áreas não coincidentes com a REN ou a bacia visual do Douro
	Floresta de produção		Capítulo VII, art.39°	matos e incultos e	Edificabilidade para fins habitacionais, indústria e armazenagem
Espaços culturais			Capítulo VIII	Monumentos e imóveis de interesse público, conjuntos e sítios de interesse arquitectónico classificados ou em vias de classificação	

Classe	Categoria	Subcategoria	ID Regulamento	Usos Dominantes	Usos Compatíveis
Espaços naturais	Áreas do domínio público hídrico		Capítulo IX, Secção I		Infra-estruturas de apoio à utilização das albufeiras e dos rios
	Área do património natural		Capítulo IX, Secção II	<i>J</i>	A edificabilidade inserida em conjuntos habitacionais

Classe	Categoria	Subcategoria	ID Regulamento	Usos Dominantes	Usos Compatíveis
					Nas zonas delimitadas como ameaçadas pelas cheias, a edificabilidade é admitida a para fins turístico- recreativos e piscatóricos; Nas faixas de protecção às
					albufeiras e nas áreas com risco de erosão, a edificabilidade só é possível com índices de impermeabilização de solo de 3% e com as áreas mínimas de prédio de 10000 m²;
	Reserva Ecológica Nacional		Capítulo X	Ecológico, sujeito ao regime legal da REN	Nas cabeceiras das linhas de água a edificabilidade só é admitida em terrenos com declive inferior a 8%, com um índice de impermeabilização de 3% e com áreas mínimas de prédio de 10000 m² (em Floresta de protecção e bacia visual do Douro) e 5000 m² (outros usos);
					Na área de máxima infiltração a edificabilidade só é possível com índice de impermeabilização do solo de 3%, com área mínima de prédio de 5000 m².
- 44 -			Revisão do Plano C	Director de Marco de Canaveses -	Justificação e Orientações Gerais

Classe	Categoria	Subcategoria	ID Regulamento	Usos Dominantes	Usos Compatíveis
Espaços-canais			Capítulo XI	Áreas reservadas à rede viária	

Fonte: Regulamento do PDM de Marco de Canaveses

Quadro. 3. Classes, categorias e uso do solo do PDM

5.2.1 Disposições legais e regulamentares para a Gestão

A cada uma das classes de espaços e respectivas categorias são associadas no PDM um conjunto de características que as individualizam das demais e que, entre outros objectivos, permitem estabelecer os princípios e as regras para a ocupação, uso e transformação do solo, elementos indispensáveis na fase de implementação e gestão do plano, até porque este, não o esqueçamos, tem a natureza de regulamento administrativo.

A este propósito, atente-se no que o próprio regulamento do PDM diz no seu artigo 2°-Regime: "A elaboração, apreciação e aprovação de quaisquer planos ou projectos, bem como o licenciamento de qualquer obra ou acção que implique a alteração ou transformação de uso do solo na área abrangida pelo PDMMC, rege-se pelo disposto no presente Regulamento...".

Da leitura do regulamento do PDM podem extrair-se as seguintes disposições, apresentadas em seguida, de forma resumida e organizada.

5.2.1.1 Edificabilidade

Os parâmetros e indicadores urbanísticos previstos no PDM para a edificação, foram separados conforme se trata de uma situação de edificação no interior ou no exterior dos perímetros urbanos, face ao carácter excepcional destas últimas.

O plano considera uma divisão em função da rede hierárquica de aglomerados prevendo regras distintas, consoante se trate de situações em aglomerados urbanos do tipo H1, H2, H3 ou H4 definindo para estes um conjunto de índices e regras Urbanísticas a respeitar.

Edificações	Área mínima parcela (ha)	Alinhamentos e Afastamentos	Estacionamento	Área máxima	Altura máxima	Estética	Outros
Espaços florestais	Habitação unifamiliar: - 10000 m², no caso de florestas de protecção e condicionada e 5000 m² em floresta de produção	n.d.	n.d.	Em função da inutiliza- ção do solo	2 pisos acima da cota de soleira , 1 piso abaixo da cota de soleira	Integração e inserção nas áreas envolventes	Inutilização do solo inferior a 3% em floresta de protecção e condicionada e 5% em floresta de produção
Espaços Industriais	3000 m ²	n.d.	n.d	Em função da inutiliza- ção do solo	2 pisos acima da cota da soleira e um abaixo da mesma	Os espaços livres deverão ser tratados como espaços verdes	Área máxima de impermeabilização é de 70% e área de inutilização do solo não superior a 5%
Espaços agrícolas	3000 m² para habitação	n.d	n.d	Em função da inutiliza- ção do solo	2 pisos acima da cota de soleira , 1 piso abaixo da cota de soleira	n.d	Inutilização do solo inferior a 10%
Espaços Urbanizáveis	De acordo com os parâmetros estabelecidos para os aglomerados H1, H2, H3 e H4, onde se	projecto de construção não sujeito ao regime de loteamento	projecto de construção não sujeito ao	_	estabelecidos para os	De acordo com os parâmetros estabelecidos para os aglomerados H1, H2, H3 e	De acordo com os parâmetros estabelecidos para os aglomerados H1, H2, H3 e H4, onde se integram.

Edificações	Área mínima parcela (ha)	Alinhamentos e Afastamentos	Estacionamento	Área máxima	Altura máxima	Estética	Outros
	integram	mínimo de 1,4 m de passeio	mínimo de 1,5 lugares por estacionamento por fogo em habitação unifamiliar, acrescido de mais um lugar de estacionamento por cada 50m² de área comercial ou serviços	e H4, onde se integram	integram	H4, onde se integram	
Espaços	banda	dominantes no conjunto ou previstos para o local	parcela para construção nova		Respeito pela cércea dominante;		Anexos: Área máxima de 20 m² não podendo exceder um piso Índice de Implantação 0,3 e Índice de construção bruta 0,8
Urbanos	H2 - 600m² para habitação unifamiliar, 250 m², para habitação em banda	dominantes no conjunto ou	Dentro da parcela para construção nova	n.d.	Respeito pela cércea dominante;	n.d	Anexos: Área máxima de 25 m² não podendo exceder um piso Índice de Implantação 0,25 e Índice de construção bruta 0,6

Edificações	Área mínima parcela (ha)	Alinhamentos e Afastamentos	Estacionamento	Área máxima	Altura máxima	Estética	Outros
	H3 - 700m² para habitação unifamiliar, 350 m², para habitação em banda	dominantes no conjunto ou	parcela para construção	_	Respeito pela cércea dominante;	n.d.	Anexos: Área máxima de 25 m² não podendo exceder um piso Índice de Implantação 0,2 e Índice de construção bruta 0,5
	H4 - 900m² para habitação unifamiliar	n.d.	Dentro da parcela para construção nova	Em função dos índices de implantação e de construção	•	n.d.	Anexos: Área máxima de 70 m² não podendo exceder um piso Índice de Implantação 0,15 e Índice máximo de implantação bruta 0,3 No caso de prédio servido por infraestruturas básicas ou em projecto que garanta a execução das mesmas em caso de loteamento urbano, os parâmetros urbanísticos podem ser reduzidos para os níveis de H3
	Indústria e armazenagem - n.d.	O afastamento das indústrias de classe C é de metade da respectiva altura, com o mínimo de 6m, constituindo excepção os casos em que a	parqueamento prevista deve	n.d.	n.d.	n.d.	A percentagem máxima de solo impermeabilizado é de 50% da área total da parcela

Edificaçõe	Área mínima parcela (ha)	Alinhamentos e Afastamentos	Estacionamento	Área máxima	Altura máxima	Estética	Outros
		parcela confronta com a via pública que lhe dá o acesso					

Fonte: Regulamento do PDM de Marco de Canaveses Quadro. 4. Edificabilidade - disposições gerais

5.2.1.2 Condições para o licenciamento de indústrias e armazéns em Espaços Urbanos e Urbanizáveis

Para o licenciamento deste tipo de actividades nas zonas referidas o regulamento estabelece o seguinte:

Em lotes próprio:

- Afastamentos na ordem de metade da respectiva altura, sendo no mínimo de 6m;
- A área máxima de impermeabilização é de 50% da área total da parcela
- A área de parqueamento deve se prevista na proporção de $1\text{m}^2/10\text{m}^2$ de superfície construída

5.2.1.3 Regime de cedências

Para o cálculo das áreas de cedência gratuita ao município, para a sua integração no domínio público municipal, no âmbito das operações de loteamento, nada é estabelecido pelo regulamento do PDM, ficando assim sujeito às disposições legais nacionais em vigor. Apenas no caso de projecto de construção não sujeito a regime de licenciamento urbano se estabelece que deverá existir um passeio com o mínimo de 1,4m; 1,5 lugares de estacionamento por cada 50m² de área comercial ou serviços e um perfil mínimo do arruamento de 6,5m, conforme a redacção do artigo 14° do Diário da República n.º 115, de 18 de Maio, alterado pela Declaração n.º 135/99 (2ª série).

5.2.1.4 Infra-estruturas e estacionamento (condicionamentos urbanísticos)

Outro dos elementos importantes no controle da ocupação, uso e transformação do solo é o conjunto de regras relativas às exigências de níveis de infra-estruturação mínima associadas ao cada um dos usos dominantes e aos compatíveis. Neste caso, o PDM é omisso remetendo para a lei geral, apenas faz menção a um lugar privado por fogo dentro dos aglomerados urbanos.

5.2.1.5 Áreas de servidão administrativa

Para além das condicionantes que, por força da legislação aplicável, têm de ser integradas no PDM, nomeadamente as respeitantes a servidões administrativas, restrições de utilidade pública, o plano define as servidões para o património natural e edificado e infra-estruturas e equipamentos.

5.2.1.6 Novas áreas de expansão

O PDM define para as áreas a submeter a projecto de ocupação urbana na então vila de Marco de Canaveses e até serem elaborados planos de ordenamento para estas áreas, os seguintes:

- Os mesmos usos preferenciais, alinhamentos, cérceas, profundidades das construções, disposições sobre anexos, afastamentos, alturas, estacionamentos que os definidos para os restantes espaços urbanos;
- Permissão de construção de indústrias e armazéns como definido para as zonas de construção H1, H2, H3 e H4.

5.3 Os elementos fundamentais e o modelo de ordenamento

A análise dos elementos fundamentais do PDM permite verificar que existem algumas situações de incoerência que dificultam a percepção do modelo pretendido para a organização do território e podem, de algum modo, contribuir para uma menor capacidade de gestão, por parte dos serviços municipais. Com efeito, ao nível regulamentar não foram definidas UOPG´s, fazendo apenas uma referência regulamentar para as novas áreas de expansão demarcadas apenas na planta de zonamento da cidade de Marco de Canaveses, criando-se assim uma indefinição estratégica ao nível de outros PMOT´s ou Planos Especiais a elaborar no concelho.

Quanto às condicionantes, realce para o facto de existirem várias servidões administrativas e restrições de utilidade pública que decorrendo de legislação específica e aplicável, não aparecem contempladas na respectiva planta de condicionantes, casos do regime florestal e das faixas de protecção a outros equipamentos que não os escolares. O regulamento contem ainda uma lacuna ao nível do património não classificado, não estabelecendo nenhum tipo de protecção para os elementos com interesse patrimonial identificado nos relatórios anexos a este PDM.

Uma nota final para as questões relacionadas com a estrutura e coerência do grau de definição e imposição regulamentar criado pelo plano. Pela leitura do regulamento, percebe-se que no que toca à definição dos usos do solo, existem graus distintos de pormenorização nas várias categorias, mesmo dentro da mesma classe e de classe para classe. Enquanto em alguns casos o plano define com algum rigor usos dominantes, noutros casos ou é vago ou omisso, sendo mais perceptível ainda esta questão no que diz respeito aos usos compatíveis, pois estes não são claramente definidos.

Em relação ao disposto para o dimensionamento, para operações de loteamento e para o regime de cedências, o regulamento é muito vago, dispondo algumas considerações genéricas sobre os parâmetros para o estacionamento em espaço público, remetendo a definição as áreas de cedência gratuita ao município para a legislação geral em vigor.

No que concerne às construções fora do aglomerado, o regulamento revela-se omisso no que respeita às infra-estruturas, não estabelecendo responsabilidades a este nível.

A importante referir ainda que ao nível da indústria extractiva não são definidas no regulamento quaisquer regras, sendo o concelho de Marco de Canaveses bastante dinâmico, neste sector.

5.4 Medidas, Acções e Projectos

No que diz respeito às medidas para concretizar a estratégia, o Plano não é explícito na enunciação das medidas, acções e projectos a ser implementados e executados no concelho, durante o seu horizonte temporal, uma vez que não inclui um Programa de Acção. O resultado de tal omissão traduz-se numa falta de planificação de obras e projectos, e numa incerteza quanto às áreas a sujeitar a Unidades Operativas de Planeamento e Gestão. O Regulamento do PDM faz, com efeito, menção deste apenas para se referir à necessidade de se constituírem UOPG's nas áreas sujeitas e/ou a sujeitar a planos de urbanização e a planos de pormenor, sem as identificar. No artigo 21º, ponto 3, do Regulamento é feita, porém, referência a um espaço previsto para equipamentos, a sujeitar a plano de pormenor, no aglomerado de Vila Boa do Bispo, remetendo as restantes UOPG's para planos de nível superior, como é o caso do subsequente POARC. Já na Planta de Ordenamento não estão assinalados nem equipamentos previstos, nem as UOPG's a criar.

Assim, os projectos pensados à data da elaboração do PDM foram vagamente referidos nos estudos e documentos publicados, o que exige um esforço particular na tentativa de subentendê-los, a partir da leitura do PDM. Realça-se que a maioria dos projectos previstos constam na Carta de Equipamentos, anexa ao PDM. Uma vez que não foram formulados projectos e obras estruturantes para o município, ficou também por se realizar uma calendarização das acções, reunidos num Plano de Execução e Financiamento.

Tema/Área de Actuação	Medidas e Acções	Projectos	Fase
Ambiente	Melhoria do ambiente urbano dos núcleos do concelho, através da requalificação dos espaços públicos e do reforço das áreas verdes; Preservação da qualidade das águas subterrâneas e superficiais; Transformação e reciclagem dos resíduos sólidos, a uma escala intermunicipal (municípios de Amarante, Baião e Marco);	Reabilitação dos parques urbanos de lazer e de recreio, nas freguesias de Fornos e Tuías Requalificação para lazer/recreio da mata, na freguesia de Fornos;	
Indústria	Melhoramento das possibilidades de instalação das indústrias, em termos de acessibilidades;	Revitalização do sector das pequenas indústrias têxteis - confecção (malhas) para exportação; Submissão a Plano de Pormenor das Zonas Industriais da cidade do Marco de Canaveses e da vila de Alpendorada.	
Equipamentos	Instalação de equipamentos de média e grande dimensão, com vista a proporcionar aos munícipes e/ou visitantes serviços de alta qualidade; Previsão de novos equipamentos públicos e remodelação dos existentes, tendo em conta as necessidades inventariadas: Remodelação da rede escolar do concelho; Programação de novos equipamentos de saúde e de assistência; Melhorar a acessibilidade em termos de rede de transportes	Projecto de ampliação/construção de novos equipamentos escolar para o ensino pré-primário na freguesia de Ariz, Banho e Carvalhosa, Folhada, Fornos, Manhuncelos, Paços de Gaiolo, Rio de Galinhas, Sande, Santo Isidoro, S. Nicolau, Sobre Tâmega, Tabuado, Várzea do Douro. Projecto de ampliação/construção de	
	escolar; Construção ou redimensionamento dos equipamentos culturais,	novos equipamentos escolar para o ensino primário na freguesia de	

Tema/Área de Actuação	Medidas e Acções	Projectos	Fase
	como museus e bibliotecas;	Alpendorada e Matos, Ariz, Fornos,	
	Reforçar a construção de equipamentos públicos para a prática desportiva e para o recreio-lazer, em quase todas as	Paredes de Viadores, Rio de Galinhas, Rosém.	
	freguesias;	Projecto de ampliação/construção de	
	Melhorar as instalações dos serviços administrativos, como as sedes das Juntas de Freguesia ou a Câmara Municipal;	novos equipamentos escolar para o ensino básico de 1º ciclo, 2º ciclo ou 3º ciclo na freguesia de Sande,	
	Previsão de novas instalações da GNR e dos Bombeiros;	Soalhães, Várzea de Ovelha e	
	Construção e ampliação dos cemitérios;	Aliviada, Vila Boa do Bispo e Vila Boa de Quires.	
	Previsão e dimensionamento dos parques de estacionamento, quer ao nível dos grandes aglomerados, quer ao nível dos pequenos locais onde a existência de equipamentos de realce o justifique;	Construção/requalificação dos centros de saúde, nas freguesias de Banho e Carvalhosa, Fornos e Sande;	
		Construção de novos centros de dia, nas freguesias de Alpendorada e Matos, Banho e Carvalhosa, Constance, Folhada, Fornos, Manhuncelos, Maureles, Penhalonga, Rio de Galinhas, Sande, S. Nicolau, Soalhães, Várzea do Douro e Vila Boa de Quires;	
		Ampliação da biblioteca pública da sede do concelho e instalação de um novo equipamento na vila de Alpendorada;	
		Requalificação ou construção de equipamentos culturais e recreativos nas freguesias de Alpendorada e	

Matos, Fornos, Penhalonga, Sande, Santo Isidoro, S. Nicolau, Soalhães, Toutosa, Várzea de Ovelha e Aliviada, Vila Boa do Bispo e Vila Boa de Quires; Construção de equipamentos desportivos de raiz ou de apoio às instalações já existentes, nas freguesias de Alpendorada e Matos,	
desportivos de raiz ou de apoio às instalações já existentes, nas freguesias de Alpendorada e Matos,	
Banho e Carvalhosa, Constance, Folhada, Fornos, Freixo, Magrelos, Manhuncelos, Penhalonga, Sande, Santo Isidoro, Soalhães, Sobretâmega, Tabuado, Toutosa, Tuías, Várzea do Douro, Várzea de Ovelha e Aliviada, Vila Boa do Bispo, Vila Boa de Quires.	
Obras de beneficiação no edifício da Câmara Municipal;	
Requalificação ou reinstalação dos serviços administrativos das juntas de freguesia, nas freguesias de Alpendorada e Matos, Ariz, Banho e Carvalhosa, Fornos, Freixo, Manhuncelos, Paços de Gaiolo, Maureles, Sande, Santo Isidoro, S. Lourenço do Douro, S. Nicolau, Sobretâmega, Torrão, Toutosa,	
	Ovelha e Aliviada, Vila Boa do Bispo, Vila Boa de Quires. Obras de beneficiação no edifício da Câmara Municipal; Requalificação ou reinstalação dos serviços administrativos das juntas de freguesia, nas freguesias de Alpendorada e Matos, Ariz, Banho e Carvalhosa, Fornos, Freixo, Manhuncelos, Paços de Gaiolo, Maureles, Sande, Santo Isidoro, S. Lourenço do Douro, S. Nicolau,

Tema/Área de Actuação	Medidas e Acções	Projectos	Fase
		Boa do Bispo;	
		Construção ou reinstalação de postos da GNR nas freguesias de Fornos, Toutosa e Tuías;	
		Construção ou reinstalação do quartel dos Bombeiros, nas freguesias de Constance, Fornos e Vila Boa de Quires;	
		Construção ou ampliação do cemitério, nas freguesias de Ariz, Banho e Carvalhosa, Constance, Folhada, Fornos, Manhuncelos, Penhalonga, Sande, Santo Isidoro, S. Lourenço do Douro, S. Nicolau, Soalhães, Sobretâmega, Tabuado, Torrão, Toutosa, Várzea do Douro e Vila Boa de Quires;	
		Ampliação dos parques de estacionamento nos espaços públicos, nas freguesias de Ariz, Rio de Galinhas, Tuías e Várzea do Douro.	
Sector agro-florestal	Sensibilização de produtores e proprietários para a necessidade de preservação de solos de RAN e da floresta de protecção;	Regulamentação dos estatutos de uso e da ocupação do solo em áreas de RAN e em áreas de uso complementar agrícola, conforme os termos do Regulamento do PDM, nos artigos 30°, 31°, 32° e 33°.	

Tema/Área de Actuação	Medidas e Acções	Projectos	Fase
	Intenções de investimento no turismo, financiado pelo Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo (SIFIT);	Construção de Hotel, com capacidade para 46 camas, seguindo a proposta do PROZED;	
	Aproveitamento dos recursos nas áreas de praia fluvial existentes, a melhorar ou recriar por influência do enchimento das albufeiras;	Instalação de equipamentos de apoio às actividades balneares, como a construção de uma marina e de portos	
	Dotação das áreas turísticas de pequenos equipamentos de apoio, na área do lazer e segurança;	de recreio, nas frentes ribeirinhas de Fornos e S. Nicolau;	
Turismo		Limpeza e requalificação das praias fluviais e a dotação de parques de merendas em áreas vocacionadas para o lazer, nas freguesias de Alpendorada e Matos, Paços de Gaiolo, Penhalonga, Santo Isidoro, S. Lourenço do Douro, S. Nicolau, Torrão, Várzea do Douro e Vila Boa do Bispo.	
Rede viária e Transportes	Criação de infra-estruturas de apoio ao transporte, nomeadamente de pontos de chegada e partida;	Construção de um estação central de camionagem e respectivos serviços de apoio, na freguesia de Fornos e Tuías;	
	Melhoria das acessibilidades internas e externas do concelho;	Definição do espaço-canal destinada à implantação do itinerário principal n.º 4, da variante à estrada nacional n.º 211 e da variante à estrada nacional	

Tema/Área de Actuação	Medidas e Acções	Projectos	Fase
		n.° 321,1;	
Ordenamento do Território e Urbanismo	Sujeição a zonamento das seguintes Unidades Operativas de Planeamento e Gestão previstas: PP da Vila Boa do Bispo; PP da Zona Industrial da vila de Alpendorada e Matos; PP da Zona Industrial da cidade do Marco de Canaveses; PP da Igreja de Nossa Senhora do Castelinho.	Zona de reserva para equipamentos, conforme o disposto no Regulamento do PDM de Marco de Canaveses, Artigo 21º, ponto 3. Definição dos lotes industriais para a implantação de novas oficinas, nas respectivas zonas industriais, conforme o disposto no Regulamento do PDM de Marco de Canaveses, Artigo 24º, ponto 5; Protecção da envolvência do espaço cultural da Igreja de Nossa Senhora do Castelinho, na freguesia de Avessadas, conforme o disposto no Regulamento do PDM de Marco de	

Quadro. 5. Medidas, acções e projectos definidos no PDM de Marco de Canaveses

	II - Avaliação da execução do Plano
	11 Managae da execução do Mano
II. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃ	O DO PLANO

1 INTRODUÇÃO

Nesta secção fazemos uma avaliação dos níveis de execução do Plano, conforme o estabelecido na alínea a) do artigo 9 da Portaria nº 290/2003, de 5 de Abril. Este artigo refere que, "sempre que a revisão do plano director municipal ocorra em momento anterior ao termo do prazo de 10 anos (...) a deliberação camarária deve ser acompanhada por um relatório fundamentado de avaliação da execução do plano director municipal", devendo esta incidir, nomeadamente, sobre "a ocupação do solo, os compromissos urbanísticos, as reservas disponíveis de solo urbano, os níveis de infraestruturação, os equipamentos, as acessibilidades, as condicionantes e outros critérios de avaliação relevantes para o município".

Muito embora já tenham passado mais de 10 anos após a entrada em vigor do PDM, entendemos esta avaliação como indispensável para o desenvolvimento do trabalho. Procedemos assim, num primeiro momento, à avaliação do nível de execução das propostas formuladas em matéria de ordenamento do território e urbanismo, em particular ao que diz respeito à qualificação e uso solo, à política de solos, à política de habitação e reabilitação, à construção e edificação ou ainda às intervenções programadas em matéria de urbanização. Num segundo momento, fizemos uma avaliação sistemática dos níveis de execução das medidas, acções e projectos enunciados nos Estudos Sectoriais e no Relatório.

Reconhecendo que a presente avaliação do plano se tenha limitado à análise de indicadores, consideramos que o conteúdo das páginas seguintes permite alcançar o objectivo subjacente, isto é, perceber até que ponto as orientações e propostas veiculadas no PDM, de natureza regulamentar e programática, foram ou não concretizadas e os resultados esperados foram ou não alcançados. Porque entendemos que muito do que aconteceu no município ao longo da última década ultrapassa o âmbito do Plano Director Municipal, decidimos remeter alguns dos aspectos referidos na Portaria atrás citada para a secção seguinte, onde procedemos a uma caracterização sumária da evolução do concelho, limitando-nos a analisar nas páginas seguintes apenas as matérias expressamente tratadas no PDM.

2 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

2.1 Qualificação e ocupação do solo

A qualificação do solo proposta pelo PDM implica, para cada classe e categoria de espaços, a definição de um uso principal, não necessariamente o existente à data do plano, mas aquele que corresponde ao desejado e que, se o plano for efectivamente um instrumento eficaz de organização e planeamento do território, se transformará no uso dominante efectivo (e não apenas virtual) no fim do período desse mesmo plano. Por este motivo, torna-se óbvio que em qualquer análise que pretenda avaliar a execução de um PDM se deverá quantificar os usos efectivos encontrados em cada classe e categoria de espaços.

2.1.1 Zonas delimitadas na Planta de Ordenamento

Embora a Planta de Ordenamento não contempla as zonas, mas sim preferencialmente as classes, em função do uso dominante do solo, a distribuição destas por grandes zonas, com princípios idênticos de edificação e de servidões, permite-nos concluir e apurar conclusões de uma forma mais generalizada, e que de outra forma, através de uma análise classe a classe, não seria tão intuitivo.

Consideram-se cinco categorias de solo, constituídas pela agregação das classes identificadas no regulamento do PDM e apresentando todas elas normas gerais de edificabilidade/protecção semelhantes. São elas: os espaços urbanos e urbanizáveis (que incluem os equipamentos); os espaços industriais (que incluem a zona de exploração de indústrias extractivas); os espaços agrícolas (que incluem as áreas de RAN e as áreas complementares agrícolas); os espaços florestais (que incluem a floresta condicionada, de protecção e de produção) e, os espaços culturais (constituídos pela zona de delimitação arqueológica do Freixo).

O exercício que se seguiu, no âmbito da avaliação do cumprimento da execução do Plano em vigor, traduziu-se no cruzamento da informação contida na Planta de Ordenamento, nomeadamente, a da área total afectada para cada uma classes, distribuídas pelas zonas, com a informação actual da ocupação do solo, feita a partir da Carta de Ocupação do Solo (1990) e rectificada a partir de ortofotomapas produzidos no ano de 2003. O resultado da quantificação dos usos efectivos apresenta-se, de seguida, dividido pelas várias classes e categorias de espaços existentes no plano.

	Classes de Ordenamento									
Usos dominantes	Espo Urban Urbani (inc equipan	nos e izáveis clui	indus (incli indús	aços triais ui as trias ctivas)	Espo agrícola áreas de complem agríc	s (inclui e RAN e mentares	(incl flor condici de prot	stais lui a	culti (patri	aços urais Imónio Ilógico)
	Área (ha)	Área (%)	Área (ha)	Área (%)	Área (ha)	Área (%)	Área (ha)	Área (%)	Área (ha)	Área (%)
Área Agrícola	670,6	28,2	87,5	10,9	3438,3	41,5	1273,7	15,9	16,6	52,9
Área Agroflorestal	162,7	6,8	0	0	1748,9	21,1	400,9	5,0	0	0
Área Florestal	267,8	11,3	165,3	20,5	1483,4	17,9	3112,2	38,8	0	0
Área de Incultos	100,4	4,2	374,0	46,4	496,0	6,0	2731,8	34,1	7,6	24,3
Área Urbana	1171,1	49,2	46,7	5,8	1086,0	13,1	383,4	4,8	7,1	22,8
Área de Pedreiras	5,8	0,2	133,1	16,5	9,6	0,1	99,3	1,2	0	0
Superfícies Com Água*	0,2	0,1	0	0	21,3	0,3	14,4	0,2	0	0
Total	2378,5	100	806,7	100	8283,4	100	8015,8	100	31,3	100

*Estas áreas abrangem os leitos dos cursos de água, lagoas e albufeiras Fonte: PDM e Ortofotomapas 2003

Quadro. 6. Usos dominantes actuais nas classes de ordenamento

A análise dos resultados poderá ser feita sob duas perspectivas:

Uma primeira perspectiva (vertical) relaciona as classes agregadas de ordenamento com os usos dominantes e encerra conclusões do género "qual a ocupação actual do solo nas classes demarcadas no PDM?". A confrontação das classes definidas no PDM com os actuais usos nele implícitos não revela dados surpreendentes, uma vez que existe uma certa conformidade de uso do solo entre o que o PDM previa (1994) e o que se verifica recentemente (2003). Deste modo, as áreas urbanas são predominantes (49,2%) nos espaços urbanos e urbanizáveis, os solos cultivados são maioritários (41,5%) na categoria de espaços agrícolas e a floresta é dominante (38,8%) em áreas definidas como espaços florestais. As excepções referem-se no caso dos espaços industriais, ocupados na generalidade (46,4%) por incultos o que sugere que os solos industriais existem, mas continuam à espera de serem ocupados para o fim a que foram propostos (poderá mesmo falar-se de uma incapacidade de atracção/deslocação de indústrias para os referidos solos), e dos espaços culturais (património arqueológico), mas neste caso não foi definida uma classe semelhante de ocupação do solo.

A segunda perspectiva (horizontal) apresenta uma abordagem inversa, e tem em conta os desvios verificados entre a qualificação do solo prevista no PDM e o uso dominante actual. Sob este ponto de vista, a análise dos resultantes revela dados interessantes, apenas expressos em valores absolutos (hectares): o uso agrícola encontra-se implantado em 1273 ha de solo definido como florestal e em 670 ha de solo qualificado como urbano e urbanizável; a floresta encontra-se presente em 1483 ha de espaços agrícolas e a edificação urbana manifesta-se em mais de 1000 ha de solo definido como espaços agrícolas.

Segue-se uma descrição de cada uma das categorias de solo:

2.1.1.1 Espaços Urbanos e Urbanizáveis

A classe dos espaços urbanos e urbanizáveis distingue-se das demais pela predominância da artificialização do solo, caracterizando-se por já possuir ou estar vocacionada para uma utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista, o que se traduz na concentração dos espaços edificados, no seu elevado nível de infra-estruturação urbanística e nos equipamentos, actividades e funções nela implantadas. Tendo em conta estes parâmetros de urbanização, os espaços urbanos do município de Marco de Canaveses são hierarquizados em quatro níveis, aos quais correspondem normais específicas de edificabilidade:

- Núcleo urbano da Cidade de Marco de Canaveses;
- Vila de Alpendorada e Matos, aglomerado de Lamoso e Livração;
- Aglomerados de Soalhães, Vila Boa de Quires e Tabuado;
- Restantes aglomerados.

Atendendo ao considerável número de aglomerados urbanos previstos no PDM vigente e à extensão apreciável de uma boa parte dos perímetros urbanos pode-se afirmar que o concelho de Marco de Canaveses apresenta um nível de urbanização bastante relevante, o qual constitui também um dos seus principais problemas, no domínio do ordenamento do território. Apesar da definição dos perímetros urbanos em sede do PDM, verifica-se que a edificação no concelho se tem efectuado a expensas de outros espaços que não o urbano (isto é, exteriores aos perímetros urbanos, tal como estão classificados na Carta de Ordenamento), o que revela alguma dificuldade por parte dos instrumentos legais de gestão do território em limitar a edificabilidade no interior dos aglomerados urbanos, e assim alcançar o objectivo pretendido do controle da dispersão urbana.

Posto nestes termos, verifica-se uma manifesta ineficácia do plano de ordenamento, no que respeita à edificabilidade, ainda que se desconheça a natureza das construções, podendo ser elas destinadas ao uso rural (e não ao uso habitacional) e, portanto, estarem conforme os parâmetros legais. Seja como for, estes dados (que se apresentam na tabela que se segue) revelam uma situação de clara interferência

urbanística em categorias inadequadas, contabilizada em 907,3 ha de ocupação indevida, e chegando quase a atingir o limiar dos 10% da área classificada como Complementar agrícola e como RAN.

Categorias de espaços	Área (ha)	Área (%)
Complementar agrícola	129,9	8,3
Floresta condicionada	39,7	2,6
Floresta de protecção	64,7	1,7
Floresta de produção	155,6	4,3
RAN	517,4	7,4
TOTAL	907,3	-

Fonte: PDM e Ortofotomapas (2003)

Quadro. 7. Oc

Ocupação e uso do solo - usos urbanos em espaços rurais

Atendendo à gravidade do caso, esta questão da edificação fora dos perímetros deve merecer uma atenção especial, de forma a perceber se estas áreas devem ser incluídas em espaços urbanos, se devem ser fortemente limitadas do ponto de vista da sua expansão ou até manutenção, ou se devem ser objecto de tratamento diferenciado, por se tratarem, por exemplo, de construções com um uso rural determinante para a consolidação económica do território envolventes.

Quanto ao ritmo concreto de ocupação do solo qualificado como urbano e urbanizável, a análise dos elementos estatísticos disponíveis, bem como o recurso aos levantamentos aerofotogramétricos permitiu apurar os valores relativos à área de ocupação actual do edificado, dentro dos perímetros, e a área sobrante, que se encontra ainda disponível para ocupação em cada um dos aglomerados. Os resultados apresentam-se no quadro 7, sendo que se considera solo ocupado pelo processo de urbanização o solo efectivamente urbanizado, para o que se contabilizaram arruamentos, espaços livres, logradouros e implantações.

Aglomerados	Área dos Espaços Urbanos e Urbanizáveis (1995) Área ocupada do edificado (2003) Área Di		•		sponível
	(ha)	(ha)	%	(ha)	%
Agrela	18,8	10,6	56,4	8,2	43,6
Aldegão	20,3	5,6	27,6	14,7	72,4
Ambrões	10,6	4,6	43,0	6,0	57,0
Belos Ares	5,2	2,3	44,8	2,9	55,2

Bouça da Carreira	73,2	37,2	50,8	36,0	49,2
Carrapatelo	23,8	7,3	30,8	16,5	69,2
Cem	2,4	0,7	27,9	1,7	72,1
Certainha	3,7	1,5	41,5	2,2	58,5
Cidade do Marco de Canaveses	320,8	170,2	53,1	150,6	46,9
Concela	5,5	1,6	28,5	3,9	71,5
Corredoura	20,3	4,8	23,6	15,5	76,4
Cortinhas	45,1	21,2	47,0	23,9	53
Eiró	66,5	31,7	47,7	34,8	52,2
Fafiães	5,2	2,9	55,2	2,3	44,8
Fermentães	9,6	5,9	61,4	3,7	38,6
Freita (Tabuado)	60,3	29,4	48,7	30,9	51,3
Freixo	44,5	24,4	54,9	20,1	45,1
Fundo da Vila	14,0	5,1	36,3	8,9	63,7
Gaiolo	18,6	10,1	54,3	8,5	45,7
Gandra	15,1	7,3	48,3	7,8	51,7
Granja	5,6	1,4	25,6	4,2	74,4
Guilhade/Manhão	138,4	44,7	32,3	93,7	67,7
Ladário	37,9	16,6	43,9	21,3	56,1
Lamoso	297,2	134,3	45,2	162,9	54,8
Lardosa	16,5	4,4	26,8	12,1	73,2
Laurentim	3,1	1,6	50,0	1,6	50,0
Légua	42,4	17,6	41,5	24,8	58,5
Livração/Estação	107,8	58,2	54,0	49,6	46,0
Loureiro	9,4	4,5	48,3	4,9	51,7
Magrelos	38,8	20,9	53,8	17,9	46,1
Manhuncelos	20,4	8,9	43,5	11,5	56,5
Margens	11,4	7,8	68,3	3,6	31,7
Marmoiral	27,6	11,0	40,0	16,6	60,0
Maureles	22,7	11,6	51,2	11,1	48,7
Merelhe	9,9	1,5	51,2	11,1	48,8
Miraz	2,9	1,0	34,1	1,9	65,9
Mões	12,5	3,3	26,5	9,2	73,5
Outeiro (Soalhães)	8,1	2,6	32,4	5,5	67,6
Outeiro (Tabuado)	12,8	3,7	28,8	9,1	71,1
Paredes	4,6	0,9	19,2	3,7	80,8

^{- 66 -}Revisão do Plano Director de Marco de Canaveses: justificação e orientações gerais

Passinhos	5,6	1,7	29,7	3,9	70,3
Piares	18,0	6,9	38,2	11,1	61,8
Quatro Irmãos	38,2	20,0	52,4	18,2	47,6
Quintã	3,8	2,0	53,7	1,8	46,2
Ramalhais	20,4	10,9	53,4	9,5	46,3
S. Domingos	20,1	6,6	32,8	13,5	67,2
S. Salvador	4,2	2,4	57,8	1,8	42,2
S. Sebastião	36,7	20,0	54,6	16,7	45,4
Sardoeira	8,5	3,1	36,2	5,4	63,8
Searas/Bolhão	63,6	33,1	52,1	30,5	47,9
Searas	45,8	29,9	65,4	15,9	34,6
Sobretâmega	25,0	14,5	57,9	10,5	42,1
Tapada	66,2	31,7	47,9	34,5	52,1
Tarrio	5,4	2,5	46,3	2,9	53,7
Telhe	9,8	3,9	39,4	5,9	60,6
Torrão	38,8	18,0	46,3	20,8	53,7
Vale	5,4	1,9	34,5	3,5	65,5
Verdial	5,7	4,2	73,6	1,5	36,4
Viadores	24,9	10,8	43,3	14,1	56,7
Vila de Alpendorada	236,7	113,0	47,8	123,7	52,2
Vimieiro	5,9	2,5	42,9	3,4	57,1
Vinheiros	12,6	2,2	17,1	10,4	82,9

Fonte: PDM e Ortofotomapas 2003 - Elaboração própria

Quadro. 8. Área ocupada e área sobrante por aglomerado urbano definido no PDM

Pela leitura do quadro anterior, facilmente se percebe que a área disponível dentro das áreas urbanas e urbanizáveis é superior à área realmente ocupada, em praticamente todos os perímetros urbanos, embora a particularidade de cada caso aconselha a que se trate individualmente os perímetros urbanos e se calcula a disponibilidade ou exiguidade de forma específica. Diga-se, que embora a generalidade dos perímetros aponte para uma disponibilidade de solo urbanizável no município do Marco de Canaveses, é também evidente que existem perímetros francamente desactualizados e a necessitar duma redefinição dos seus limites para corresponder à procura existente.

A opção de criar espaços para o mercado funcionar livremente, através da definição de uma grande oferta de solo, solução entendida também como um meio de dinamizar as áreas urbanizáveis e simultaneamente de controlar os preços dos solos aí situados, apresenta-se como questão importante, sobretudo tendo presente o actual cenário

de acentuada expansão demográfica da maioria das freguesias do concelho (entre 1991 e 2001, 17 das 31 freguesias do concelho cresceu a uma taxa superior a 5%).

Para além da análise em bruto da edificação nos perímetros, procurou-se também analisar a pressão urbanística ao nível da capacidade do sector imobiliário chamar a si a intervenção nesta área e disponibilizar solo urbano, medida através do número de loteamentos aprovados durante o último decénio (1996/2006) e o total de lotes contabilizado por freguesia.

O quadro seguinte apresenta os resultados resumidos por freguesia, ao longo de uma década. Numa primeira análise, é evidente a dinâmica de loteamento no concelho de Marco de Canaveses, dinâmica essa que não se confina somente às freguesias essencialmente urbanas (como é o caso de Alpendorada e Matos, Ariz, Rio de Galinhas, Tuías, Vila Boa do Bispo, Soalhães, etc.), mas que se manifesta também nas restantes freguesias. Por outro lado, nota-se um crescente interesse do sector privado pelas operações de urbanização em áreas dotadas de condições especiais, como é a proximidade às vias de transporte (casos da freguesia de V. Ovelha e Aliviada ou de Santo Isidoro) e o usufruto de condições excepcionais da paisagem e de lazer (casos do Torrão, S. Lourenço do Douro e de Sande).

Freguesias	Ano do Alvará	N° de Lotes	Total de Lotes
	1996	1	
	1997	8	
	1998	2	
	1999	5	62
Alpendorada e Matos	2000	12	02
	2001	24	
	2004	1	
	2007	9	
	1996	23	
	1997	1	
	1999	21	
Ariz	2000	16	84
	2001	2	
	2005	5	
	2007	16	
	1997	3	
Avessadas	2001	1	5
	2004	1	
Banho e Carvalhosa	1996	5	9

	1998	4	
	1998	2	
	2000	1	
Constance			38
	2001	7	-
	2004	28	
	1996	9	-
Eau≃aa	1999	4	4.
Favões	2001	32	66
	2002	1	-
	2003	20	
Folhada	2001	1	2
	2007	1	
Fornos	1996	6	27
	2000	21	
Freixo	1996	10	13
	2000	3	
Magrelos	1999	3	3
	2003	3	
Maureles	2007	6	12
	2003	3	
	1997	2	
	1998	6	
Paredes de Viadores	2000	2	18
, ai cacs de viduoi es	2001	3	10
	2006	2	
	2007	3	
	1998	4	_
Penhalonga	2000	12	19
	2002	3	
	1997	6	
	1998	9	
	1999	22	
Rio de Galinhas	2001	1	47
	2002	2	
	2003	4	
	2004	3	

	1999	1	
S. Lourenço do Douro	2000	30	33
	2006	2	
	2005	10	
S. Nicolau	2007	2	12
	1996	5	
	1999	1	
Sande	2001	1	12
	2004	3	
	2005	2	
	1996	3	
	1997	5	
Santo Isidoro	1998	20	31
	1999	3	-
	1997	3	
	1998	3	-
	1999	7	-
	2002	3	1
Soalhães	2003	1	23
	2004	2	1
	2005	2	1
	2006	1	1
	2007	1	1
Sobretâmega	2000	1	1
	1997	2	
	1999	8	
Tabuado	2001	6	18
	2003	2	
	1996	19	
	1997	4	
Torrão	1998	5	34
	2002	1	
	2004	5	
	1998	4	
Toutosa	2000	28	32
Tuías	1996	21	116
		•	•

1997 7 1998 19 1999 69 1996 14 1997 17 1998 10 1999 2 2001 1 2002 5 2003 10 2004 1 2005 1 2006 1 1998 65 2000 3 2001 5 2002 3 1997 27 1998 6 2000 3 2001 6 2006 2 2007 1 1996 12 1997 10 1998 22 2001 3 2003 3 2003 3 2003 3 2003 3 2007 2 1 1996 12 1997 10 1998 22 54 2001 3 2003 3 2003 3 2007 2 1 1996 12 1997 10 1998 22 1997 10 1998 22 2001 3 2003 3 2003 3 2007 2 1 1996 12 1997 10 1998 22 2001 3 2003 3 2007 2 1 1996 12 1997 10 1998 22 2001 3 2003 3 2007 2 1 10 10 10 10 10 10	-			
V. Ovelha e Aliviada 2002 5 2001 1 2002 5 2003 10 2004 1 2005 1 2006 1 1998 65 2000 3 76 2001 5 2002 3 1997 27 1998 6 2000 3 1997 27 1998 6 2000 3 45 Vila Boa de Quires Vila Boa de Bispo Vila Boa do Bispo 1999 2 54 2001 3 2003 3		1997	7	_
V. Ovelha e Aliviada V. Ovelha e Aliviada V. Ovelha e Aliviada 2001 1 1999 2 2001 1 2002 5 2003 10 2004 1 2005 1 2006 1 1998 65 2000 3 1998 65 2000 3 1997 27 1998 6 2000 3 1997 27 1998 6 2000 3 1997 27 1998 6 2000 3 45 2001 6 2006 2 2007 1 1996 12 1997 10 1998 22 Vila Boa do Bispo 1999 2 54 2001 3 2001 3 2001 3 2001 3 2001 3 2001 3 2001 3		1998	19	- -
V. Ovelha e Aliviada V. Ovelha e Aliviada V. Ovelha e Aliviada V. Ovelha e Aliviada 2002 5 2003 10 2004 1 2005 1 2006 1 1998 65 2000 3 1997 27 1998 6 2002 3 Vila Boa de Quires Vila Boa de Bispo Vila Boa do Bispo 1997 10 1998 22 Vila Boa do Bispo 1999 2 54 2001 3 2001 3 254		1999	69	
V. Ovelha e Aliviada V. Ovelha e Aliviada V. Ovelha e Aliviada 2002 5 2003 10 2004 1 2005 1 2006 1 2000 3 76 2000 3 76 2001 5 2002 3 1997 27 1998 6 2000 3 Vila Boa de Quires Vila Boa de Sispo Vila Boa do Bispo Vila Boa do Bispo 1999 2 54 2001 3 2001 3 45 45 45 45 46 47 48 48 48 48 48 48 48 49 49 49	V. Ovelha e Aliviada	1996	14	62
V. Ovelha e Aliviada 2001 1 2002 5 2003 10 2004 1 2005 1 2006 1 2006 1 1998 65 2000 3 2002 3 Várzea do Douro 2001 5 2002 3 1997 27 1998 6 2000 3 1997 27 1998 6 2000 3 45 2001 6 2006 2 2007 1 1996 12 1997 10 1998 22 Vila Boa do Bispo 1999 2 54 2001 3 2001 3 2001 3		1997	17	
V. Ovelha e Aliviada 2002 5 2003 10 2004 1 2005 1 2006 1 1998 65 2000 3 76 2001 5 2002 3 1997 27 1998 6 2000 3 1997 27 1998 6 2000 3 45 Vila Boa de Quires Vila Boa de Bispo Vila Boa do Bispo 1999 2 54 2001 3 2001 3 2007 1 1996 12 1997 10 1998 22 Vila Boa do Bispo 1999 2 54		1998	10	
V. Ovelha e Aliviada 2002 5 2003 10 2004 1 2005 1 2006 1 1998 65 2000 3 76 2001 5 2002 3 1997 27 1998 6 2000 3 Vila Boa de Quires Vila Boa de Bispo Vila Boa do Bispo Vila Boa do Bispo 1999 2 54 2001 3 2001 3 2001 3 2001 3 2001 3		1999	2	
2002 5 2003 10 2004 1 2005 1 2006 1 2006 1		2001	1	
2004		2002	5	
2005		2003	10	
2006 1 1998 65 2000 3 76 2001 5 2002 3 3 2000 3 45 2000 3 45 2001 6 2006 2 2007 1 1996 12 1997 10 1998 22 2001 3 2001 3 2003 3 2003 3 3 2003 3		2004	1	
Várzea do Douro 2000 3 2000 3 76 2001 5 2002 3 1997 27 1998 6 2000 3 2000 3 Vila Boa de Quires 2001 6 2006 2 2007 1 1996 12 1997 10 1998 22 Vila Boa do Bispo 1999 2 54 2001 3 2003 3		2005	1	
Várzea do Douro 2000 3 2001 5 2002 3 1997 27 1998 6 2000 3 2001 6 2006 2 2007 1 1996 12 1997 10 1998 22 Vila Boa do Bispo 1999 2 2001 3 2003 3		2006	1	
Várzea do Douro 2001 5 2002 3 1997 27 1998 6 2000 3 45 2001 6 2006 2 2007 1 1996 12 1997 10 1998 22 Vila Boa do Bispo 1999 2 54 2001 3 2003 3	Várzea do Douro	1998	65	76
2001 5 2002 3 1997 27 1998 6 2000 3 45		2000	3	
Vila Boa de Quires 1997 27 1998 6 2000 3 2001 6 2006 2 2007 1 1996 12 1997 10 1998 22 Vila Boa do Bispo 1999 2 2001 3 2003 3		2001	5	
Vila Boa de Quires 1998 6 2000 3 2001 6 2006 2 2007 1 1996 12 1997 10 1998 22 Vila Boa do Bispo 1999 2 54 2001 3 2003 3		2002	3	
Vila Boa de Quires 2000 3 45 2006 2 2007 1 1996 12 1997 10 1998 22 Vila Boa do Bispo 1999 2 2001 3 2003 3	Vila Boa de Quires	1997	27	45
Vila Boa de Quires 2001 6 2006 2 2007 1 1996 12 1997 10 1998 22 Vila Boa do Bispo 1999 2 2001 3 2003 3		1998	6	
2001 6 2006 2 2007 1 1996 12 1997 10 1998 22 Vila Boa do Bispo 1999 2 54 2001 3 2003 3		2000	3	
2007 1 1996 12 1997 10 1998 22 Vila Boa do Bispo 1999 2 54 2001 3 2003 3		2001	6	
1996 12 1997 10 1998 22 Vila Boa do Bispo 1999 2 54 2001 3 2003 3		2006	2	
1997 10 1998 22 Vila Boa do Bispo 1999 2 54 2001 3 2003 3		2007	1	
1998 22 Vila Boa do Bispo 1999 2 54 2001 3 2003 3	Vila Boa do Bispo	1996	12	54
Vila Boa do Bispo 1999 2 54 2001 3 2003 3		1997	10	
2001 3 2003 3		1998	22	
2003 3		1999	2	
		2001	3	
2007 2		2003	3	
	Fonte: Câmara N			

Fonte: Câmara Municipal de Marco de Canaveses - Elaboração própria

Quadro. 9. Loteamentos licenciados pela Câmara Municipal por Freguesia (1996/2007)

2.1.1.2 Espaços Industriais

Integram os espaços industriais as áreas industriais e as áreas de protecção das mesmas. Na prática, estão classificados como tal duas zonas do concelho, a saber: a zona

industrial da linha recta de Alpendorada e a zona industrial da cidade do Marco, cujos espaços já se encontram salvaguardados por uma área de protecção específica.

A zona industrial da linha recta de Alpendorada evidencia um espaço compacto, estruturado em função da estrada nacional que atravessa a freguesia, de tal forma que as oficinas existentes em raras ocasiões se densificam para além do espaço contíguo à infra-estrutura rodoviária. A localização desta área serve essencialmente de suporte às actividades de extracção de minerais, destacando-se a freguesia no ramo da transformação da brita e dos granitos.

Por sua vez, a zona industrial da cidade do Marco de Canaveses consiste em vários blocos organizados de loteamentos industriais, numa área intermédia às zonas residenciais periféricas da cidade, dando sinais de clara saturação do seu espaço para a ocupação de novas implantações oficinais. O espaço apresenta também um nível de infraestruturação ajustado às actividades que nele se pretendem ver desenvolvidas.

2.1.1.3 Espaços Agrícolas

Os espaços agrícolas integram áreas que possuem as características mais adequadas para a produção agrícola ou os que a possam vir a adquirir. Esta categoria é constituída pelo conjunto das áreas:

- Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- Áreas complementares agrícolas, as quais embora não se encontrem integradas na RAN, mantêm todo o seu potencial agrícola, podendo mesmo vir a ser integradas na RAN.

2.1.1.4 Espaços Florestais

Os espaços florestais destinam-se à produção florestal e compreendem as áreas já florestadas e as que apresentam potencialidades de uso futuro. Estas são constituídas por três tipos de espaços florestais, a saber:

- Floresta de protecção, que inclui os sistemas de REN (zonas de declive superior a 30% e cabeceiras de linhas de água) e as zonas periurbanas;
- <u>Floresta condicionada</u>, que inclui as restantes áreas da REN, as zonas da bacia visual do Douro e as áreas de património natural;
- Floresta de protecção, que integra os espaços florestais não incluídos nas delimitações anteriores; as áreas agrícolas marginais não incluídas na RAN e as áreas de matos e incultos;

2.1.1.5 Espaços Culturais

Embora o regulamento do PDM refira que esta categoria integra todo o tipo de monumentos, imóveis de interesse público, conjuntos e sítios de interesse arquitectónico e ou arqueológico, na prática a classe de espaços culturais encontra-se presente na

Carta de Ordenamento apenas numa restrita zona definida pela área arqueológica do Freixo.

2.2 Política de Solos

Procurou-se recolher junto da Câmara Municipal informação da execução de intervenções de urbanização por parte do município e/ou juntas de freguesia, com o objectivo de medir a capacidade do município para influenciar o atingir do objectivo de disponibilizar solo para construção em tempo útil e a preços adequados. Face à ausência de dados, não se pode analisar até à data se foram ou não realizadas quaisquer intervenções neste âmbito.

Com a análise da frequência e quantidade de vezes em que foram utilizados alguns dos instrumentos de execução previstos na legislação em vigor, nomeadamente o Direito de Preferência, Demolição de Edifícios, Expropriação, Reestruturação da Propriedade, Reemparcelamento e a Obrigação de Urbanização, pretendia-se medir a capacidade financeira e técnica de intervenção e liderança municipal nesta área.

Dado que também nesta área não foram ainda disponibilizados dados referentes a utilização dos instrumentos de execução previstos na lei, não se pode aferir da sua ocorrência

Quanto à informação relativa à variação de preços de venda de solo urbano no concelho (variação anual do preço médio fornecido pela Câmara Municipal ou Finanças, ou então valor do último ano com preços conhecidos) também não foi possível ainda a obtenção de elementos suficientes. Quando se obtiverem os mesmos, será possível medir a capacidade de obter preços mais baratos do que os praticados nos concelhos vizinhos, podendo também servir para aferir se o sobredimensionamento dos aglomerados urbanos já anteriormente referido acaba por ter ou não influência neste campo.

2.3 Habitação

Relativamente à habitação, o PDM é omisso na enunciação de medidas e acções que apontem para a garantia do direito à habitação, à excepção da definição das áreas urbanas e das áreas de expansão, e à reabilitação dos centros urbanos do concelho. Quanto a este último, é notória a preocupação do PDM em melhorar o ambiente urbano da cidade do Marco de Canaveses, no sentido estético e funcional do termo, e de assegurar os espaços de vivência social e cultural e de partilha em quase todos os lugares. Para tal, foram previstos, na Carta de Equipamentos, novos equipamentos culturais, desportivos, de lazer/recreio e de educação na maioria dos aglomerados, bem como a remodelação das infra-estruturas já existentes.

À parte as poucas intervenções mencionadas no PDM, em matéria de habitação e da melhoria dos centros urbanos, as iniciativas de que foram alvo os espaços urbanos do concelho foram promovidas por programas ou acções municipais que não foram tidos em conta pelo PDM.

2.4 Execução programada de intervenções urbanas - UOPG

As Unidades Operativas de Planeamento e Gestão constituem áreas sujeitas ou a sujeitar a planos de urbanização e a planos de pormenor, como vem definido no Regulamento.

São áreas que, pela sua dimensão e importância estratégica ao nível municipal, requerem estudos mais detalhados, proporcionando instrumentos de gestão urbana capazes de orientar e ordenar a ocupação das áreas de expansão, no sentido de criar uma malha urbana coerente.

O Regulamento do PDM destaca três casos de ocupação do solo que, cumprindo com os critérios citados, deveriam ser objecto de elaboração de planos de pormenor. São eles, as zonas de reserva para equipamentos (localizada na Vila Boa do Bispo), os espaços industriais sujeitos a plano de pormenor (na zona industrial da vila de Alpendurada e na zona industrial da cidade do Marco) e os espaços culturais (na envolvência do espaço cultural da Igreja de Nossa Senhora da Natividade do Castelinho). Apesar de o Regulamento clarificar a necessidade de se proceder à elaboração de UOPG's nas zonas mencionadas, o documento não parte para a proposta das UOPG's a criar, como se seria de esperar que o fizesse no Capítulo XII dedicado às UOPG's.

Para além das áreas propostas a plano de pormenor no âmbito da elaboração do PDM, houve mais outras áreas do concelho de Marco de Canaveses propostas a UOPG, no seguimento da elaboração do Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e do Carrapatelo (POARC) e de estudos de projecção demográfica realizados.

O POARC definiu 17 UOPG's na área de intervenção do plano, entre elas, a UOPG do Espaço de Vocação Turística do Lavadouro, a ser alvo de um PMOT a elaborar pela Câmara Municipal de Marco de Canaveses, em articulação com o INAG.

Os restantes planos de pormenor aprovados foram implementados com vista à melhoria do urbanismo em áreas pontuais do concelho, cuja procura dos seus espaços se previu bastante elevada, quer para os usos habitacionais, quer para os usos de lazer/turismo, levantando a necessidade de sujeitar estas áreas a plano de pormenor. São eles o Plano de Pormenor da Alameda do Dr. Miranda da Rocha (Cidade do Marco de Canaveses), o Plano de Pormenor da Zona habitacional e desportiva de Leiria (Vila de Alpendorada) e o Plano de Pormenor da Zona habitacional e desportiva da Feiteira.

UOPG Propostas	Motivo da Proposta	Área de Intervenção	Concretização
PP da Zona Industrial da vila de Alpendurada e Matos	Definição dos lotes industriais para a implantação de novas oficinas		
PP da Zona Industrial da cidade do Marco de Canaveses	Definição dos lotes industriais para a implantação de novas oficinas		
PP da Igreja de Nossa Senhora do Castelinho		Envolvência do espaço cultural	

da Igreja de	
Nossa Senhora	
do Castelinho,	
na freguesia de	
Avessadas	

Fonte: PDM em vigor e Câmara Municipal de Marco de Canaveses Quadro. 10. UOPG propostas pelo PDM

3 INFRA-ESTRUTURAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

A avaliação da execução do PDM de Marco de Canaveses no que concerne às intervenções de natureza infraestrutural tem por alvo não só a listagem de projectos programados, mas também o conjunto de orientações e recomendações formulados no Relatório Síntese. Na ausência de um Programa de Acção, anexo ao PDM, a informação existente é muitas vezes débil e quase toda ela recolhida das Cartas dos Equipamentos propostos. Embora discutível, a perspectiva adoptada visa avaliar até que ponto essas propostas foram integradas pelos sucessivos executivos municipais nas suas políticas e programas de actividades.

Trata-se, naturalmente, de uma avaliação sumária, qualitativa e quantitativa, em que registaremos não só o grau de execução de cada Medida ou Acção e Projecto (ver descrição pormenorizada nos Quadros executivos), mas também o grau de concretização dos objectos fixados para cada área de intervenção. As informações utilizadas foram recolhidas junto da Câmara Municipal ou directamente nos locais com a ajuda dos técnicos da autarquia.

3.1 Infra-estruturas Básicas

3.1.1 Resíduos Sólidos Urbanos

Relativamente a esta matéria, o PDM não explicita qualquer tipo de proposta ou medida de intervenção, remetendo para programas subsequentes ao PDM a necessidade de rentabilizar a transformação e reciclagem dos resíduos sólidos.

3.1.2 Abastecimento domiciliar de água

Também neste domínio, o PDM não apresenta qualquer tipo de propostas referentes ao abastecimento de água, tendo-se contudo verificado uma clara melhoria da rede de abastecimento da água, em áreas afastadas dos principais núcleos urbanos. Com efeito, dos 92 km de rede existentes em 1994, a rede estendeu-se para os actuais 329 km.

3.1.3 Tratamento e Drenagem de Águas Residuais

À semelhança dos anteriores domínios, o PDM não indicou qualquer medida ou acção referente ao tratamento e drenagem de águas residuais, embora alertasse para os perigos resultantes da poluição provocada pelos telheiros e para a saturação dos solos pela proliferação de fossas como meio de resolver questões de "depuração" de esgotos. Neste domínio, a evolução foi igualmente notável, aumentando a rede de saneamento dos 34,5 km existentes à data da elaboração do PDM para os actuais 150 km.

3.1.4 Rede de Transportes Públicos

Também ao nível da rede de transportes públicos, o PDM não faz menção de qualquer proposta ou recomendação, relegando esta matéria para uma posterior concertação entre operadores de transportes e a autarquia, já depois de classificado o solo. A questão é, contudo, abordada várias vezes, sobretudo em termos de rede de transporte escolar cujo tema é considerado prioritário e visa diminuir o custo dos transportes e garantir uma optimização de condições de acesso aos equipamentos escolares.

3.2 Equipamentos e serviços

3.2.1 Equipamento e rede escolar

Relativamente aos equipamentos escolares, o PDM aponta uma manutenção da rede de equipamentos escolares, cuja cobertura é considerada satisfatória, referida aliás em vários estudos. A prioridade do PDM, nesta matéria, concerne a reconversão de alguns dos edifícios da rede escolar e a procura das melhores localizações para os equipamentos, atendendo à procura existente e à morfologia do território do concelho. Embora não se faça referência, o horizonte temporal do PDM coincide com o fecho do Ensino Básico Mediatizado (EBM), não apresentando por isso o PDM medidas de resposta.

3.2.2 Saúde e assistência

No domínio da saúde e da assistência social, o PDM em vigor elaborou um conjunto de propostas com vista a garantir a toda a população do concelho a equidade nos acessos e no atendimento. Para tal, a programação deste tipo de equipamento foi realizada tendo por base o número de habitantes existentes, os previstos e também o factor acessibilidade. Esta última vertente foi mesmo considerada indispensável para que uma freguesia pequena como Banho e Carvalhosa viesse a beneficiar de um equipamento de saúde, uma vez que o seu relativo isolamento agrava o tempo de deslocação a outros centros mais próximos.

A mesma metodologia foi implementada para a programação dos centros de dia, tendo em conta a indicação de hierarquia dos aglomerados, o número de idosos e a dispersão ou concentração dos respectivos aglomerados.

Nada refere, porém, o PDM quanto a medidas de apoio à instalação de estes equipamentos, como por exemplo, a provisão de ambulâncias de socorro a utentes ou quanto a medidas de atracção de profissionais de saúde.

3.2.3 Equipamentos desportivos

Relativamente aos equipamentos desportivos, o PDM propõe a provisão ou remodelação das instalação para a prática desportiva numa série de freguesias, aonde foram identificadas carências logísticas ou deficiências no estado de conservação dos

equipamentos. O princípio é de que todas as freguesias deverão dispor de pelo menos um ringue para a prática de desporto, ou estar sob a influência imediata de uma freguesia vizinha.

3.2.4 Equipamentos culturais

A proposta do PDM relativamente aos equipamentos de cariz cultural resumem-se na reinstalação de equipamentos como museu e biblioteca municipal que necessitam ser revitalizados.

3.2.5 Outros equipamentos

Outros equipamentos respeitam o reforço e melhoria da qualidade dos edifícios religiosos, administrativos (juntas de freguesia) e de segurança pública e protecção civil (noemadamente, postos da GNR e quartéis de bombeiros). Em todos estes, a equipa do PDM realizou um estudo profundo sobre as necessidades de adequar a oferta à procura existente e prevista e de melhorar as condições de instalação de cada um dos serviços e actividades, independentemente das competências dependerem directamente ou indirectamente da administração local.

Como já se mencionou noutros equipamentos, as medidas enunciados pelo PDM dizem sempre respeito à proposta de novos empreendimentos e raramente apresentam soluções ou acções de apoio aos equipamentos.

3.2.6 Serviços

Em matéria de serviços, o PDM propõe o apetrechamento logístico dos recintos de feiras e mercados municipais ou reinstalação em zonas apropriadas e infraestruturadas em zonas de tradição feiral. As medidas enunciadas passam sempre por incluir equipamentos de apoio às actividades e serviços.

3.3 Rede Viária e transportes

No domínio da rede viária e transportes, as propostas do PDM visam colmatar as lacunas existentes no município, à data de elaboração do plano. Analisada a situação actual, o PDM aponta para a necessidade de construção de um terminal rodoviário e de um centro coordenador de transportes, para a obrigação de prever lugares de estacionamento em qualquer loteamento e unidade operativa de planeamento e gestão e para a melhoria da fluidez do trânsito, nas deslocações no interior do município, com a implantação de novas vias municipais e pavimentação de cerca de metade das vias municipais existentes. Mais não refere o PDM, nomeadamente quanto a acções de reclassificação da rede viária existente ou quanto ao futuro da via férrea, estando então em estudo a duplicação da via, preconizada no PROZED.

3.4 Actividades económicas

3.4.1 Sector Agro-Florestal

Relativamente a esta matéria, o contexto que vigorava durante o período de elaboração do PDM teve implicações bastante profundas sobre o sector agro-florestal, ao nível das reformas e da alteração das directrizes gerais sobre a ocupação dos solos rurais, tendo o pensamento dominante marcado também as expectativas e as indecisões da equipa do PDM quanto ao futuro da agricultura e da floresta no concelho, ainda para mais sendo este um território com forte tradição agrícola.

Por muitas estratégias pensadas e objectivos pretendidos para o sector, o município reconheceu desde logo a impotência para desenvolver acções e para dar o rumo correcto ao desenvolvimento do sector, atendendo aos objectivos da Política Agrícola Comum (PAC). Como tal, e sem descurar o papel da agricultura e da floresta na economia do concelho, o PDM realçou a necessidade da autarquia intervir directamente no sector, prestando o seu apoio na realização de acções de informação e formação sobre as alterações impostas pela PAC e pelo então actual Decreto-Lei 196/89, que possibilitava a ocupação de solos da RAN para floresta. O PDM salienta ainda a necessidade de esclarecer os produtores agrícolas sobre os benefícios da floresta de protecção, cujo zonamento retiraria grande parte dos direitos de obtenção de lucro por parte dos respectivo produtores.

Passados estes anos desde a publicação do PDM, e analisando a evolução do sector durante este período, constata-se que o que faltou à equipa do PDM foi sobretudo visão estratégica para apoiar os valores mais seguros do sector (nomeadamente, a marca dos vinhos verdes no Marco de Canaveses, embora tivesse já sido criada a rota dos Vinhos do Marco) e o pragmatismo suficiente para perspectivar a crescente perda de importância do sector, num período em que se anunciavam grandes reformas para a agricultura. Resumindo, o PDM não apresentou qualquer outra proposta para o sector, cuja evolução se desenrolou naturalmente com pouca ou nenhuma intervenção da administração local.

3.4.2 Turismo

O sector do turismo é na estratégia do concelho uma clara aposta para a diversificação da economia local e para a melhoria da qualidade de vida das populações, ao incentivar a jusante a protecção dos espaços naturais e patrimoniais, o investimento privado na restauração/hotelaria, a melhoria da oferta de serviços e de acessos e a possibilidade de todos fazerem férias.

Relativamente a esta matéria, o PDM enuncia um conjunto de medidas/acções, de âmbito estrutural, que visam a requalificação dos espaços com vocação para o turismo, com destaque para o turismo balnear. Dentro deste, trata-se de aproveitar, com a implementação dos equipamentos previstos, os recursos nas área de praia fluvial existentes, a melhorar ou recriar por influência do enchimento das albufeiras e dotá-las de pequenos equipamentos de apoio, na área do lazer e segurança. Quanto aos outros

equipamentos propostos, pretende-se a criação de parques de merendas em áreas de mata e pinhal, de elevado valor paisagístico ou natural.

3.5 Património arquitectónico e arqueológico

O PDM é omisso quanto à enunciação de acções/medidas relativamente ao património arquitectónico e arqueológico, do ponto de vista da conservação/protecção. Exceptuando as normas urbanísticas de restrição ao uso do solo, dentro da faixa de servidão dos elementos classificados, o PDM não apresenta qualquer proposta de requalificação ou programa de recuperação do património arquitectónico e arqueológico, nem sequer integra estes elementos numa estratégica turística global para o município.

3.6 Património natural e paisagístico

Tal como o anterior, o PDM nada propõe em relação ao património natural e paisagístico, limitando-se a preconizar a proibição de todas as "acções que diminuam ou destruam as suas funções, potencialidades ecológicas e produtivas" (Volume X, Cap. 10.2 - Carta do Património Natural - Memória Descritiva).

Tema/Área de Actuação	Medidas/Acções	Concretizado	Projecto	Concretizado
	Medidas/Acções Preservar áreas antigas de forma a manter valores histórico-culturais; Estabelecer valores mínimos espaço verde/habitante; Estabelecer mecanismos de contrapartidas aos proprietários, de forma a que as suas penalizações possam ser benefício de todos; Procurar imagem de nível europeu para a cidade de Marco de Canaveses	Concretizado Não Valores previstos nas cedências obrigatórias dos loteamentos Não Sim	Sujeição a plano de pormenor de zonas urbanas particularmente susceptíveis a forte procura de solo;	Três planos de pormenor - Plano de Pormenor da Alameda do Dr. Miranda da Rocha - R. C. M. n.º 41/98, de 23 de Março; - Plano de Pormenor da Zona Habitacional e Desportiva de Leiria - Alpendorada - R.C.M. n.º 110/99, de 02 de Outubro; - Plano de Pormenor da Zona Habitacional e Desportiva da
				Feiteira - R.C.M. n.º 134/99, de 29 de Outubro.

	Melhorar os níveis de saneamento do concelho	Sim	Infraestruturação ao nível do saneamento de todas as UOPG's e dos aglomerados existentes.	Nos aglomerados principais (Marco, Alpendorada, etc.) foi executada a rede de saneamento e abastecimento de água. Neste momento está a ser concluída a rede de Saneamento de: - Zona Central de Soalhães; - Juncal e Paredes de Viadores; - Sande; - Penha Longa; - S. Lourenço do Douro.
.	Aperfeiçoar a rede viária existente	Sim	Conclusão da A4;	Sim
Infra-estruturas			Conclusão da variante à EN 211 e 321-1;	Sim
			Conclusão da variante à cidade de Marco de Canaveses	Sim
			Rectificação dos troços considerados inadequados, da rede viária municipal;	Sim
			Pavimentação de cerca de metade das vias municipais classificadas;	Sim
			Criação da rede de drenagem de águas pluviais, nas respectivas vias municipais;	Não, à excepção de algumas áreas localizadas no interior dos principais aglomerados urbanos

	Redefinição do traçado para a duplicação da via férrea	Não		Supressão das passagens de nível
Equipamento e Rede Escolar	Construção/ampliação/modernização dos equipamentos escolares para o ensino primário;	Parcialmente concretizado	Proposta de equipamento escolar na freguesia de Alpendorada e Matos; Proposta de equipamento escolar na freguesia de Ariz; Proposta de equipamento escolar na freguesia de Fornos; Proposta de equipamento escolar na freguesia de Paredes de Viadores; Proposta de equipamento escolar na freguesia de Rio de Galinhas; Proposta de equipamento escolar na freguesia de Rio de Galinhas;	Sim (obras de manutenção) Sim (obras de manutenção) Sim * Sim (obras de manutenção) Sim (obras de manutenção e de requalificação) Não (encerrou no final do ano de 2006/2007)
	Construção/ampliação/modernização dos equipamentos escolares para o ensino básico de 1º ciclo, 2º ciclo ou 3º ciclo;		Proposta de equipamento escolar na freguesia de Sande;	Sim *
			Proposta de equipamento escolar na freguesia de Soalhães;	Sim *

			Proposta de equipamento escolar na freguesia de Várzea de Ovelha e Aliviada;	Sim (obras de ampliação e manutenção das escolas existentes)
			Proposta de equipamento escolar na freguesia de Vila Boa do Bispo;	Sim *
			Proposta de equipamento escolar na freguesia de Vila Boa de Quires;	Sim
			Proposta de equipamento de saúde na freguesia de Banho e Carvalhosa;	Não
Saúde e assistência	Programação de novos equipamentos de saúde;	Parcialmente concretizado	Proposta de equipamento de saúde na freguesia de Fornos;	Sim
			Proposta de equipamento de saúde na freguesia de Sande;	Não
	Programação de novos equipamentos de assistência (centros de dia);	Parcialmente concretizado	Proposta de Centro Social e Paroquial da Vila de Alpendorada;	Sim

	Proposta de Centro Social de S. Romão de Carvalhosa	Sim (projecto aprovado, embora a obra não se tenha iniciado)
	Proposta de Centro de Convívio na freguesia de Constance;	Não (em projecto)
	Proposta de equipamento de assistência na freguesia de Folhada;	Não
	Proposta de equipamento de assistência na freguesia de Fornos;	Não
	Proposta de equipamento de assistência na freguesia de Manhuncelos;	Não
	Proposta de equipamento de assistência na freguesia de Maureles;	Não
	Proposta de Centro de Dia na freguesia de Penha Longa	Não (em projecto)
	Proposta de SAD na freguesia de Paços de Gaiolo	Não (em projecto)

	Proposta de equipamento de assistência na freguesia de Rio de Galinhas;	Não (ATL funciona no antigo Jardim de Infância, projecto para Centro de Dia e Creche - Associação Alegria de Crescer)
	Proposta de equipamento de assistência na freguesia de Sande;	Não
	Proposta de IPSS (Centro de Dia, Centro de Convívio e SAD) na freguesia de S. Nicolau;	Sim (a funcionar provisoriamente nas instalações da junta de freguesia)
	Proposta de Centro Social na freguesia de Soalhães;	Sim (a funcionar nas instalações do Centro Paroquial)
	Proposta de Centro de Convívio na freguesia de Várzea do Douro;	Sim (a funcionar nas instalações da junta de freguesia)
	Proposta de Centro de Dia de assistência na freguesia de Vila Boa de Quires;	Não (em projecto)

			Ampliação da biblioteca municipal na cidade do Marco de Canaveses;	Sim (projecto em fase de aprovação)
Equipamentos culturais	Construção de novos equipamentos de cultura e revitalização dos existentes;	Sim	Instalação da biblioteca municipal na vila de Alpendorada;	Sim
			Requalificação do museu municipal Carmen Miranda, na cidade do Marco de Canaveses;	Sim
			Futuras instalações de um equipamento cultural, na freguesia de Santo Isidoro.	Não
			Proposta de equipamento desportivo na freguesia de Alpendorada e Matos;	Sim
Equipamentos	Instalação de equipamentos desportivos nas	Parcialmente concretizado	Proposta de equipamento desportivo na freguesia de Banho e Carvalhosa;	Não
desportivos	áreas de expansão previstas		Proposta de Complexo Desportivo Municipal (campo de futebol campo de treinos, piscinas, pavilhão gimnodesportivo e campos de ténis) na freguesia de Fornos;	Sim

		Proposta de ampliação do campo de futebol na freguesia de Manhuncelos;	Sim
		Proposta de equipamento desportivo na freguesia de Santo Isidoro;	Não
		Proposta de equipamento desportivo na freguesia de Soalhães;	Sim (Ramalhais e obras beneficiação do Ladário)
		Proposta de equipamento desportivo na freguesia de Sobretâmega;	Sim
		Proposta de equipamento desportivo na freguesia de Vila Boa do Bispo;	Sim
		Proposta de equipamento desportivo na freguesia de Vila Boa de Quires;	Sim
		Proposta de equipamentos	Sim
		desportivos de apoio na freguesia de Constance;	(Sede da Associação Desportiva de Constance e polidesportivo coberto)
Instalação de equipamentos desportivos de apoio ao campo de futebol	Parcialmente concretizado	Proposta de equipamentos desportivos de apoio na freguesia de Folhada;	Não
		Proposta de equipamentos desportivos de apoio na freguesia de Freixo;	Não

Proposta de equipamentos Sim desportivos de apoio na (Pavilhão Gimnodesportivo) freguesia de Magrelos; Sim Proposta de equipamentos (Construção da sede do Grupo desportivos de apoio na Desportivo de Penha Longa e freguesia de Penha Longa; campo de apoio) Sim Proposta de equipamentos desportivos de apoio na (obras no campo da Quinta dos freguesia de Sande; Agros) Sim Proposta de equipamentos desportivos de apoio na (Sede da Associação Cultural e freguesia de Tabuado; Recreativa de Tabuado) Sim Proposta de equipamentos (Bancada, piscina obras de desportivos de apoio na manutenção, e aquisição de freguesia de Toutosa; terreno para polivalente) Não Proposta de equipamentos desportivos de apoio na (Obras de manutenção) freguesia de Tuías; Proposta de equipamentos Sim desportivos de apoio na (Sede da Associação Desportiva freguesia de Várzea do de Várzea do Douro) Douro;

			Proposta de equipamentos desportivos de apoio na freguesia de Várzea de Ovelha e Aliviada;	
			Proposta de equipamento administrativo na freguesia de Alpendorada e Matos;	Sim
			Proposta de equipamento administrativo na freguesia	Sim
			de Ariz;	(obra em execução)
			Proposta de equipamento administrativo na freguesia de Banho e Carvalhosa;	Sim
Equipamentos administrativos	Construção de instalações próprias para as juntas de freguesia	Sim/Não	Proposta de equipamento administrativo na freguesia de Fornos;	Não
			Proposta de equipamento administrativo na freguesia de Freixo;	Não
			Proposta de equipamento administrativo na freguesia de Manhuncelos;	Sim
			Proposta de equipamento administrativo na freguesia de Paços de Gaiolo;	Sim

	Proposta de equipamento administrativo na freguesia de Maureles;	Sim
	Proposta de equipamento administrativo na freguesia de Sande;	Sim
	Proposta de equipamento administrativo na freguesia de Santo Isidoro;	Não (projecto em fase de aprovação)
	Proposta de equipamento administrativo na freguesia de S. Lourenço do Douro;	Sim
	Proposta de equipamento administrativo na freguesia de S. Nicolau;	Sim
	Proposta de equipamento administrativo na freguesia de Sobretâmega;	Sim
	Proposta de equipamento administrativo na freguesia de Torrão;	Sim
	Proposta de equipamento administrativo na freguesia de Toutosa;	Sim
	Proposta de equipamento administrativo na freguesia de Várzea de Ovelha e Aliviada;	Sim
	Proposta de equipamento administrativo na freguesia de Vila Boa do Bispo;	Sim

	Criação de novas instalações para a GNR		Reinstalação do posto da GNR, na freguesia de Fornos;	Não (encerrou com a abertura do novo quartel em Tuías)		
		Sim	Proposta de instalação de posto da GNR, na freguesia de Toutosa;	Não		
Segurança e			Proposta de instalação de posto da GNR, na freguesia de Tuías;			
Protecção Civil	Criação de novas instalações para os Bombeiros		Proposta de instalação de novo quartel dos Bombeiros, Sim na freguesia de Constance;			
		Sim	Proposta de instalação de novo quartel dos Bombeiros, na freguesia de Fornos;	Sim		
			Proposta de instalação de novo quartel dos Bombeiros, na freguesia de Vila Boa de Quires;	Não		
Sector agro- florestal	Realização de acções de formação sobre a floresta	Parcialmente concretizado com a criação do Gabinete Técnico Florestal - 2005				
	Instalação de equipamentos de apoio às actividades balneares, como a construção de marinas e portos de recreio		Parque fluvial do Tâmega	Sim		
Turismo			Cais de Bitetos	Sim		
	Criação de parques de merendas, em áreas de mata e pinhal, de elevado valor paisagístico ou natural;	Parcialmente concretizado	Proposta de porto de recreio, na freguesia de Fornos;	zio, Não		

1	ı	1	ı
			Sim
	parques	s de merendas, na	Sim
	parques	s de merendas, na sia de Alpendorada e	Não
	parques	s de merendas, na	Não
	parques	s de merendas, na	Não
	parques	s de merendas, na	Não
	parques	s de merendas, na	Não
	parques	s de merendas, na	Não
		Propost parques fregues Matos; Propost parques fregues Matos; Propost parques fregues Bispo; Propost parques fregues Bispo; Propost parques fregues Bispo; Propost parques fregues Propost parques fregues Douro; Propost parques fregues Douro; Propost parques fregues Douro;	Proposta de criação de parques de merendas, na freguesia de Santo Isidoro; Proposta de criação de parques de merendas, na freguesia de Vila Boa do Bispo; Proposta de criação de parques de merendas, na freguesia de S. Lourenço do Douro; Proposta de criação de parques de merendas, na freguesia de S. Nicolau; Proposta de criação de

	Proposta de criação de parques de merendas, na freguesia de Várzea do Douro;	Não
--	--	-----

^{*} Os projectos dos Centros Escolares (Escolas Básicas do 1º ciclo e Jardins de Infância) estão aprovados pelo Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação e foram submetidos individualmente a uma candidatura ao QREN.

Quadro. 11. Medidas, acções e projectos previstos no PDM de Marco de Canaveses

4 Balanço e Gestão do Plano

Este ponto tem como objectivo avaliar a qualidade, conteúdo e estrutura do Plano Director Municipal (PDM) de Marco de Canaveses. Para tal foi criada uma metodologia que permitiu classificar quantitativamente o PDM, abordando as vertentes consideradas importantes enquanto instrumento de ordenamento do território e da avaliação das condicionantes.

Esta avaliação foi efectuada com base na opinião dos técnicos responsáveis pela gestão do território municipal, apoiada no Plano Director Municipal, no Regulamento do PDM, na Carta de Condicionantes e na Carta de Ordenamento. Admitem-se limitações na análise referida, pois o plano foi analisado à luz da legislação mais recente, apesar de aquando da sua realização, o enquadramento legal ser diferente. Revelando-se importante confrontar o PDM com os mais recentes conceitos de ordenamento e planeamento municipal.

4.1 Ordenamento e condicionantes

Ao nível do ordenamento e condicionantes foi traçada uma estratégia de análise que nos permita fazer a avaliação, de impactes que não são previstos aquando da implementação do plano, da monitorização deste instrumento de gestão territorial, das medidas mitigadoras das principais consequências do plano e finalmente da prossecução dos interesses da população de uma forma geral.

As possíveis generalizações do processo de planeamento reflectem a multiplicidade de perspectivas e de modelos de planeamento que lhe estão subjacentes, para além de constituírem sempre abstracções de uma realidade quase sempre mais complexa e diversa que justifica adaptações ao contexto real que estiver em causa.

Na generalidade dos modelos, o planeamento é representado como um processo sequencial e multiestádio, em que muitas das fases estão ligadas às fases antecessoras. Estes ciclos permitem que conclusões estabelecidas em fases mais tardias possam suscitar recuos na sequência ou novas iterações do processo, revelando assim, ao longo do tempo, a sua natureza cíclica e contínua, sendo importante diagnosticar os principais problemas inerentes ao instrumento de gestão territorial em revisão.

4.1.1 Considerações gerais

Pode-se afirmar da análise do plano que a elaboração deste foi efectuada com uma notória abordagem racionalista. Este tipo de abordagem está patente na omissão de quaisquer tipos de alternativas às medidas preconizadas, sendo ainda inexistente a intenção de monitorização, demonstrando, uma vez mais, o carácter pouco flexível deste PDM

O PDM tem um carácter de estudo sociológico e de caracterização demográfica, mais do que de instrumento de gestão territorial, pois é feito um diagnóstico exaustivo da realidade sócio-económica, descurando tendências evolutivas. Esta deficiência poderá ter como consequência a desactualização do plano face a novos cenários. Existe alguma

dificuldade do plano e o seu regulamento serem cumpridos por se estar perante um nova realidade territorial.

De uma forma geral as soluções preconizadas, bem como os objectivos de protecção dos recursos naturais, limitam-se às habituais regras desprovidas de real intenção, não é dado, em qualquer ponto da caracterização e diagnóstico do plano, relevo aos elementos naturais, a caracterização biofísica é breve e incipiente, pelo que nada acrescenta ao que teoricamente é uma simples menção dos factos.

Quando é referida a Rede Viária Municipal, apesar de ser admitido o degradado estado da mesma, a única intenção de intervir é a de dotar algumas das estradas existentes com alcatroamento e repavimentar as outras. Isto é, não há intenção de melhorar a rede viária numa perspectiva estratégica de desenvolvimento, de articulação com a rede externa.

Por outro lado evidencia-se a ausência de previsão de impactes derivada da existência de propostas de planeamento, sendo certo que o plano remete para uma série de Planos de Ordenamento Municipal que fruto da má regulamentação do mesmo, não vieram a ser executados.

Da leitura do PDM apreende-se a falta de preocupação para com os interesses populares, não sendo em parte alguma expressos os populares como resultantes de qualquer tipo de consulta pública. A implementação deste plano deveria prever, sendo este um foco gerador de conflitos e/ou de situações nefastas, mecanismos para compensação dos afectados. Finalmente considera-se que seria uma mais valia para o concelho a disponibilização do PDM em formato digital acessível via Internet. A proximidade ao cidadão seria assim assegurada, garantindo eficazmente o direito legal de acesso à informação.

Considerou-se também uma falha importante não ser apresentada a ficha técnica, onde seriam indicados os autores do relatório e os demais elementos relevantes.

Não são definidos sistemas de protecção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais; não é feita uma programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas, facto explícito pela ausência de prazos para execução das medidas propostas. Além disto, não existe um programa na área habitacional e não são previstas medidas de reconversão de áreas críticas ou degradadas.

O plano revela-se um documento passivo, descritivo e pouco interventivo, pois, apesar de serem identificadas as carências do concelho, não são preconizadas medidas concretas, endereçadas a essas carências.

4.1.2 Incongruências e conflitos no uso do solo

Relativamente aos conflitos ao nível do uso do solo, no que concerne aos aspectos de aplicação do PDM referem-se alguns constrangimentos ao desenvolvimento de Planos de Urbanização e de Pormenor, não sendo definidas as formas de execução nem os devidos períodos de programação dos mesmos.

Relativamente à viabilização de habitação própria nas áreas não urbanizáveis, verifica-

se um vazio organizativo que se prende essencialmente com a fraca definição das zonas de ocupação condicionada.

O Regulamento abre ainda em áreas delimitadas como REN excepções de toda a ordem à edificabilidade, o que possibilita a construção em áreas consideradas de alto risco e com características ecológicas específicas. Agravado a este facto, em que o Regulamento é cúmplice do risco a que submete pessoas e bens materiais, a categoria da REN é contrariada nos seus princípios gerais e perde novamente credibilidade pública, pelas incoerências criadas.

O Plano não evidencia qualquer condição de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal, ou mesmo de edificações construídas fora das zonas urbanas e urbanizáveis não havendo qualquer menção às áreas ocupadas à data da elaboração do PDM;

4.1.3 Normas e Regulamento

A elaboração do plano baseou-se no processo decorrente de uma legislação multisectorial desintegrada, tendendo para um somatório de regras avulsas, desarticuladas, do que resultou a sobreposição burocrática de regras marginais ao domínio próprio de um PDM e que acabam por ser utilizadas na gestão urbanística como substitutos de PU's e PP's.

O regulamento do PDM em vários pontos endereça para a competência da Câmara Municipal remetendo-lhe o faseamento e prioridades de acção em vários domínios, não se estipulam substantivamente os processos e os meios para levar a cabo as tarefas de desenvolvimento e gestão do território concelhio.

Evidenciam-se ainda as lacunas no que concerne aos parâmetros e conceitos urbanísticos pois não existe no regulamento qualquer artigo que os defina prestando-se alguma confusão, na aplicação do regulamento, não se encontrando devidamente estabelecidas as limitações à ocupação do solo (coeficientes de ocupação superficial e volumétrica), nas diferentes categorias de solo apresentadas no PDM em vigor.

Os critérios para a definição das áreas de cedência, designadamente no que concerne a loteamentos ou operações urbanísticas com impacte semelhante, não são explícitos, o que gera problemas de aplicabilidade do regulamento, por outro lado não são definidas claramente as operações urbanísticas como reconstrução, ampliação ou mera construção e definidos os parâmetros de edificabilidade para estas operações (cérceas, afastamentos, áreas máxima de implantação e impermeabilização).

4.2 Avaliação do PDM do Marco de Canaveses

Enquanto exercício de perspectiva, foi solicitado aos variados técnicos da CM Marco de Canaveses que auto-avaliassem o PDM vigente, segundo um conjunto de critérios definidos. Os resultados são apresentados no quadro que se segue e revelam em algumas respostas a falta de consenso em redor de alguns temas.

Critérios de Avaliação	Observações
O PDM contem peças gráficas que ilustrem claramente a estratégia de ordenamento e fundamentem as decisões técnicas, permitindo uma fácil compreensão dessas mesmas decisões?	Não
A definição do sistema urbano municipal, designadamente a identificação e a delimitação dos perímetros urbanos gera conflitos na gestão do PDM?	Não
O plano é claro relativamente à identificação das áreas e definição de estratégias para o espaço rural, identificando aptidões, potencialidades e referências aos usos múltiplos possíveis?	Não
Ao nível normativo são definidas as servidões e restrições de utilidade pública de forma a facilitar as formas de aplicação do PDM?	Sim
Regulamentarmente os instrumentos de minimização de impacte ao nível da qualidade arquitectónica e estética (edifícios de interesse concelhio) são evidenciados? Caso eles não existam acha importante a sua distinção?	Não
É perceptível a equipa técnica que deve acompanhar a execução do PDM, para cada campo de mediação (ex. património, ambiente, edificado)?	Não Não existe equipa que acompanhe a execução do PDM
Encontram-se devidamente estabelecidas as limitações à ocupação do solo, (coeficientes de ocupação superficial e volumétrica), nas diferentes categorias de solo apresentadas no PDM em vigor?	Sim

No caso dos solos estarem sujeitas a regimes específicos como é o caso da RAN e REN, estão acauteladas as sobreposições de outras formas de utilização como por exemplo solos urbanos e urbanizáveis?	Sim
Está definida a estratégia de intervenção do PDM ao nível do edificado pré-existente? Se não existe quais os impactes a esse nível?	Não. Não existem regras, nem estratégias no actual PDM, ao nível do edificado pré-existente.
Quais os impactes da construção fora dos perímetros urbanos e que implicações refluem para a gestão urbanística?	Difícil gestão urbanística, no que se refere às infra-estruturas e aos equipamentos reflectindo-se no nível da qualidade do serviço prestado, nos enormes custos associados e na opção por soluções alternativas de abastecimento de água e saneamento (peço e fossa séptica), com impactos no ambiente.
Encontram-se estabelecidos os termos de referência para a necessária elaboração de planos de urbanização e de pormenor?	Não
Estão determinados processos de acompanhamento à reconversão das áreas urbanas de génese ilegal?	Não
Foram equacionadas processos criteriosos para a definição das áreas de cedência, bem como a determinação das respectivas regras de gestão?	Não
É reconhecida a preocupação com o regime de propriedade e o seu parcelamento, na definição dos parâmetros e índices urbanísticos?	Sim
O plano denota uma clara distinção de índices e parâmetros urbanísticos mediante o tipo de ocupação designadamente entre aglomerados rurais e urbanos?	Sim

São definidas claramente operações urbanísticas como reconstrução, ampliação ou mera construção e definidos os parâmetros de edificabilidade para estas operações (cérceas, afastamentos, áreas máxima de implantação e impermeabilização) independentemente da categorização do solo?	Não
De que forma se processa a gestão das zonas de equipamento e quais os critérios de implementação de novos equipamentos, designadamente equipamentos turísticos?	Não existem critérios de gestão das zonas de equipamentos e de implementação de novos equipamentos.
A categorização do solo, nomeadamente a sua distinção entre Zonas Urbanas e Urbanizáveis, Zonas de Ocupação Condicionada e Zonas de Protecção e Salvaguarda, actua como meio potenciador da gestão urbanística? Justifica-se a existência de subcategorias de uso do solo?	A categorização do solo ajuda a potenciar a gestão urbanística, mas deveriam existir subcategorias de uso do solo, em função do tipo e da dimensão do aglomerado.

Fonte: Elaboração própria, com base nos inquéritos realizados aos técnicos durante o mês de Novembro de 2008 Quadro. 12. Avaliação do PDM de Marco de Canaveses

5 SÍNTESE CONCLUSIVA

Em jeito de conclusão, importa responder à seguinte questão: foram ou não os objectivos globais e específicos, tanto de natureza estratégica como operacional, fixados no PDM de Marco de Canaveses alcançados?

A avaliação que acabamos de realizar não nos permite responder a esta questão com um sim ou não categóricos. Muitos destes objectivos foram alcançados completamente enquanto outros e, por razões várias, o não foram ou foram apenas alcançados em parte. O balanço é, portanto, mitigado, como poderemos verificar relativamente à concretização dos grandes objectivos estratégicos do PDM.

Como se viu atrás, estes objectivos são os seguintes:

- Definir e estabelecer os princípios e regras para a ocupação, uso e transformação do solo;
- Apoiar uma política de desenvolvimento económico e social compatibilizado com a preservação do ambiente e dos recursos naturais;
- Determinar as carências habitacionais, enquadrando as orientações e soluções adequadas no âmbito da política de habitação;
- Compatibilizar as diversas intervenções sectoriais;
- Compatibilizar e pormenorizar regras e directivas estabelecidas em planos de nível superior;
- Servir de enquadramento à elaboração de planos de actividades do município;
- Estabelecer no regime de cedências regras e princípios com vista à prossecução do princípio de igualdade.

Analisados os objectivos individualmente, apresentam-se as conclusões mais sonantes relativamente à concretização ou não dos mesmos.

Como em qualquer plano, o objectivo fundamental exigido pela Administração Central era o de que os PDM definissem claramente os princípios e regras para a ocupação, uso e transformação do solo. No PDM do Marco de Canaveses, este objectivo foi directamente transposto para a Planta de Ordenamento e para o Regulamento. Na teoria, pode afirmar-se que este objectivo foi alcançado e que introduziu pela primeira vez no território do Marco de Canaveses uma cultura de ordenamento e que conceitos como PDM, RAN e REN passaram a fazer parte do léxico das suas populações. Na prática, motivado por uma série de razões associadas ao rápido crescimento demográfico do concelho e às mudanças operadas na sua base económica, o cumprimentos dos princípios e regras deixou muito a desejar, devendo essas lacunas ser conhecidas e corrigidas no novo plano.

A preconização de um desenvolvimento económico e social aliado à preservação do ambiente e dos recursos naturais pretendia promover o aumento do emprego, a melhoria

das condições de habitação, a equidade no acesso aos serviços, tendo sempre em conta a sustentabilidade do território e a preservação e racionalização dos recursos. Este objectivo traduziu-se, no PDM, em uma nova organização das funções e serviços, na distribuição das actividades económicas e das zonas habitacionais e no zonamento de áreas homogéneas com regras específicas, fundamentando-se estas soluções nos estudos e nas projecções realizadas para o concelho. A evolução do concelho terá, em parte, beneficiado das opções do plano, embora se tenha verificado, ao mesmo tempo, desajustamentos evidentes entre aquilo que o plano previra e o rumo de desenvolvimento seguido pelo concelho, casos do sector agro-florestal (francamente sobrestimado) e do crescimento urbano (francamente subestimado). Por outro lado, o período de horizonte temporal do plano reforçou assimetrias territoriais e trouxe consigo conflitos no uso do solo e impactos ambientais, ao nível da paisagem e da disponibilidade de recursos ambientais (floresta, solo, águas subterrâneas, etc.). Todos estes elementos deverão ser estudados em profundidade e deverão ser tidos em conta numa nova proposta de desenvolvimento sustentável para o concelho de Marco de Canaveses.

O terceiro objectivo que consistia na determinação das carências habitacionais foi só parcialmente concretizado, uma vez que o crescimento urbanístico se expandiu muito para além das áreas urbanas e urbanizáveis classificadas pelo PDM, tendo provocado conflitos no uso do solo, com consequências irreversíveis para a paisagem do concelho. As razões que se prendem com a dispersão urbana e incapacidade do PDM em conter os fenómenos de urbanização têm a ver sobretudo com o inadequado dimensionamento dos perímetros urbanos e com a desactualização do cálculo das carências habitacionais. A implementação de novas metodologias e a revisão dos perímetros deverá ser tida em conta, na revisão do PDM, aprendendo com os erros do passado.

A compatibilização das intervenções sectoriais é outro dos objectivos cuja concretização é difícil de avaliar. Para além de vaga (de que compatibilização estamos a falar?), este objectivo deve ter sido tido em conta na definição e implementação das diferentes políticas municipais, não fazendo muito sentido considerá-lo no âmbito estrito do PDM. Ainda assim, e se o que está em causa é, por exemplo, a articulação das intervenções ao nível da infra-estruturação do território com os processos de urbanização e edificação, faltam os meios necessários para tal, nomeadamente uma programação efectiva e alargada na produção de solo urbano e uma gestão consequente do território.

Aquando da elaboração do PDM de Marco de Canaveses, a região do Douro dispunha já de um instrumento de planeamento à sua escala (o PROZED) e que definia orientações (obrigatórias) para os níveis de planeamento de ordem inferior e continha um regulamento e um zonamento de gestão para áreas de interesse a nível regional, que não sendo reservas protegidas por legislação nacional (RAN, REN, Domínio Público Hídrico, Protecção aos Imóveis Classificados, etc.) possuem um valor paisagístico, natural ou patrimonial que ultrapassa o interesse de um só município. O Regulamento do PDM de Marco de Canaveses transcreve essas disposições constantes no PROZED, no que respeita à edificabilidade nas áreas da bacia visual do Douro e de património natural, quanto à integração paisagística, volumetria, opção de cores e materiais (cfr. Capítulo XIV, Art. 59°, ponto 4 do Regulamento do PDM de Marco de Canaveses).

O objectivo de servir de enquadramento à elaboração de planos de actividades do município guiou os propósitos do PDM de Marco de Canaveses e pode admitir-se que em parte, ele terá sido concretizado. Num concelho sem qualquer tradição de planeamento, o PDM teve o condão de servir de referência para as opções futuras do território, nomeadamente, no que respeita às infra-estruturas e equipamentos a implementar no concelho. O objectivo ficou-se por estas áreas, deixando a desejar mais intervenção e enquadramento noutros domínios do território, como o urbanismo, o desenvolvimento turístico e industrial, as áreas de património natural e as áreas culturais.

A preocupação do executivo e dos técnicos do PDM em fazer do plano um instrumento justo e equitativo é patente em vários estudos sectoriais e no regulamento, onde o princípio de igualdade se sobrepõe a qualquer outro dos valores, nomeadamente o princípio do interesse colectivo ou o princípio da rentabilidade. O PDM consagrou uma nova ideia de planeamento assente na definição dos perímetros urbanos, na distribuição e instalação adequada dos equipamentos e na possibilidade de loteamento dos terrenos promovidos pelos proprietários, sendo que em casos de expropriação a Câmara assegurou a compensação aos proprietários dos terrenos.

III. CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DA EVOLUÇÃO DO CONCELHO

1 INTRODUÇÃO

O concelho de Marco de Canaveses conheceu ao longo da última década algumas alterações importantes em termos de demografia e povoamento, dos níveis de infraestruturação e de dotação de equipamentos colectivos, e consequentemente em termos de qualidade de vida e ambiental, ou ainda da sua base produtiva e económica. Muitas destas alterações correspondem à continuidade das tendências verificadas em décadas anteriores mas outras traduzem uma inversão de algumas das dinâmicas territoriais em curso.

O esvaziamento demográfico e o despovoamento das localidades rurais mais periféricas prosseguiu a um ritmo preocupante, acompanhando de um processo generalizado de envelhecimento da população. Mesmo assim, registou-se um relativo aumento da concentração populacional na cidade sede de concelho e noutras freguesias, o que pode significar uma melhoria não só da qualidade de vida mas também da capacidade da economia local em termos de geração de riqueza e de criação de emprego.

Em termos de infra-estruturação e qualificação do território, assistimos a um aumento das taxas de cobertura e uma melhoria dos níveis de atendimento em sectores como o abastecimento domiciliar de água, os resíduos sólidos urbanos e, em menor escala, das acessibilidades internas. Em contrapartida, nos restantes sectores mantiveram-se os mesmos problemas e estrangulamentos do passado.

A estrutura produtiva de base territorial permanece dependente das actividades agrícolas, embora se tenham registado algumas transformações dignas de nota, nomeadamente o desenvolvimento de alguns ramos industriais e comerciais, ligados à construção civil ou ao comércio a retalho e à restauração e alojamento.

Nas páginas seguintes apresenta-se, em grandes traços, uma caracterização e uma análise da situação actual do concelho nos domínios referidos e as principais dinâmicas de evolução no período em análise. Tendo em conta o objectivo subjacente a esta análise, não se abordaram todos os aspectos nem se trataram estes com os graus de detalhe e de profundidade que merecem. Esse trabalho será feito na fase seguinte, em que realizaremos os Estudos de Caracterização do Território Municipal, conforme previsto na legislação em vigor. Mesmo assim, julgamos que as conclusões obtidas permitem fundamentar as razões que justificam a revisão do actual PDM e definir as orientações gerais para a sua concretização, o objectivo desta fase do trabalho.

2 DEMOGRAFIA E POVOAMENTO

A exemplo do verificado na grande maioria dos concelhos da região do Tâmega e do Distrito do Porto o concelho de Marco de Canaveses continuou a aproveitar, ao longo da última década (1991/2001), parte significativa do seu potencial demográfico. O acréscimo da população residente foi acompanhado por um crescimento na generalidade dos indicadores demográficos, com destaque para o índice de envelhecimento, o saldo natural, os movimentos migratórios.

Mesmo assim, e tal como se tem verificado na região, verificam-se dinâmicas relativamente diferenciadas e contrastadas sobretudo no que diz respeito às freguesias. A lenta mas progressiva concentração da população na sede do concelho e nos núcleos urbanos de maior dimensão, a par do contínuo esvaziamento populacional dos aglomerados rurais mais isolados, evidenciam uma dinâmica de distribuição da população e das actividades no território concelhio que importa considerar na revisão do actual PDM.

2.1 O potencial demográfico: impulsionamento e redistribuição territorial

De acordo com o Recenseamento Geral da População, o concelho de Marco de Canaveses tinha, em 2001, uma população residente de 52419 indivíduos, isto é mais 9,6% que a população homóloga de 1991 (+ 4186 habitantes).

A tendência de evolução do potencial demográfico concelhio é superior à verificada no Agrupamento de municípios Tâmega (+3,17%), como se pode verificar na figura seguinte. Apenas os concelhos de Celorico de Basto (-4,7%), Mondim de Basto(-9,93), Cinfães (-4,53) e Resende (-13,3%) tiveram perdas populacionais mais significativas.

Baião apresenta perdas inferiores a 1 %, sendo que nos restantes concelhos registaram variações positivas que chegaram a 19,9% em Paços de Ferreira9

Como consequência directa deste aumento, a densidade populacional do concelho passou dos 238,9 hab/km², em 1991, para os 259,6 hab/km², em 2001, um valor que se apresenta como um dos mais elevados do Agrupamento.

Do conjunto das 31 freguesias que constituem o concelho, apenas as freguesias de Favões, Maureles, Paços de Gaiolo, Paredes de Viadores, Sande, São Lourenço do Douro, Sobre Tâmega e Toutosa viram a sua população diminuir. A migração das pessoas para centros urbanos e regiões mais atractivas bem como a regressão vegetativa da população afectou assim algumas das freguesias do município, denotando-se uma tendência, ainda que não tão acentuada como acontece noutros concelhos do interior, uma tendência de polarização em torno dos principais núcleos urbanos do concelho. Por outro lado, a distribuição da população residente no concelho de Marco de Canaveses não se encontra concentrada num ou outro núcleo urbano, como estamos costumados a ver na maioria dos concelhos do País. Este modelo de povoamento revela mesmo uma dinâmica própria do concelho e dos pequenos aglomerados que conseguem não só reter, mas como atrair novos residentes. O conhecimento das causas e dos impactes que a dinâmica de

ocupação rural exerce sobre o meio deverão ser avaliados e estudados, afim de se implementarem as melhores políticas públicas do desenvolvimento estratégico e do ordenamento do território do município.

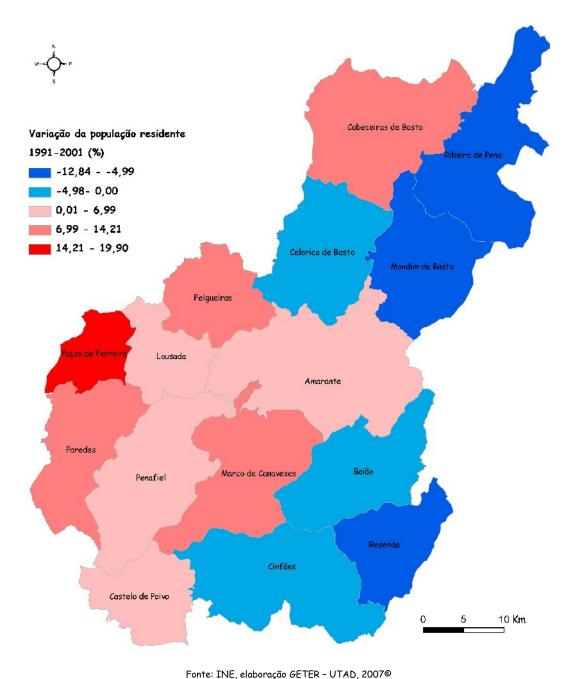


Figura 1. Evolução demográfica dos concelhos do Agrupamento de Municípios do Tâmega

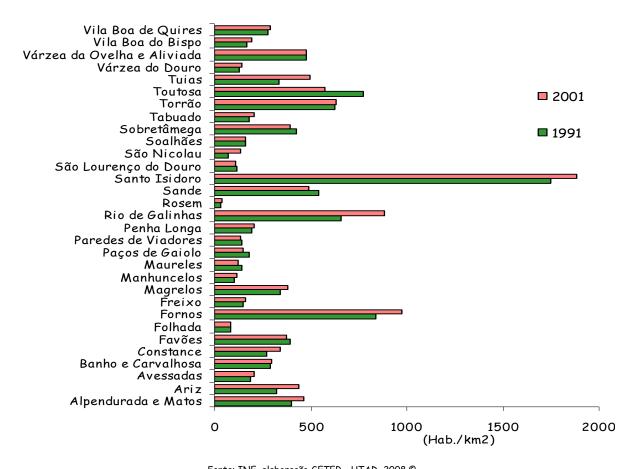
			1991/2001	
Freguesia	1991	2001	N°	%
Alpendurada e Matos	4234	4883	649	15,3
Ariz	1309	1772	463	35,4

Avessadas	1149	1242	93	8,1
Banho e Carvalhosa	1411	1470	59	4,2
Constance	1310	1639	329	25,1
Favões	1149	1098	-51	-4,4
Folhada	731	736	5	0,7
Fornos	2843	3303	460	16,2
Freixo	674	745	71	10,5
Magrelos	882	982	100	11,3
Manhuncelos	447	504	57	12,8
Maureles	450	402	-48	-10,7
Paços de Gaiolo	1340	1092	-248	-18,5
Paredes de Viadores	1223	1185	-38	-3,1
Penha Longa	2086	2196	110	5,3
Rio de Galinhas	1381	1841	460	33,3
Rosem	167	208	41	24,6
Sande	2204	2009	-195	-8,8
Santo Isidoro	1474	1590	116	7,9
São Lourenço do Douro	1004	951	-53	-5,3
São Nicolau	269	491	222	82,5
Soalhães	3733	3817	84	2,3
Sobretâmega	1217	1124	-93	-7,6
Tabuado	1240	1387	147	11,9
Torrão	937	948	11	1,2
Toutosa	747	557	-190	-25,4
Tuias	2148	3218	1070	49,8
Várzea do Douro	1851	2015	164	8,9
Várzea da Ovelha e Aliviada	2277	2294	17	0,7
Vila Boa do Bispo	2748	3085	337	12,3
Vila Boa de Quires	3498	3635	137	3,9

Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©

Nota: A alteração dos limites administrativos das freguesias, de acordo com a mais recente Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP 2001) poderá ter tido implicações ao nível dos ganhos ou perdas de população

Quadro. 13. Evolução populacional por freguesia (1991-2001)



Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 1. Variação da densidade populacional por freguesia entre 1991 e 2001

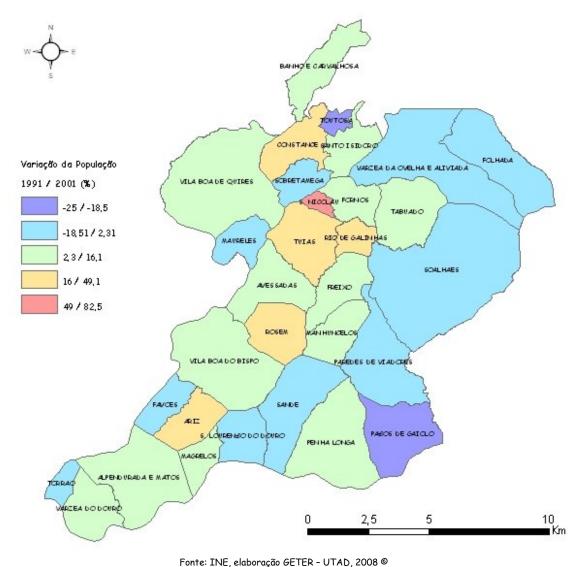


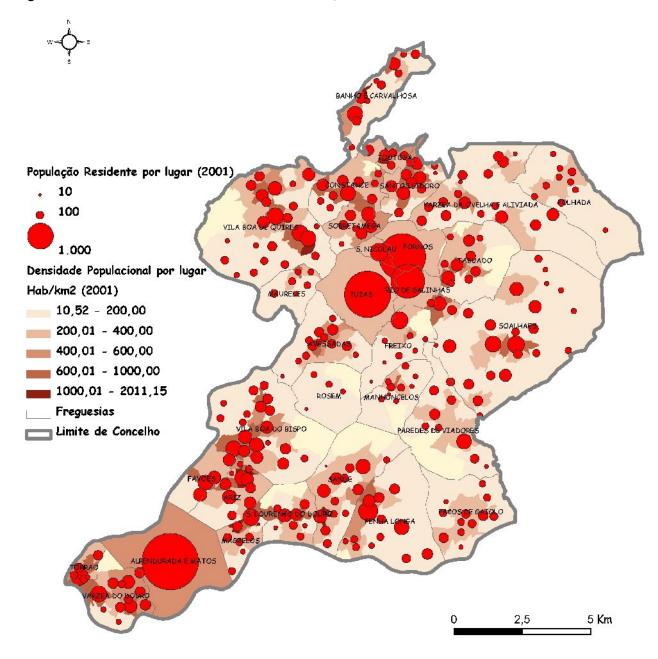
Figura 2. Evolução demográfica das freguesias do concelho de Marco de Canaveses, entre 1991 e 2001

2.2 Estrutura do Povoamento: dispersão, concentração

Na última década manteve-se o padrão de povoamento disperso, traduzido na distribuição da população do concelho por aglomerados na sua maioria de reduzida dimensão. Neste contexto como aglomerados de maior dimensão importa destacar a cidade do Marco de Canaveses (que se dispersa pelas freguesias de Fornos, S. Nicolau, Tuías e Rio de Galinhas), a vila de Alpendorada (Alpendorada e Matos), Lamoso (Favões, Ariz e Vila Boa do Bispo), Livração (Santo Isidoro e Toutosa) e o Eiró (Soalhães), todos eles com mais de 800 habitantes.

Os pequenos aglomerados (menos de 200 habitantes) apresentam quantitativos populacionais significativos, representando cerca de 41% da população concelhia, o que denota a dispersão da população no território, sendo que mais 21.000 habitantes reside em aglomeradas de pequena dimensão. Tendo aumentado o peso percentual, o que resultou na perda de importância dos aglomerados com população entre 200 e 500 habitantes, representando, em 2001, apenas 28% da população residente.

Salienta-se ainda que a população a residir em lugares com mais de 500 habitantes se tem mantido constante não havendo grandes variações percentuais, o que resulta de um incremento da população a residir em lugares de média dimensão no contexto do município. Os ligeiros aumentos de população registados nos principais centros populacionais resultam maioritariamente de fenómenos de migração das freguesias mais periféricas para esses aglomerados, evidenciando-se a polarização em torno destes aglomerados, embora em maior escala em relação à sede de concelho.

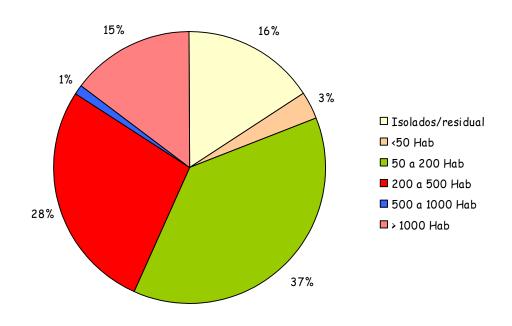


Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Figura 3. População residente por lugar no concelho de Marco de Canaveses, em 2001

	2001					
	N° lugares	População total	% População total			
Isolados/residual		8279	15,8%			
<50 Hab	48	1704	3,3%			
50 a 200 Hab	181	19702	37,6%			
200 a 500 Hab	52	14435	27,5%			
500 a 1000 Hab	1	513	1,0%			
> 1000 Hab	2	7786	14,9%			

Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©

Quadro. 14. Lugares segunda a sua dimensão por classes (2001)



Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 2. População residente segundo a dimensão dos lugares, em 2001

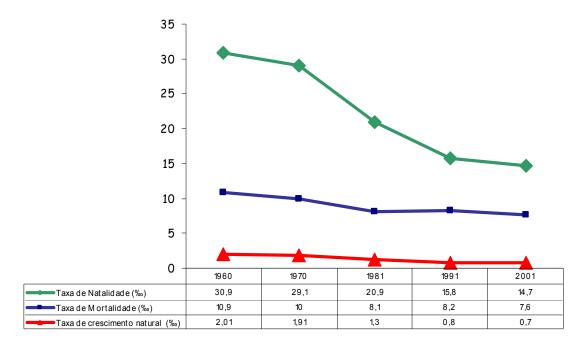
2.3 Movimentos da População: saldos naturais e abrandamento dos saldos migratórios

O acréscimo populacional verificado na última década é explicado pelos saldos migratórios e naturais positivos.

Apesar do actual balanço positivo, os saldos naturais diminuíram durante os anos oitenta, enquanto que o ritmo de evolução dos saldos migratórios registou também um ligeiro abrandamento nos últimos anos.

2.3.1 Saldos Naturais

Paralelamente ao que se verificou desde os anos sessenta, ao longo das últimas décadas a taxa de crescimento natural médio anual manteve-se positiva, tendo vindo, porém, a diminuir, passando de 2,01‰ em 1960 para 0,7‰ em 2001 (-0,6‰), consequência da diminuição da taxa de natalidade (de 30,9‰, em 1981, passou para 14,7‰ em 2001) e de uma ligeira diminuição dos valores da taxa de mortalidade, a qual passou de 10,9‰ em 1960 para 7,6‰, em 2001. Neste contexto, embora haja uma diminuição do saldo fisiológico, a população continua a crescer de forma natural, pois embora os nascimentos tenham diminuído ao longo dos anos, o número de ocorrência de casos natalidade é ainda superior ao número de óbitos (quadro 12).



Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 3. Movimentos naturais em Marco de Canaveses, em 1981, 1991 e 2001

Ano	Nados Vivos	Óbitos	Saldo Natural
1960	1215	427	788
1970	1225	421	804
1981	962	373	589
1991	759	394	365
1992	726	326	400
1993	827	396	431
1994	765	351	414
1995	721	420	301
1996	765	400	365
1997	749	386	363

1998	784	374	410
1999	752	406	346
2000	773	387	386
2001	701	396	305
2002	715	363	352
2003	637	367	270
2004	621	383	238

Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 © Quadro. 15. Movimentos naturais da população

Como consequência da melhoria das condições de vida da população, verificou-se no concelho, uma melhoria significativa do indicador de mortalidade infantil, tendo o número de óbitos com menos de 1 ano diminuído significativamente. Em 1996, ocorreram 3 óbitos com menos de 1 ano, mantendo-se o mesmo valor em 2001, com uma taxa de mortalidade infantil de 7,5‰, verificando-se nos anos seguintes um número de ocorrências análogo. Em 2001, o município apresentava uma taxa de fecundidade de 48,9‰.

2.3.2 Saldos Migratórios

Em termos de saldos migratórios, verifica-se que a partir de 1995 o refluxo populacional é bastante elevado comparativamente ao ocorrido durante a década anterior. Neste período, há a considerar novos elementos: a diminuição da emigração com destino ao estrangeiro, o reforço das emigrações internas e o consequente aumentos dos saldos migratórios e a diminuição das migrações sazonais e dos movimentos pendulares por motivos de trabalho e estudo.

	Imigrantes internos	Emigrantes internos	Saldo migratório interno
1985-1991	953	1174	-221
1989-1991	345	407	-62
1995-2001	2620	1455	510
1999-2001	1095	517	247

Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 © Quadro. 16. Movimentos migratórios internos da população

Relativamente à migração interna, salienta-se o crescimento dos emigrantes internos e de imigrantes internos, entre 1985-1991 e 1995-2001, e entre 1989-1991 e 1999-2001, sendo o número de emigrantes inferior ao dos imigrantes, originando um saldo migratório positivo, que diminuiu nos períodos mais recentes. Relativamente aos imigrantes do concelho, a sua maioria é proveniente de outros municípios (57%), embora haja uma parte significativa oriunda de um país estrangeiro.

	Total	%
Imigrantes de outro concelhos 1999-2001	439	57,0
Imigrantes estrangeiro 1999-2001	331	43,0
Total de imigrantes 1999-2001	770	

Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©

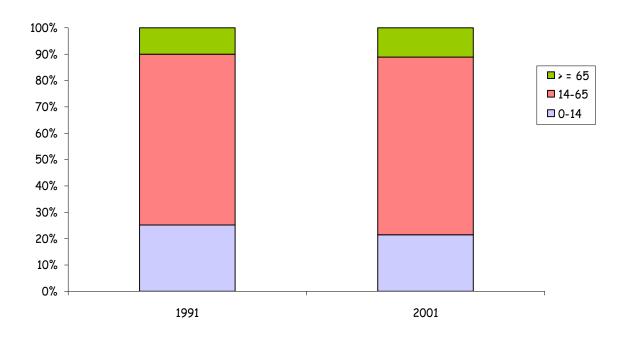
Quadro. 17. Imigrantes no concelho entre 1999 e 2001, e taxa de imigração

2.4 Lento envelhecimento demográfico: renovação das gerações em risco

A tendência de envelhecimento da população prossegue a um ritmo lento embora se denote um ligeiro aumento em relação à década anterior. O número de idosos cada vez mais crescente é, porém, ainda suplantado pelo peso dos jovens no concelho.

De 1991 a 2001, o concelho de Marco de Canaveses perdeu 864 jovens com menos de 14 anos, 1493 com idades entre 15 e 24, tendo aumentado a sua população mais idosa (65 e mais anos) em 1116 habitantes. A diminuição da população jovem e o aumento da população idosa, originaram a que, em 2001, a população com 65 e mais anos representasse 11% da população embora a população com menos de 15 anos (22%) tenha maior representatividade.

À semelhança do ocorrido na década anterior, constata-se uma homogeneidade de sectores etários, aumentando os efectivos populacionais. A ocorrência de concordância nas faixas etárias dos jovens activos revela a fixação dos jovens no município, provavelmente devido à oferta de emprego atractivo no concelho.



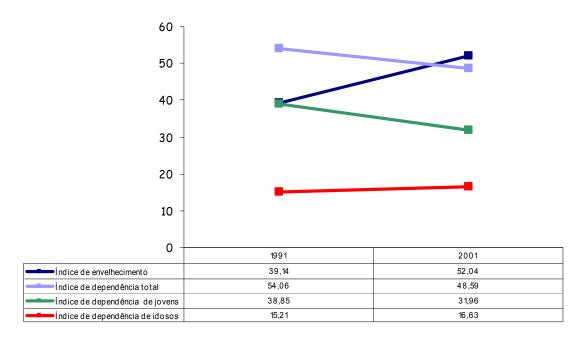
Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 4. Distribuição da população residente por grupos etários (1991 e 2001)

		Populaçã	io (n.°)		População (%)			
Ano	0-14	15-24	25-64	>=65	0-14	15-24	25-64	>=65
1991	12138	9970	21274	4751	25	21	44	10
2001	11274	8477	26801	5867	22	16	51	11

Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2006 ©

Quadro. 18. População residente por grupos etários (1991 e 2001)

Resultado da reconfiguração da estrutura etária da população, verifica-se uma inversão histórica da evolução dos indicadores demográficos, designadamente do índice de envelhecimento e do índice de dependência de idosos que aumentaram, o primeiro de forma significativa (ver gráfico seguinte). Em contrapartida, o índice de juventude e o índice de dependência total sofreram diminuições, ainda que ligeiras. Como resultado, em apenas 10 anos, o concelho aumenta em 12% o índice de envelhecimento.



Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 5. Indicadores demográficos de Marco de Canaveses

3 CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL E FUNCIONAL

3.1 Habitação

A questão da habitação é abordada, segundo diversas ópticas. Em primeiro lugar, a lógica das dinâmicas territoriais no domínio da habitação pode ser relacionada com as dinâmicas demográficas e de ocupação do território, quer numa escala regional, quer na escala ou espaço municipal, e mesmo urbana. A análise comparativa da evolução do número de famílias residentes e de alojamentos familiares pode revelar divergências cuja explicação nem sempre é fácil de encontrar à luz dos indicadores estatísticos disponíveis.

Noutra perspectiva, a estrutura de ocupação do parque habitacional revela-se um interessante indicador relacionado com o contexto socioeconómico de certos sub-espaços regionais. A presença significativa de formas de ocupação não permanentes (ocupação ausente, alojamentos vagos e de uso sazonal) que, à partida, é uma disfunção importante num domínio em que a carência e os fenómenos de exclusão são significativos, encontra explicação nos elevados níveis de emigração ou da exploração do parque habitacional como recurso económico em áreas de forte pressão turística, ou derivada da procura de estudantes do ensino superior.

A qualidade da habitação e das infra-estruturas urbanas, a idade do parque habitacional ou a presença de formas degradadas de habitação, são questões particularmente interessantes principalmente nas áreas urbanas.

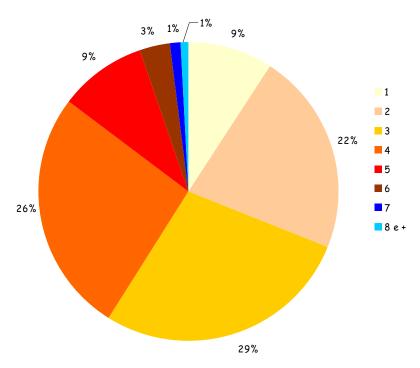
Nas últimas décadas, em Portugal, têm ocorrido mudanças na estrutura das famílias, assistindo-se a um aumento acentuado do número de famílias clássicas, mais significativo em alguns tipos de famílias, tais como as unipessoais e as monoparentais. Ocorreu igualmente uma intensiva construção de edifícios e consequentes novos alojamentos, aumentando a oferta. Também o sistema financeiro português sofreu alterações profundas a partir da década de oitenta, tornando o crédito à habitação um produto financeiro apetecível, o que permitiu um crescente acesso ao crédito à habitação por parte das famílias e à propriedade como forma de acesso ao alojamento.

3.1.1 Dinâmica do parque habitacional

No concelho de Marco de Canaveses verifica-se que a tendência dos alojamentos familiares foi, entre 1991 e 2001, no sentido da evolução das famílias (as famílias aumentaram 24,8%, ao mesmo tempo que os alojamentos registaram um acréscimo de 27,4%), e o número dos alojamentos, no concelho, excedia, em 1991, o de famílias, em 3062 unidades, e em 2001, excedia já em 4240 unidades. Em simultâneo, verificou-se uma diminuição da dimensão média da família, fenómeno com alguma importância ao nível das tipologias de habitação.

Relativamente ao número de pessoas na família, verifica-se que houve, entre 1991 e 2001, aumento do número de famílias com um, dois, três e quatro membros, diminuindo nos restantes. O numero de pessoas na família diminuiu de 3,7 pessoas por família em 1991, para apenas 3,2 pessoas por família em 2001, resultado da menor diminuição do número de famílias relativamente à diminuição da população. Verifica-se, assim, que cerca de 85% da população residente pertence a famílias com um, dois, três ou quatro elementos.

Quanto às famílias com 5 ou mais elementos, verifica-se uma diminuição generalizada representando apenas 15% do total das famílias. De notar que a densidade de famílias (famílias residentes por km²) é elevada, existindo cerca de 80 famílias por km².



Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 6. Famílias residentes segundo o número de pessoas, em 2001

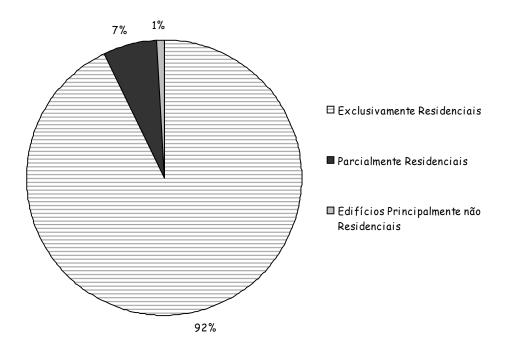
Estabelecendo a relação entre os alojamentos e as famílias verificamos que no concelho em 1991 existiam 1,23 alojamentos por cada família, e em 2001 existem já 1,26 alojamentos por cada família, ou seja a dinâmica quantitativa do parque habitacional foi superior à dinâmica da procura potencial, resultado do crescimento superior dos alojamentos em relação ao das famílias, sendo que, de um modo geral, as freguesias com menos população apresentam mais alojamentos/família.

Relativamente aos edifícios é de salientar que houve um crescimento no concelho de Marco de Canaveses, entre 1991 e 2001, de cerca de 2294 edifícios, que corresponde a uma taxa de crescimento de cerca 14%.

Através da relação entre os alojamentos e os edifícios, verifica-se que no concelho, entre 1991 e 2001, houve um ligeiro crescimento do número de alojamentos por cada edifício, passou de 1,18 para 1,29 alojamentos/edifício.

Os edifícios principalmente residenciais (exclusivamente residenciais e parcialmente residenciais) representam, em 2001, a quase totalidade dos edifícios da região, nomeadamente 99% do total de edifícios existentes, sendo 92% exclusivamente residenciais e 7% parcialmente residenciais. Os restantes 1% dos edifícios são edifícios principalmente não residenciais.

No que diz respeito aos edifícios exclusivamente residenciais verificamos que 87,1% têm apenas um alojamento. Relativamente aos edifícios parcialmente residenciais o peso dos edifícios só com um alojamento é menor, ou seja, existe um alojamento em cerca de 84,6%. Quanto aos edifícios principalmente não residenciais verificamos os edifícios com um alojamento representam cerca de 92,8%.



Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 7. Distribuição dos edifícios por tipo, em 2001

Relativamente à época de construção dos edifícios, verificamos que 52% dos edifícios do concelho de Marco de Canaveses foram construídos nos últimos 20 anos, ou seja entre 1981 e 2001, 29% entre 1946 e 1980, 9% entre 1919 e 1945 e 10% antes de 1919.

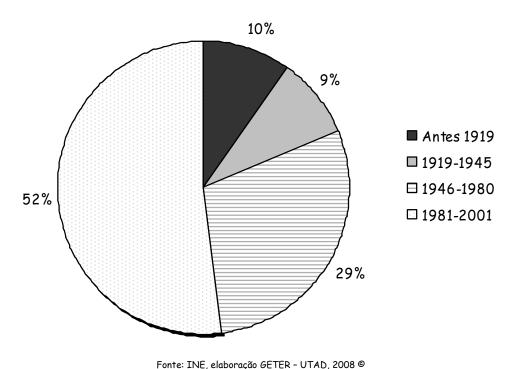
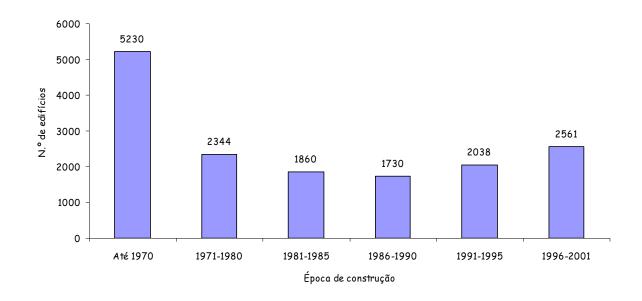


Gráfico 8. Estrutura dos edifícios, segundo a época de construção, em 2001

Fazendo uma análise dos últimos 30 anos, verifica-se que 33,17% dos edifícios foram construídos até 1970, 14, 84% entre 1971 e 1980, 11,79% entre 1981 e 1985, 10,9% entre 1986 e 1990, 12,9 entre 1991 e 1995 e 16,24% entre 1996 e 2001, verifica-se, portanto que 66,8% dos edifícios do concelho foram construídos nos últimos 30 anos.



Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 9. Total de edifícios segundo a época de construção, em 2001

No quadro seguinte é possível observar que a maioria dos edifícios tem menos de 13 anos de existência (29,18%) e entre 22 e 13 anos (22.77%). Estas percentagens, aliadas à quantidade igualmente importante de edifícios entre 42 e 23 anos (23%), demonstram bem a baixa idade de muitas das habitações de Marco de Canaveses.

Este facto reflecte-se na quantidade de casas que não necessitam de algum tipo de reparação - cerca de 60% - ou seja, mais de metade do total de edifícios existentes. Não obstante o facto de, a maioria destas reparações serem de vulto médio, havendo menos 3,67 % de edifícios em elevado estado de degradação.

		<1919	19-60	61-80	81-90	91-01	Total (%)
Sem necessidade de reparação		210	677	1815	2641	4117	9460 (60%)
	Total	992	1583	1753	929	466	5723 (36,4%)
	Pequenas reparações	222	543	1009	625	299	2698 (1,11%)
Com necessidade	Reparações médias	378	531	523	227	121	1780 (11,29%)
de reparação	Grandes reparações	392	509	221	77	46	1245 (7,89%)
Muito degrad	dado	318	168	58	20	16	580 (3,67%)
Total		1520	2428	3626	3590	4599	15763
(%)		9,64%	15,40%	23,00%	22,77%	29,18%	

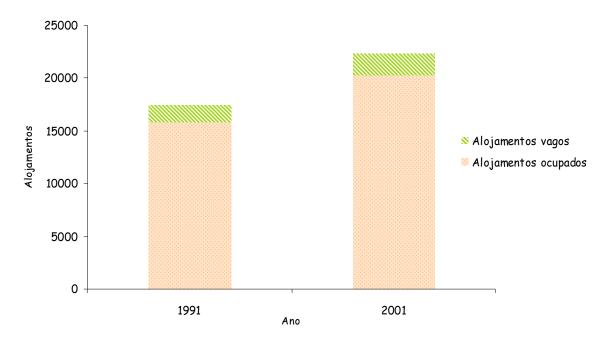
Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©

Quadro. 19. Edifícios segundo a época de construção por necessidade de reparação, em 2001

Assistiu-se nos últimos anos a uma melhoria significativa dos alojamentos devido, em grande parte, à aposta feita neste domínio, não só pelos particulares mas também pela autarquia.

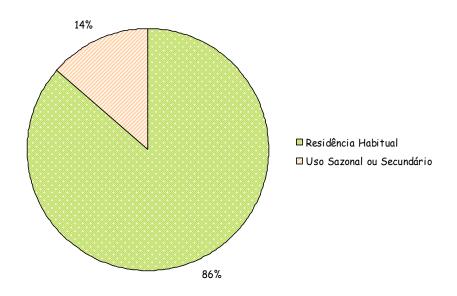
3.1.2 Estrutura de ocupação dos alojamentos

No que diz respeito à estrutura de ocupação dos alojamentos em Marco de Canaveses em 2001, podemos desde já realçar que 20.306 alojamentos (90%) estão ocupados, estando 10% vagos, o que comparativamente a 1991, representa uma análoga ocupação dos alojamentos, nesta perspectiva podemos inferir que o aumento de alojamentos acompanhou a evolução da população com necessidade de alojamento.



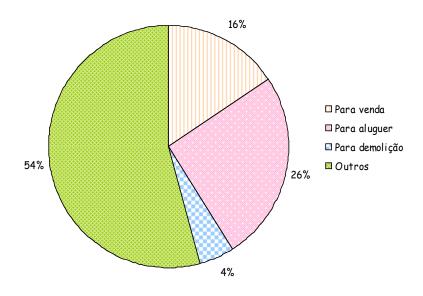
Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 10. Alojamentos clássicos segundo a forma de ocupação, em 1991 e 2001

Dos alojamentos ocupados no concelho de Marco de Canaveses, 86% estão ocupados como residência habitual, valores bastante superiores à média nacional (79,3%), estando os restantes como uso sazonal ou secundário.



Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 11. Tipo de ocupação dos alojamentos ocupados, em 2001

Relativamente aos alojamentos vagos, destaca-se que 16% encontram-se para venda, 26% para aluguer, 4% para demolição e 54% estão vagos por outros motivos.

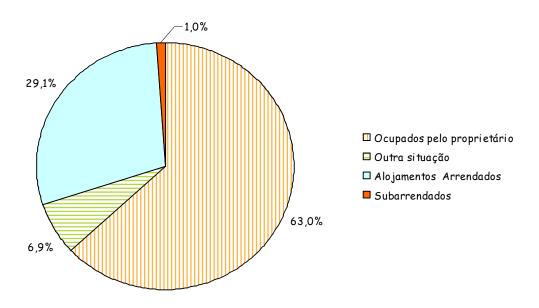


Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 12. Ocupação dos alojamentos vagos no concelho de Marco de Canaveses, em 2001

A presença significativa de formas de ocupação permanentes encontra explicação nos elevados níveis de emprego da região e na dinâmica económica concelhia.

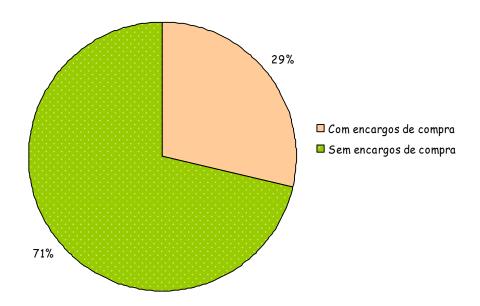
3.1.3 Tipo de ocupação dos alojamentos familiares

Relativamente à ocupação do alojamento, verifica-se que cerca de 63% estão ocupados pelos proprietários, 29,1% estão arrendados e os restantes estão subarrendados ou noutra situação, representando 7,9% dos alojamentos familiares.



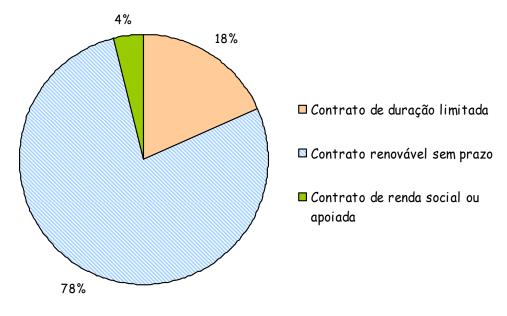
Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 13. Alojamentos familiares de residência habitual, segundo o tipo de ocupação, em 2001

A elevada taxa de ocupação pelo proprietário tem efeitos negativos sobre a liquidez da economia, sendo uma das causas principais do sobre-endividamento das famílias, o que se verifica, sobretudo, nas áreas mais urbanizadas. Contudo, relativamente aos alojamentos familiares ocupados pelo proprietário no concelho de Marco de Canaveses, verifica-se cerca 29% tem encargos de compra, sendo a média nacional de 20,3% o que se justifica pela urbanidade do concelho, pois o aumento da urbanidade leva a um aumento dos encargos para acesso a habitação própria. Os restantes 71% não tem encargos de compra.



Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 14. Alojamentos familiares ocupados pelo proprietário segundo os encargos de compra, em 2001

Relativamente aos alojamentos arrendados segundo o tipo de contrato, no concelho verifica-se que 78% são contratos renováveis sem prazo, sendo 18% contratos de duração limitada e 4% contratos de renda social apoiada.



Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 15. Alojamentos arrendados, segundo o tipo de contrato, em 2001

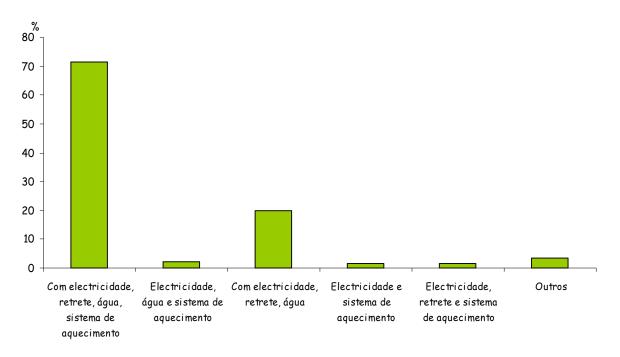
A expansão do parque habitacional de proprietários, fruto da degradação do mercado de arrendamento constitui um tema amplamente estudado, sendo apontados vários factores para esta expansão: restrições da oferta no mercado de arrendamento privado; novas oportunidades de aplicações em produtos financeiros de rentabilidade segura e célere; exiguidade do sector de habitação social; e facilitação do acesso ao crédito para aquisição de casa própria associada a uma redução da taxa de juro, que redireccionou a procura de habitação para o mercado da aquisição em detrimento do mercado do arrendamento.

3.1.4 Instalações dos alojamentos familiares

Relativamente às instalações existentes nos alojamentos familiares de residência habitual em Marco de Canaveses, verificamos que os alojamentos com electricidade, retrete, água e sistema de aquecimento representam apenas 71,15% dos alojamentos e das famílias clássicas, representando 72,9% das pessoas residentes. Demonstra, portanto, que existe ainda uma parte significativa da população que não dispõe de todas as instalações mínimas.

Das instalações existentes sem todas estas condições (electricidade, retrete, água e sistema de aquecimento), existem variadas possibilidades. Contudo a mais representativa são os alojamentos familiares de residência habitual que dispõem apenas

de electricidade, retrete e água, que representam 19,8% dos alojamentos e das famílias e 19,7% das pessoas residentes.



Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 16. Alojamentos familiares ocupados como residência habitual, segundo as condições existentes, 2001

Relativamente às restantes combinações, representam menos de 10% dos alojamentos familiares, nomeadamente os alojamentos de residência habitual só com electricidade, água e sistema de aquecimento (2,1%), só com instalações de electricidade e sistema de aquecimento (1,7%), e os alojamentos familiares com instalações de electricidade, retrete e sistema de aquecimento (1,4%), representando as outras situações 3,3% dos alojamentos e das famílias clássicas, onde reside menos de 8% da população do concelho.

	Com electricidade , retrete, água, sistema de aquecimento	Electricidade , água e sistema de aquecimento	Com electricidade , retrete, água	Electricidade e sistema de aquecimento	Electricidade , retrete e sistema de aquecimento	Outros
Alojamentos	71,5	2,1	19,8	1,7	1,4	3,3
Famílias clássicas	71,5	2,2	19,8	1,7	1,4	3,4
Pessoas residentes	72,9	2,0	19,7	1,5	1,3	2,6

Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©

Quadro. 20. Alojamentos de residência habitual, segundo as condições existentes, e famílias e população em 2001

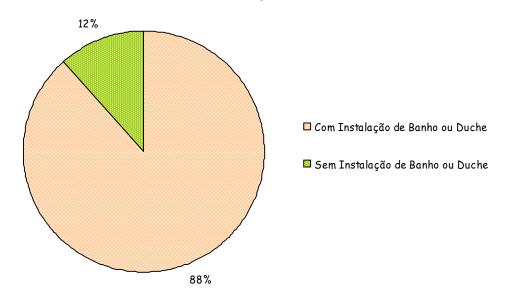
O concelho de Marco de Canaveses apresenta valores a nível de instalações de água canalizada no alojamento, relativamente altos, ou seja a água canalizada nos alojamentos de residência habitual abrange 94,5% dos alojamentos, nos quais reside 95,5% da população, sendo cerca de 74,7% proveniente da rede particular. Verifica-se que 1,2% dispõe de água no edifício mas não no alojamento, correspondendo a 1,1% da população residente. E os alojamentos que não dispõem de água canalizada nem no alojamento nem no edifício representam 4,3% do total de alojamentos familiares de residência habitual, e 3,4% da população residente.

	Com Água Canalizada no Alojamento	Com Água Canalizada fora do Alojamento mas no Edifício	Sem Água Canalizada no Alojamento ou Edifício
Alojamentos	94,5	1,2	4,3
Pessoas residentes	95,5	1,1	3,4

Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©

Quadro. 21. Alojamentos de residência habitual segundo a existência de água canalizada, em 2001

Relativamente às instalações de banho ou duche nos alojamentos familiares de residência habitual, verificamos que, em Marco de Canaveses, 88% dos alojamentos têm instalação de banho ou duche nos quais reside cerca de 94% da população, não existindo condições de banhou ou duche em 13% dos alojamentos familiares de residência habitual.

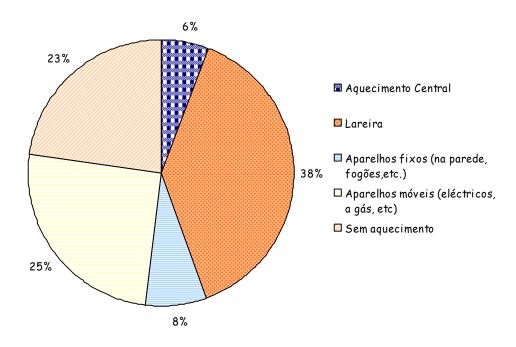


Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 17. Alojamentos familiares de residência habitual segundo as condições de banho e duche, em 2001

Relativamente aos alojamentos com sistema de aquecimento disponível, verificamos que é ainda baixa a percentagem de alojamentos com aquecimento central, nomeadamente 6% dos alojamentos onde reside 6% da população do concelho.

Com aquecimento mas não central encontra-se a grande parte dos alojamentos (94%), sendo que a lareira é o sistema de aquecimento mais utilizado, representando 53% dos sistemas de aquecimento nos alojamentos com sistema não central e representa 38% do sistema de aquecimento no total dos alojamentos familiares de residência habitual, onde reside 39% da população do concelho.

Os aparelhos móveis (eléctricos, a gás, etc.) são outro sistema de aquecimento que se encontram em 25% dos alojamentos, bem como o sistema de aquecimento recorrendo a aparelhos fixos (na parede, fogões, etc.) que se encontram em 8% dos alojamentos familiares. Sem instalações de aquecimento encontram-se 23% dos alojamentos, nos quais reside cerca de 22,11% da população.



Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 18. Alojamentos familiares segundo sistema de aquecimento não central disponível, em 2001

3.2 Construção e edificação

Neste tema as análises incidiram sobre as questões relacionadas com as edificações concedidas ao longo dos últimos anos segundo a tipologia de construção.

3.2.1 Construção

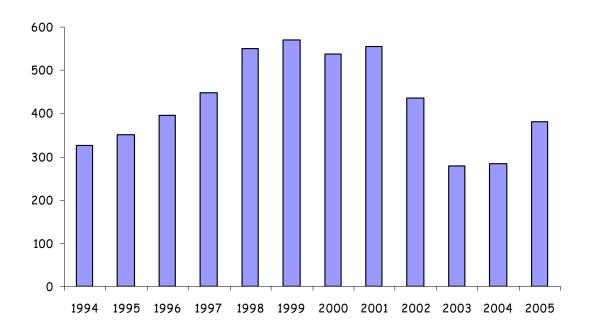
Em relação ao que estava previsto no PDM, para este sector, pouco se pode dizer em concreto, já que o relatório sectorial é muito vago. Resta procurar perceber até que ponto a introdução das novas regras urbanísticas foi capaz de provocar alterações

substanciais na dinâmica do sector da construção civil e, fundamentalmente, da procura privada.

Para este fim, analisou-se a variação do n.º de edifícios novos construídos, assim como de intervenções em edifícios já existentes, nomeadamente ampliações, alterações de uso e reconstruções, com base nos dados dos últimos 10 anos do INE, e que se apresentam nos quadros seguintes.

O quadro com as construções novas permite avaliar a eficácia e capacidade do plano como instrumento de desenvolvimento das actividades económicas em geral e da habitação em particular, num contexto em que as regras de edificação foram substancialmente alteradas com a entrada em vigor do PDM. Simultaneamente, permite avaliar até que ponto o plano foi capaz de permitir o desenvolvimento normal das actividades de construção civil que foram então apontadas como uma das actividades económicas importantes no concelho de Marco de Canaveses.

Da análise efectuada concluiu-se que a nível de intervenções globais, se verificou uma tendência inicial de crescimento até 1999, registando-se uma diminuição em 2000, aumentando ligeiramente em 2001, a partir desta altura dá-se uma diminuição do total de licenças emitidas por ano, sendo o ano de 2003 que regista menor numero de licenças emitidas (280). De seguida verifica-se novamente um aumento das licenças concedidas, sendo os valores de 2005 próximos, de 2002.



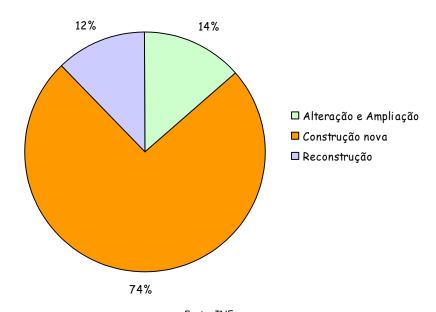
Fonte: INE-CMMarco de Canaveses
Gráfico 19. Total de edifícios licenciados pela câmara municipal,, entre 1994 e 2005

O quadro com as obras concluídas mas objecto de ampliação, alteração de uso e reconstrução foi utilizado na avaliação da eficácia do plano relativamente ao objectivo de contribuir não só para a construção de novos edifícios mas também para a manutenção e reforço dos já existentes, tendo sido utilizado em termos do concelho na

globalidade, embora a análise por freguesia ou aglomerado permitisse uma abordagem mais ampla.

A comparação dos números totais de intervenções ocorridas entre 1994 e 2004 (568 alterações e ampliações, 423 reconstruções) permite perceber qual é o peso, depois da entrada em vigor do PDM, das novas construções (3198) face às intervenções verificadas. Em 1994, as alterações e ampliações e reconstruções em edifícios existentes (93) significavam 29% relativamente ao número licenças concedidas, representando as novas construções 71% das licenças concedidas. Por outro lado, em 2004, verifica-se que as novas construções representam 88,3% das licenças concedidas nesse ano, existindo apenas 11,7% de situações de Alteração, Ampliação ou Reconstrução.

Verifica-se assim, que o número de intervenções (ampliações, alterações de uso, reconstruções e demolições) é inferior ao número de construções novas concluídas.



Fonte: INE Gráfico 20. Distribuição dos edifícios licenciados pela câmara municipal, segundo o tipo de obra, de 1994 a 2004

Em termos de reconstrução, verifica-se uma preponderância das licenças concedidas neste sentido nos anos 2000 e 2001 com 74 e 76 licenças concedidas respectivamente, representando cerca de 15% do total de licenças concedidas nesses anos, representando 12% das licenças emitidas entre 1994 e 2004, tendo em vista a reconstrução.

Destaque ainda para o ano de 1999, onde 74,5% das licenças concedidas se destinavam a novas construções, enquanto em 2004 este valor decresceu para 72,5% das licenças se destinavam a novas construções.

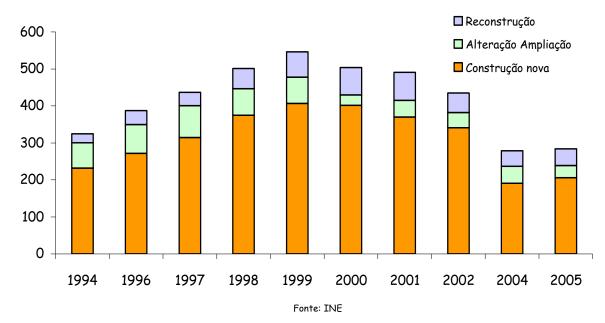


Gráfico 21. Edifícios licenciados pela câmara municipal,, segundo o tipo de obra, desde 1994 e 2004

		Alteração		
Ano Alvará	Construção nova	Ampliação	Reconstrução	Total
1994	232	68	25	325
1996	272	78	37	387
1997	315	86	36	437
1998	375	72	54	501
1999	407	71	68	546
2000	402	28	74	504
2001	370	45	76	491
2002	341	41	53	435
2004	191	46	42	279
2005	206	33	45	284
Total	3111	568	510	4189

Fonte: INE

Quadro. 22. Edifícios licenciados pela câmara municipal, segundo o tipo de obra, entre 1995 e 2005

3.2.2 Construção fora dos perímetros

A construção fora dos perímetros urbanos, no concelho de Marco de Canaveses, revela dados preocupantes e que se resumem numa forte ocupação urbana do solo, fora dos perímetros urbanos - na maioria das freguesias, é maior a edificação fora dos perímetros urbanos que dentro. A tabela que se segue apresenta os dados em bruto, que escondem, porém, uma série de situações que deverão ser estudadas e conhecidas. Dizem estas respeito ao período em que se construíram aos edifícios e à natureza das construções, podendo ser elas destinadas ao uso rural (e não ao uso habitacional) e estarem assim dentro dos parâmetros legais.

Engarasia	Total de	Dentro Aglomerados		Fora Aglomerados	
Freguesia	edifícios	N.°	%	N.°	%
Alpendorada e Matos	5540	3406	61,5	2134	38,5
Ariz	2529	1692	66,9	837	33,1
Avessadas	2085	883	42,4	1202	57,6
Banho e Carvalhosa	1669	764	45,8	905	54,2
Constance	1404	336	23,9	1068	76,1
Favões	1655	1243	75,1	412	24,9
Folhada	1181	378	32,0	803	68,0
Fornos	2628	1558	59,3	1070	40,7
Freixo	1181	494	41,8	687	58,2
Magrelos	1169	445	38,1	724	61,9
Manhuncelos	747	174	23,3	573	76,7
Maureles	666	315	47,3	351	52,7
Paredes de Viadores	1861	425	22,8	1436	77,2
Paços do Gaiolo	1969	514	26,1	1455	73,9
Penha Longa	2758	1142	41,4	1616	58,6
Rio de Galinhas	1996	1288	64,5	708	35,5
Rosém	526	6	1,1	520	98,9
Sande	2519	935	37,1	1584	62,9
Santo Isidoro	1538	844	54,9	694	45,1
S. Lourenço do Douro	1148	327	28,5	821	71,5
S. Nicolau	432	294	68,1	138	31,9
Soalhães	5355	1912	35,7	3443	64,3
Sobretâmega	1115	264	23,7	851	76,3
Tabuado	1866	978	52,4	888	47,6
Torrão	938	726	77,4	212	22,6
Toutosa	581	328	56,5	253	43,5
Tuías	2719	1506	55,4	1213	44,6
Várzea do Douro	2640	1542	58,4	1098	41,6
Várzea da Ovelha e Aliviada	2857	1471	51,5	1386	48,5
Vila Boa do Bispo	3930	2308	58,7	1622	41,3
Vila Boa de Quires	3909	1587	40,6	2322	59,5

Fonte: Cartografia vectorial de Marco de Canaveses de 2004 (esc: 1/2000, 1/5000), SIG - elaboração GETER - UTAD, 2006 © Quadro. 23. Localização dos edifícios relativamente aos aglomerados urbanos

3.2.3 Construções de Génese Ilegal

Desconhece-se, por falta de estudos e fiscalização, a existência de construções clandestinas que correspondam a áreas urbanas de génese ilegal.

3.3 Infra estruturação Territorial

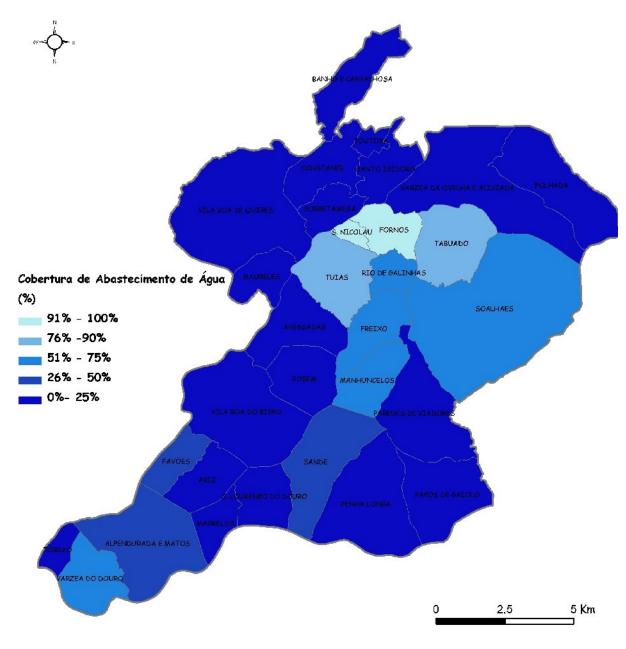
Em termos das infra-estruturas básicas (acessibilidades, abastecimento de água, saneamento básico, resíduos sólidos, rede eléctrica e telecomunicações), verificou-se ao longo da última década uma alteração significativa e generalizada dos níveis de dotação, cobertura e atendimento, bem como da qualidade dos serviços prestados. Mesmo assim, subsistem alguns problemas de natureza estrutural que não foram ainda resolvidos, nomeadamente em áreas como os acessos internos e externos, a drenagem e o tratamento de águas residuais. Nas páginas seguintes, fazemos uma apresentação sumária das principais alterações verificadas no período em causa, bem como da situação actual em cada domínio.

3.3.1 Rede de abastecimento domiciliar de água: bons níveis de serviço na rede de abastecimento de água.

Em 1994, o abastecimento de água ao concelho de Marco de Canaveses era ainda bastante diminuto havendo algumas freguesias que não se encontravam servidas com sistema público de abastecimento de água.

Contudo, de acordo com os dados do INE em 2004, apenas 25% da população residente se encontra servida por sistemas de abastecimento de água, encontrando-se todavia existe uma boa cobertura, uma vez que a rede de abastecimento particular cobre cerca de 74% da população existente. O facto de não se encontrar 100% da população (abastecimento público) servida explica-se pelo facto de existirem pequenos aglomerados que não estão totalmente cobertos pela rede de distribuição pública, e por, parte da população, recorrer a sistemas de poço e furo, em alternativa ao sistema público de abastecimento de água.

De acordo com as informações relativas a 2002 (CESAP-INE), apenas as freguesias de 5. Nicolau e Fornos têm cobertura da rede de abastecimento superior a 91%; Tuías e Tabuado têm cobertura entre 76% e 91%, em Rio de Galinhas, Manhuncelos, Soalhães e Freixo a cobertura da rede de abastecimento varia entre 50% e 75% e nas restantes freguesias a cobertura da rede de abastecimento de água era inferior a 50%.



Fonte: INE, CESAP (2002) + elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Figura 4. Cobertura pública da rede de abastecimento de água, por freguesia, em 2002

Em termos de número de consumidores, verifica-se a existência de 7072 consumidores (n.º de contadores), que se encontra repartidos pelas várias freguesias e anexas. Verifica-se uma concentração nas freguesias da sede de concelho com 4135 consumidores/contadores (58,4%) e consumo de cerca de 250.000m³ de água. São de destacar Alpendorada e Matos, Soalhães, e Tuías com 22,6% dos consumidores concelhios.

Zona de Abastecimento	N.º de consumidores	%	W ₃
Alpendurada e Matos	456	6,4	28050
Ariz	5	0,1	
Avessadas	43	0,6	2977
Banho e Carvalhosa		0,0	
Constance	16	0,2	1504
Favões	165	2,3	8406
Folhada	2	0,0	438
Fornos	1708	24,2	121715
Freixo	250	3,5	12953
Magrelos	7	0,1	750
Manhuncelos	112	1,6	6266
Maureles		0,0	
Paços de Gaiolo	19	0,3	1611
Paredes de Viadores		0,0	
Penha Longa	261	3,7	13930
Rio de Galinhas	723	10,2	39131
Rosém		0,0	
Sande	200	2,8	9590
Santo Isidoro	13	0,2	156
São Lourenço do Douro		0,0	
São Nicolau	175	2,5	9551
Soalhães	522	7,4	29114
Sobretâmega	71	1,0	4708
Tabuado	236	3,3	13090
Torrão		0,0	
Toutosa	22	0,3	628
Tuías	1529	21,6	84575
Várzea do Douro	50	0,7	2095
Várzea de Ovelha e Aliviada	287	4,1	15554
Vila Boa do Bispo	187	2,6	10078
Vila Boa de Quires	13	0,2	812

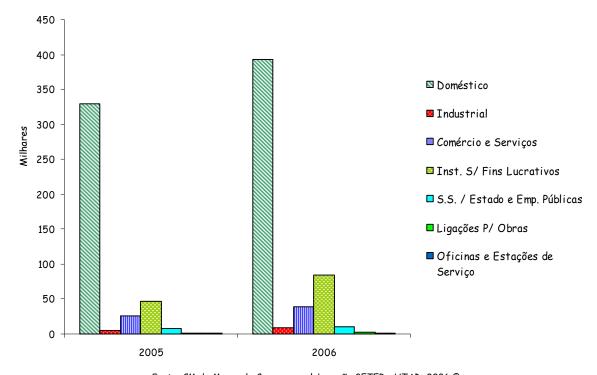
Fonte: CM de Marco de Canaveses, Levantamento efectuado em Dezembro de 2005

Quadro. 24. Consumidores por freguesias e anexas, entre Maio e Dezembro de 2005

Tendo em conta o consumo de água registado entre 2005 e 2006, verifica-se que o menor consumo foi registado em 2005 (417683 m^3), registando-se em 2006 um valor mais elevado (540741 m^3).

Assim, em termos de consumo, tanto para fins domésticos, como para fins comerciais/industriais e outros, registou-se no ano de 2006, segundo dados da Câmara Municipal, um consumo diário de 1481,4 m³. Do consumo de água registado no concelho,

relativo ao abastecimento da rede pública, cerca de 72,7% é destinado ao uso doméstico, 8,9% ao comércio/indústria, 0,5% é de ligações para obras, 0,3% derivado de oficinas e estações de serviço e 17,4% é consumo das entidades públicas



Fonte: CM de Marco de Canaveses, elaboração GETER - UTAD, 2006 ©
Gráfico 22. Consumos de água da rede pública de abastecimento por tipo tarifa, entre 2000 e 2003

O abastecimento de água ao concelho de Marco de Canaveses é essencialmente assegurado por Sistemas de Abastecimento, totalizando 28 captações e 40 reservatórios.

Freguesias	Reservatório	Captações	
Alpendurada e Matos			
Ariz	2	1	
Avessadas	1		
Banho e Carvalhosa	3		
Constance	1		
Favões	1		
Folhada	1		
Fornos	1		
Freixo	1	2	
Magrelos		1	
Manhuncelos	2	10	
Maureles			
Paços de Gaiolo	2	3	

I	1	1
Paredes de Viadores		4
Penha Longa	4	2
Rio de Galinhas	1	
Rosém		
Sande	2	1
Santo Isidoro	1	
São Lourenço do Douro		
São Nicolau		
Soalhães	5	2
Sobretâmega		
Tabuado	2	1
Torrão		
Toutosa	3	1
Tuias	1	
Várzea do Douro	2	1
Várzea de Ovelha e		
Aliviada	3	1
Vila Boa do Bispo	1	
Vila Boa de Quires		1

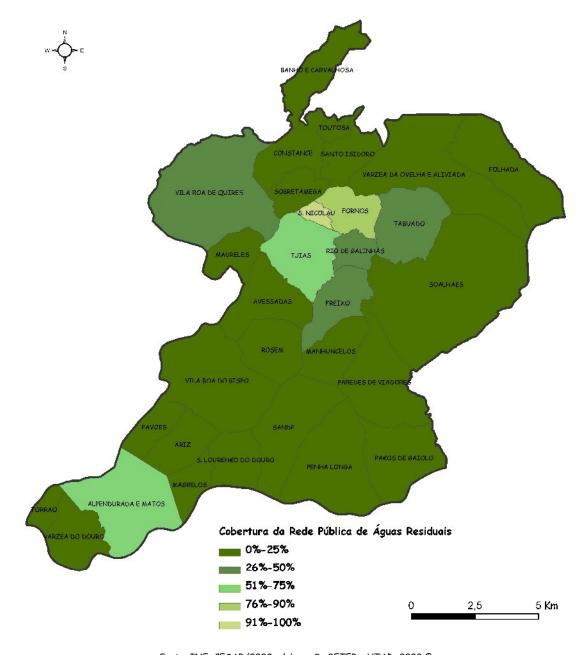
Fonte: CM de Marco de Canaveses, Águas do Marco, 2008 Quadro. 25. Reservatório e Captações de água no município

3.3.2 Tratamento e drenagem de águas residuais: insuficiente número de redes em funcionamento

Em 1998, segundo dados estatísticos do INE, cerca de 84% da população concelhia não estava abrangida por saneamento básico revelando sérias carências no concelho.

Em 2003, regista-se uma cobertura de 30% da população servida por sistemas de drenagem de águas residuais, sendo na maioria os sistemas simplificados constituídos por fossas sépticas colectivas que apresentam na generalidade um funcionamento deficitário.

Segundo informação do CESAP, em 2002, a taxa de cobertura da rede pública de águas residuais era inferior a 50% na maioria das freguesias do concelho, sendo que apenas S. Nicolau tinha uma cobertura superior a 91%, Fornos tem uma cobertura entre 76 e 90%, Rio de Galinhas e Freixo têm cobertura entre 51 e 75%. Neste sentido é importante melhorar o sistema de drenagem de águas residuais do concelho.



Fonte: INE, CESAP (2002, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Figura 5. Cobertura da rede pública de águas residuais, por freguesia, em 2002

A drenagem dos caudais efluentes produzidos (1194 milhares de m³) tem origem residencial e serviços, não existindo referência a qualquer caudal com origem industrial, tendo, em 2003, sendo que cerca de 1073 milhares de m³ têm tratamento em ETAR e fossas sépticas municipais.

3.3.3 Resíduos Sólidos: uma cobertura aceitável e um serviço de qualidade mas incompleto ao nível da recolha selectiva

A recolha dos resíduos sólidos ainda hoje, tal como no inicio da década de 90, não cobre a totalidade da população residente, apresentando ainda algumas lacunas, que importa colmatar.

Segundo o Anuário Estatístico de 2001, a cobertura da recolha de resíduos abrange 100% da população. Todavia segundo a informação de CESAP (2002) revela alguma controvérsia em relação a esta temática pelo que a freguesia de Freixo tem cobertura inferior a 25%, Sande, tem uma cobertura entre 51 e 75% e Tabuado tem uma cobertura entre 76 e 90%. Nas restantes freguesias a recolha é já superior a 90%. Os percursos de recolha de resíduos sólidos variam segundo o dia da semana e o veículo de recolha, cobrindo a quase totalidade da população do concelho.

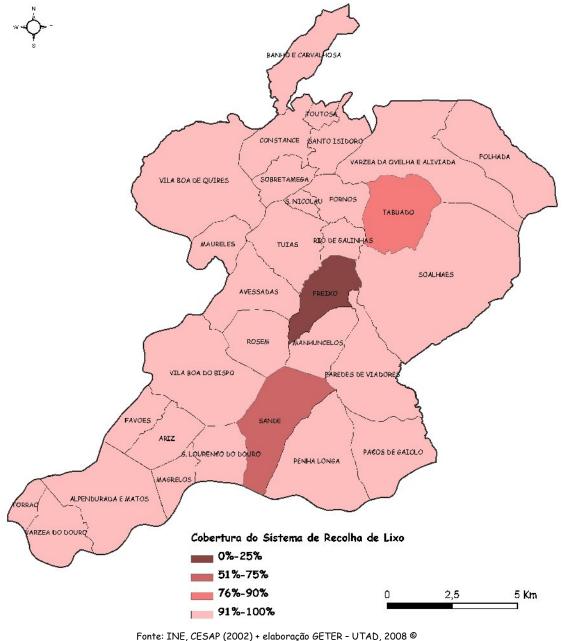


Figura 6. Cobertura do sistema de recolha de resíduos, por freguesia, em 2002

Com a integração do concelho na empresa REBAT, a cobertura e a qualidade do serviço melhorou consideravelmente, estando a totalidade da população abrangida por qualquer tipo de recolha.

A totalidade dos resíduos recolhidos no concelho (18532 toneladas) correspondem a resíduos urbanos, existindo recolha selectiva no que respeita a 16 toneladas o que se revela muito insignificante. Em 2002, foram gastos 521 milhares de euros na gestão dos resíduos. De acordo com informação da Câmara Municipal existem três circuitos de recolha de resíduos sólidos urbanos, integradas na rede de recolha da REBAT.

Município	Circuito	Contentores N°				
		Azul	Amarel o	Verde	Freguesia	Localização
		1	1	0	Fornos	Em frente à Tropical
		1	0	0	Tuías	Praça da cidade junto ao vidrão
		1	1	1	Tuías	Sítio da Feira
	Circ. n° 9	1	0	0	Tuías	Junto às bombas da CEPSA
		1	0	0	Fornos	Prédio do Faraó
		1	0	0	Vila Boa de Quires	Junto à Capela
		0	1	0	S. Nicolau	Em frente à escola de condução
		0	0	1	Tuías	Largo Queirós Montenegro
		1	1	1	Tuias	Junto ao campo de futebol de Tuías
		1	0	0	Avessadas	castelinho
		1	0	0	Vila Boa do Bispo	Terrais (Junto à loja cirstLuz)
Marco de Canaveses	Circ n° 9a	1	1	0	Favões	Rua de Requim(cruz. presidente junta)
		1	1	0	Alpendurada e Matos	Urbaniz. frente ao restaurante caçador
		1	1	0	Alpendurada e Matos	Junto à escola EB 2,3 Alpendorada
		1	0	0	Várzea do Douro	Junto á escola primária de gandara
		1	0	0	Várzea do Douro	Junto à igreja
Aar		1	0	0	Alpendurada e Matos	Urbanização de Vilacetinho
<		0	1	0	Avessadas	A seguir ao convento
		0	0	1	Avessadas	Junto à paragem do autocarro
		0	0	1	Torrão	Junto á ponte
	Circ n° 9b	1	0	0	Penha Longa	junto ao cemitério
		1	0	1	Sande	entroncamento do "STOP"
		1	1	0	Ariz	Largo do Maio
		1	0	0	Soalhães	Junto ao edifício Eiró
		1	0	0	Tabuado	Junto ao Desvio para a Torre de Nevões
		0	1	0	Tabuado	Café Jardim
		0	1	0	Varzea Ovelha Aliviada	Junto à escola de Esperança
		0	0	1	Varzea Ovelha Aliviada	Perto do café - junto limite de Amarante

Fonte: CM Marco de Canaveses - elaboração GETER - UTAD, 2008 ©

Quadro. 26. Circuitos e localização de contentores em Marco de Canaveses em 2006

A REBAT concessionária do Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha Selectiva, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Baixo Tâmega, abrange os municípios de Amarante, Baião, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Marco de Canaveses e Mondim de Basto e serve cerca de 180 mil habitantes.

A implementação do Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha Selectiva, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Baixo Tâmega permitiu encerrar as 10 lixeiras existentes nos municípios abrangidos, diminuindo os graves impactes ambientais e perigos para a saúde pública decorrentes da decomposição não controlada de resíduos. A actividade da REBAT inclui a implantação de um sistema de recolha selectiva dos resíduos sólidos urbanos produzidos na região, com 360 Ecopontos e uma Estação de Triagem, e o desenvolvimento das infra-estruturas necessárias para efectuar o tratamento e dar um destino final adequado aos mesmos, nomeadamente um Aterro Sanitário e duas Estações de Transferência. Ao promover a protecção dos ecossistemas e a segurança da saúde pública, a criação do Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha Selectiva, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Baixo Tâmega veio potenciar a revalorização ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população desta região.

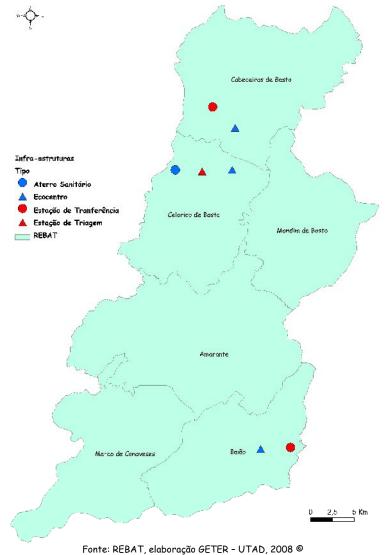


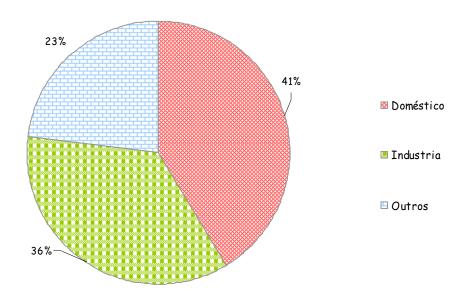
Figura 7. Infra-estruturas existentes no sistema de gestão de RSU da REBAT, em 2003

3.3.4 Outras infra-estruturas

3.3.4.1 Rede Eléctrica: bons níveis de cobertura e de serviço

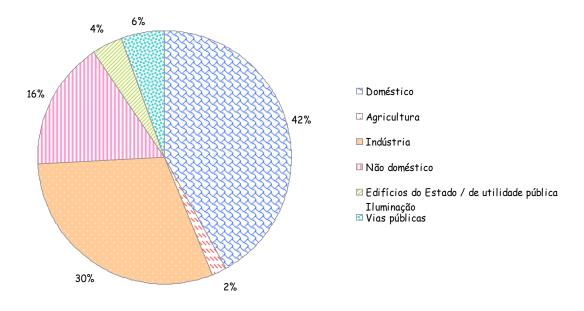
Todas as localidades estão electrificadas a 100%, sendo o estado de conservação da rede eléctrica satisfatório, bem como o nível de serviço com uma frequência aceitável.

No período entre 1997 e 2003, registou-se um crescimento significativo no consumo de energia eléctrica, com um consumo de 82955 MWh em 1997 e de 128096 MWh em 2003, crescendo aproximadamente 54% entre esses mesmos anos. O número de consumidores aumentou cerca de 47%, passando de 15526 em 1997 para 22934 em 2003.



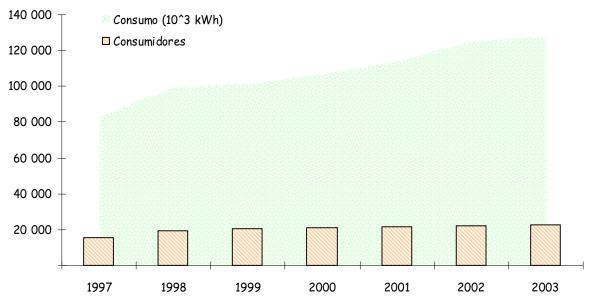
Fonte: INE - Anuário Estatístico, elaboração GETER - UTAD, 2008 © Gráfico 23. Consumo de Electricidade segundo o tipo de consumo, em 1997

Em 2003, o maior consumo de energia eléctrica no concelho é proveniente do sector doméstico (42%), seguido da indústria (30%) e do consumo não doméstico (16%). A iluminação pública representa 10% do consumo total, sendo 6% resultado da iluminação das vias públicas e 4% de iluminação de edifícios do Estado/Utilidade Pública. O consumo proveniente de actividades relacionadas com a agricultura representa apenas 2% do total de consumos do concelho.



Fonte: INE – Anuário Estatístico, elaboração GETER – UTAD, 2008 © Gráfico 24. Consumo de Electricidade segundo o tipo de consumo, em 2003

Em termos de variação da extensão da rede, não houve alterações significativas a registar desde o início dos anos noventa, pois as linhas de média e alta tensão mantémse, quase inalteradas, e a rede de distribuição não apresenta aumentos significativos.



Fonte: INE - Anuário Estatístico, elaboração GETER - UTAD, 2008 © Gráfico 25. Variação dos consumos e consumidores entre 1997 e 2003 (INE)

3.3.4.2 Rede de Telecomunicações

O concelho está integrado na área de telecomunicações do Porto, sendo servido pelas redes de Marco de Canaveses. O número de postos instalados em 1997 era de 12884 registando-se em 2004 um total de 13148 postos, o que poderá ter resultado do aumento da capacidade da rede, por sua vez a o número de telefones por habitante diminuiu, em resultado da generalização do serviço móvel de comunicações.

Estes valores permitem medir a capacidade de acesso à informação através dos sistemas tradicionais, nomeadamente referentes à NET, que se tornou num dos principais meios de comunicação.

Dados	Telefones	N° telefones por 100/hab
1997	12884	25,74
2004	13 148	24,37

Fonte: INE - Anuário Estatístico, elaboração GETER - UTAD, 2008 © Quadro. 27. Nº de telefones existentes no concelho em 1997 e em 2004

Todas as sedes de freguesia são servidas por postos públicos, assim como outras localidades. Pode-se considerar a cobertura telefónica razoável.

Como nota importante, importa referir a expansão das redes móveis que, devido à evolução tecnológica das comunicações digitais, associada à adequada especificação de sistemas e às necessidades de mercado, permitiu o crescimento exponencial das comunicações móveis que conhecemos. Os operadores de telecomunicações, atentos às mudanças e às novas oportunidades, adaptaram as suas infra-estruturas tecnológicas à procura crescente de serviços em todo o território nacional. No caso de Marco de Canaveses, as três operadoras apresentam uma cobertura total, no entanto, com a orografia do concelho, a qualidade desta cobertura não é a mesma em todo o concelho, havendo zonas onde existem deficiências importantes que importa corrigir.

3.3.5 Acessibilidades e Transportes: mobilidade interna e externa

A abordagem das questões relacionadas com as acessibilidades externas do concelho de Marco de Canaveses acentuam essencialmente a sua relativa proximidade em relação aos principais eixos rodoviários.

Esta posição retrata de certo modo a situação sócio-económica do concelho retratada pelo progressivo aumento de população e pela dinâmica económica, tendo vindo a sofrer modificações qualitativas substanciais, traduzidas em melhorias nas acessibilidades regionais, fundamentais para uma maior abertura e possibilidades de revitalização do tecido social e económico.

Devido à localização geográfica, o concelho tem revelado ao longo dos anos, muitas facilidades de acesso aos principais centros urbanos e centros de produção e consumo, quer nacionais, quer de nível regional. As infra-estruturas de transporte que esta região

oferece, garantem acessos rápidos e cómodos às áreas mais desenvolvidas, como os grandes centros urbanos do litoral Norte do país e da Europa.

Ao nível das acessibilidades regionais, interessam ao concelho de Marco de Canaveses, o IP4, IP9 e IC26 que embora o concelho não seja atravessado por qualquer um destes itinerários (à excepção do IP4, que cruza o sector Norte do concelho), a ligação através de estradas nacionais a qualquer um deles desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento do concelho.

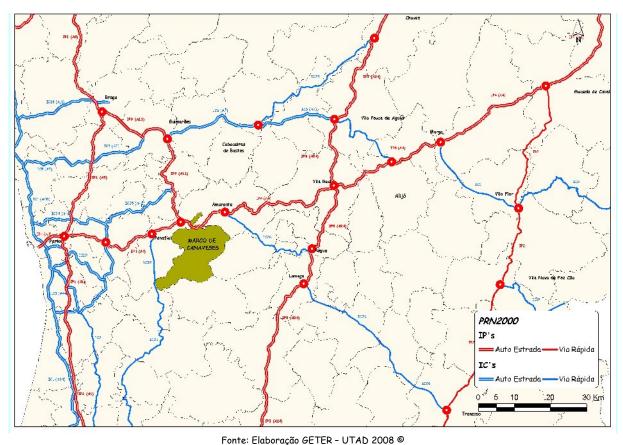


Figura 8. Rede viária externa do concelho de Marco de Canaveses

3.3.5.1 Rede Viária Municipal: uma melhoria significativa das vias existentes

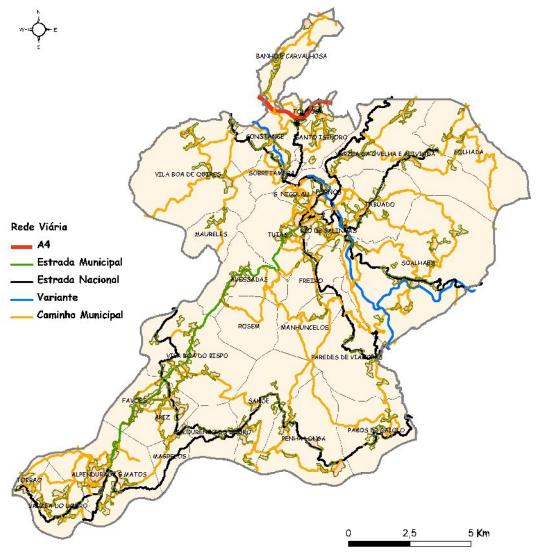
Dado o precário estado de conservação da maioria das vias rodoviárias do concelho, a autarquia realizou várias intervenções ao nível da sua rectificação e beneficiação, como vimos no capítulo anterior. Assim, dos cerca de 350 km que constituem actualmente a rede viária municipal (incluindo as estradas nacionais), uma parte foi alvo de obras de melhoramento e qualificação.

Contudo, nem a rede municipal continua a garantir a segurança e comodidade desejada, nem a rede nacional proporciona um nível de acessibilidade de modo nenhum aceitável. As acessibilidades extra-concelhias permanecem sem qualquer alteração, pois o concelho de Marco de Canaveses é apenas atravessado pela A4 com uma extensão de cerca de 5 km, e acessível a partir da Variante, constituindo esta via rápida a mais importante ligação do concelho aos principais centros urbanos, designadamente a Porto e Vila Real.

Salientam-se ainda um conjunto de estradas nacionais que ligam a sede de concelho aos concelhos vizinhos, permitindo uma maior mobilidade e o rápido acesso ao litoral do país.

Em relação à facilidade em atingir os grandes centros urbanos como o Vila Real, Porto, Coimbra e Lisboa, o problema está parcialmente resolvido com a construção da A4 que permite ao concelho um melhor acesso e maior facilidade de escoamento.

A rede viária municipal é composta por um conjunto de vias classificadas que apresentam uma extensão total de cerca de 350 Kms, existindo ainda uma série de caminhos municipais que não se encontram classificados. Considerando que uma das funções desta rede é assegurar em primeiro lugar a acessibilidade, julga-se que as acções a efectuar nos pavimentos devem ter prioridade relativamente às que possam efectuar no aumento de capacidade, excepto nos casos em que existam estrangulamentos que condicionem a circulação nomeadamente nas vias cuja largura da via seja inferior a 3 metros. Nestes casos, têm sido realizadas acções tendo em vista o alargamento e beneficiação deste tipo de traçado, sobretudo nos de maior tráfego.



Fonte: CM Marco de Canaveses, - Elaboração GETER - UTAD 2007 © Figura 9. Rede viária do concelho de Marco de Canaveses

A maioria dos aglomerados incluídos nas 31 freguesias do concelho de Marco de Canaveses está inserida na malha viária municipal. Comparativamente ao início dos anos 1990, verificam-se poucas alterações, com a excepção da pavimentação de algumas vias, permanecendo de um modo geral com as mesmas características dos traçados, embora tenham sido feitas algumas intervenções tendo em vista a correcção dos traçados mais estreitos, sinuosos e mais acidentados.

A rede de estradas e caminhos municipais foi alargada e melhorada nos últimos anos. De tal modo que se pode afirmar que a rede de acessibilidades internas é suficiente para o tráfego existente. Mesmo não tendo presente as estatísticas e medições sobre os vários tipos de tráfegos que circulam nesta rede, pode-se, sem grande margem de erro, afirmar que a maior parte deles é constituído por veículos ligeiros de passageiros e mistos, correspondendo a estes últimos a maior parte das acções de distribuição de mercadorias.

Importa sobretudo reter que esta rede interna se adequa ao estado de desenvolvimento económico concelhio, onde um sistema de transporte flexível, polifuncional e de pequena dimensão se revela como o mais indicado para responder às exigências actuais.

Rede viária	Comprimento	Largura	Pavimento
Caminho desde a E.N.210/Cavalhões/Ledouro	1100m	6m	Cubos
Caminho de acesso ao Jardim de Infância de Tenrais	150m	8m	Cubos
Caminho desde E.N.210 a Cavalhões	700m	3m	Calçada
Caminho de Vale do Couto à E.N.210	400m	2.5m	Terra
Caminho de Vale do Couto à E.N.210	300m	2.5m	Terra
Transversal do caminho de Vale do Couto/Esposendes	320m	2.5m	Terra
Transversal do caminho de Vale do Couto	150m	5m	Cubos
Caminho do Eidinho/Vale do Couto	400m	5m	Cubos
Caminho do Eidinho/Vale do Couto/E.N.210	500m	5m	Terra
Caminho Vale do Couto/Quinta de Chousa/E.N.210	300m	5m	Terra
Caminho Quinta da Granja/Sobreiro/Souto	1100m	3m	Terra
Caminho de Quinta de Chousa/Ponte do Canal	2100m	2.5m	Terra
Caminho de Rosso/Ponte do Canal	2000m	3m	Terra
Caminho da Quinta de Chousa/Eidinho	350m	1.5m	Terra
Caminho desde E.N.210 à Quinta de Chousa	320m	4m	Terra
Caminho de Cavalhões a Cavalhões de Trás	250m	1.5m	Calçada
Caminho Ledouro/Fafiães	500m	4m	Cubos
Transversal do caminho de Ledouro/Fafiães	150m	6m	Terra
Transversal do Largo de Fafiães/sem saída	200m	3m	Terra
Caminho do Largo de Fafiães ao Lugar sem saída	120m	2.5m	Cubos
Caminho de Fafiães/Lugar sem saída	200m	2m	Terra
Caminho Ledouro/E.N.320	650m	8m	Cubos

Rede viária	Comprimento	Largura	Pavimento
Transversal caminho de Fafiães	70m	4m	Cubos
Caminho desde E.N.320/Campo de Futebol	250m	10m	Terra
Caminho desde E.N.210/Acesso às pedreiras	2000m	5m	Terra
Caminho de Tenrais às Pereiras	2000m	5m	Terra
Caminho das Pedreiras a Chentadiços	2500m	2.5m	Terra
Caminho Tenrais/Ausende	1000m	3m	Cubos
Caminho de Tenrais às Pereiras	150m	4m	Cubos
Caminho desde E.N.210/Formiga	1200m	3.5m	Cubos
Caminho desde E.N.210/Formiga de Cima	700m	3m	Cubos
Caminho desde E.N.210/Pombal	800m	4m	Cubos
Caminho desde E.N.210/Pinheiro Novo	1150m	4m	Terra
Estrada Municipal 1266/Baceira/Sobreirinho	3200m	6m	Cubos
Estrada Municipal 1453/Casa do Povo/Lages	1200m	6m	Cubos
Estrada Municipal/Casa do Povo/Convento	600m	6m	Cubos
Estrada da Ribeira à Praia Fluvial	700m	6m	Asfalto
Caminho desde E.N.210/Ribeiro	200m	3m	Terra
Caminho do Retiro	800m	6m	Cubos
Transversal de C.M./Casa do Povo-Mosteiro	200m	6m	Cubos
Caminho desde a Escola do Bairral/Convento	500m	5m	Cubos
Arruamento do Loteamento D.Sesinando	1300m	5m	Asfalto
Arruamento do Loteamento Casa do Povo	600m	6m	Cubos
Caminho desde E.N.210 à Estrada/Pinheiro	350m	6m	Asfalto
Caminho desde E.M. 1453/E.M.1266	320m	5m	Cubos
Caminho desde Estrada da Ribeiro a Alvelo	400m	3m	Terra
Caminho desde Estrada Ribeira a Bouças	700m	3m	Terra
Caminho desde E.N.320 a Valverde	1400m	4m	Cubos
Caminho desde Valverde a Rio Tâmega	1100m	5m	Terra
Caminho desde pinheiro a Vale	600m	4m	Cubos
Caminho desde Veiga a Casal de Matos	700m	4m	Cubos
Caminho dos Lidrais	250m	2.5m	Cubos
Caminho desde Pinheiro a Lidrais	320m	5m	Terra
Caminho desde E.M.1266 a Sardoal	250m	4m	Terra
Caminho desde E.M.1266 a Mexide	300m	3m	Terra
Caminho do Casal de Matos	1500m	4m	Cubos
Transversal à E.M.1266	200m	3m	Terra
Caminho desde a E.M.1266 a Bremes	300m	4m	Cubos
Transversal da E.M.1266 a Pinheiro	120m	4m	Cubos
5 , 44 4 1 4			1

Fonte: CM Marco de Canaveses -elaboração GETER - UTAD, 2008 ©

Quadro. 28. Caracterização geral da Rede viária Municipal em 2001

3.3.5.2 Rede de Transportes Públicos: um serviço mínimo

Os transportes públicos Rodoviários são hoje assegurados por uma empresa de camionagem, a Soares Oliveira S.A., que presta os seus serviços nas ligações concelhias e inter-concelhias.

A rede de transportes colectivos continua a apresentar um elevado nível da quantidade e qualidade do serviço que oferece uma frequência satisfatória de transportes rodoviários, sendo que é nos principais aglomerados do concelho onde a frequência de ligações é maior. Refira-se ainda que a população de Marco de Canaveses, tem meios de transporte com ligações directas aos grandes centros urbanos, como Lisboa e Porto.

Ainda neste capítulo, refere-se a existência dos Táxis, que mesmo não sendo classificados como "Transportes Colectivos", asseguram as ligações mais desfavorecidas. Assim, o concelho dispõe de alguns táxis, apresentando a freguesia de sede de concelho o maior número matrículas.

3.4 Equipamentos Colectivos: melhoria generalizada das dotações

3.4.1 Educação: rede de equipamentos

A evolução recente do município de Marco de Canaveses aponta para uma evolução demográfica causada pela captação de mão-de-obra dos jovens e activos, todavia a par deste processo decorre um envelhecimento da população que denota a necessidade de reconfiguração das redes educativas locais.

A taxa de analfabetismo do concelho de Marco de Canaveses era, em 1991, de 10,4%, valor inferior ao registado para o território nacional, 11,0%. No entanto, entre 1991 e 2001, a taxa de analfabetismo no concelho do Marco de Canaveses não acompanhou o ritmo de descida que se registou ao nível do continente, de tal modo que hoje a situação se revela desfavorável para o concelho (9,5% de taxa de analfabetismo), no contexto nacional (8,9%).

Em 10 anos, o concelho de Marco de Canaveses registou uma diminuição na taxa de analfabetismo de 0,9%, enquanto a região do Tâmega desceu 2,1%, a região Norte 1,6% e Portugal desceu 2,1%, o que revela resultados muito aquém da muito aquém da evolução geral registada.

3.4.1.1 Ensino Pré-Escolar: um melhor serviço

Ao nível da educação pré-escolar, a análise será feita com base em dados recolhidos no Instituto Nacional de Estatística (INE), no relatório da Carta Educativa e no relatório sectorial do PDM em vigor. Assim, iremos analisar a evolução do município ao longo dos últimos anos lectivos.

Relativamente ao Marco de Canaveses, verifica-se que todas as freguesias, com excepção da freguesia de Rosém, estão dotadas de, pelo menos, um estabelecimento de educação pré-escolar, que se distribuem ao longo dos principais eixos rodoviários do Município, onde se concentra a maior parte da população.

Parece claro que a população vai percebendo a importância da educação pré-escolar na formação educativa de base das crianças. A educação pré-escolar proporciona de facto, oportunidades de autonomia e socialização, tendo em vista a integração das crianças na vida em sociedade, preparando-as para uma escolaridade bem sucedida.

No ano lectivo 1999/2000, frequentavam o ensino pré-escolar 811 crianças, no presente ano (2006/2007) lectivo encontram-se inscritas 1.644 crianças, ou seja mais 999.

Na generalidade das freguesias, houve nos últimos anos, um aumento no número de crianças a frequentar a educação pré-escolar. No entanto, existem freguesias onde a taxa de frequência dos jardins de infância é claramente inferior à oferta existente, o que poderá ser explicado pelo facto deste nível de ensino não ser de frequência obrigatória, mas também pela falta de campanhas de informação e sensibilização junto das populações, principalmente dos meios rurais, acerca das vantagens e benefícios da educação pré-escolar para o desenvolvimento equilibrado e harmonioso da criança. No ano lectivo 2006/2007, a taxa de ocupação dos 56 estabelecimentos de educação pré-escolar é a seguinte:

Taxa de Ocupação	N.º de jardins de Infância
Inferior a 50%	17
50% - 75%	16
75% - 85%	13
85% - 95%	5
Superior a 95%	5

Fonte: Carta Educativa Marco de Canaveses - elaboração GETER - UTAD, 2008 © Quadro. 29. Taxa de Ocupação dos Jardins de Infância em 2006/2007

Freguesia	Estabelecimentos		1998/1999	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007
	JI	Larra	0	0	60	64	72	66	63	56	66
Alpendorada	JI	Cruzeiro	16	25	16	25	21	40	40	37	26
e Matos	JI	Serrinha	25	25	25	43	39	39	35	29	31
	JI	Vale do Côvo	33	40	45	44	65	61	69	75	74
Ariz	JI	Q.ª do Casal	0	35	49	50	50	44	46	43	45
Avessadas	JI	Fornelo	20	25	25	25	42	30	34	44	36
Banho e	JI	Igreja de	0	0	22	26	21	20	20	24	25

Freguesia	ı	Estabelecimentos	1998/1999	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007
Carvalhosa		Carvalhosa									
	JI	Soalheira	0	0	0	0	20	18	14	18	20
Canatana	JI	Ladário	24	25	25	20	22	20	29	20	45
Constance	JI	Outeiro	24	24	23	25	25	20	22	16	25
Favões	JI	Passadiço	24	20	25	25	47	45	41	34	38
Folhada	JI	Corredoura	0	0	25	25	23	16	17	17	11
	JI	Freita	0	25	25	22	17	19	18	20	18
Fornos	JI	Murteirados	0	0	0	0	25	46	45	45	39
	JI	Q.ª do Casal	70	70	70	70	64	62	73	75	75
Freixo	JI	Searinha	12	17	20	18	20	20	18	15	20
Maureles	JI	Aveleiras	0	0	18	25	21	22	25	25	19
Manhuncelos	JI	Manhuncelos	0	0	18	25	21	22	21	21	19
	JI	Aldeia Nova	0	10	12	5	11	16	15	6	0
Magrelos	JI	Igreja de Carvalhosa	20	25	27	37	41	39	36	34	27
Paços de Gaiolo	JI	Barreiro	20	23	25	17	19	18	23	19	20
Paredes de Viadores	JI	Paredes	0	0	25	25	20	22	20	20	20
	JI	Carrapatelo	11	25	24	20	18	18	8	10	8
	JI	S.Sebastião	25	25	19	22	25	25	24	25	20
Penha Longa	JI	Sardoeira	0	0	0	25	24	26	21	23	18
	JI	Piares	0	0	0	0	0	21	16	18	16
Rio de	JI	Barroca	25	25	67	66	62	75	63	51	53
Galinhas	JI	Valdecidos	0	0	0	0	0	0	8	25	25
S. Lourenço do Douro	JI	Casal	0	0	0	24	24	25	25	23	24
S. Nicolau	JΙ	Quatro Caminhos	23	25	25	25	25	22	25	20	12
	JI	Bouça da Carreira	22	12	12	12	14	11	25	23	25
Sande	JI	Cristovão	0	0	0	25	25	24	22	17	21
	JI	Laurentim	0	12	12	12	23	16	14	15	19
	JI	Eiró	0	0	25	25	54	64	56	50	52
	JI	Ramalhais	0	0	25	25	25	45	44	35	29
Soalhães	JI	S.Salvador	0	0	0	0	0	15	19	19	18
	JI	Lardosa	0	0	19	25	9	13	14	14	20
	JI	Quintã	0	0	22	23	18	13	13	10	10
St ^o Isidro	JI	Peso	25	25	25	25	22	25	21	22	23
Sobretâmega	JI	Rua direita	0	25	27	25	20	26	37	33	38
Tabuadao	JI	Cerdeiras	20	25	21	34	33	36	40	35	35
Toutosa	JI	Livração	13	17	19	17	18	22	16	15	16
Torrão	JI	Devesas	25	20	20	12	18	25	20	17	18
	JI	Vila Nova	50	40	50	64	43	42	55	71	73
Tuías	JI	Vila Verde	0	0	0	0	23	49	25	38	45
Várzea da	JI	Aliviada	0	0	25	22	40	31	36	32	35
	JI	Gouveia	23	20	25	20	25	22	20	18	20
Uveina e	JI										
Ovelha e Aliviada			20	22	42	27	23	21	16	19	16
Ovelha e Aliviada Várzea do	JI JI	Légua Gandra	20 20	22 20	42 25	27 25	23 25	21 25	16 18	19 22	16 20

Freguesia		Estabelecimentos	1998/1999	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007
	JI	Q.ª do Bairro	0	2	0	17	20	35	33	29	36
Vila Dan da	JI	Lamoso	20	25	25	25	48	45	46	40	41
Vila Boa do Bispo	JI	Pinheiro	0	0	0	22	23	24	25	24	23
ызро	JI	Tenrais	0	0	25	25	25	25	25	23	17
Vila Dan da	JI	Igreja	0	48	46	42	50	40	61	53	58
Vila Boa de Quires	JI	Lordelo	0	0	0	33	33	45	49	50	40
Quires	JI	Vila Nova	19	23	19	40	19	17	24	27	17

Fonte: Carta Educativa Marco de Canaveses - elaboração GETER - UTAD, 2008 © Quadro. 30. Evolução do número de crianças na educação pré-escolar

3.4.1.2 1° Ciclo: muitas escolas para poucos alunos

A diminuição de alunos a frequentar o 1.º ciclo do ensino básico (CEB) é um problema que afecta todo o território nacional, em particular os municípios do interior. Basta atentarmos às recentes notícias vindas a público, segundo as quais o Ministério da Educação prevê encerrar até ao final da presente legislatura cerca de 60% das escolas do 1.º CEB, tendo já sido dado início a essa reformulação da rede escolar.

No Município do Marco de Canaveses, por decisão do Ministério da Educação, desde o primeiro de Setembro de 2006, que se procedeu à suspensão de mais 3 escolas do 1.° CEB, as quais eram frequentadas por um total de 21 alunos. No período compreendido entre o ano lectivo 2000/2001 e 2006/2007, as escolas do 1.° CEB, perderam 98 alunos. Das 31 freguesias, 12 apresentam um aumento no número de alunos, com destaque para as freguesias urbanas de Rio de Galinhas e Tuías com aumentos na ordem de 81,7% e 38,8%, respectivamente. Entre as freguesias que registaram uma quebra no período referido destacam-se: Banho e Carvalhosa (-41,1%), Torrão (-39,3%), Freixo (-38,5%) e Magrelos (-36,7%).

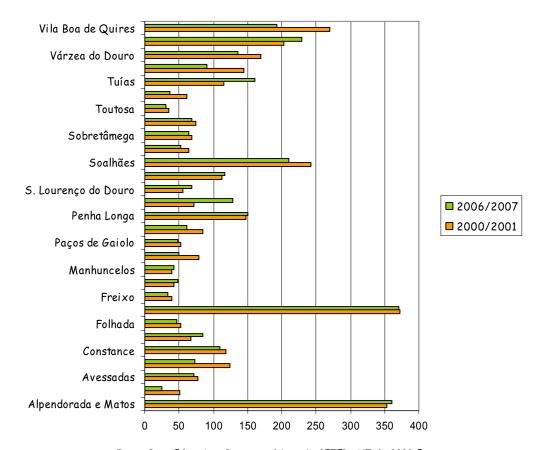
A análise em termos quantitativos à evolução do número de alunos do 1.º CEB, permite constatar quais as freguesias onde houve uma maior diminuição. São elas: Vila Boa de Quires, com menos 77 alunos; Banho e Carvalhosa, com menos 51 alunos; Soalhães e Várzea do Douro, ambas com menos 33, e Magrelos, com menos 29 alunos.

Por oposição à dinâmica destas freguesias, saliente-se um conjunto de freguesias que viram crescer o número de pupilos: Rio de Galinhas passou a ter mais 58 alunos nas suas Escolas EB1; Tuías mais 45 alunos; Ariz mais 31 alunos e Vila Boa do Bispo mais 26 alunos. Desagregando os dados por escola, constata-se que das 52 existentes, 18 apresentam um aumento do número dos seus alunos, destacando-se as EB1 da Barroca com mais 58 alunos, a EB1 da Picota com mais 45, EB1 de Bairral com mais 41 alunos, EB1 de Feira Nova com mais 29 alunos e EB1 de Vale do Côvo com mais 26 alunos.

Freguesia	Es	stabelecimentos	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007
A l	EB1	Cruzeiro	165	184	165	137	148	152	159
Alpendorada	EB1	Vale do Côvo	110	101	101	101	117	120	136
e Matos	EB1	Serrinha	79	77	89	82	77	75	66
Ariz	EB1	Feira Nova	51	47	38	31	37	29	25
Avessadas	EB1	Carreira	77	76	76	84	67	65	71
Banho e	EB1	Soalheira	51	47	38	31	37	29	25
Carvalhosa	EB1	Regoufe	73	65	64	58	53	54	48
Constance	EB1	Fontelas	88	92	98	88	88	84	78
Constance	EB1	Outeiro	30	32	27	28	27	25	32
Favões	EB1	Favões	67	67	66	64	73	77	84
Folhada	EB1	Corredoura	53	56	51	55	41	46	46
Fornos	EB1	Sede	338	339	347	370	369	360	334
Fornos	EB1	Casa Dum	34	37	28	32	29	34	37
Freixo	EB1	Searinha	39	39	38	31	33	29	34
Maureles	EB1	Cabo	43	40	40	49	43	50	48
Manhuncelos	EB1	Calvário	39	44	45	41	51	40	42
Magrelos	EB1	Carvalheira	54	62	61	58	56	44	30
Magreios	EB1	Catapeixe	25	28	22	18	28	19	20
Paços de	EB1	Paços	43	42	48	49	43	50	48
Gaiolo	EB1	Fandinhães	10	7	7	4	2	5	0
Paredes de	EB1	Paredes	55	51	49	46	57	50	45
Viadores	EB1	Passinhos	30	33	32	33	25	24	17
	EB1	Cardia	20	19	18	17	16	15	12
Danha Langa	EB1	Dajas	23	19	19	15	21	20	20
Penha Longa	EB1	S. Sebastião	82	81	76	76	79	82	90
	EB1	Piares	23	25	27	26	30	23	29
Rio de Galinhas	EB1	Barroca	71	87	90	101	107	122	129
S. Lourenço do Douro	EB1	Casal	56	58	51	52	56	59	68
	EB1	Igreja	66	69	55	68	69	73	70
Sande	EB1	Vila Nova	36	39	32	32	38	34	35
	EB1	Vimieiro	11	13	8	10	12	12	12
	EB1	Eiró	121	113	121	116	114	116	110
	EB1	Lardosa	26	36	37	37	30	34	31
Soalhães	EB1	Venda da Giesta	13	13	14	9	11	7	0
	EB1	Bouças	47	46	46	44	39	40	42
	EB1	S.Salvador	36	35	37	34	28	23	27
Santo Isidro	EB1	Peso	64	60	69	67	63	60	52
Sobretâmega	EB1	Rua direita	68	59	57	60	59	66	64
Tabuado	EB1	Ladário	74	57	71	73	68	66	68
Toutosa	EB1	Livração	35	35	33	28	27	31	31
Torrão	EB1	Cruzeiro	61	56	43	37	36	33	37
Tuías	EB1		116	130	135	141	144	161	161
Várzea da	EB1	Esperança	53	57	63	59	53	47	45
Ovelha e	EB1	Gouveia	51	51	51	44	44	47	45
Aliviada	EB1	Pinheiro	7	7	12	12	10	9	0
	EB1	Portela	34	34	31	37	39	36	
Várzea do	EB1	Q.ª do Bairro	78	73	65	69	57	53	57

Freguesia	Estabelecimentos		2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007
Douro	EB1	Travassos	35	39	40	34	34	27	31
	EB1	Gandra	56	65	69	61	63	52	48
Vila Boa do	EB1	Baceira	163	180	176	172	196	193	204
Bispo	EB1	Eidinho	40	40	41	34	35	33	25
Vila Dan da	EB1	Buriz	27	26	33	32	38	28	27
Vila Boa de Quires	EB1	Igreja	132	114	106	106	96	103	93
Quires	EB1	Lordelo	138	134	145	125	104	78	100

Fonte: Carta Educativa – Proposta, elaboração GETER – UTAD, 2008 © Quadro. 31. Evolução do número de Alunos matriculados no 1º CEB



Fonte: Carta Educativa - Proposta, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 26. Alunos matriculados no 1º ciclo por estabelecimento de ensino, em 2000/2001 e em 2006/2007

3.4.1.3 Concentração do 2° e 3° ciclos

O número de alunos matriculados no 2.º CEB sofreu um aumento acentuado quando comparado com o início da década de 90. A evolução registada no número de alunos matriculados no 1.º CEB nos últimos anos permite prever, com reduzida margem de erro, que esta tendência terá como repercussão no 2.º CEB, a ocorrência de uma quebra no número de alunos que frequentarão este nível de ensino.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução do número de alunos nas EB2,3 e também das EBM (Ensino básico mediatizado). No Marco de Canaveses, o funcionamento das EBM decorreu normalmente até ao ano de 2005/2006, embora a frequência de alunos nesta tipologia fosse cada dia mais decrescente, relacionando-se esta diminuição com a abertura das EB2,3 de Alpendorada, Sande e Toutosa.

Escolas	1998/1999	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007
EB 2,3 de									
Alpendorada	420	437	447	490	503	534	533	500	509
EB 2,3 de Sande	223	231	217	206	203	209	224	233	205
EB 2,3 deMarco									
de Canaveses	568	555	587	545	584	599	681	685	660
EB 2,3 de									
Toutosa	240	228	213	315	253	282	282	241	278
EBM									
Eiró/Soalhães	53	54	53	61	78	75	78	39	
EBM									
Passinhos/P.V			35	40	40	32	30	12	
EBM									
Gouveia/V.Ov.A						19	20	10	
EBM									
Igreja/V.B.Q	40	34	28	26	21	14	12	9	
EBM S.									
Sebastião/V.B.Q.	52	38	42	22	19	17	20	12	

Fonte: Carta Educativa - Proposta, elaboração GETER - UTAD, 2008 © Evolução do número de Alunos matriculados no 2º Ciclo do Ensino Básico

O 3.º CEB foi de todos os níveis de ensino aquele que registou maior aumento no número de alunos. Em dez anos, o número de alunos aumentou em 906 jovens, traduzindo-se numa variação na ordem dos 58,5%. Para além de razões ligadas à consciencialização que a obtenção de níveis de escolaridade superiores é preponderante para um melhor percurso de vida, e de razões estruturais ligadas à melhoria da qualidade de vida dos portugueses. A principal causa para o aumento registado neste nível de ensino prende-se, contudo, com o alargamento da escolaridade obrigatória para 9 anos, imposta pela Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro.

O número de alunos tem aumentado todos os anos, no entanto a evolução registada no número de alunos matriculados nos últimos anos no 1.º CEB aponta para pequenas variações para os próximos anos, no número de alunos a frequentar o 3.º CEB.

Quadro. 32.

Escolas	1998/1999	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007
EB 2,3 de Alpendorada	565	540	560	562	551	573	569	528	498
EB 2,3 de Sande	185	245	253	257	256	244	226	246	289
EB 2,3 deMarco de									
Canaveses	615	620	621	429	437	440	465	482	419
EB 2,3 de Toutosa	370	375	345	331	347	324	329	377	364
ES/3 de Alpendorada								124	206
ES/3 de Marco de									
Canaveses	400	344	368	409	445	526	565	617	680

Fonte: Carta Educativa - Proposta, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©

Quadro. 33. Evolução do número de Alunos matriculados no 3º Ciclo do Ensino Básico

3.4.1.4 Ensino Secundário: Desinteresse generalizado a partir do 3º CEB

Quando analisamos os dados do ensino secundário, o primeiro facto relevante a destacar prende-se com o facto do número de alunos a frequentar este nível de ensino ser bastante inferior a metade do número de alunos que frequentam o 3.º CEB. Por outras palavras, metade dos alunos sai do sistema de ensino antes de ingressar no ensino secundário.

Até 2005/2006, a Escola S/3 Marco de Canaveses era a única que dispunha deste nível de ensino, concentrando-se aí toda a comunidade estudantil do concelho, exceptuando, claro está, os que procuravam noutros concelhos ofertas formativas que aqui não existissem. Com a abertura, em 2005/2006, da Escola S/3 de Alpendorada, alargou-se a oferta existente quer em salas de aula, quer em cursos disponíveis.

Escolas	1998/1999	1999/2000	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007
ES/3 de Alpendorada	-	-	-	-	-	-	-	65	165
ES/3 de Marco de									
Canaveses	1043	1069	1003	983	1144	1014	1023	973	976

Fonte: Carta Educativa - Proposta, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©

Quadro. 34. Alunos matriculados no ensino secundário de Marco de Canaveses, entre os anos lectivos 1998/99 e 2006/07

3.4.1.5 Ensino profissional: Alternativas presentes no concelho

As escolas profissionais surgiram na panorâmica geral do sistema educativo português como uma modalidade especial de educação, dirigidas à estruturação e qualificação educativa da formação profissional dos jovens, procurando ao mesmo tempo introduzir no sistema educativo uma via própria de estudos de nível secundário, alternativa ao ensino regular.

As 3 escolas profissionais existentes, apresentam uma oferta formativa pouco diversificada, mas que tem em conta as características próprias do tecido socio-económico em que estão inseridas. Nesta perspectiva apresenta-se a Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Marco de Canaveses, situada na freguesia de Rosém, a Escola Profissional de Arqueologia, situada na freguesia do Freixo e a Escola Profissional Centro de Estudo e Trabalho da Pedra, situada na Vila de Alpendorada e Matos.

3.4.1.6 Educação de adultos / Ensino Recorrente / Educação extra-escolar

O ensino recorrente é uma modalidade especial de educação escolar que permite a indivíduos que já não se encontram em idade de frequentar os ensinos básico e secundário que o façam, adquirindo competências para a vida activa e para melhor integrar o mercado de trabalho. Neste tipo de ensino, os planos e métodos de estudo são adaptados à experiência e vida pessoal dos educandos, em conformidade com os seus tempos de aprendizagem, ritmos e disponibilidades. O ensino recorrente organiza-se de forma autónoma no que respeita a condições de acesso, currículos, programas e avaliação de alunos, tendo em vista a adaptação aos diferentes grupos, bem como, às experiências pessoais e profissionais e conhecimentos adquiridos ao longo da vida.

O ensino recorrente está estruturado de uma forma que conduz à obtenção de um grau e à atribuição de um diploma ou certificado, equivalentes aos conferidos pelo ensino regular. Através desta modalidade de ensino é assegurada uma nova oportunidade de acesso à escolaridade aos que dela não usufruíram em idade própria, aos que abandonaram precocemente o sistema educativo e ainda aos que o procuram por razões de promoção cultural ou profissional.

Ao nível do ensino básico, o ensino recorrente abrange os 3 ciclos de ensino e visa a eliminação do analfabetismo, a atribuição do diploma de escolaridade obrigatória, o prosseguimento de estudos e o desenvolvimento de competências profissionais. Relativamente ao 1º CEB, entre 1991 e 1997 (o último curso funcionou no ano lectivo 1996/97), tiveram aprovação cerca de 70 alunos.

No que se refere ao 2° CEB, entre 1991 e 2002 (o último curso funcionou no ano lectivo 2001/02), foram leccionados 45 cursos, frequentados por cerca de 686 formandos tendo sido aprovados 484.

3.4.1.7 Aumento da escolarização superior

Ao nível dos restantes níveis de ensino - médio e superior - o município não detém quaisquer infra-estruturas que disponibilizem estes níveis de ensino sendo usados para tal os equipamentos existentes noutros municípios. No entanto, sabe-se que a taxa de escolarização para estes níveis têm vindo a aumentar significativamente.

3.4.2 Saúde: níveis de cobertura e de atendimento

Ao nível da saúde, o concelho manteve as infra-estruturas de saúde existentes, relativamente a 1996, registando-se apenas o aumento de uma extensão do centro de saúde. Assim, no concelho existe um centro de saúde na sede do município, uma extensão de saúde em Feira Nova, Livração, Penha Longa, e Soalhães, e existem 10 farmácias, o que traduz um ligeiro aumento comparativamente a 1996 quando existiam apenas sete farmácias.

Face ao aumento da população residente do concelho, aparentemente não ocorreu uma melhoria do nível de cobertura dos serviços de saúde. O investimento nas infraestruturas de saúde do concelho originou situações de melhoria de condições dos serviços disponibilizados, quer ao nível dos quadros clínicos (médicos e enfermeiros), quer ao nível das valências disponibilizados à população. Por outro lado, o tendencial envelhecimento demográfico acarreta consequentes aumentos das necessidades de saúde que importa acautelar com particular atenção.

	1996	2003
Hospital	1	1
Centro de Saúde	1	1
Extensão de Saúde	6	7
Farmácias	7	10
Médicos/ 1000 hab.	0,4	3,4
N.º de consultas em Hospital	-	-
N° de Consultas em C.S. e Ext. de C.S.	114846	124147

Fonte: INE - Anuários Estatísticos, elaboração GETER - UTAD, 2006 ©

Quadro. 35. Evolução dos elementos e indicadores de saúde no concelho de Marco de Canaveses

Ao nível dos indicadores de saúde, concretamente, o número de médicos por cada 1000 habitantes e o número de farmácias por cada 10.000 habitantes, verifica-se que houve um aumento significativo de médicos por habitante relativamente a 1996, enquanto que o número de farmácias manteve-se praticamente inalterável ao longo da última década, como se pode verificar no quadro anterior. Na realidade, houve um aumento do número de farmácias, que no entanto não se revelou significativo, tendo em conta o aumento populacional.

Um dado bastante positivo ocorre ao nível da evolução da taxa de mortalidade infantil no município, registando uma diminuição acentuada. Assim, em 1996, a Taxa de Mortalidade infantil correspondia a 9,2% e passando para 5,6% em 2003.

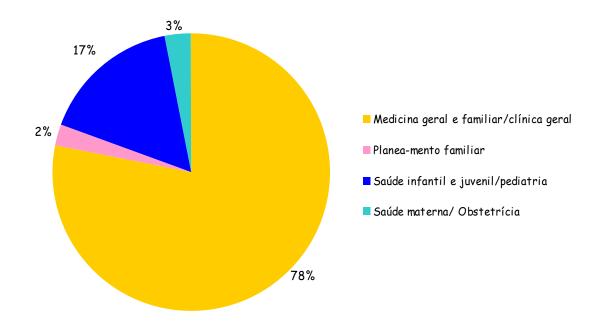
O quadro seguinte reflecte a realidade ao nível das instalações de saúde no concelho de Marco de Canaveses.

				Utentes	/Funcioná	rios			Instalações/Acessibilidade					
Centro de Saúde	Aglomerado	Freguesia	N° de Médicos	Utentes	N° de Enferm eiros	Admini strativ os	Auxilia res de Apoio e Vigilant es	Freguesias servidas	Estado de Conservação	Acesso a Deficient es	Acessos	Ocupaç ão	Pavimento Exterior	Estacionamen to Privado
Extensão de Saúde da Sede	Cidade de Marco de Canaveses	Fornos	Clínica Geral - 9 Saúde Pública - 1 Pediatria -1	20 525	14	10	5	Avessadas, Fornos, Freixo, Manhuncelos, Maureles, Paredes de Viadores, Rio de Galinhas, Rosém, S. Nicolau, Sobretâmega, Tuías, e Vila Boa de Quires	Bom	Tem	Razoáveis, devido à entrada muito apertada no túnel junto ao Restaurant e Plátano e descida íngreme da rua.	Perma nente	Paralelep ípedos	Utentes 10 lugares Funcionário todos
USF Alpendorada	Vila de Alpendora da	Alpendora da e Matos	5	8413	5	4	2	Alpendorada e Matos, Torrão, e Várzea do Douro	Bom	Tem	Bons	Perma nente	Paralelep ípedos	Só para funcionários
Extensão de Saúde da Feira Nova	Lamoso	Ariz	2	8345	3	2	2	Ariz, Favões, Magrelos, S. Lourenço do Douro e Vila Boa do Bispo.	Bom	Tem	Bons	Perma nente	Paralelep ípedos	Funcionários todos Utentes 15
Extensão de Saúde da Livração	Livração	Toutosa	1	4631	2	2	1	Banho e Carvalhosa, Constance, Santo Isidoro e Toutosa	Razoável	Não tem	Bons	Perma nente	Paralelep ípedos	10 lugares para funcionários do Centro de Saúde, do Centro de Dia e para Utentes.

				Utentes	/Funcioná	rios]	Instalações/A	cessibilida	ıde	
Centro de Saúde	Aglomerado	Freguesia	N° de Médicos	Utentes	N° de Enferm eiros	Admini strativ os	Auxilia res de Apoio e Vigilant es	Freguesias servidas	Estado de Conservação	Acesso a Deficient es	Acessos	Ocupaç ão	Pavimento Exterior	Estacionamen to Privado
Extensão de Saúde de Penhalonga	5. Sebastião	Penhalonga	2	5702	2	2	2	Sande, Paços de Gaiolo e Penhalonga	Bom	Tem	Bons	Perma nente	Paralelep ípedos	5 lugares para funcionários
Extensão de Saúde de Soalhães	Eiró	Soalhães	1	3483	1	1	1	Soalhães	Bom	Não tem	Bons	Perma nente	Paralelep ípedos	5 a dividir entre funcionários do Centro de Saúde, da Casa do Povo e Utentes.
Extensão de Saúde de Tabuado	Freita (Tabuado)	Tabuado	0	2443	1	0	1	Folhada, Tabuado e Várzea de Ovelha e Aliviada	Bom	Não tem	Bons	Perma nente	Paralelep ípedos	Não tem
Consultório de Vila Boa de Quires	Quatro Irmãos	Vila Boa de Quires	0	1267	0	0	0	Só atende aqueles que lá estão inscritos		Tem	Bons	Perma nente	Paralelep ípedos	Não tem

Fonte: Centro de Saúde de Marco de Canaveses; Novembro de 2006 - elaboração GETER - UTAD, 2008 © Quadro. 36. Postos de saúde no concelho de Marco de Canaveses

No que diz respeito às consultas efectuadas verifica-se que, na generalidade, estas se caracterizam por serem consultas de medicina geral e familiar/clínica geral (78%), existindo apenas mais três especialidades com consultas efectuadas no centro de saúde de Marco de Canaveses e nas suas extensões: Saúde infantil e juvenil/pediatria (17%), Saúde materna/obstetrícia (3%) e Planeamento familiar (2%).



Fonte: INE - Anuários Estatísticos, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 27. Consultas efectuadas no centro de saúde e extensão por especialidade em 2003

Em termos de análise global da saúde, no município do Marco de Canaveses, pode-se afirmar que o Sistema Nacional de Saúde representa e garante neste momento, a prestação de cuidados de saúde primários na cidade sede de concelho.

As carências que prevalecem ao nível da saúde prendem-se, sobretudo, com questões de qualidade dos serviços prestados nos poucos equipamentos existentes no concelho. Para além das estruturas dependentes do Ministério da Saúde, o concelho é ainda servido pelo Hospital da Santa Casa da Misericórdia, que funciona no sistema privado, não resolvendo os problemas de carência do município. Na ausência de um hospital, no território do Marco de Canaveses, o concelho encontra-se abrangido pela área de influência do Hospital de São Gonçalo, em Amarante.

Todavia, é garantido o funcionamento do atendimento permanente - SAP - durante 24 horas por dia no Hospital do Marco de Canaveses, o qual é de natureza privada.

3.5 A Estrutura Produtiva de Base Territorial

Concelho essencialmente comercial, Marco de Canaveses tem uma estrutura produtiva fortemente marcada pelo peso da construção e do comércio, sectores com uma expressão muito significativa em termos de emprego e de rendimentos. Mesmo assim, ao longo dos últimos anos, assistimos a uma tendência de diversificação desta estrutura, visível no aumento do emprego terciário, quer graças ao aumento dos níveis de actividade e da redução da mão-de-obra agrícola, quer do aumento do peso das actividades de comércio.

Esta evolução não tem sido todavia suficiente para garantir a desejada diversificação da base económica do concelho, já que a capacidade de iniciativa e de empreendimento continua a diminuir e os níveis de desenvolvimento económico registados são relativamente baixos relativamente ao nível regional e nacional.

O tecido empresarial é elevado, constituído por unidades de pequena e média dimensão, o emprego é pouco qualificado, o volume de negócios e a riqueza gerada têm significativa representação no contexto da NUT III.

3.5.1 Indicadores de desenvolvimento económico concelhio: uma evolução regressiva, acentuando o seu atraso relativo

Os vários indicadores disponíveis, e em particular o PIB e o IPCC, revelam que o nível de desenvolvimento económico do concelho é inferior ao da região e do País. Quanto ao primeiro, uma estimativa feita para o ano de 1998, a única disponível a nível concelhio, fixa em 3919,05 € o PIB per capita da população residente de Marco de Canaveses, um valor que representa apenas 53,2% da média nacional, sendo muito inferior à média da Região Norte.

Quanto ao segundo, os dados publicados pelo INE apontam para um valor inferior à média nacional (57,71%) e ainda está longe da média regional (85,6%). Salienta-se o facto, de entre 2000 e 2004, a população do Marco de Canaveses perdeu poder de compra apresentando uma evolução negativa, o que demonstra uma progressiva degradação do nível de desenvolvimento económico do concelho.

Como podemos verificar no quadro seguinte, o IPCC decresceu em termos relativos, entre 2000 e 2004, menos de 1 ponto percentual, enquanto que ao nível da NUT II Norte, o índice homólogo da aumentou cerca de 2,5%.

	2000	2004
Marco de Canaveses	58,18	57,71
NUT II Norte	83,17	85,60

Fonte: INE, elaboração GETER – UTAD, 2008 ©

Quadro. 37. Evolução do IPCC entre 2000 e 2004 (% da média nacional)

3.5.2 O Tecido Empresarial: unidades produtivas de base tradicional e direccionadas ao mercado regional

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, em 31 de Dezembro de 2003, existiam no concelho de Marco de Canaveses 1445 sociedades que empregavam, em 2003, 12831 pessoas e tinham registado, em 2003, um volume de vendas de 612.644 milhares de Euros. O seu peso relativo na NUT III Tâmega é, como se pode verificar no quadro seguinte, elevado, todavia não ultrapassa em nenhum dos casos o limiar dos 11%. Contudo, a dinâmica empresarial concelhia, visível no indicador de criação de empresas (sociedades) para 2003, apresenta-se favorável: no concelho, foram criadas 10,76% das sociedades constituídas, na NUT Tâmega.

De referir que, para além das sociedades, poder-se-á também analisar o número de empresas sedeadas no concelho (que são substancialmente mais de 4.360) mas não existem quaisquer valores referentes, nem quanto ao pessoal ao serviço, nem quanto ao volume de vendas efectuado em empresas, pelo que se utilizam os dados referentes às sociedades.

Indicador	Sociedades existentes (2004)	Pessoal ao serviço (2003)	Volume de vendas 2003	Sociedades constituídas (2003)
Marco de Canaveses	1445	12831	612644	95
NUT Tâmega	13470	122323	5 598 847	883
Marco de Canaveses/ Tâmega				
(%)	10,73	10,49	10,94	10,76

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2003, elaboração GETER - UTAD, 2008 © Quadro. 38. Alguns indicadores do tecido empresarial do concelho

Trata-se, como já se referiu anteriormente, de um tecido empresarial com uma estrutura onde predominam as unidades produtivas ligadas à construção e ao comércio. Com efeito, as empresas destes dois sectores representavam, em 2004, mais de 55% do total de empresas do concelho, tendo as unidades de comércio, com 31,58% do total, uma relevância indiscutível na actividade económica concelhia, embora tenha perdido importância entre 1996 e 2004, tal como se verificou com as empresas relacionadas com a agricultura.

A análise do quadro seguinte permite avaliar a evolução da estrutura empresarial entre 1996 e 2004, sendo de realçar os seguintes aspectos:

- Um forte crescimento (35,07%) do número total de empresas existentes;
- Ligeira diminuição do peso relativo das empresas agrícolas e comerciais, tendo as actividades agrícolas diminuído em 1,6%, e as empresas de comércio diminuído em 3.8%;
- Um ligeiro aumento, em termos relativos, das empresas ligadas à restauração e alojamento (20,37%) e das empresas ligadas à construção (71,04%);

• Um aumento significativo, em termos absolutos e relativos, de outras empresas (30,73%).

	Anos	Empresas	Peso	Evolução
	1996	3228	-	
Total	2002	4360	-	35,07
	1996	157	4,86	
Agricultura	2002	141	3,23	-10,19
	1996	58	1,80	
Indústria	2002	33	0,76	-43,10
	1996	676	20,94	
Construção	2002	1145	26,26	69,38
	1996	1144	35,44	
Comércio	2002	1377	31,58	20,37
	1996	259	8,02	
Rest. / Aloj	2002	443	10,16	71,04
	1996	934	28,93	
Outras	2002	1221	28,00	30,73

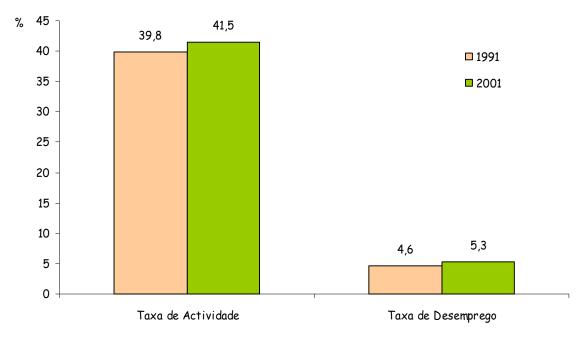
Fonte: Anuários Estatísticos da Região Norte 1996 e 2003, elaboração GETER - UTAD, 2008 © Quadro. 39. Evolução da estrutura empresarial concelhia entre 1996 e 2004

Em conclusão, apesar das alterações sentidas ao longo da última década no tecido empresarial, estas não modificaram as características essenciais no que diz respeito à sua estrutura tradicional, marcada por médias unidades, na sua grande maioria empresas em nome individual, ligadas à construção, e sobretudo ao comércio. A indústria transformadora continua a ter um peso diminuto no concelho e o comércio e construção revelam uma tendência de decréscimo, embora mantenham a liderança no ranking dos ramos com maior número de empresas.

3.5.3 Emprego e mão-de-obra: crescimento e terciarização da população activa

3.5.3.1 Taxas de actividade: ligeiro aumento, com aumento do desemprego

A taxa de actividade de um concelho, expressa a relação entre a população economicamente activa do concelho e a população em idade activa (entre os 15 e os 64 anos) desse mesmo concelho. Entre 1991 e 2001, a evolução deste indicador em Marco de Canaveses foi positiva, passando dos 39,8% registados em 1991, para os cerca de 41,5%, em 2001.

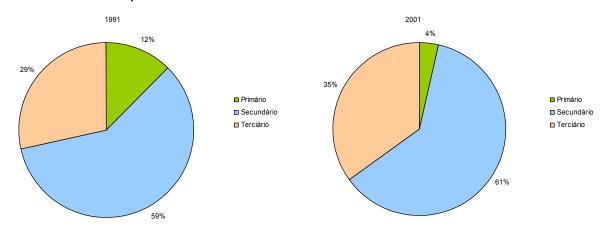


Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 28. Taxas de Actividade e Desemprego no concelho de Marco de Canaveses, em 1991 e 2001

Uma evolução desta natureza indicia a ocorrência de um ciclo macroeconómico favorável, durante a década de 90. Todavia, a taxa de desemprego sofreu um ligeiro aumento originando um decréscimo dos níveis socio-económicos locais.

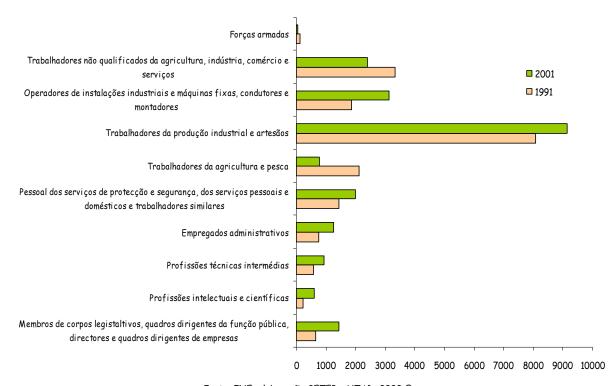
3.5.3.2 A Estrutura: menos agricultores e indústria - crescente terciarização

Apesar da diminuição da taxa de actividade anteriormente referida, a desagregação dessa evolução por sectores de actividade revela situações díspares, resultado de mudanças estruturais sentidas no mercado de trabalho. A primeira relaciona-se com a decrescente importância do sector primário, ao nível da empregabilidade, o que libertou muita mão-de-obra para os restantes sectores.



Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 29. População empregada por sector de actividade (1991 e 2001)

O sector primário sofreu na última década considerada, uma quebra acentuada (de 12% em 1991 passou para 4% em 2001). Esta perda percentual reverteu a favor dos 2 restantes sectores - no secundário (+2%) e sobretudo no terciário (+6%).



Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 30. População empregada por grupo de profissões, em 1991 e 2001

Desagregando a informação, quanto ao número de empregados por grupos de profissões no município de Marco de Canaveses, constatamos claramente a inversão das profissões dominantes; o número de agricultores perdeu drasticamente nesta última década o peso que detinha em anos anteriores, passando de 11,02% em 1991 para 3,62% em 2001, reflexo das mudanças que atingiram o sector e da perda de rentabilidade dos seus produtos.

Tendo aumentado o peso percentual das profissões no sector secundário, o mesmo se verifica relativamente ao sector terciário, que representa cerca de um terço das profissões do concelho.

Apesar da evidente terciarização do emprego no Marco de Canaveses, a qualificação média dos trabalhadores do concelho continua, no entanto, a apresentar valores algo reduzidos (cerca de 11% em 2001 - são trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços), registando, contudo, a par dos trabalhadores agrícolas, comparativamente a 1991, uma diminuição do seu peso nos totais do concelho.

População empregada por grupo de profissões	1991	2001	1991 (%)	2001 (%)	Variação 1991- 2001
Membros de corpos legislativos, quadros dirigentes da função pública, directores e quadros dirigentes de empresas	647	1433	3,38	6,59	3,2
Profissões intelectuais e científicas	234	602	1,22	2,77	1,5
Profissões técnicas intermédias	591	945	3,08	4,35	1,3
Empregados administrativos	752	1255	3,92	5,77	1,8
Pessoal dos serviços de protecção e segurança, dos serviços pessoais e domésticos e trabalhadores similares	1427	1984	7,45	9,13	1,7
Trabalhadores da agricultura e pesca	2111	786	11,02	3,62	-7,4
Trabalhadores da produção industrial e artesãos	8075	9135	42,15	42,02	-0,1
Operadores de instalações industriais e máquinas fixas, condutores e montadores	1876	3138	9,79	14,43	4,6
Trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços	3328	2401	17,37	11,04	-6,3
Forças armadas	119	60	0,62	0,28	-0,3

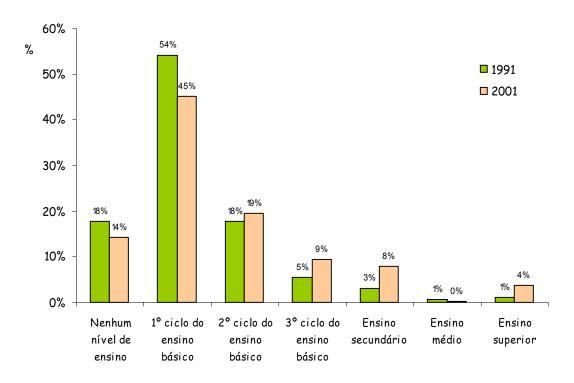
Fonte: INE. elaboração GETER - UTAD. 2008 ©

Quadro. 40. População empregada por grupo de profissões, em 1991 e 2001

3.5.3.3 Níveis de instrução: índices de analfabetismo elevados

O concelho de Marco de Canaveses apresenta uma estrutura de emprego relativamente débil, baseada em mão-de-obra com baixo nível de habilitações e pouco qualificada. A importância dos indivíduos sem qualquer nível de ensino no concelho, regista uma ligeira diminuição entre 1991 e 2001 (os 18% de 1991 diminuíram para cerca de 14% em 2001) continuando elevada comparativamente aos valores da região. Esta diminuição da importância da população sem nenhum nível de instrução deve-se por um lado ao aumento da população das camadas jovens, que possui melhores níveis de instrução, às politicas governamentais de incentivo ao prosseguimento/renovação dos estudos e à escolaridade obrigatória. Em termos absolutos, verificou-se uma diminuição da população que não saber ler nem escrever.

Outro problema que afecta a Região Norte, e em particular o concelho de Marco de Canaveses, respeita à incapacidade do sistema escolar em reter os jovens até ao final do programa de estudos obrigatório. Esta situação tem levado a uma certa estigmatização do concelho em relação ao tema do abandono prematuro do sistema escolar, muito devido à falta de motivação provocada pelo meio (onde se incluem o sistema escolar, a família, redor social percepcionado pelos jovens), pelas baixas condições socio-económicas, mas sobretudo, devido à desvalorização da educação e da qualificação profissional quer pelas famílias, quer pelas empresas. Os jovens vêm-se assim lançados ao mercado de trabalho sem qualquer tipo de qualificação profissional ou qualquer tipo de instrução que facilite a sua transição para a vida activa.



Fonte: INE, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 31. População residente por nível de instrução, em 1991 e 2001

Analisando o gráfico anterior relativo ao nível de escolarização da população residente em Marco de Canaveses e a sua evolução entre 1991 e 2001, é possível apercebermo-nos dessa problemática. A população sem qualquer grau de ensino representa ainda em 2001 uma elevada fatia dos residentes (cerca de 14% da população total) e, em conjunto com os residentes que detêm apenas o 1º ciclo temos um total de cerca de 60% da população residente.

Contudo, é de realçar o facto do nível do ensino secundário ter aumentado a sua importância no concelho, registando um aumento significativo do número de alunos, situação relacionada com a terciarização do emprego e que poderá indiciar uma inversão, ainda que lenta, das tendências futuras dos níveis de escolarização do município. Por outro lado, verifica-se um aumento da importância da população com ensino superior, verificando-se uma maior oferta de empregos qualificados no concelho, mas estando este aumento relacionado, também, com o sector terciário.

Em conclusão, o concelho de Marco de Canaveses contem uma estrutura activa composta na sua maioria por uma população com baixos níveis de habilitações e com níveis de qualificação profissional muito limitados e inferiores às necessidades económicas, originando um fraco dinamismo empresarial e empreendedor no concelho.

3.5.4 Principais Sectores de Actividade

3.5.4.1 Sector Agrícola

Segundo dados do RGA, o sector agrícola abrangia em 1999 cerca de 4% da população activa do concelho. A população agrícola total correspondia a 5.691 indivíduos, sendo 79% desse total, mão-de-obra familiar.

A mão-de-obra não familiar representa uma fatia pouco expressiva no contexto produtivo do concelho, muito embora estejam registados 141 empresários e 27 sociedades agrícolas.

		Mão-de-obra permanente										
	Familiar					Não Familiar						
NUTS	н	W	Com 55 ou mais anos		Eq. a Tempo Inteiro	н	M	Com 55 ou mais anos		Eq. a Tempo Inteiro	Eq. a Tempo Inteiro	
			Н	M				Н	W			
Marco de Canaveses	2 690	2 581	1 000	948	2 901	208	213	89	32	276	240	
Tâmega	32 458	31 488	11 745	11 608	32 054	1 979	1 163	665	194	2 175	2 626	

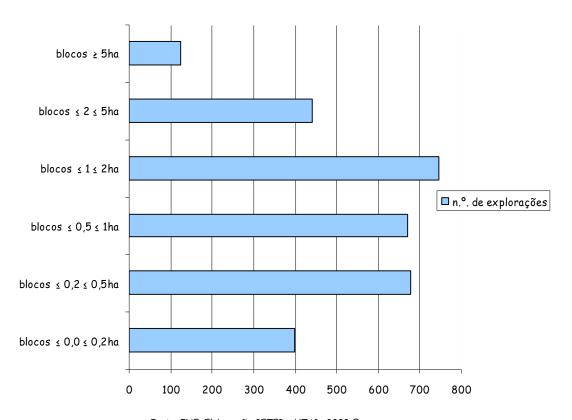
Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2000, elaboração GETER - UTAD, 2008 © Quadro. 41. Mão-de-obra agrícola no concelho de Marco de Canaveses

Trata-se, porém, de uma população com um baixo nível de escolaridade e de formação na actividade que desempenham. Com efeito, dos 1.746 produtores singulares registados, cerca de 60% tem mais de 55 anos (1056 indivíduos), 21,7% não tem qualquer grau de instrução. Estes aspectos reflectem-se, a jusante, no baixo grau de dependência dos agricultores relativamente à actividade e aos rendimentos agrícolas, traduzidos na importância que os fenómenos da pluriactividade e do plurirendimento têm no concelho: 91% dos produtores singulares trabalham menos de 50% nas suas explorações e 75% têm uma actividade principal remunerada fora do sector agrícola.

Em termos da evolução ocorrida entre o período dos censos, importa realçar a lenta mas progressiva diminuição, em termos absolutos e relativos, da população agrícola, que representava em 1999, 4% do total da população activa, sobre 12% em 1989. Esta diminuição, que prosseguirá a um ritmo porventura mais acelerado nos próximos anos, é consequência directa quer do significativo envelhecimento da população agrícola, quer das dificuldades de instalação e integração dos jovens no sector, resultantes da fraca dimensão económica das explorações e dos estrangulamentos de natureza social à sucessão familiar. Mesmo assim, é de realçar uma certa tendência de renovação geracional, visível na lenta mas indiscutível melhoria de alguns indicadores como o nível de instrução e de formação profissional ou ainda dos meios de produção.

O concelho de Marco de Canaveses tem uma área equivalente a 20.189 ha. A Superfície Agrícola Útil (SAU), com cerca de 4.169 ha, correspondia a 20% da área total do concelho, equivalente a um total de 1.640 explorações.

A área média das explorações é relativamente baixa, quer em termos de SAU (2,3 ha em média por exploração), quer em termos de fragmentação (equivalente a 6 blocos de SAU/ exploração).



Fonte: INE. Elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Gráfico 32. Nº de Explorações divididas por classes de blocos com SAU

Cerca de 24% das explorações pertencem à classe de blocos de SAU variável entre os 1 e os 2 hectares de área, sendo que apenas 4% das explorações estão incluídas na classe de blocos igual ou superior a 5ha.

		Formo	a de Explo	oração da s							
	Conta Própria Arrendamento Outras formas						Produtor	Singular	Sociedade		
NUT	N.°	ha	N.°	N.º ha N.º ha				ha	N.°	ha	
Marco de											
Canaveses	1 783	4 170	1 252	2 619	679	1 250	1746	6821	34	442	
Tâmega	20 483	56 562	15 818	39 686	6 669	14 459	20273	82045	200	3477	

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2000, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©

Quadro. 42. Formas de Exploração e Tipos de Produtores

A conta própria é a forma de exploração predominante, representando 48% das explorações e 51,8% da SAU, enquanto o arrendamento representa 33% do número total de explorações e 32% da área. Assim, em termos de exploração, é o produtor singular autónomo que está presente em maior número, em 97% das explorações. Segundo dados do Recenseamento Geral da Agricultura (RGA), em 1999, estavam registadas 34 sociedades, que correspondiam a 442 ha de exploração.

Estes números traduzem, de igual modo, a relativa inércia de mudança no sector. A posse da terra continua a limitar a expansão da área das explorações. A aquisição de terra continua a ser inacessível para a maioria dos agricultores, não permitindo a expansão das suas explorações. De realçar ainda os baixos níveis de mecanização das explorações, o reduzido peso das explorações com contabilidade organizada. Verifica-se também que uma parte significativa das explorações agrícolas tem acesso aos subsídios públicos, nacionais e comunitários.

A análise comparada dos Recenseamentos Agrícolas de 1989 e 1999 revela algumas alterações ao nível das estruturas agrárias e das formas de exploração, não conformando todavia a estas uma mudança profunda da situação da agricultura do concelho.

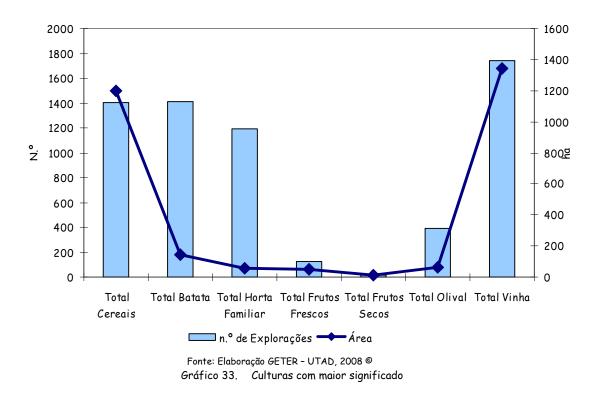
A diminuição, ainda que ligeira da SAU, que passou de 5.404 ha para 4.169 ha, e a redução do número de explorações agrícolas (de 2.775 para 1.783), não vieram, no entanto, alterar a SAU média por exploração, que regista 2,3ha/exploração, e do número médio de blocos por exploração que diminuiu ligeiramente.

		idade de		Explorações								
	Utilização da SAU				0	otadas con	Equipadas com:			_	bra rícola	
				BI./Exp.	Subsídios				Trac	ctor		
NUTS	Cult. Temp.	Prados, For. Past.	SAU/Exp.		Total	Exc./Gas	Cont. Org.	Sist. rega	Total	55 ou mais CV	Por 100 hab Idade Média	
		%	ha	N.°			%				%	Anos
Marco de Canaveses	135.7	258.5	2.3	1.7	48.9	45.2	4.8	99.1	18.5	3.5	11.1	44.2
Tâmega	128.3	200.3	2.8	3.0	60.4	57.6	4.1	98.0	21.1	4.9	12.6	44.2

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2000, elaboração GETER - UTAD, 2008 © Quadro. 43. Explorações Agrícolas

A análise da distribuição da SAU permite avaliar, de certa forma, a importância das diferentes produções agrícola regionais. Verifica-se para 1999, a significativa presença dos cereais, batata e da vinha. Os cereais estão representados em 22,3% da SAU (1.201 ha), sendo essa área equivalente a 42% das explorações totais, a vinha com 1.344 ha (27,7% da SAU) representa cerca de 46,9% das explorações, e a batata também presente em 5% das explorações está representada em 22.5% da SAU (142 ha). A horta familiar em grande número de explorações é pouco significativa relativamente à área que

ocupa. No gráfico seguinte é possível analisar as principais culturas do concelho, tanto em área como em número de explorações.



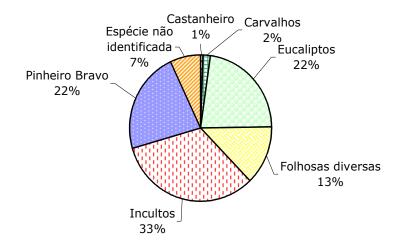
Assim, as culturas de destaque no concelho são os cereais, a batata e a vinha representando conjuntamente mais de 90% da SAU do município.

3.5.4.2 Sector Florestal

A análise do sector florestal tem como ponto de partida os dados disponíveis à escala municipal, de dois diferentes períodos:

- 1995, cujos resultados derivam dos trabalhos de fotointerpretação de parcelas, no âmbito do Inventário Florestal Nacional (IFN) de 1995;
- 2003, partindo da actualização da ocupação actual do solo, por meio de reconhecimento e identificação de classes de uso do solo, a partir de fotografia aérea.

A área florestada do concelho de Marco de Canaveses correspondia em 1995, segundo a ex-DGRF, a 202 ha, ou seja, a 8,5% da área total do concelho.



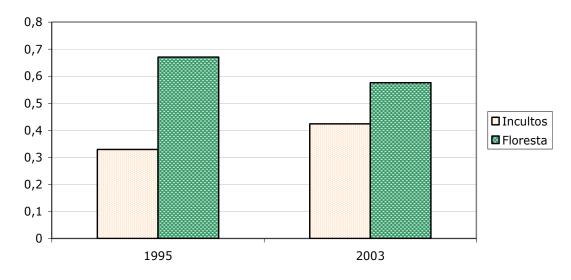
Fonte: IFN 1995, Ex-DGRF Gráfico 34. Ocupação florestal no concelho de Marco de Canaveses, em 1995

A repartição da ocupação florestal por espécies revela uma clara dominância de espécies com alta rentabilidade produtiva e, por consequência, a quase inexistência de floresta primitiva, no concelho.

Efectivamente, as espécies dominantes em 1995 eram o pinheiro-bravo e o eucalipto, as quais contabilizam cerca de metade da superfície florestal do concelho. As restantes parcelas eram ocupadas por folhosas diversas (cerca de 13% da superfície florestal) e por outras espécies não identificadas ou com presença muito reduzida, casos dos carvalhos e do castanheiro. Estas duas espécies, embora se adaptam bem ao clima húmido e frio das áreas de montanha do concelho foram, no último século, preteridas em favor de espécies com crescimento mais rápido (pinheiro-bravo e eucalipto).

A dominância do pinheiro-bravo e do eucalipto no concelho acentua a tese de uma plantação florestal com base em critérios essencialmente económicos, permitindo aos produtores florestais tirar proveito de produtos como a madeira e a resina, e obter assim um retorno financeiro em poucos anos de investimento.

A relação entre superfície plantada (floresta) e a superfície de incultos (onde se incluem os matos e pastagens) era então francamente favorável para a floresta, na ordem de 2 ha de floresta para cada hectare de incultos. Comparando a situação verificada em 1995 com a recente ocupação do solo (2003), verifica-se que a floresta continua a predominar sobre os incultos, embora o rácio floresta/incultos seja consideravelmente mais reduzido, na ordem de 1,5 ha de floresta sobre cada hectare de incultos.



Fonte: Elaboração própria Gráfico 35. Evolução da relação entre inculto/floresta, entre 1995 e 2003

O mapa dá-nos uma perspectiva actual da área de floresta e de incultos.

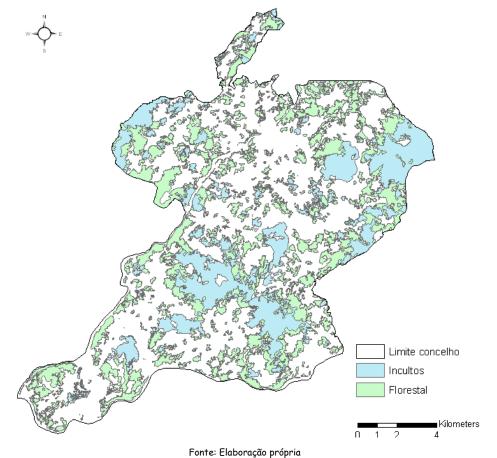


Figura 10. Distribuição actual da floresta e dos incultos (2003)

3.5.4.3 Indústria, Comércio e Serviços

A economia do concelho do Marco de Canaveses evidencia uma forte tradição local, enraizada na transformação das matérias-primas locais e no acabamento dos produtos finais. O escoamento destes produtos concerne não só ao mercado local, quando tem em vista a satisfação de algumas das necessidades do mercado (casos da construção civil, das oficinas de reparação e das pequenas indústrias de produtos agro-alimentares), ou à venda nos grandes mercados nacionais e internacionais (casos dos trabalhos ornamentais em granito ou brita, extraídos das pedreiras).

Em termos de empresas e de emprego, importa realçar o peso que as unidades ligadas à construção detêm no município, sendo este o subsector, em conjunto com comércio, o predominante no concelho. Em contrapartida, as actividades agrícolas e as actividades ligadas aos serviços de apoio a empresas têm uma expressão diminuta na estrutura económica concelhia, no que se refere às sociedades existentes, facto que deriva das actividades agrícolas não se recorrerem à constituição de sociedades, e muitas vezes nem de empresas.

O concelho detém cerca de 9,39% das sociedades com sede no Tâmega, traduzindo numa contribuição de 7,69% para o emprego e 11,59% para o volume de vendas da NUT Tâmega.

O perfil produtivo do concelho é marcado pelas actividades ligadas quer ao comércio por grosso e a retalho, quer à construção, salientando-se contudo a importância deste, como sendo uma das principais actividades do concelho, representando 57% das sociedades do concelho, apresenta um peso percentual significativo em termos de pessoal ao serviço (73,4%) e no volume de vendas das sociedades do concelho (85,2%).

Sociedades	Região	Norte	Tân	nega	Marco de Canaveses	
	1997	2002	1997	2004	1997	2004
Agricultura	1120	1277	137	91	16	20
Indústria Transformadora	17496	20836	2290	19	152	1
Construção	6373	12718	717	3282	115	286
Comércio por Grosso e a Retalho	24690	29701	1933	591	167	64
Alojamento e Restauração	5673	6940	317	711	44	74
Transportes Armaz. e Comunicações	2713	4816	286	47	21	6
Actividades Imob. e serviços às Empresas	7788	12723	425	539	35	45
TOTAL	70601	95885	6105	5280	550	496

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 1997/2003, elaboração GETER – UTAD, 2008 © Quadro. 44. Sociedades com sede na Região, segundo a CAE

Pessoal ao Serviço	Região	Norte	Tân	nega	Marco de Canaveses	
•	1996	2001	1996	2004	1996	2004
Agricultura	6889	6469	2273	2010	1 216	20
Indústria Transformadora	451707	432772	40	86	0	0
Construção	79884	110713	9998	15733	912	1554
Comércio por Grosso e a Retalho	143545	176441	1123	1846	110	162
Alojamento e Restauração	25305	34427	1610	2366	161	216
Transportes Armaz. e Comunicações	24661	31371	101	224	0	0
Actividades Imob. e serviços às Empresas	33433	59099	1201	3227	70	163
TOTAL	812452	908878	16346	27496	2 469	2115

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 1997/2003, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©
Quadro, 45. Pessoal ao serviço nas Sociedades com sede na Região, segundo a CAE

As empresas do sector secundário correspondem a cerca de 61% do total de sociedades resultado da forte concentração nas actividades de construção.

Volume de Vendas	Regii	ão Norte	0	ouro	Marco de Canaveses		
	1996	2001	1996	2001	1996	2001	
Agricultura		294921		91385		26174	
Indústria Transformadora		22996217		19735		0	
Construção		6183932		1976802		236142	
Comércio por Grosso e a Retalho		28392355		50749		4592	
Alojamento e Restauração		887251		109744		4592	
Transportes Armaz. e Comunicações		2891911		4348		0	
Actividades Imob. e serviços às Empresas		3919357		134501		5526	
TOTAL		72726159		2389265		277026	

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 1997/2003, elaboração GETER - UTAD, 2008 © Quadro. 46. Volume de vendas nas Empresas com sede na Região, segundo a CAE

Não existem grandes superfícies comerciais no concelho, uma vez que o mercado de consumo não o justifica, mas é possível encontrar espalhados pelo concelho (com óbvia concentração na sua sede) uma série de estabelecimentos comerciais, em particular pequenos estabelecimentos de comércio a retalho.

3.5.4.4 Turismo

O turismo é um dos sectores da região do Tâmega, que tem apresentado alguma dinâmica de crescimento nas últimas décadas, sendo inequivocamente apontado como um dos sectores mais promissores na promoção do desenvolvimento económico. Para além disso, e fruto de novas tendências de diversificação da procura turística, este sector pode

assumir-se como um excelente motor para o desenvolvimento de outras actividades, como é o caso da vitivinicultura, associado à Rota dos Vinhos do Marco.

Marco de Canaveses, que se encontra integrado na Região de Turismo da Serra do Marão pertence, em termos de áreas promocionais turísticas, ao destino Porto - Norte de Portugal, sub-área Tâmega. Desde logo, a sua inserção geográfica na região do Tâmega, que nos últimos anos tem sido alvo de um crescente interesse turístico, consubstanciado num conjunto de iniciativas de forte projecção - caso da Rota do Vinho do Marco, que se afirma como uma das suas maiores potencialidade para o seu desenvolvimento. Trata-se de uma região com moderada aptidão agrícola e silvícola. Talvez por isso, manifesta um considerável desenvolvimento industrial, baseado na transformação da madeira, mas também em alguma indústria extractiva e têxtil. A cidade não é povoação muito antiga. Mas perto fica o assento da antiquíssima Canaveses, a que ainda se chama por vezes a "vila velha". O nome Canaveses evoca a cultura do cânhamo (cannabis), para produção de uma fibra têxtil.

Existem vários dólmenes na área da Serra da Aboboreira que entra pelo concelho, que podem ter até 3 ou 4 mil anos. A cultura castreja, mais recente, está também documentada. Mas o mais relevante é a ocupação romana. A estação arqueológica do Freixo, a sul de Marco de Canaveses, é uma das mais importantes do país. As escavações levadas a efeito têm revelado a existência de estruturas arquitectónicas e urbanísticas (termas, fórum...) que sugerem a pré-existência de uma cidade de apreciável dimensão e importância. De tempos medievais, é de notar a apreciável coerência do românico. As igrejas de Tabuado e Soalhães são bons exemplos destas edificações robustas e agarradas à terra, que tanto eram templos como num aperto serviam de fortalezas. O bom granito que se explora na região foi certamente factor de relevo na sua proliferação. Pelo seu imprevisto e pelo seu excesso barroco, não podemos deixar de mencionar um solar inacabado em Vila Boa de Quires, do séc. XVIII, a que o povo dá o nome de Obras do Fidalgo. Mas uma das jóias arquitectónicas de Marco de Canaveses é já - inesperadamente - do séc. XX: a Igreja de Santa Maria, com desenho de Siza Vieira. No concelho existem as Caldas de Canaveses, com certo poder de atracção pelas suas virtudes medicinais e pelo ambiente de sossego que proporcionam. A gastronomia local é mais um dos atractivos turísticos da região.

De forma genérica, pode-se afirmar que o concelho de Marco de Canaveses, em relação ao que acontece nos outros concelhos da NUTIII Tâmega, possui uma expressão relativamente reduzida em termos de oferta de alojamento ao nível da hotelaria clássica (hotéis, pousadas e pensões/residenciais), contando com cinco casas de turismo rural, duas casas de campo e o ponto de agroturismo, o que prefaz uma capacidade hoteleira de 54 camas afectas ao turismo rural, 6 relativas às casas de campo e 8 camas reservadas ao agroturismo. As unidades existentes têm dimensões distintas, variando entre as de pequena dimensão, de natureza familiar, até às de média dimensão, com uma gestão mais empresarial.

No que respeita ao alojamento classificado como tradicional ou clássico (hotéis, pousadas e pensões/residenciais), a actual oferta de alojamento em Marco de Canaveses pode ser considerada mediana.

Nome	Morada	Código Postal	Freguesia	Modalidade	Camas
Casa da Quintã	Lugar da Quintã	4635-227	Folhada	Turismo Rural	5
Quinta de S. Romão do Passal	Lugar do Passal	4630-563	Paredes de Viadores	Casa de Campo	2
Casa das Vendas	Lugar das Vendas	4635-498	Tabuado	Turismo Rural	3
Quinta do Mosteirô	Mosteiró	4625-510	Sande	Turismo Rural	8
Casa de Gondomil	Lugar de Vila Cete	4575-058	Alpendorada e Matos	Casa de Campo	3
Quinta da Várzea de Cima	Travessa Várzea de Cima	4635-497	Tabuado	Turismo Rural	6
Quinta do <i>C</i> ão	Lugar do Cão	4625-000	São Lourenço do Douro	Turismo Rural	10
Residencial Nantilde	R. Manuel Pereira Soares, 267	4630-296	Fornos	Residencial 1ª Categoria	45
Residencial do Marco	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 236	4630-285	Tuías	Pensão 2ª Categoria	35
Casa do Impossível	Lugar da Granja	4625-333	Penhalonga	Casa de Repouso	5
Quinta dos Agros	Quinta dos Agros	4625-486	Sande	Pensão 3ª Categoria	10
Torre de Nevões	Nevões	4635-456	Tabuado	Castelo	100
Convento da Alpendorada	Lugar do Mosteiro	4575-059	Alpendorada e Matos	Mosteiro	39
Solar de Carvalhosa	Lugar do Fundo da Vila	4635-028	Banho e Carvalhosa	Solar	19
Casa do Serdeiredo	Piares	4625-356	Penhalonga	Turismo Rural	16
Casa de Vila Nova	Vila Nova	4460-319	Sande	Casa de Repouso	*
Quinta do Castro	Travessa Pedra da Linhaça	4630-172	Manhuncelos	Turismo de Natureza	4

A confirmar

Fonte: CM de Marco de Canaveses, 2006, elaboração GETER - UTAD, 2008 ©

Quadro. 47. Empreendimentos turísticos no concelho de Marco de Canaveses, em 2006

Como é usual nesta tipologia de alojamento, o número de camas e quartos por unidade é reduzido, adequando-se a um determinado tipo de segmento de mercado, perfeitamente estabelecido. A Casa do Gondomil implantada a meia encosta na margem direita do rio Douro, data da década de 40, constituída por dois quartos, cozinha e vista sobre o Douro. A Quinta do Cão insere-se no concelho de Marco de Canaveses, encontra-se sobranceira ao rio, estando apetrechada com vários equipamentos de lazer que permitem

jogar ténis de mesa, matraquilhos entre outros. As origens da Quinta do Mosteirô, perdem-se nas memórias do tempo. O edifício primitivo foi sucedido por um outro, datado do séc. XVIII, mandado construir pelo Mosteiro de Alpendorada, para que os frades pudessem usufruir da Quinta como local de descanso e de repouso. Este facto, por si só, diz bem do ambiente calmo e relaxante que pode ali ser encontrado. Os predicados do sossego e da pacatez, aliados às deslumbrantes paisagens do Douro e dos seus imensos vales, permaneceram intocáveis até aos nossos dias. Hoje, a Quinta do Mosteirô é um recanto de excepcional beleza, localizada na margem direita do Rio Douro, onde foram criadas todas as condições para que os hóspedes possam desfrutar de uma estrutura turística de grande conforto e qualidade, conjugada com a preocupação de preservar o carácter e o ambiente arquitectónico da própria Quinta. A Casa da Quintã, cuja construção inicial remonta aos finais do séc. XVIII, encontra-se situada numa quinta na encosta poente da Serra da Aboboreira, oferecendo um ambiente único de calma e bem estar, rodeados de uma paisagem campestre; perfeito para quem se quer afastar do ritmo movimentado das cidades.

Contudo, e na ausência de elementos estatísticos, importa sobretudo referir os aspectos de natureza que caracterizam estas unidades. Assim, é certo que a sazonalidade da ocupação é mais acentuada, existindo uma maior taxa de ocupação durante os fins-desemana dos meses de Primavera e Verão, inferindo-se daí taxas de ocupação anuais relativamente baixas. Quanto à procura, e no que concerne ao número de dormidas e hóspedes, pode-se afirmar que o concelho é um destino com alguma procura pelos turistas, tanto nacionais como estrangeiros, no entanto ainda longe do aproveitamento de todas as potencialidades turísticas do concelho.

Para além dos pontos de interesse, referidos anteriormente, existem ainda diversos elementos de interesse Patrimonial e quintas dedicadas à produção vitivinícola, que poderiam ser aproveitados para gerar novas dinâmicas de atracção turística.

4 A QUALIDADE AMBIENTAL DO CONCELHO

4.1 A utilização de Indicadores Ambientais

A Lei de Bases do Ordenamento do Território e o Decreto Regulamentar 380/99, bem como a Portaria 290/2003, determinam que os instrumentos de planeamento territorial sejam acompanhados de uma avaliação da qualidade ambiental do concelho, "devendo ser objecto de caracterização sumária, entre outros aspectos, a eficácia dos sistemas de abastecimento de água, de saneamento básico e de recolha e tratamento de resíduos, bem como outros dados existentes relativos a outros indicadores ambientais" (alínea "d" do artigo 9º da referida Portaria).

A avaliação da qualidade ambiental do concelho deve ser baseada em instrumentos de aferição, nomeadamente através de indicadores ambientais. Os indicadores ambientais consistem num conjunto de formulações analíticas que facilitam a compreensão do estado do ambiente, comparando com situações desejáveis ou termos de referência (Inhaber, 1976).

A utilização dos indicadores ambientais não se destina à formulação de propostas concretas de intervenção no território, mas à identificação de tendências e das áreas mais problemáticas no domínio ambiental. Nesse sentido, seleccionaram-se os indicadores ambientais que permitirão fundamentar e monitorizar as tomadas de decisão a nível local, tendo em vista o desenvolvimento sustentável da região, devendo estes ser úteis e eficazes, ou seja isto é, devem ser mensuráveis, comparáveis ao longo do tempo e disponíveis.

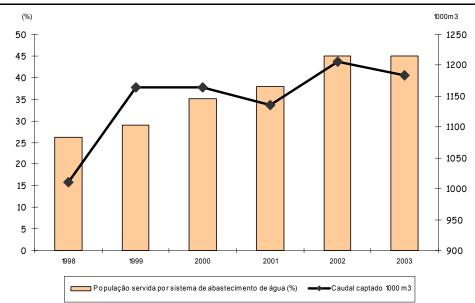
Apesar da existência de um grande número de indicadores existentes, na "Proposta Para Um Conjunto de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS)" ou definidos ao nível da União Europeia, seleccionaram-se apenas os que se consideram fundamentais e acima de tudo os que se ajustam às características de um concelho de Marco de Canaveses, após uma análise da disponibilidade de dados. Os indicadores encontram-se organizados por áreas temáticas, possuindo uma ficha de caracterização associada. Embora outros dados pudessem ser utilizados, estes foram preteridos por razões ligadas à sua inexistência ou à limitação temporal dos mesmos.

Tema: SANEAMENTO BÁSICO

Indicador: População servida por sistemas de abastecimento de água.

Objectivo: Avaliação do acesso da população a água em condições adequadas para a saúde humana, de modo a satisfazer as suas necessidades.

Definição/Dados Percentagem de população abrangida por sistemas de abastecimento de água (Fonte: INE).



Observações/Comentários:

Refere-se à água que circula na rede de abastecimento sofrendo, à partida, tratamento. Avalia a capacidade de resposta à distribuição da população e suas necessidades. A população servida por redes de abastecimento, registou um aumento gradual, mantendo nos últimos dois anos em análise o mesmo nível de população servida.

Tendência desejada/Metas:

Aumentar, de modo a disponibilizar água de boa qualidade para consumo a toda a população, regularmente monitorizada; adoptando abordagens integradas de gestão e utilização dos recursos hídricos.

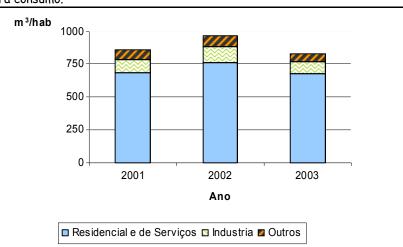
Tema: SANEAMENTO BÁSICO

Indicador: Consumo de água (abastecida pela rede pública).

Objectivo: Avaliação das necessidades da população em abastecimento e da pressão existente sobre os recursos hídricos disponíveis para consumo.

Definição/Dados

Quantidade de água consumida por habitante (caudal consumido sobre a população total em m³/hab/ano. Fonte: INE).



Observações/Comentários:

Os valores de consumo de água seguem o aumento da população de áreas urbanas, podendo actuar

indirectamente como indicador do nível de desenvolvimento. Podem expressar a necessidade de uma gestão racional das disponibilidades hídricas. Depois de um aumento do consumo de água por habitante em 2002, verifica-se por uma diminuição em 2003.

Tendência desejada/Metas:

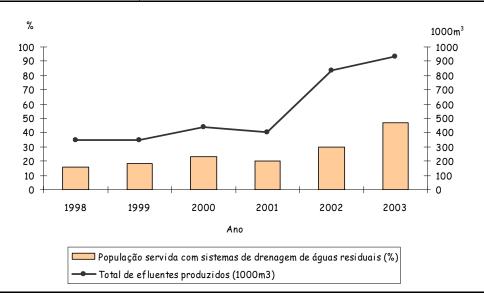
Estabilização; promoção de uma exploração sustentada dos recursos hídricos e adopção de abordagens integradas para a gestão das disponibilidades hídricas.

Tema: SANEAMENTO BÁSICO

Indicador: População servida por sistemas de drenagem de águas residuais.

Objectivo: Quantificar a população abrangida por sistemas de drenagem de águas residuais, avaliando a capacidade de resposta ao total de efluentes produzidos.

Definição/Dados Percentagem da população total abrangida por sistemas de drenagem de águas residuais (Fonte: INE).



Observações/Comentários:

O modo como são drenadas e encaminhadas as águas residuais tem repercussões enormes na saúde pública e na possível contaminação dos ecossistemas. Tem sido efectuado esforços por parte do município para melhorar o nível de atendimento da população, existindo um peso cada vez maior da população servida.

Tendência desejada/Metas:

Aumento; adopção de soluções apropriadas para casos pontuais nomeadamente na drenagem e tratamento de águas residuais de pequenos lugares.

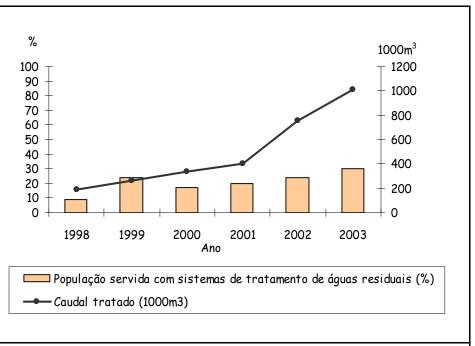
Tema: SANEAMENTO BÁSICO

Indicador: População servida por sistemas de tratamento de águas residuais.

Objectivo: Quantificar a população abrangida por sistemas de tratamento de águas residuais, avaliando indirectamente a carga contaminante que os meios receptores sofrem.

Definição/Dados

Percentagem da população total abrangida por sistemas de tratamento de águas residuais (Fonte: INE).



Observações/Comentários:

A manutenção das ETAR's constitui um processo oneroso que origina deficiências no tratamento, contudo o volume de águas residuais tratadas corresponde actualmente a uma percentagem significativa dos efluentes produzidos.

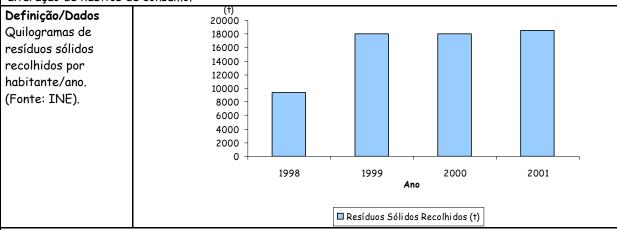
Tendência desejada/Metas:

Aumentar; na impossibilidade da ligação de toda a rede de drenagem, necessita-se de soluções apropriadas para casos pontuais nomeadamente na drenagem e tratamento de águas residuais de pequenos lugares.

Tema: SANEAMENTO BÁSICO

Indicador: Resíduos sólidos recolhidos.

Objectivo: Depreender acerca da quantidade de resíduos produzidos por habitante, relacionada com a alteração de hábitos de consumo.



Observações/Comentários:

Geralmente a produção de resíduos sólidos também se encontra associada ao desenvolvimento económico e à alteração de modos de vida, havendo, portanto, a tendência de esta sofrer um acréscimo gradual. Verificase uma grande quantidade de resíduos produzidos por habitante, tendo sido registados consecutivos aumentos.

Tendência desejada/Metas:

Estabilização; fomentando a da recolha selectiva e a reciclagem, diminuindo o volume de resíduos a depositar em aterro.

TEMA: SANEAMENTO BÁSICO

Indicador: População servida por sistemas de recolha de resíduos sólidos urbanos.

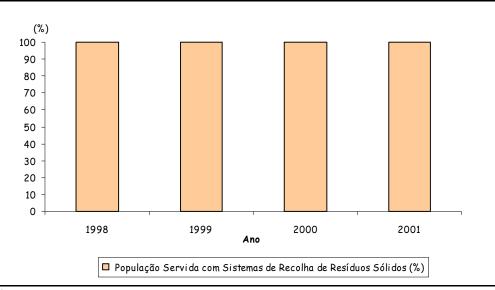
Objectivo: Avaliar a capacidade de resposta aos resíduos produzidos.

Definição/Dados Percentagem de população abrangida por sistemas de

resíduos (Fonte:

recolha de

INE).



Observações/Comentários:

A taxa de atendimento é igual 100%, mantendo-se ao mesmo nível, desde 1998.

Tendência desejada/Metas:

Manutenção; melhorar os sistemas de recolha incidindo também sobre outros tipos de resíduos menos comuns (electrodomésticos, entulhos...) evitando a proliferação de lixeiras clandestinas; alargamento da recolha selectiva e fomento da reciclagem.

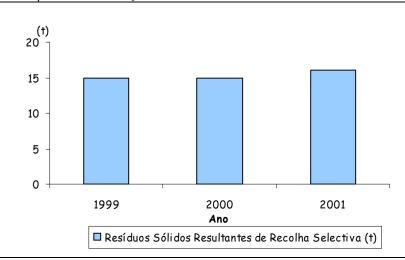
Tema: SANEAMENTO BÁSICO

Indicador: População abrangida por recolha selectiva de resíduos sólidos.

Objectivo: Avaliação da adesão às políticas de redução de resíduos.

Definição/Dados

Percentagem de população abrangida por recolha selectiva



Observações/Comentários:

A recolha selectiva, é uma necessidade, devido à quantidade dos resíduos sólidos recolhidos, e da capitação de existente por habitante, aumentando ligeiramente em 2001..

Tendência desejada/Metas:

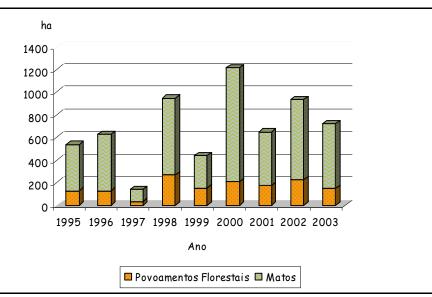
Melhoramento e manutenção dos mecanismos de recolha selectiva; redução da quantidade de resíduos depositados nos aterros sanitários e sensibilização da população para este sector.



Indicador: Área ardida.

Objectivo: Avaliação da pressão sobre o meio florestal e indirectamente do grau de degradação dos ecossistemas.

Definição/Dados Área ardida em hectares, segundo o tipo de área ardida (Fonte: INE).



Observações/Comentários:

Os incêndios florestais originam, além de prejuízos económicos, uma série de problemas ambientais que passam pela emissão de CO2 para a atmosfera, pela diminuição de biodiversidade e erosão do solo. A área ardida tem apresentado uma grande variação que não se pode analisar separadamente das condições climáticas. Em anos mais húmidos o número de incêndios florestais e de área ardida é significativamente menor (1997, 1999 e 2001), sendo em 1998 a área ardida superior a 800 ha, e em 2000 superior a 1100 ha.

Tendência desejada/Metas:

Redução; protecção das áreas florestais pela sua gestão correcta e valorização.

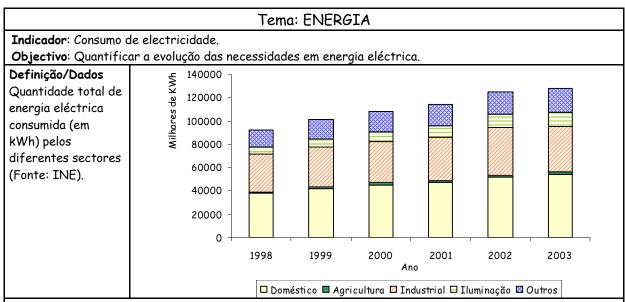
	Tema: FLORESTA		
Indicador: Área reflorest	ada.		
Objectivo: Inferir acerca dos esforços para recuperação e valorização da Floresta.			
Definição/Dados			
Número de projectos	Direcção Geral da Florestas		
aprovados			

Observações/Comentários:

Geralmente verificam-se projectos isolados de reflorestação, apesar da existência de apoios nesse sentido. São necessários apoios técnicos e coordenação de actuações.

Tendência desejada/Metas:

Aumento; ligação com associações de proprietários para a coordenação de projectos e manutenção dos espaços florestais.

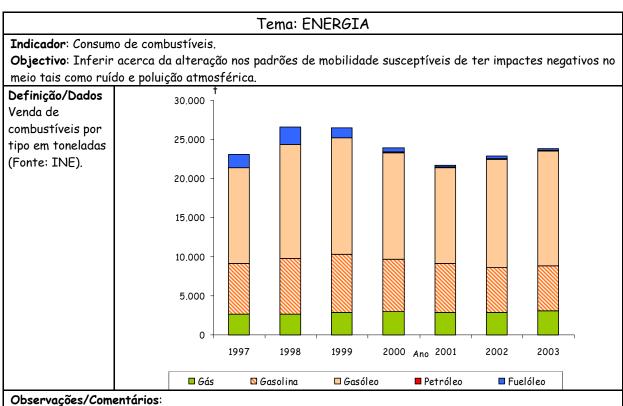


Observações/Comentários:

Com o desenvolvimento económico e a alteração de modos de vida, geralmente o consumo de energia eléctrica para diversos fins aumenta, como se verificou no concelho de Marco de Canaveses, com um aumento de 38% entre 1998 e 2003.

Tendência desejada/Metas:

Estabilização, desde que compatível com a satisfação das necessidades existentes; aproveitamento racional da energia.



A diminuição da venda de combustíveis decorre provavelmente de um menor no consumo de gasóleo, sobretudo o consumo derivado das actividades agrícolas, que têm vindo a perder importância, embora a partir de 2002 se tenha registado um ligeiro aumento do consumo de gasóleo.

Tendência desejada/Metas:

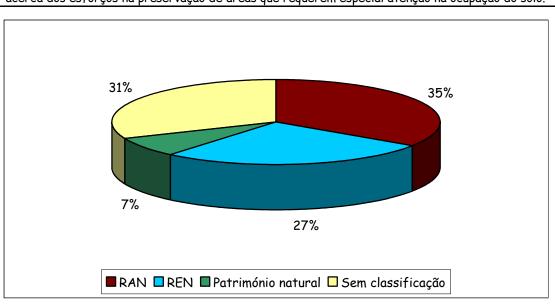
Diminuição do consumo; fomento da utilização de fontes de energia alternativas.



Indicador: Áreas classificadas.

Objectivo: Inferir acerca dos esforços na preservação de áreas que requerem especial atenção na ocupação do solo.

Definição/Dados Percentagem de área concelhia classificada como ambientalmente sensível. (Fonte: PDM de Marco de Canaveses)



Observações/Comentários:

Deve incluir o perímetro da Reserva Agrícola Nacional (RAN), Reserva Ecológica Nacional (REN) e outras classes de espaços, dentro do âmbito municipal, presentes na planta de ordenamento e que, segundo o PDM, merecem protecção devido ao seu valor ambiental como Áreas de Valor Paisagístico e Áreas Cinegéticas.

Tendência desejada/Metas:

A classificação deve ter continuidade com a elaboração e implementação de planos de ordenamento e/ou na definição de programas de intervenção articulados com os planos de actividades municipais.

4.2 Avaliação da Qualidade Ambiental

4.2.1 Saneamento Básico

O aumento do consumo de água e o caudal captado indicam uma maior pressão sobre as disponibilidades hídricas para consumo. Entre 1998 e 2001 verifica-se um aumento no caudal de água captado para abastecimento público, tendo aumentado posteriormente, contudo a percentagem de população servida com sistemas de abastecimento de água atingindo os 45% de população servindo e mantendo-se constante entre 2002 e 2003. Provavelmente a quebra de caudal captado não estará relacionada com a diminuição do consumo de água pela população, mas derivado da diminuição das perdas nos sistemas de abastecimento ou em carências de água nas captações existentes.

Contrariamente ao que se verificou para o abastecimento de água, em 2003 há uma aumento na quantidade do caudal de águas residuais drenadas, pois níveis de drenagem apresentam melhorias relativamente a anos anteriores.

Os níveis de população coberta com sistemas de tratamento de águas residuais estão ainda aquém do desejado, pois a cobertura é ainda limitada e insatisfatória. Contudo, verifica-se que grande parte dos caudais drenados são alvo de tratamento, nomeadamente a partir de 2001, altura em que mais de metade do caudal drenado passou a ser alvo de tratamento, atingindo os 90% em 2003.

A quantidade de resíduos produzidos por habitante tem variado ao longo dos últimos anos. Todavia apesar de existirem ligeiros aumentos desde 1999 até 2001. A população servida com sistemas de recolha de resíduos sólidos é boa, apresentando um índice de atendimento de 100%. Salienta-se ainda a necessidade de introduzir a recolha selectiva, com maior intensidade e de fomentar a reciclagem, de modo a diminuir o volume de resíduos a depositar em aterro sendo apenas recolhidos por este sistema 15 toneladas por ano.

4.2.2 Floresta

Os anos de 1998, 2000 e 2002 foram aqueles em que a superfície ardida foi mais significativa, com mais de 900 hectares ardidos por ano, correspondendo na generalidade a uma proporcionalidade directa com o número de incêndios ocorridos. A ocorrência de elevado número de incêndios deve-se a existência de grandes quantidades de combustível, áreas contínuas de resinosas, condições climáticas e negligência da população. A dificuldade de caminhos de acesso às áreas florestais e a insuficiência de meios de combate aos incêndios contribuem para o agravamento da situação. Destaque merecem, os anos mais húmidos (1997, 1999 e 2001) pela reduzida área ardida.

O aumento da susceptibilidade à erosão e a perda de água nas áreas ardidas tem contribuído para um empobrecimento geral dos ecossistemas. Os incêndios contribuem ainda para a fragilização do sector florestal, derivado do risco implícito na aposta dos proprietários na exploração deste sector.

4.2.3 Energia

As vendas de combustíveis no concelho têm diminuído ao longo dos anos, derivado sobretudo da diminuição dos consumos destinados a actividades agrícolas e pela diminuição dos consumos industriais, devido à utilização de outras fontes de energia mais económicas que os combustíveis. O aumento do consumo de energia eléctrica nos anos analisados, com valores elevados no sector doméstico e industrial, evidenciam a procura cada vez maior deste tipo de energia não poluente e renovável no concelho em detrimento dos combustíveis. Salienta-se ainda o peso do consumo de electricidade destinado à iluminação quer de edifícios do Estado/de utilidade pública, quer das vias públicas.

4.2.4 Uso do Solo

É de assinalar a percentagem de território concelhio classificada. No entanto, esta não tem qualquer suporte quando a sua classificação se encontra desligada da definição de quadros de intervenção e a sua incorporação nos planos de actividades.





	•	TV - Justificação e Orientações 6
192 -	Revisão do Plano Director de Marco de Canaveses: ju	

1 JUSTICAÇÃO DA REVISÃO

A conjuntura do início dos anos 90 indiciava um conjunto de fenómenos, no âmbito dos quais se formularam um conjunto de estratégias e objectivos, que em parte seriam operacionalizadas e implementadas através do Plano Director Municipal.

O Plano Director Municipal de Marco de Canaveses delimitou os aglomerados urbanos do concelho, os quais hoje, na sua maioria, se deparam com soluções urbanísticas definidas, seja por via de operações de licenciamento de obras particulares, entretanto executadas, seja pela via de operações de loteamento, estas últimas com maior incidência na sede do concelho.

Com efeito, após décadas de fraco crescimento ou até de estagnação do concelho, a prática de planeamento e gestão urbanística iniciada nos anos 90 passa a ser crescentemente confrontada com a necessidade de transformação e requalificação das áreas existentes, associada a uma forte procura de novos espaços urbanos em áreas de expansão dos aglomerados, especialmente nos maiores, entrando-se assim num novo ciclo de desenvolvimento do concelho.

Em consequência, este transformou-se profundamente, nomeadamente através da execução de grandes operações estruturantes, com realce para aquelas que foram levadas a efeito pelo município, especialmente no que toca às infra-estruturas e equipamentos.

Este quadro de mudança, centrado na execução de grandes acções estruturantes deverá, no entanto, ser adaptado às rápidas alterações surgidas nos últimos anos, e aos novos desafios que se desenham, com a correspondente necessidade de adequar os instrumentos de gestão.

Uma análise prospectiva pode ajudar a identificar algumas tendências:

- Pese embora a concretização da maioria das intervenções previstas ao nível das infra-estruturas viárias municipais, detecta-se que é necessária uma melhor articulação destas com as redes dos concelhos vizinhos, bem como melhorar a mobilidade interna no Concelho, questões com especial incidência nas redes viária local e nos transportes públicos;
- Constata-se ainda a permanência de significativas áreas disseminadas no tecido urbano, com diferentes graus de consolidação, que carecem de soluções urbanísticas adequadas;
- Continua também a verificar-se a necessidade de reforço e redimensionamento das redes básicas de infra-estruturas e de equipamentos colectivos, capazes de responder às novas solicitações sociais e funcionais colocadas pelas alterações no tecido urbano;
- Acentuam-se as exigências relativas ao equilíbrio ambiental, aliada à consciência do carácter finito dos recursos naturais. Esta questão tem vindo a repercutir-se nas políticas de planeamento e ordenamento do território nos últimos anos,

através de medidas específicas sobre a gestão dos seus recursos, não só nos seus aspectos económicos, mas também de equilíbrio dos ecossistemas.

 A oscilação nas tendências do investimento, no âmbito da rápida transformação da conjuntura, frequentemente devido a causas exógenas, provoca alteração e flutuações no que respeita à natureza e à localização das actividades, o que implica a definição de critérios suficientemente flexíveis para as acolher e enquadrar sem comprometer os equilíbrios funcional e ambiental do território.

Por outro lado, novos desafios desenham-se, com a necessidade de adequar os instrumentos de gestão:

- A utilização de espaços do território com enorme potencial energético;
- Aproveitamento do potencial turístico da região, associado a Rota do Vinhos do Marco
- A localização de grandes infra-estruturas por parte de novas empresas

Paralelamente à continuação do ciclo das grandes intervenções estruturantes, pode-se perspectivar a necessidade de abrir um novo campo de intervenção, através dum redireccionamento das políticas urbanísticas para as questões da sustentabilidade e da humanização do território, centradas entre outras:

- Na requalificação e renovação urbana, nomeadamente na intervenção em áreas habitacionais mais antigas;
- Na execução de projectos de reforço das centralidades urbanas existentes, determinantes para a consolidação do modelo urbano subjacente ao PDM;
- Na qualificação ambiental, numa perspectiva integrada de valorização das componentes biofísicas, das áreas verdes, dos espaços públicos e das identidades do Concelho;
- Na revitalização das áreas e locais centrais patrimoniais.

Finalmente, de referir que cada vez mais, o conceito de ordenamento do território se alarga, ultrapassando os limites administrativos do Município, obrigando, a nível de Planeamento, a abordar Marco de Canaveses como parte integrante duma vasta área com a qual existem fortes laços de interdependência, o que implica que a resolução dos principais problemas ultrapasse cada vez com maior frequência a esfera de intervenção municipal, remetendo para a necessidade de articulação num âmbito regional.

Assim, o actual contexto requer novos instrumentos de planeamento e ferramentas de trabalho que suportem uma gestão integrada, capaz de garantir a conjugação entre a procura de equilíbrio social e ambiental com as dinâmicas dos agentes, num território caracterizado pela progressiva escassez de recursos disponíveis.

Novos instrumentos e ferramentas que devem acompanhar a evolução tecnológica entretanto verificada, nomeadamente as resultantes do desenvolvimento dos sistemas de informação, que ao permitirem um melhor acompanhamento, em tempo real, das transformações do território, vão permitir também a adopção de processos de planeamento e gestão contínua, com redução dos tempos de decisão.

Neste contexto de incerteza e rápida mudança, torna-se imperioso acentuar a vocação do PDM enquanto instrumento de suporte estruturante das iniciativas no território municipal, quer públicas quer privadas, dotando o município de um instrumento mais operacional para a gestão urbanística que, sem pôr em causa as grandes opções de conjunto, enquadre e oriente no quotidiano a dinâmica dos agentes.

1.1 A desadequação parcial do actual modelo

Os trabalhos de avaliação do actual plano permitiram evidenciar algumas lacunas do ponto de vista da sua adequação à resolução dos problemas então levantados, conforme se apresentou anteriormente.

Mas se isso se deve, em parte, às dificuldades sentidas para a sua implementação real (relembremos que em várias situações o motivo principal para a não concretização foram dificuldades de natureza operativa, nomeadamente financeira) outras razões existem para algumas dessas lacunas.

Cabe aqui uma breve abordagem às questões relacionadas com o alcance dos objectivos do plano apresentados no documento , bem como daquilo que eram, em termos legislativos, os objectivos declarados para os PDM de 1^{a} geração.

A leitura dos objectivos globais do plano e a sua comparação com os objectivos definidos no n.º 2 do art. 5.º do Decreto-Lei n.º 69/90 para os planos municipais permite perceber que na sua maioria são coincidentes, apenas merecendo destaque no PDM a questão do equilíbrio na distribuição dos equipamentos e infra-estruturas.

A dificuldade reside muito mais no expressar de políticas e medidas concretas que, aliadas aos instrumentos de mercado, possibilitem o atingir dos objectivos definidos.

Políticas e medidas essas que tem necessariamente de ser desenvolvidas e aplicadas num quadro legislativo que define o que são os PDM. Ora aquilo a que se assiste muitas vezes, e também aqui neste plano sucedeu, é que a elaboração dos planos segue metodologias que constroem modelos que ultrapassam as relações territoriais que estão na base dos planos de ordenamento do território.

A utilização deste tipo de modelo como base da representação da realidade condicionou os resultados da análise e respectivo diagnóstico, originando a que, por exemplo, com o sistema socio-económico utilizado tenha ficado patente a dificuldade do mesmo em representar as relações existentes ao nível do território.

Como exemplo das consequências disto veja-se a dificuldade do actual PDM em tornar-se um instrumento de alteração da situação diagnosticada nos estudos socio-económicos.

Este sub-tema demonstra como uma abordagem a estas questões, de modo clássico e em ambiente "fechado", em que as relações com os restantes sistemas não são praticamente apresentadas, impede o modelo de internalizar coisas simples como a influência da demografia ou das infra-estruturas rodoviárias ou da estrutura de povoamento na actividade económica (por sectores de actividade), e vice-versa.

Situação que implicou um bom diagnóstico mas não aplicável no caso dum plano como um PDM, como fica evidente ao verificar-se que vários problemas detectados não foram objecto de propostas.

Nalguns (poucos casos) porque foram ignorados. Mas na sua maioria simplesmente porque o plano não permitia ou contemplava este tipo de intervenção.

É que se as propostas de intervenção não puderem ser transformadas em disposições regulamentares ou transcritas para o plano de acção (em formato de projectos/obra), a sua capacidade em realizar as transformações do território desejadas, no quadro de um PDM são quase nulas.

A falta de uma estratégia programada de intervenção urbana, nomeadamente através da definição de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão que deveriam traduzir um modelo coerente de planeamento das áreas urbanas do município.

Este tipo de lacunas provocadas essencialmente pelas orientações metodológicas de realização dos planos (que diga-se, são as mais usuais no nosso País) são por si só motivo para aconselhar um aperfeiçoamento do PDM existente.

Aperfeiçoamento no sentido de o aproximar das novas orientações metodológicas que resultam de um novo quadro legislativo, mas que se prendem sobretudo com a orientação dos estudos de caracterização sectorial, mas em que apareçam diagnósticos orientados segundo uma perspectiva integrada, com a evidencia das relações mais fortes e conhecidas entre os vários sistemas.

Relações essas expressas através de indicadores claros e mensuráveis, o que permitirá a criação de uma matriz representativa e orientada exclusivamente para as questões da organização do território.

1.2 A evolução do concelho

As alterações surgidas ao nível demográfico - evidenciadas nos dados da evolução da população total, na estrutura de povoamento, e na estrutura etária da população residente, os movimentos da população - e de desenvolvimento económico - níveis de desenvolvimento, indicadores de mão-de-obra e empresas - assim como de desenvolvimento sócio-cultural - representados através da educação, saúde, assistência social e outros bens e serviços - associados a um maior conhecimento do estado actual do concelho em matéria ambiental - só possível devido à disponibilidade de informação sobre um conjunto vasto de indicadores ambientais - permitem avaliar que a evolução do concelho não foi exactamente a que o actual PDM pretendia.

Relembre-se aqui que o plano, face ao cenário tendencial da evolução do concelho, definiu algumas linhas orientadoras que procuravam fomentar o desenvolvimento de

Marco de Canaveses, num contexto dinâmico e em que foram identificadas variáveis consideradas essenciais para o processo de evolução demográfica concelhia, ficando um pouco aquém das expectativas.

Nomeadamente variáveis controláveis (susceptíveis de uma intervenção municipal), e variáveis não controláveis (necessitavam de uma intervenção inter-municipal ou superior).

Na verdade, e como se pode perceber pela leitura dos elementos apresentados anteriormente, a evolução foi distinta da prevista, o que não espanta, face ao tempo decorrido e aos factores que influenciam as variáveis consideradas, especialmente as não controláveis ao nível municipal.

Por isso é desejável uma redefinição do regime de uso do solo, de modo a adequá-lo a estas novas realidades, bem como completar e articular as redes de equipamentos, infra-estruturas e transportes, numa perspectiva municipal e regional, assim como a definição de mecanismos de equilíbrio e salvaguarda ambiental.

1.3 As questões surgidas durante a gestão do PDM

Os circunstancialismos inerentes ao contexto em que o PDM foi elaborado, nomeadamente a urgência em proceder à sua realização, levaram naturalmente a privilegiar as questões essenciais, tendo sido remetidas para futuro desenvolvimento uma série de acções, seja a estruturação de algumas áreas do território municipal, seja a elaboração de documentos normativos complementares do plano, de âmbito sectorial.

Durante os últimos 10 anos a gestão urbanística do concelho teve como base e estrutura principal o actual PDM, o que permitiu perceber, dia a dia, quais as imperfeições que surgiam, bem como detectar áreas com maiores problemas e, portanto, com maior necessidade de intervenção.

São os casos de situações de construções clandestinas, ou de zonas do território onde o uso dominante não é o indicado e onde não haverá alteração a curto/médio prazo do uso actual, sendo este impossível de manter com as disposições regulamentares actuais, ou ainda locais onde se realizaram grandes obras de infra-estruturas e que, por causa disso, são agora objecto de grande pressão urbanística.

Estes desajustes detectados reportam não só ao articulado do regulamento do PDM, como também a desactualizações da cartografia, que podem ser supridos através do acréscimo de informação disponibilizado pelos levantamentos digitais actualizados do Concelho, entretanto realizados ou em curso.

Para além disso, os últimos anos de gestão urbanística demonstraram a necessidade urgente de integrar o modelo num sistema de informação geográfica, que permita o desenvolvimento duma estrutura com capacidade de monitorização real do plano.

Cumulativamente, foi-se verificando ao longo deste período de vigência a necessidade de actualizar o PDM com a informação disponibilizada pela gestão urbanística e pelos trabalhos desenvolvidos na elaboração dos planos de urbanização e de pormenor, e avaliar a oportunidade de inserir a informação decorrente de trabalhos elaborados ou

em curso. Tal justifica que se proceda à avaliação do seu impacto, com a correspondente actualização e compatibilização do conteúdo do PDM.

Por outro lado, as UOPG deverão ser definidas tendo em consideração as novas realidades do território, num contexto de definição de novos critérios de gestão fundiária, em parte provocados pela recente alteração legislativa no campo da edificação e urbanização (Decreto-Lei n.º 555/99, alterado pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro), mas também pela necessidade de aplicação concreta dos novos princípios de programação e execução dos planos e da perequação compensatória dos benefícios e encargos associados.

1.4 Os novos instrumentos de planeamento territorial

A entrada em vigor do Plano de Ordenamento da Albufeira da Régua e do Carrapatelo (POARC) e o Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever (POACL) implica a necessidade de articulação do PDM com as estratégias supra-municipais, o que só poderá ser realizado através do processo de revisão do plano.

Para além disso, na área correspondente ao plano municipal em vigor não estavam previstos no PDM, outros PMOT´s, com o regulamento do PDM a ser omisso nesta questão particular.

Esta situação implica a não existência de princípios e regras para a ocupação, uso e transformação do solo definidas pelo PDM para áreas que fossem objecto de um PMOT ou Plano Especial, constituindo-se assim autênticos "buracos" regulamentares. Quer isto dizer que, por exemplo, em situação de elaboração destes planos, não haverá indicadores de planeamento definidos pelo PDM.

Refira-se ainda que foram entretanto elaborados vários planos de ordenamento designadamente Planos de Pormenor, situação que aconselha à realização do seu enquadramento em sede do actual plano.

1.5 As alterações legislativas e estratégicas

Finalmente, verifica-se a necessidade de adequar os instrumentos de planeamento ao novo quadro legal entretanto produzido a partir da Lei de Bases do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, e continuado com o Decreto-Lei n.º 380/99 que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

Estas alterações legislativas consubstanciaram um novo quadro legislativo que tem sido reforçado com recente legislação que cobre várias áreas com fortes implicações no processo de organização do território e planeamento, de que o ruído e a carta escolar são exemplo.

Mas para além destas alterações legislativas também as políticas sectoriais com reflexos ao nível do território tiveram profundas alterações, de que o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável são apenas dois exemplos. A que se devem associar as

alterações em sectores fundamentais para o desenvolvimento territorial, como Acessibilidades (PRN2000), os Resíduos Sólidos Urbanos e os Resíduos Industriais não Poluentes, ou as Sucatas.

E se no plano nacional temos assistido a grandes mudanças nos últimos anos, a verdade é que ao nível da União Europeia estas não tem sido menores. Tome-se como exemplo o sexto programa comunitário de acção em matéria de ambiente - Decisão n.º 1600/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Julho de 2002, que deu origem a sete estratégias temáticas desde essa data, praticamente todas elas com fortes implicações ao nível do território.

Todas estas alterações aconselham fortemente a desenvolver esforços conjuntos entre a Administração Central e o Município no sentido da obtenção da rápida integração dos estudos sectoriais entretanto desenvolvidos.

A não acontecer assim, esta situação constituirá sempre um problema para a gestão quotidiana.

Por outro lado, existem as novas apostas estratégicas municipais, num contexto político diferente, especialmente em termos regionais, a que se devem associar o repensar da estratégia municipal de desenvolvimento, num quadro financeiro bem distinto do que vigorou durante muitos anos, e muito mais restritivo, ou motivada pelas novas transformações na União Europeia, nomeadamente o alargamento para 25 países, com consequências directas, motivadas pelos quadros comunitários de financiamento, e indirectas, especialmente no campo económico e devido às consequências do aumento da concorrência económica.

Ou ainda da transformação da região em importadora de mão-de-obra estrangeira, especialmente para os trabalhos ligados ao principal sector de actividade económica, a Construção.

Todas estas alterações devem ser traduzidas também para o plano. Para tal estas novas estratégias devem ter a sua explicitação por parte da Câmara, no que toca exclusivamente às questões de natureza territorial, devendo ser avaliada a manutenção da estratégia definida pelo actual plano, especialmente no que toca às questões mais fortes.

2 ORIENTAÇÕES GERAIS

Como se afirmou anteriormente, os trabalhos de revisão do actual PDM não pretendem abandonar o modelo definido de organização do território, mas tão só aperfeiçoá-lo (esta é a primeira orientação geral) e adaptá-lo às novas realidades e alterações, às quais foi dado o realce suficiente no capítulo anterior sobre a justificação da revisão.

Assim, o processo de definição de orientações gerais seguirá o mesmo princípio adoptado no modelo existente e que, relembra-se aqui, foi a definição de algumas linhas orientadoras que procuravam fomentar o desenvolvimento de Marco de Canaveses e inverter as perspectivas decorrentes do prolongamento do cenário tendencial.

Por esse motivo, pretende-se que as orientações gerais a definir espelhem novamente uma atitude pró-activa, imbuída de uma forte dose de pragmatismo, baseada na crença de que é possível, através dos processos de organização do território (construídos no conhecimento da complexidade dos sistemas mais representativos, e associados ao planeamento das acções propostas), melhorar o futuro próximo, melhoria essa mensurável através da melhoria da qualidade de vida das populações, e melhoria dos processos de decisão, através da racionalização dos mesmos.

2.1 Aperfeiçoamento do actual modelo de ordenamento

A organização do território é obtida através das acções de planeamento, coordenadas pelos planos e suas definições.

Ora, o plano pressupõe a identificação de sistemas e elementos, assim como as suas ligações (nomeadamente as de interdependência mútua), sistemas e elementos esses organizados em diversos níveis, sendo que entre cada nível se estabelecem relações hierárquicas.

Podemos, por simplificação, considerar então vários sistemas principais, cada um constituído por um conjunto de elementos e respectivas ligações, existindo ainda ligações entre os vários sistemas. Para além disso, cada sistema principal pode ser subdividido em subsistemas secundários, existindo apenas ligações hierárquicas entre os vários subsistemas pertencentes ao mesmo sistema principal.

Mas o plano é uma representação de um modelo dinâmico, o que implica que nos vários sistemas existam elementos que podem ser caracterizados por variáveis, sendo fundamental identificar e associar a cada elemento as respectivas variáveis.

Assim como identificar quais as variáveis pertencentes a um elemento que afectam ou são afectadas por variáveis pertencentes a outro elemento (seja este pertencente ao mesmo sistema ou a outro sistema) e, se possível, caracterizar essa relação entre cada variável, ao nível quantitativo e qualitativo.

Qualquer metodologia a seguir para a criação do modelo não deve ignorar dois factos fundamentais: o primeiro é que estamos a falar do processo de revisão de um plano ou seja, já existe um modelo prévio; o segundo é que, quer a legislação quer a teórico-

prática (seja no País, seja fora dele), construíram um conjunto de princípios que têm suportado os modelos criados até à data.

O primeiro passo será a definição dos sistemas principais que farão parte do nosso modelo, assim como dos respectivos elementos e ligações. Para tal dois caminhos se nos afiguram possíveis e desejáveis.

O primeiro, a que poderíamos chamar de caminho conservador, é identificar os sistemas existentes no modelo actual e, em seguida, actualizá-los com base naquilo que a nova legislação propõe sobre este assunto.

O segundo, a que se poderia chamar de caminho evolutivo, é tomar como base os sistemas identificados no actual modelo, questionar a sua adaptabilidade aos objectivos previamente definidos para o novo modelo (objectivos estes baseados na proposta de revisão e nas alterações que a própria legislação pretendeu introduzir nestes modelos) e, por fim, compará-lo com aquilo que de melhor se tenha vindo a fazer.

2.2 As novas realidades do sistema socio-económico

As mudanças ocorridas no concelho, a que os estudos posteriores de caracterização, análise e diagnóstico devem dar maior expressão, aconselham ao intensificar e concentrar das intervenções de carácter territorial, especialmente naquelas áreas de intervenção que dependem do município.

Mas tal não deve ser realizado com o abandono das apostas estratégicas que se demonstraram acertadas, mesmo que por vezes os resultados não tenham sido os esperados.

Pelo contrário, o plano deve reforçar as apostas estratégicas na dinamização e diversificação da base económica, seguindo princípios base de sustentabilidade das actividades e protecção dos recursos patrimoniais, especialmente através da valorização dos recursos e património natural e cultural (turismo, eólicas, recursos hídricos, lazer).

Tal significa conhecer os recursos, reconhecer as vulnerabilidades e escolher a actividade apropriada, ouvindo os eventuais parceiros e dando-lhes a conhecer as potencialidades existentes, numa perspectiva de suporte à conservação, às economias locais e às comunidades, num processo baseado em indicadores que permitam a monitorização e a implementação de procedimentos de gestão ambiental.

2.3 A estabilização dos planos

A opção de privilegiar as construções dentro dos perímetros urbanos, excepção feita às construções ligadas às actividades primárias, deve também ser suportada em actos de planeamento que permitam a todos os intervenientes ter confiança no modelo que o PDM representa.

Para tal, os perímetros urbanos deveriam ter uma continuidade grande no tempo. Ganhava-se, pouco a pouco, a ideia de que não é possível alterar, com os processos de revisão dos planos, a classificação dos terrenos e que, aquilo que se considera como

urbano assim ficará por muitos anos, independentemente das revisões que venham a ser efectuadas.

A definição dos perímetros deverá é ser acompanhada de mecanismos que impeçam a imediata urbanização dos terrenos, quando a oferta for claramente muito superior à procura, de modo a que a urbanização dos terrenos só seja feita quando efectivamente necessária e mediante processos controlados pelo município.

Desejavelmente com a participação da iniciativa privada, nomeadamente dos proprietários e promotores interessados - e das Juntas de Freguesia - constituindo grande parte dos terrenos qualificados como de urbanização programada verdadeiras reservas futuras.

Deste modo, a pressão para a urbanização dos terrenos exteriores iria, pouco a pouco, diminuindo, através da diminuição da expectativa da sua futura urbanização, não se traduzindo em processos inflacionados dos terrenos, como actualmente acontece, podendo os terrenos manter-se na posse dos que verdadeiramente podem e devem darlhes os usos privilegiados e desejados pelos planos.

2.4 As questões de natureza instrumental e estruturante

Não sendo objectivo desta revisão questionar o modelo de ordenamento que informa o PDM, nem os seus objectivos fundamentais, pretende-se conferir a este instrumento maior operacionalidade, capaz de enquadrar as dinâmicas dos agentes em presença, assegurando os equilíbrios fundamentais do Concelho.

Neste quadro, as bases programáticas da revisão radicam no desenvolvimento de um conjunto de acções centradas nas seguintes linhas de força:

- identificação e definição dos elementos estruturantes do território;
- reforço das medidas tendentes ao equilíbrio social e ambiental, numa perspectiva sustentável:
- actualização do conteúdo do Plano e correcção de deficiências e omissões detectadas;
- agilização dos mecanismos de operacionalização do Plano, adequando-os melhor a uma gestão urbana que se pretende de resposta rápida e eficaz às solicitações colocadas a cada momento;
- integração do conteúdo do Plano em Sistema de Informação Geográfica, permitindo a introdução de mecanismos de monitorização do PDM.

Todos os elementos do inventário deverão ser analisados segundo os 3 vectores principais de análise - qualidade de vida, sustentabilidade, e racionalização dos investimentos, independentemente do ambiente ser estático ou dinâmico. Mas o dinamismo de cada um dos temas (ou sub-temas) deve ser aferido e, caso seja possível e

desejável, deve ser feita também uma análise em cenário dinâmico, utilizando como instrumento auxiliar o SIG.

2.5 Articulação das estratégias

Antes do mais, deve deixar-se claro que se pretende levar a cabo uma revisão do Plano Director Municipal e não a formulação de novo Plano, uma vez que se entende que embora apresentando desajustamentos, de maior ou menor profundidade, ainda não se esgotaram nem o modelo, nem a estrutura que lhe estão subjacentes.

Por isso, as opções urbanísticas fundamentais consignadas nesta revisão do PDM devem prosseguir, em traços gerais e com os ajustamentos necessários, os conceitos, as estratégias de ordenamento do território e o modelo urbano delineados pelo actual PDM, agora também condicionados pelo definido no POARC e POACL.

Assim, o Plano Director Municipal ao estabelecer o modelo de estrutura espacial do território municipal, deverá reflectir e constituir a síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local prosseguida, actualizando-a e adaptando-a a novas situações, e integrar as opções de âmbito nacional e regional com incidência na sua respectiva área de intervenção.

Quanto ao modelo operativo, a tónica de fundo introduzida pela revisão consiste no aprofundamento e desenvolvimento de alguns aspectos não esgotados no PDM, através da inclusão de medidas que reforcem a vocação do Plano como instrumento de natureza regulamentar, fortemente orientado para a gestão urbanística.

2.6 As questões do desenvolvimento sustentável

As orientações em relação a este tema não podem deixar de reflectir aquilo que a este propósito está previsto na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), desenvolvimento sustentável aqui entendido como «Desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades», nos termos consagrados no célebre Relatório de Bruntland, Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, 1987.

Procura-se através da estratégia o equilíbrio das três dimensões do Desenvolvimento Sustentável - económico, social e ambiental - não esquecendo os compromissos assumidos por Portugal, em termos de Desenvolvimento Sustentável, no âmbito das Nações Unidas e da União Europeia.

Mas pretende-se também que esta estratégia sirva de quadro de referência a futuros exercícios de planeamento, designadamente à negociação do futuro pacote financeiro de fundos estruturais e conferir coerência aos vários Planos e programas sectoriais, articulando os vários instrumentos já elaborados ou em fase de elaboração.

Mas, sobretudo, transmitir uma visão para o País, para a próxima década, traçar um "fio condutor" e metas para o desenvolvimento sustentável de Portugal, e constituir, simultaneamente, um documento "aberto", adaptável a mudanças e conjunturas.

Esta Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável tem como Grande Desígnio "fazer de Portugal, no horizonte de 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia, num quadro de qualidade ambiental e de responsabilidade social".

Para isso será necessário prosseguir um conjunto de <u>seis</u> grandes Objectivos:

- Qualificação dos Portugueses em Direcção à Sociedade do Conhecimento
- Economia Sustentável, Competitiva e Orientada para Actividades do Futuro
- Gestão Eficiente e Preventiva do Ambiente e do Património Natural
- Organização Equilibrada do Território que Valorize Portugal no Espaço Europeu e que Proporcione Qualidade de Vida
- Dinâmica de Coesão Social e de Responsabilidade Individual
- Papel Activo de Portugal na Cooperação Global

Cada um destes objectivos desdobra-se num grupo de Vectores Estratégicos e estes, por sua vez, em Linhas de Orientação, Indicadores e Metas que, no seu conjunto, são a base do Plano de Implementação da Estratégia (PIENDS) que, através de acções e medidas, concretizará o grande desígnio aqui apresentado.

2.6.1 Critérios de Sustentabilidade

2.6.1.1 Água

O planeamento territorial sustentado deve ter em conta a importância dos sistemas hidrológicos e não apenas a quantidade mas também a qualidade da água e a utilização desta como elemento atractivo e de coesão espacial.

Para cada um destes três aspectos mais importantes para a manutenção dos sistemas hidrológicos em bom estado de conservação e que satisfaçam as necessidades da região podem ser estabelecidas, entre outras, as seguintes orientações gerais:

Quantidade de água:

- Estabelecer sistemas ininterruptos de fluxos de água superficial e subterrânea dentro e fora dos espaços urbanos, através da não obstrução ou ocupação e reabilitação, quando possível, dos leitos e das características naturais dos cursos de água e rios;
- Promover a infiltração da água da chuva em áreas tão amplas quanto possível;
- Proteger os poços, as reservas aquíferas e os cursos de água contra a seca.

Qualidade da água:

- Estabelecimento de perímetros de protecção em pontos de captação de água para abastecimento, de forma a protegê-los de possíveis acidentes de contaminação ou actos de vandalismo;
- Protecção da qualidade da água em zonas húmidas, nos rios e nos cursos de água;
- Promover sistemas diferenciados de drenagem de águas residuais com características diferentes e encaminhamento para estações de tratamento adequadas antes de serem lançadas para o ambiente natural.

Qualidade espacial da água:

- Considerar os cursos de água, as suas margens verdes e arborizadas e os seus leitos, interligando-os como elementos estruturais naturais no conjunto da paisagem;
- Aumentar a atractividade do concelho através da valorização e reconversão das margens de rios ou lagos para actividades de recreio e lazer.

2.6.1.2 Resíduos

O volume dos lixos ou resíduos sólidos é um dos grandes problemas ambientais com que se deparam os centros urbanos. Este problema pode ser minimizado através da diminuição do volume de lixo gerado, da reutilização e reciclagem do lixo e redução dos riscos que estes podem provocar no ambiente e na saúde pública.

A diminuição do volume de lixo pode ser conseguida através da utilização de materiais de fontes renováveis certificadas, nomeadamente taras e embalagens. A reutilização e reciclagem são medidas chave para a resolução do problema dos resíduos sólidos. Deste modo, devem-se identificar os locais mais apropriados para a instalação dos caixotes de lixo e contentores de reciclagem, de forma a serem acessíveis, atractivos e seguros para a população. A promoção da compostagem local de lixos domésticos ou provenientes de jardins também é uma solução a ter em conta.

2.6.1.3 Floresta

A floresta é um recurso natural muito valioso, cuja gestão sustentada pode gerar rendimentos as população locais e contribuir para a conservação da natureza e diversidade biológica. O combate à desflorestação é essencial para a preservação deste recurso sendo necessário reduzir-se ao mínimo o número de fogos florestais e a área ardida, fomentando a reflorestação de zonas incendiadas e incultos.

2.6.1.4 Energia

O actual uso de energia leva ao esgotamento progressivo de muitos recursos, à poluição e às mudanças climatéricas. A construção de edifícios com materiais impróprios para o clima da região ou a orientação em que se encontram podem influenciar o maior ou menor consumo de energia, bem como os zonamentos de equipamentos e serviços existentes ao nível local que levam a população a utilizar com maior ou menor frequência o automóvel particular. Tendo em conta objectivos como o consumo mínimo de recursos energéticos poluentes (combustíveis fosseis), a minimização de perdas de energia e a substituição de fontes não renováveis por fontes renováveis (solar, eólica, hídrica) podem ser estabelecidos um conjunto de orientações, tais como:

- Promover a transferência modal da utilização do automóvel particular para o transporte público, através de aglomerados urbanos mais compactos e menos dispersos;
- Boa acessibilidade e liberdade de movimentos dentro dos espaços urbanos através da criação e ampliação de áreas pedonais e circuitos contínuos para ciclistas e peões;
- Construções de edifícios eficientes em termos energéticos (bom isolamento de calor, exposição à luz e aos raios solares no Inverno);
- Estudar medidas e programas sustentáveis e tecnologicamente inovadores para o armazenamento de energia (solar, eólica e hídrica).

2.6.1.5 Uso do Solo

Áreas com qualidades naturais específicas ou que possuem ecossistemas essenciais para o equilíbrio ecológico da região são importantes para as condições ambientais e para a biodiversidade da paisagem. Para que seja garantido o funcionamento ecológico dos ecossistemas e a preservação dos valores naturais da paisagem é necessário que estas áreas sejam protegidas do desenvolvimento urbano e que exista uma coesão ecológica entre elas, onde as áreas valiosas mais extensas se interligam por corredores ecológicos, permitindo fluxos ininterruptos entre os vários ecossistemas. Esta coesão pode e deve passar também pelos espaços urbanos através da definição de uma estrutura verde que os interliga às áreas rurais envolventes, melhorando a qualidade espacial e o micro-clima do ambiente urbano.

2.7 Racionalização dos investimentos públicos e equidade no acesso a bens e serviços

Uma análise sumária da legislação nacional sobre planeamento e ordenamento do território, permite concluir facilmente que uma das orientações que deveria estar sempre presentes nos Planos Director Municipais é a de contribuir para a racionalização das redes de infra-estruturas e equipamentos públicos.

Admitindo que a racionalização das redes de infra-estruturas e de equipamentos públicos deve contribuir para que estes sejam mais eficientes, podemos esperar que com os mesmos recursos se obtenham melhores resultados. Ora, isto só é possível através de uma selecção adequada (óptima) das soluções possíveis, o que pode e deve ser resolvido mediante processos de organização do território.

Para tal é fundamental a introdução de três outras dimensões no planeamento, para além da baseada na localização no território.

Em primeiro lugar, a dimensão financeira uma vez que esta é a que permite tomar opções de hierarquização dos investimentos e até, nalgumas circunstâncias, optar por eleger uns em detrimento doutros.

Em segundo lugar, a dimensão humana, porque é para melhorar a qualidade de vida das pessoas que se fazem os planos. E a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos também é função da existência e da qualidade dos serviços públicos disponíveis ou seja, das infra-estruturas e equipamentos públicos.

Finalmente, em terceiro lugar, a dimensão tempo. Porque não pode ser indiferente o momento de realização das acções ou medidas. Uma boa solução hoje pode já não servir se vier tarde.

Tudo isto passa pois por organizar essas mesmas redes, de modo a optimizar a relação custo/benefício, e, por outro lado, por assegurar a equidade no acesso aos mesmos por parte dos cidadãos, o que se conseguirá através de:

- Programação dos investimentos, articulação das políticas sectoriais, assegurar a compatibilização futura, incluindo o prazo de realização dos investimentos futuros;
- Aumento da coesão interna, desencravando territórios através da rede rodoviária e da compressão da distância/ tempo;
- Definição de prioridades e graus de intervenção, aos quais se devem associar graus de qualidade de vida das populações residentes permitindo uma verificação da equidade no acesso aos serviços e à informação, por parte destas

2.8 Informação, participação e cidadania

Por outro lado, cada vez mais se entende que o planeamento deve constituir um processo aberto e participado, sendo certo que a revisão do Plano Director pode constituir uma oportunidade para discutir-se o Concelho e obter-se uma visão integrada, participada e concertada, das diversas posições dos agentes que nele intervêm.

Considera-se particularmente eficaz em termos de qualidade e celeridade de resultados, o desenvolvimento da revisão do Plano acompanhada por três processos complementares:

 Informação - processo bidireccional, de transmissão de conhecimento sobre o território que passa, em sede de revisão de plano, pela recolha e sistematização da informação disponível, nomeadamente a resultante de estudos realizados para o Concelho, e a difusão, junto dos agentes, da informação entretanto produzida;

- Concertação processo de diálogo com os agentes, institucionais ou particulares, de forma a obter-se convergência de interesses e soluções;
- Participação processo de envolvimento de todos os interessados na evolução da revisão do Plano, nomeadamente através da realização de procedimentos de auscultação e de discussão pública sobre os vários temas que se vão colocar durante os trabalhos.

Procurar adoptar e aplicar um conceito de plano enquanto instrumento regulador, mas entendendo a regulação como a adopção de um conjunto de medidas que devem ser tomadas mediante um processo de diálogo com os outros agentes de desenvolvimento municipal, recorrendo a soluções negociadas, se tal for possível, e não como um resultado a impor, a que se segue uma atitude passiva de aplicação, por parte da administração. perceber o que o município pode determinar e o que deve ser negociado, concertado com a Administração Central e com o sector privado.

A localização e caracterização das infra-estruturas e equipamentos, e a caracterização e identificação dos serviços disponíveis - públicos e privados - é condição quase indispensável para que as propostas de intervenção não se figuem apenas pela usual via regulamentar mas possam ir muito mais longe, servindo de base a uma futura contratualização das intervenções, públicas e privadas, definindo prioridades e graus de intervenção.

3 OBJECTIVOS E APOSTAS ESTRATÉGICAS

Seguindo o mesmo princípio do PDM em vigor, a definição dos objectivos principais é realizada com base nas linhas orientadoras apresentadas anteriormente, e onde se incorporaram os objectivos apresentados no documento de justificação inicial de revisão do PDM, aos quais se devem adicionar os que resultam das restantes orientações gerais, e que deverão assumir-se como uma expressão clara destas.

No anterior plano foi <u>definida uma estratégia</u> para o ordenamento concelhio que passava pelo reforço dos equipamentos e das infra-estruturas, e simultaneamente na ocupação e uso adequados às potencialidades específicas dos solos e ordenamento integrado dos aglomerados, paralelamente à valorização turística do seu património natural, paisagístico e edificado.

Agora é necessário redefinir a estratégia, em função dos novos objectivos, mantendo aquilo que se considera de manter.

Tal como plano anterior, também aqui cabe uma palavra para as variáveis que podem condicionar o desenvolvimento futuro desta estratégia, as variáveis consideradas essenciais para o processo foram agrupadas em variáveis controláveis (susceptíveis de uma intervenção municipal), e em variáveis não controláveis (necessitam de uma intervenção inter-municipal ou superior).

3.1 Objectivos gerais

3.1.1 Objectivo 1 - Qualidade global do instrumento

Pretende-se configurar um instrumento urbanístico de carácter municipal que fomente a integração do território municipal no contexto regional e, simultaneamente, fundamentar um modelo territorial de sustentabilidade, concebido para o longo prazo.

O plano deve constituir-se num instrumento para a compreensão global do território que ofereça um conhecimento detalhado das condições naturais e sócio-económicas do mesmo, e que permita estabelecer modelos de desenvolvimento do território apoiados numa eficiente política de localização de usos urbanos compatíveis com um escrupuloso respeito com a qualidade do meio ambiente.

Com o plano deve obter-se, mediante a aplicação das novas opções tecnológicas e dos instrumentos de informação disponíveis, um instrumento mais interactivo.

3.1.2 Objectivo 2 - Um instrumento estruturante

A noção de Plano dada pela legislação para o caso particular dos PMOT é a indicada no art.º 69.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, onde se refere que os Planos:

- estabelecem o regime de uso do solo, através da classificação e qualificação do mesmo (sendo necessário estabelecer critérios para justificar as escolhas);
- definem modelos de evolução previsível da ocupação humana, da organização de redes, e da organização de sistemas urbanos;
- definem parâmetros de aproveitamento do solo, e de garantia da qualidade ambiental.

A qualidade estratégica das normas é indispensável para a obtenção de bons resultados neste campo, e dessa qualidade resultará em grande parte o sucesso futuro na aplicação e na gestão do plano.

3.1.3 Objectivo 3 - A componente ambiental

A qualidade sustentável do sistema urbano está claramente dependente do plano conseguir garantir uma forte qualidade ambiental, numa perspectiva transversal aos vários sistemas.

Esta garantia de qualidade ambiental deve ser entendida na perspectiva do ordenamento do território como meio de integração formal do ordenamento sectorial, em que os indicadores derivados da estrutura legal serão sempre o quadro de referência estável.

Apresentam-se em seguida alguns dos que devem ser considerados:

- Legislação sectorial com clara incidência espacial
 - a) regulação de espaços característicos
 - b) regulação de actividades específicas
- Tutela ambiental: indicadores ambientais previstos na legislação específica
 - a) qualidade da água
 - b) qualidade do meio ambiente atmosférico
 - c) qualidade do meio ambiente acústico
 - d) qualidade dos solos
- Incidência ambiental dos parâmetros urbanísticos
 - a) garantia de espaços para equipamentos
 - b) garantia de espaços verdes e de utilização colectiva

3.1.4 Objectivo 4 - Desenvolvimento do modelo territorial

O objectivo do planeamento no Ordenamento do Território deverá ser a organização desse mesmo território, de modo a compensar o contínuo desequilíbrio, nas suas

vertentes da exploração sustentada dos recursos, do acesso dos cidadãos a bens e serviços, da mobilidade dos bens e informação, etc., ou seja, maior eficiência e eficácia - económica, social e ambiental, alcançada através de uma racionalização na organização do território e dos seus recursos, implicando a racionalização dos investimentos.

Os objectivos que decorrem da legislação para os PMOT estão expostos no art.º 70.º, onde se refere expressamente que os planos visam estabelecer:

- a) a tradução da estratégia supra municipal;
- b) a estratégia local;
- c) a articulação das políticas sectoriais;
- d) a gestão programada do território;
- e) a definição de:
- Estrutura Ecológica Municipal
- Princípios e critérios de:
 - garantia de qualidade ambiental
 - > preservação do património
 - localização de infra-estruturas, equipamentos e serviços
 - > localização de actividades económicas
- Parâmetros de usos do solo
- f) a definição de outros indicadores para a elaboração de instrumentos de gestão territorial

3.2 Objectivos estruturantes e instrumentais

A concretização dos princípios e objectivos gerais antes abordados, incide na implementação dos seguintes objectivos específicos e medidas de intervenção, traduzidas no conteúdo normativo e/ou desenhado do PDM, que podemos considerar em dois grandes grupos:

Um primeiro grupo de conteúdo eminentemente interpretativo e condicionador do modelo de desenvolvimento do Plano, apontando para uma maior definição dos elementos estruturantes do Concelho;

Um segundo grupo de índole eminentemente instrumental e operacional, visando contribuir para uma maior agilização da aplicação Plano.

3.2.1 Grupo 1 - Objectivos Estruturantes

3.2.1.1 Objectivo 1.1 - Redefinição do regime de uso do solo do PDM, adequando-o a novas realidades do sistema socioeconómico

Existem áreas do Concelho, funcional e economicamente desvitalizadas, que carecem de algumas alterações.

É desejável que o PDM constitua um instrumento indutor da revitalização do território e, em simultâneo, se mostre capaz de responder às dinâmicas dos agentes. Assim, propõe-se:

 A reavaliação dos mecanismos de regulação da ocupação do solo, através da definição mais adequada do leque de usos e utilizações, da avaliação das suas compatibilidades e complementaridades, alternativas e incompatibilidades, corrigindo a actual qualificação.

3.2.1.2 Objectivo 1.2 - Completar e articular as redes de equipamentos, infraestruturas e transportes públicos

O conteúdo da nova legislação (Decreto-Lei 380/99) exige que seja feita, em sede de PDM, o registo e articulação das principais redes estruturantes do território.

Neste contexto, propõe-se a adopção das seguintes medidas integradas:

 Registo e compatibilização, em sede do PDM, das cartas correspondentes às principais redes de equipamentos e de infra-estruturas do território, existentes e propostas por diversos serviços/entidades e sua articulação, numa perspectiva municipal e regional.

3.2.1.3 Objectivo 1.3 - Definir mecanismos de equilíbrio e salvaguarda ambiental

Nos termos do PDM, mantém-se definição dos sistemas de protecção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, identificando a estrutura ecológica municipal, e introduzindo o conceito de Componentes Ambientais Urbanas, entendimento que também se enquadra no teor do Decreto-Lei 380/99, no seu art.º 85°, com a actual redacção do Decreto-Lei 316/2007, integrando-os de forma mais eficaz no ordenamento do sistema urbano e na normativa do PDM.

Deste modo, aprofunda-se nesta revisão do PDM o conceito alargado de Espaços Naturais numa perspectiva que integra as componentes biofísicas (Estrutura Ecológica e Estrutura Verde) e as componentes de humanização do Território (Sistema de Vistas ou Núcleos de Interesse Histórico, por exemplo).

A Estrutura Ecológica Urbana subjacente e intimamente articulada com a Estrutura Verde do Concelho, é constituída por áreas críticas do território, que asseguram o funcionamento e equilíbrio dos ecossistemas ambiental e biofísico, tendo como referências fundamentais a circulação do ar e da água.

Do seu conteúdo decorre a identificação de Zonas de Risco - áreas onde a estrutura ecológica poderá entrar em ruptura/colapso. Neste capítulo, terão portanto de ser equacionadas as áreas de risco - sísmico, cheias, etc.

A Estrutura Ecológica é associada a elementos que reflectem o modo como o território foi sendo apropriado e transformado, que são determinantes na definição da identidade e da humanização do território - são os percursos panorâmicos e históricos, os núcleos históricos, os conjuntos singulares, as quintas, etc.

A estas dimensões, junta-se o sistema de vistas que articula num âmbito mais vasto elementos das componentes ambientais, que se prendem com a fisiografia do território e as morfologias urbanas.

Nesta revisão, pretende-se um aprofundamento e divulgação dos elementos em causa e a definição de medidas ou instrumentos que enquadrem e viabilizem a sua protecção. Este universo inclui, como parte integrantes, o património arquitectónico e arqueológico.

3.2.1.4 Objectivo 1.4 - Estruturar áreas desarticuladas / identificar áreas - problema

Pretende-se a estruturação de áreas do Concelho que até agora não foi possível desenvolver ou que vieram a transformar-se, por factores diversos e muitas vezes exógenos, mostrando-se actualmente desadequadas e, por vezes, desarticuladas. Propõem-se três tipos de medidas:

- integração de estudos sectoriais já existentes e fixação dos elementos estruturantes e condicionantes da ocupação do espaço, com redução do número de remissões para futuro desenvolvimento, de modo a permitir, sempre que possível, a aplicação directa do PDM;
- redelimitação das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, com a redefinição dos respectivos objectivos programáticos, sendo relevante a identificação das Unidades Programadas, por via de planos ou outras operações urbanísticas eficazes e as Unidades que, pela sua natureza, exijam intervenção planeada a nível inferior ao PDM.;
- estudo do impacto produzido por outros instrumentos de planeamento, entretanto realizados. Integração dos elementos fundamentais e estruturantes dos diversos estudos produzidos noutras instâncias de planeamento.

3.2.2 Grupo 2 - Objectivos de índole instrumental

3.2.2.1 Objectivo 2.1 - Definir critérios de gestão fundiária

No âmbito desta revisão, é relevante a introdução de mecanismos reguladores, suportados pela noção dos recursos finitos, nomeadamente na obtenção dos solos, que entronca com a dimensão económica e fundiária do plano.

A concretização destes mecanismos deverá ser efectuada através de documentos complementares, mas necessariamente compatibilizados em sede de revisão do PDM. Assim, será necessário:

- a regulamentação de um regime de cedências e compensações e compatibilização de taxas urbanísticas, articulado com as disposições legais relativas a licenciamento de construção e de loteamentos, tendo como referência os impactos gerados por estas operações sobre o Concelho.
- a definição de mecanismos de perequação nos termos da nova legislação urbanística.

3.2.2.2 Objectivo 2.2 - Actualizar e corrigir normativas do Plano

Pretende-se registar e integrar as alterações do tecido urbano entretanto verificadas, em resultado das operações urbanísticas em curso ou projectadas, e proceder aos correspondentes ajustamentos na forma e no conteúdo do Plano.

Como principais medidas a desenvolver, podem-se referir:

- a adaptação do Plano à nova legislação urbanística;
- a introdução de correcções e acertos do conteúdo desenhado do PDM que o maior rigor e detalhe da nova cartografia digital permite, sem prejuízo da sua escala de execução (1:10 000);
- eliminação de erros entretanto detectados;
- actualizações provocadas por desenvolvimentos e compromissos surgidos após a aprovação do PDM.

3.2.2.3 Objectivo 2.3 - Integrar em Sistema de Informação Urbana

A evolução tecnológica verificada desde a aprovação do Plano, permite encarar numa nova perspectiva a questão da sua integração num Sistema de Informação Urbana. Como medidas a adoptar prevê-se:

- o tratamento cartográfico do Plano em suporte digital, associado a um sistema de eixos de vias codificados ("address matching") e à BGRI - Base Geográfica de Referenciação Espacial, adoptada para os Censos 2001, como Base de referenciação espacial comum para a diversa informação territorial.
- o tratamento e produção da informação para integração no Sistema de Informação Geográfica do Concelho;
- o desenvolvimento duma estrutura para a posterior monitorização do Plano.

3.3 Factores de mudança e apostas estratégicas

A par dos objectivos operacionais que guiarão o processo de revisão do PDM de Marco de Canaveses, cabe aos técnicos envolvidos nos trabalhos olhar para o território e estar atentos às tendências estruturais, macroeconómicas e políticas que se avizinham e que teimam em imprimir novas marcas no concelho, para além daquelas que dizem respeito à sua evolução histórica, social e económica.

Os últimos anos, que coincidiram com o horizonte temporal do PDM ainda vigente, tiveram implicações directas sobre o concelho de Marco de Canaveses, trazendo um conjunto de mudanças estruturais positivas e passíveis de serem exploradas numa estratégia de desenvolvimento. Essas mudanças, que não foram sequer previstas pelo PDM, materializaram-se nos factores estruturantes que se sequem:

- Construção da A4, que facilitou em larga medida o acesso à Área Metropolitana do Porto e à actividade industrial de maior envergadura existente nos concelhos vizinhos:
- A construção da barragem do Torrão, junto à foz do Tâmega, o que deu origem a uma extensa albufeira, com benefícios para o turismo local;
- Melhoria das acessibilidades rodoviárias, bem como a melhoria da linha férrea da linha do Douro até à estação do Caíde (e daqui para a linha do Marco), o que deixa antever uma maior procura dos solos urbanos para a construção de residências de médio/baixo custo, capaz de atrair novas populações que desejam fixar-se nas imediações da Área Metropolitana do Porto;
- A evolução positiva da bacia do Douro, onde se inclui a inscrição do Douro Vinhateiro como Património Mundial (2001), e que confirma a prestação destas áreas de funções turísticas e residenciais de alta qualidade;
- Construção da Igreja de Santa Maria dos Fornos (projecto de Siza Vieira) e a recuperação do sítio arqueológico de Tongobriga, que permitem perspectivar e concertar esforço no sentido de uma oferta cultural dirigida a uma clientela específica de turistas.

Atendendo a estas mudanças e almejando uma posição mais ambiciosa e sustentável para o concelho de Marco de Canaveses, apresenta-se um conjunto de valores e apostas que deverão caber numa estratégia do concelho para os anos que se seguirão, durante o horizonte temporal de vigência do PDM em revisão. São essas as estratégias e apostas, os seguintes elementos:

• Os rios e as serras;

- o Douro como elemento aglutinador e identificador regional;
- O Douro como via fluvial navegável;
- O Tâmega e as suas valências turísticas;
- A Serra da Abobodeira e as suas valência eco-ambiental, florestal, arqueológica e turística;

• Património;

- Património edificado recente (Igreja de Santa Maria de Fornos, de autoria de Siza Vieira) e passado (Ruínas do Fidalgo, Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, Convento de Alpendorada, Pelourinhos, Pontes e Igrejas Românicas, Casas abrasonadas, etc);
- Património arqueológico (Área Arqueológica do Freixo Tongobriga e Castros)
- Salvaguarda, valorização e dinamização de circuitos integrados culturais e turísticos:

Actividades económica/Impacto ambiental;

- Parcerias para a concretização de Parques Empresariais de vocação supramunicipal;
- Dinamização da estrutura produtiva;
- Ordenamento físico da extracção dos recursos geológicos (inertes do rio e pedreiras) e modernização das actividades de transformação;
- o Recuperação paisagística e ambiental das áreas de pedreiras;
- Vinho verde (região demarcada);
- Indústria agro-florestal;
- Sector têxtil;

Eixos de comunicação/acessibilidades;

- Electrificação e valorização da via férrea;
- Ligação ao Baixo Concelho (zona sul) ao IC 35;
- Ligação de Basto ao Tâmega;
- Duplicação da Ponte sobre o Tâmega;

Termalismo:

 Estimulação de parcerias de forma a dinamizar o recurso potencial das Termas de Canaveses;

Turismo;

- Cultural e museológico património edificado e arqueológico, Museu
 Carmen Miranda e o Museu da Pedra;
- De Natureza:

- Ecológico;
- Agro-turismo;
- Termal;

Educação;

- Combate ao abandono e insucesso escolar:
- Necessidade de construção de duas escolas básicas integradas (EBI);
- Estímulo para a correlação educação/formação através de parcerias com "Centros de Conhecimento"/Universidades;
- Instalação de uma Universidade Sénior;

Assumindo o turismo e, dentro deste o turismo de natureza e o agro-turismo, como instrumento indiscutível de intervenção de ordenamento do território e respectiva sustentabilidade (nos pilares económico, social e ambiental), é necessário identificar quais as áreas exclusivamente de natureza territorial que poderão ser privilegiadas em termos de acções (de protecção ou valorização), quer através da componente regulamentar, quer através da vertente de projectos e medidas/acções de intervenção directa (obras e ou projectos).

4 HIPÓTESES DE MODELO TERRITORIAL

4.1 Apostas estratégicas

Temos assim que depois da (re)formulação dos objectivos do plano, se passa para a criação de hipóteses de evolução, função de alguns cenários a desenvolver.

A definição dos cenários deve ser faseada, tomando-a inicialmente e como ponto de partida alguns cenários gerais e particulares, como por exemplo.:

- consolidação e desenvolvimento
- conservação activa
- desenvolvimento preferencial
- cenários pontuais
- projectos estruturantes

Os 3 primeiros cenários são gerais e os 2 últimos particulares. Os cenários permitem descrever e estabelecer o contexto dentro do qual o modelo será válido.

Veja-se agora um pequeno resumo do que significa cada cenário.

 Cenário 1: mantém o modelo existente e adiciona-lhe os planos estruturantes desenvolvidos e as alterações ocorridas à margem destes intervenções urbanísticas não previstas (construções fora dos perímetros, por exemplo) ou de âmbito sectorial (construção de infra-estruturas ou equipamentos não planeados)

Verificação da estabilidade (ou não) do actual modelo e das tendências: concorrência entre actores, coordenação de intervenções, impactos e externalidades, programação do solo e sua capacidade face à procura, densidades e concentração.

• Cenário 2: fundamenta-se na protecção estrita do património (natural e construído - paisagístico, cultural, ambiental, urbano e rural).

A estrutura histórica do território, a lógica que o sistema foi adquirindo ao longo do tempo é o ponto de partida para o modelo de organização.

Para fundamentar um modelo territorial de sustentabilidade concebido para o longo prazo é preciso estabelecer as condições de conservação dos recursos naturais e da paisagem, garantindo um objectivo global de qualidade ambiental.

Trata-se de pensar o território a partir das condições do meio natural, das tradições históricas do uso do solo, e da estrutura urbana consolidada, coordenando as políticas ambientais parciais: ciclo da água, energia, resíduos, protecção natural, revalorização da paisagem, controlo da poluição.

É portanto um contexto que procura garantir a conservação e valorização do espaço natural, a sua riqueza e potencial.

 Cenário 3: parte de um desenvolvimento territorial apoiado no potencial do sistema urbano (na sua actual definição), garantindo o cumprimento dos projectos já aprovados. É um cenário que detecta as áreas e corredores de expansão preferíveis, com a intenção de moderar o crescimento urbano disperso e de estabelecer determinado controlo de alteração nas áreas congestionadas.

Potenciar os elementos existentes, assegurando a sua eficiência e corrigindo impactos, permitindo respostas dinâmicas aos condicionalismos da economia local e compensar a sua concentração sectorial.

Os critérios de localização devem ser função das infra-estruturas e serviços existentes e programados, e da oferta de sinergias espaciais na localização dos serviços públicos.

- Cenário 4: construído através de hipóteses alternativas novas zonas urbanas com funções centrais (através do recurso a equipamentos urbanos), alternativas de traçado (e acessos) de infra-estruturas viárias (autoestradas, p.e. ou outras vias do PRN), localização de actividades económicas de relevo (grandes investimentos turísticos, p.e.).
- Cenário 5: apresentação de propostas de projectos complementares, orientadas pela procura de qualidade ambiental e qualidade competitiva do sistema territorial a que o modelo proposto deve servir.

Projectos que fundem a lógica do povoamento com a estrutura da paisagem, baseados numa estrutura histórica e numa realidade territorial existente, num esforço para dar sentido ao existente: corredores verdes e capitalidade e desenvolvimento estratégico do sistema urbano.

O modelo territorial resulta dos cenários e hipóteses de evolução, através das quais se estabelecem o contexto em que o modelo será válido.

Existem 3 eixos que estruturam o modelo e que orientam a definição de critérios:

- Património e sustentabilidade do território > identidade e qualidade potencial
- Sistema Urbano > concorrência e eficiência
- Articulação do território > continuidade e descontinuidade

Estes 3 eixos originam 6 áreas de composição (ou âmbitos de referência):

- Ambiente e Património
- Estruturação do Território
- Mobilidade e Transportes
- Infra-estruturas de serviços básicos e Equipamentos
- Desenvolvimento Urbano e Territorial
- Governo do Território

4.2 Qualidade do modelo territorial proposto

4.2.1 Modelo territorial e estratégias do plano

A qualidade de vida, entendida como o resultado de uma melhor eficiência e racionalidade do aproveitamento das infra-estruturas / a equidade social / a sustentabilidade do território (desenvolvimento económico compatibilizado com o aumento da qualidade ecológica).

Neste modelo, são os sistemas de infra-estruturas, equipamentos e serviços que determinam a localização preferencial de novas actividades e o desenvolvimento das existentes. Como? Estabelecendo a lógica dos locais, para depois estabelecer a lógica das actividades.

O desenvolvimento sustentável do território e o ordenamento do território: de que modo este último pode e deve influenciar o primeiro? Considerando o processo de planeamento como um processo que articula os vértices da base de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Esta base está formada pela interacção entre a adequada administração dos recursos naturais, o desenvolvimento económico, a gestão dos transportes (factor chave enquanto organizador e gerador de fluxos), e uma sólida adequação (idoneidade) dos usos do solo às condições naturais e históricas dos espaços, com um controlo real dos impactos ambientais associados.

4.2.2 Componente ambiental da organização do sistema urbano

O controlo da expansão urbana, enquanto consumidora de um recurso escasso: o solo, e o aproveitamento da riqueza do território: o seu património natural (ambiental e paisagístico) e construído (arquitectónico e arqueológico).

Como fazer esta valorização e protecção? Através do aumento do grau de exigência - introdução de indicadores ambientais e de qualidade; da introdução da flexibilidade que permite o potenciar dos usos compatíveis e o desenvolvimento das actividades desejadas.

O equilíbrio entre o desejo de gerar riqueza e o uso preferencial do território é determinante para a fixação das regras que permitam gerir os potenciais conflitos que venham a surgir no futuro. O diagnóstico não deverá ser entendido apenas como um meio de identificar as linhas futuras de proibição, mas também como a apresentação de um conjunto de oportunidades.

O investimento a propor não deve ficar restringido aos problemas actuais, mas deve também ser pensado a longo prazo, numa mistura que permita desenvolver o território sem por em causa o seu futuro.

4.2.3 Estruturação e coordenação territorial: relações entre o local e o supramunicipal/sectorial, protagonismo do desenvolvimento dos serviços e das infra-estruturas programadas

Estabelecer uma ordem de prioridades na acção, em função dos resultados do diagnóstico exige a definição do contexto de programação. Não deve haver dúvidas de que os serviços e as infra-estruturas existentes e as previstas devem ser rentabilizadas e orientadas para a eficiência global do sistema.

Se o território é dinâmico, esse dinamismo deve influenciar não só os aspectos vinculados às exigências de serviço - níveis de procura - mas também a capacidade de abordá-los progressivamente. O conceito chave é: cooperação e colaboração.

A programação do desenvolvimento das acções é fundamental, não podendo aceitar-se atrasos ou incumprimento dos programas sectoriais ou falta de coordenação entre os vários sectores públicos intervenientes e entre estes e a iniciativa privada.

As acções de maior investimento nos aglomerados de nível hierárquico superior - onde se desenvolvem e prestam a maioria dos serviços à população do território - tem que corresponder - de forma real e mensurável - um impacto positivo nas áreas envolventes, áreas que dependem dos primeiros para a prestação dos serviços básicos

Não se deve aceitar a prevalência de interesses conjunturais - em vez dos estruturais - ou de prioridades assentes numa lógica de defesa de interesses meramente locais - por mais legítimos que sejam - devendo sim defender-se uma

atitude de pensar o território na sua globalidade e entender o conjunto dos aglomerados como um sistema funcional e articulado.

Para isso é necessário estabelecer um sistema urbano descontínuo, numa lógica de rede, baseada nas interacções estabelecidas entre si, dando prioridade à compactação dos núcleos em termos de futuro, aceitando a excepção, através de habitações localizadas em espaços agrícolas, e baseadas numa lógica de articulação casa-trabalho, como sempre aconteceu em várias explorações agrícolas.

4.2.4 Os núcleos urbanos num meio rural

A ligação entre as actividades a desenvolver no espaço rural e o espaço urbano, a partir do qual saem e entram as pessoas que desenvolvem as primeiras é algo que sempre foi (mesmo sem planeamento) entendido e desenvolvido pelas pessoas, mas que se tem vindo a perder no mundo moderno, cada vez mais afastado das actividades rurais e onde parece ter-se perdido todo um conhecimento empírico acumulado por gerações.

Conhecimento que permitia, por exemplo, localizar as construções nos solos menos aptos para a utilização agrícola, ou aproximar as habitações do local de trabalho, quando este obrigava a tarefas diárias e constantes - agricultura - dando lugar às quintas do Douro, por exemplo.

O desenvolvimento das actividades económicas baseadas nas riquezas existentes no espaço rural - como o turismo de natureza ou o eno-turismo - são pois fundamentais para a manutenção dos núcleos urbanos. O mesmo é válido para a criação de meios de aproveitamento do património construído, incluindo aqui o património arquitectónico e arqueológico - nomeadamente as igrejas - e o etnográfico - como as festas e romarias.

O modelo de planeamento deve permitir a identificação e potenciação deste património e entender quais as actividades compatíveis e desejáveis que potenciem actividades económicas, sem as quais as pessoas acabarão por abandonar os núcleos rurais, já que sem trabalho não haverá futuro.

De que modo o modelo de ordenamento do território pode potenciar as actividades no espaço envolvente dos aglomerados ou dentro destes? Começando por qualificar estes, obviamente, através da identificação dos parâmetros urbanísticos indispensáveis para controlar a forma do espaço e das construções. Definindo níveis mínimos de serviço e infra-estruturação dos espaços urbanos e dos que se propõe virem a ser urbanizados.

Identificando a capacidade potencial dos solos envolventes e definir para estes as actividades económicas mais compatíveis – social, económica e ambientalmente.

Mas a proposição duma actividade não é sinónimo do seu desenvolvimento. Torna-se importante conhecer as que se desenvolvem actualmente e porquê, garantindo a sua manutenção, quando tal for possível. Assegurar a proximidade entre o local onde se desenvolvem e os espaços urbanos, permitindo a interligação entre ambos, quando

tal se mostre desejável ou até indispensável, como no caso de actividades pecuárias específicas, quase sempre desenvolvidas no interior dos espaços urbanos e que hoje, por razões de salubridade se pretende desenvolver no exterior. Ou entre as actividades de serração e os locais de produção florestal.

4.3 O modelo e o PDM

O que se entende por modelo territorial? Uma criação que representa, de modo simplificado, a complexidade de relações que se estabelecem ao nível do território municipal, nas áreas entendidas como mais representativas. Representativas por serem as que reúnem maior número de acções/reacções, ou por serem aquelas que mais podem afectar a qualidade de vida das pessoas ou a sustentabilidade do território - aquelas que mais afectam ou contribuem para os princípios gerais.

Porquê a importância da organização do território? Porque nem tudo pode ser feito no mesmo sítio ou ao mesmo tempo, é indispensável organizar, e para isso é necessário definir objectivos e hierarquizar - dar importância - às funções com expressão territorial, indicar graus de (in)compatibilidades entre as funções.

E o planeamento de quê? Das acções necessárias para alterar a situação actual, uma vez que na organização do território só por milagre chegaremos à conclusão de que tudo está no sítio certo e a funcionar racionalmente, como pretendido.

Para que serve o modelo e como pode o mesmo ser utilizado? Pretende-se, através do modelo, representar a situação actual, avaliar de que modo esta garante os objectivos definidos e, quando tal não sucede, como, quando e de que modo devemos agir para aproximar a situação actual da pretendida.

Com o modelo apresentamos a situação actual e a futura. Com o plano visualizamos o futuro, depois de terminado o processo de alteração. Com o planeamento expressamos como vamos proceder a essa alteração. Deste modo o plano não é o modelo, mas utiliza um modelo territorial para radiografar o hoje e para apresentar o amanhã. A escolha dos sistemas que irão compor o modelo, assim como dos indicadores utilizados para representar as suas relações e as relações com os restantes sistemas, deverá ser função do seu contributo para os princípios gerais e para alcançar os objectivos.

Nunca perdendo de vista que contam apenas os que tenham expressão territorial e dentro do contexto de um plano que será executado por um município (seguindo este raciocínio, se tivermos a fazer um PROT, o modelo territorial será distinto de um PDM, apesar de ambos poderem abordar questões semelhantes, uma vez que com os mesmos sistemas (embora se possam até justificar, nalguns casos, sistemas distintos) teremos (para algumas situações) indicadores diferentes.

As propostas devem ser construídas de modo a claramente terem sempre suporte numa de duas figuras, a regulamentar/normativa, e a da intervenção física/obra em plano de acção.